



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E FRONTEIRAS

MARCELO ANTONIO LEMOS

**O ABJETO E A ABJETIVAÇÃO DA HOSPITALIDADE:  
EXPERIÊNCIA DOS ITINERÁRIOS DE PROFISSIONAIS DE PROTEÇÃO E  
ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA EM CONTEXTO DE DESLOCAMENTOS**

BOA VISTA, RR  
2021

MARCELO ANTONIO LEMOS

**O ABJETO E A ABJETIVAÇÃO DA HOSPITALIDADE:  
EXPERIÊNCIA DOS ITINERÁRIOS DE PROFISSIONAIS DE PROTEÇÃO E  
ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA EM CONTEXTO DE DESLOCAMENTOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociedade e Fronteiras da Universidade Federal de Roraima como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Sociedade e Fronteiras, na área de concentração Sociedade e Fronteiras, na linha de pesquisa Sociedade e Política.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Francilene dos Santos Rodrigues

Coorientador: Prof. Dr. Daniel Rodrigues Ramos

BOA VISTA, RR  
2021

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)  
Biblioteca Central da Universidade Federal de Roraima

L557a Lemos, Marcelo Antonio.  
O abjeto e a abjetivação da hospitalidade: experiência dos itinerários de profissionais de proteção e assistência humanitária em contexto de deslocamentos / Marcelo Antonio Lemos. – Boa Vista, 2021.  
182 f. : il.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Francilene dos Santos Rodrigues.  
Coorientador: Prof. Dr. Daniel Rodrigues Ramos.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Roraima, Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras.

1 – Abjeto. 2 – Experiência. 3 – Método dos itinerários. 4 – Ação humanitária. 5 – Hospitalidade. I – Título. II – Rodrigues, Francilene dos Santos (orientadora). II – Ramos, Daniel Rodrigues (coorientador).

CDU – 325.254(81)

Ficha Catalográfica elaborada pela Bibliotecária/Documentalista:  
Shirdoill Batalha de Souza - CRB-11/573 - AM

MARCELO ANTONIO LEMOS

**O ABJETO E A ABJETIVAÇÃO DA HOSPITALIDADE:  
EXPERIÊNCIA DOS ITINERÁRIOS DE PROFISSIONAIS DE PROTEÇÃO E  
ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA EM CONTEXTO DE DESLOCAMENTOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociedade e Fronteiras da Universidade Federal de Roraima como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Sociedade e Fronteiras, na área de concentração Sociedade e Fronteiras, na linha de pesquisa Sociedade e Política.

**Defendida em 31 de agosto de 2021** e avaliada pela seguinte banca examinadora:



---

**Prof.ª Dr.ª Francilene dos Santos Rodrigues**  
Presidente e Orientadora/PPGSOF/UFRR



---

**Prof. Dr. Daniel Rodrigues Ramos**  
Coorientador/UFRR



---

**Prof.ª Dr.ª Lisiane Machado Aguiar**  
Membro Externo/UFRR



---

**Prof.ª Dr.ª Márcia Maria de Oliveira**  
Membro Interno/PPGSOF/UFRR

Documento assinado digitalmente  
MÁRCIA MARIA DE OLIVEIRA  
Data: 01/12/2021 15:27:44-0300  
Verifique em <https://verificador.br.br>

À minha mãe, *Rosângela Martins*.  
Ao meu pai, *Hermes Lemes*.  
Ao meu irmão, *Marcos André*;  
aos seus filhos, meus sobrinhos, *Arthur e Heitor*:  
Minhas experiências mais genuínas de humanização.

## AGRADECIMENTOS

“... devo tanto que a linguagem do reconhecimento não seria suficiente. Isto permanece para mim infinito e indelével.” (DERRIDA)

*Alessandra Miranda/GO*, agradecido querida amiga, pois antes de que isso começasse você já tinha o desejo e vontade em unidade com os meus. Apoiou e contribuiu para que eu desse o passo adiante. Deixando Brasília e seguindo na direção de Boa Vista sempre estivemos na escuta e confiança comum. És preciosa aos meus olhos, és preciosa para mim. Aprendi que nossas humanidades ultrapassam as aparências e distâncias, chama para que nossa escuta seja sempre plena.

*Militza Perez/RR*, agradecido pela cumplicidade amiga. Quando estava no processo de aplicar-me ao mestrado não poderia imaginar que viveria um dos mais belos encontros, mulher forte, terna e cheia de vigor. Profundamente aprendizes construímos a boa liberdade que nos permite partilhar as ferramentas para viver. O caminho realizado acadêmico e a partilha da vida são impossíveis de trazer à tona na totalidade o nosso encontro.

*Martina Liebsch/DE*, agradecido pela generosidade no encurtamento das distâncias geográficas físicas e humanas. Você sempre foi paciente com meu tempo, minhas elucubrações via telefone, nas chamadas de vídeo. Nossa viagem pelo rio Amazonas antes da pandemia no momento forte dos estudos do mestrado é inestimável à minha memória. É um testemunho inestimável do valor da nossa amizade.

*Edna Lima/MZ*, agradecido pela sua presença ao ocaso desses anos de distância corporal, você em Moçambique e eu cá no Brasil, mas sempre provocando para que eu ausculte minhas sensibilidades. E sobretudo pelas aprendizagens sobre negritude, não ser racista e me reconhecer membro da uma só família humana.

Agradeço à *Jacira Ruiz/RS*, *Camila Zanon/DE*, *Helia Marina/GO*, *Karla Castro/AM*, *Sandra Cavalcante/MG*, *Jordane Oliveria/RR*, *Roxana Rodrigues/MX*, *Vanildes Santos/DF*, *Carmem Humanitária/RR*, *Mary Humanitária/RR*, *Yolis Lyon/MG*, todas me inspiraram no caminho, me apoiaram no cansaço e me deram força para cumprir esse itinerário nas fases distintas dele.

*Elton Carlos de Oliveira Borges/MG* agradecido pelas possibilidades de entrelaçar a escuta, a vivência e a hospitalidade dos nossos tempos, nossas buscas e nossos profundos desejos do bem, que nasce de um amor construção. Não pode haver aprendizagens seletas, se não nascem de uma abertura para o outro na sua inteireza. Nesse tempo chegaram dois incríveis

seres ao nosso convívio *a Ahua e o Chihu*, doces cachorrinhos são os seres mais incríveis que nos sensibilizaram ao amor livre. O mais importante é que a vida ao seu lado sempre foi a mais genuína experiência humana vivida. Gratidão por tudo.

Agradeço aos queridos *Rezende Avelar/GO, Leon e Gustavo/DF* tantas vezes acolherem minha angústia acadêmica, e colocamos isso no coração com ternura. Tenho amor e admiração por suas inteligências em favor da vida.

Agradeço ao *Adriano Godoi* pelas delicadezas e sutilezas. Nada mais precioso que um amor que mantém um cuidado sincero. Quem irá dizer que não se pode levar por uma vida coisas tão lindas vividas? A vida aparece contigo como um dom sempre a compartilhar.

Agradeço ao *Marlon Lopes* pela autenticidade, abertura e cumplicidade. Cresci muito no entendimento da acolhida além-fronteiras contigo.

Agradeço aos meus *familiares maternos e paternos*, tantos estiveram algum momento comigo nessa trilha. Em especial meu afilhado Luis Gustavo e minha tia Cleide que tantas vezes, apenas escutaram os desafios de uma iniciação no mundo da investigação.

Agradeço à professora *Francilene Rodrigues/RR* pela abertura no processo do programa de estudos, a acolhida das minhas inquietações de mestrando e as provocações feitas sempre com paciência acadêmica para meu bom percurso de aprendizagem. Sem essa abertura não teria chegado até aqui.

Agradeço a Universidade Federal de Roraima nas professoras e professores do Programa de Pós-graduação em Sociedade e Fronteiras - PPGSOF. Partilhamos saberes e construímos cumplicidade científica, fundamentais para o desenvolvimento de um pesquisador; às professoras *Márcia Maria de Oliveira, Mariana Cunha Pereira, Ana Lúcia de Sousa, Maria Luiza Fernandes, Gilmara Sarmiento, Ana Lia Farias Vale*. Aos professores *João Carlos Jarochinski Silva, Alfredo Ferreira de Souza e Adrian José Padilla Fernández*. Pelo apoio e aprendizagens que ampliaram meu processo de interdisciplinaridade no saber. E aos professores/as do programa de Pós-graduação em Geografia e de Comunicação que encontramos em momentos de estudo.

Agradeço à professora *Lisiane Machado Aguiar* da Pós-graduação em Comunicação da UFRR, na sua gentileza e partilha me permitiu novas andanças nos meandros da pesquisa, com sua postura crítica e criativa para novas formas de investigar, senti-me vivo no processo da pesquisa e ao apelo do objeto de pesquisa. Agradeço à professora *Eliane dos Santos*, nunca vi tamanha coragem, audácia e abertura humanas juntas. Ela me inspira seguir na maturidade do estudo pesquisa, na unidade com o mundo da vida e no compromisso com a pessoa humana, principalmente as mais vulneráveis.

Agradeço aos *colegas de turma do Mestrado*. Foram bons encontros e descobertas que realizamos juntos.

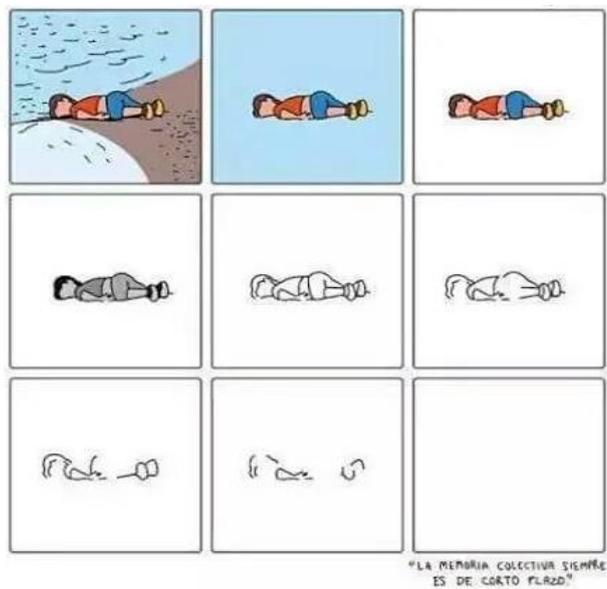
Agradeço ao professor *Daniel Ramos/TO* que com gentileza acolheu o convite para ser coorientador. Toda partilha e colaboração foram fundamentais para essa pesquisa. À distância, desde os primeiros encontros virtuais, sempre foi propositivo e me questionou quando estava saindo da trilha para uma maturidade filosófica.

Agradeço à professora *Caterine Reginensi/RR* por meio do encontro com ela pude chegar ao método da Experiência dos Itinerários. Que me colocou nessa disposição plena para aprofundar a pesquisa por meio de uma possibilidade de encontro comigo mesmo e com o objeto da investigação.

Agradeço à *Cáritas Brasileira* pelo espaço de seis anos de crescimento profissional. Foi no último ano na Cáritas que fiz essa passagem para um tempo de estudo. Minha escola de formação humanitária começa ali. Tive a beleza de ampliar minhas andanças pelo Brasil e no convívio com as pessoas que mais confiam na mudança que pode ocorrer de comunidades organizadas. Em especial porque me possibilitou meu amor primeiro pelo norte do Brasil, especialmente minha itinerância pela Amazônia.

Ora, agradeço ao *Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados* que abre espaço para continuar no meu compromisso efetivo e afetivo com os pobres. Estes razão pela qual me faz sentido estudar, pesquisar e continuar no compromisso de ampliar minhas capacidades técnicas, <http://www.bc.ufr.br/index.php/destaques/124-manual-de-normas> para melhor servir.

Agradeço in memoriam ao *Lourival Rodrigues* e ao *Valderes de Brito*, foram os primeiros homens que me ensinaram o valor profundo do estudo. Sobretudo, que ele deve ser sempre para o bem maior, isso significa que quando for útil valha para a vida dos pobres.



“E a estória dos Meninos Verdes, vovó?

— Então vocês querem saber a estória dos Meninos Verdes? Mas não é uma *estória*, é *um acontecido*. Me pediram para não divulgar o assunto, esperando para ver o que acontece, porque o caso é muito sério! Vou contar só pra vocês. Foi assim:” (CORA CORALINA)

## RESUMO

Esta dissertação investiga a impulsão do humanitarismo em contextos de deslocamentos. Confere mediante o processo de atuação de profissionais e suas experiências de proteção e assistência humanitária, uma abordagem do fenômeno do abjeto e da abjetivação da hospitalidade. Especificamente no estado de Roraima, no extremo norte do Brasil, com a presença dos múltiplos atores institucionais; Estado, sociedade civil e agências do sistema ONU se questiona criticamente a resposta humanitária realizada, à modelagem desse profissionalismo humanitarista. Usando o método da Experiência dos Itinerários, a abordagem é realizada considerando o fenômeno do abjeto e da abjetivação da hospitalidade, desde uma perspectiva conceitual pós-estruturalista. Tendo como referências a autora Júlia Kristeva e o autor Jacques Derrida e passando pelos críticos do humanitarismo David Rieff, Johannes Paulmann argumenta-se sobre a necessidade de uma virada no âmbito dos valores do humanitarismo e da burocracia humanitária. Apoiando-se nas referências interdisciplinares que prospectam essa postura crítica como Marc Augé, Marielle Macé, Didier Fassin e Michel Agier acentua-se a abertura para uma ação humanitária da consideração.

Palavras-chaves: abjeto, experiência, hospitalidade, método dos itinerários.

## RESUMEN

Esta tesis investiga el impulso del humanitarismo en contextos de desplazamiento. Ofrece una aproximación al fenómeno de lo abyecto y la abyección de la hospitalidad a través del proceso de acción de los profesionales y sus experiencias de protección y asistencia humanitaria. Específicamente en el estado de Roraima, en el extremo norte de Brasil, con la presencia de múltiples actores institucionales; el Estado, la sociedad civil y las agencias del sistema de la ONU se cuestiona críticamente la respuesta humanitaria realizada, a la modelización de este profesionalismo humanitario. Utilizando el método de la Experiencia de los Itinerarios, el abordaje se realiza considerando el fenómeno de lo abyecto y la abyección de la hospitalidad, desde una perspectiva conceptual postestructuralista. Tomando como referencias a la autora Julia Kristeva y al autor Jacques Derrida y pasando por el crítico del humanitarismo David Rieff, Johannes Paulmann argumenta sobre la necesidad de un giro dentro de los valores del humanitarismo y la burocracia humanitaria. Apoyándose en referencias interdisciplinarias que prospectan esta postura crítica, como Marc Augé, Marielle Macé, Didier Fassin y Michel Agier, se subraya la apertura a una acción humanitaria de consideración.

Palabras clave: abyecto, experiencia, hospitalidad, método de los itinerarios.

## **ABSTRACT**

This dissertation investigates the impulse of humanitarianism in contexts of displacement. It provides an approach to the phenomenon of the abject and the abjectivation of hospitality through the process of action of professionals and their experiences of protection and humanitarian assistance. Specifically in the state of Roraima, in the extreme north of Brazil, with the presence of multiple institutional actors; State, civil society and agencies of the UN system is critically questioned the humanitarian response performed, to the modeling of this humanitarian professionalism. Using the method of the Experience of Itineraries, the approach is carried out considering the phenomenon of the abject and the abjectivation of hospitality, from a post-structuralist conceptual perspective. Taking as references the author Julia Kristeva and the author Jacques Derrida and passing by the critics of humanitarianism David Rieff, Johannes Paulmann argues about the need for a turn within the values of humanitarianism and humanitarian bureaucracy. Supported by interdisciplinary references that prospect this critical stance, such as Marc Augé, Marielle Macé, Didier Fassin and Michel Agier, the opening for a humanitarian action of consideration is emphasised.

Keywords: abject, experience, hospitality, itinerary method.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Divulgação para que profissionais respondessem ao questionário da pesquisa .....	26
Figura 2 - Quadro de ingressos por países com algum tipo de reconhecimento regulatório....	43
Figura 3 - Síria, 2019. Síria, 2020. Pagan siempre los mismos.....	46
Figura 4 - Lama tóxica destruiu o Rio Doce em novembro de 2015.....	48
Figura 5 - Na foto está Dário Batista de Almeida, o seu Pivela .....	49
Figura 6 - Circunstância do Covid 19 em locais de Resposta humanitária .....	52
Figura 7 - Vista aérea do sepultamento em massa de vítimas de Covid-19 em Manaus.....	52
Figura 8 - Amostra do Relatório de Tendências Globais sobre Refugiados de 2019.....	54
Figura 9 - Kutupalong, o maior assentamento de refugiados do mundo.....	60
Figura 10 - Filhos da Síria recebem apoio dos Estados Unidos da América.....	64
Figura 11 - Vegetação, terras indígenas e área de conservação em Roraima.....	70
Figura 12 - Bandeira do Estado de Roraima.....	94
Figura 13 - Mapa de Trechos de <i>Frontera Glocal</i> em Roraima.....	96
Figura 14 - Agências da ONU e Exército Brasileiro premiados pela resposta humanitária. .	116
Figura 15 - Moradores locais invadem escola usada como abrigo por venezuelanos.....	123
Figura 16 - Pessoas vulneráveis em situação de rua em Boa Vista.....	123
Figura 17 - Produtos que pertenciam a refugiados venezuelanos são queimados.....	124
Figura 18 - Brasileiros expulsam refugiados venezuelanos na fronteira de Roraima .....	124
Figura 19 - O MPR denuncia 5 moradores por incitação ao crime .....	125
Figura 20 - Pontos do itinerário da <i>caminhada-en-línea</i> com as pessoas entrevistadas.....	147
Figura 21 - O pintor desenha a inscrição: “Brasil um coração que acolhe”.....	168

## LISTA DE INFOGRÁFICOS

Infográfico 1 – Identificação ampliada do profissional humanitário .....	102
Infográfico 2 - Formação em Humanitarismo e deslocamentos na Amazônia.....	111
Infográfico 3 - Atividades realizadas por humanitaristas em Roraima .....	113
Infográfico 4 - Os protocolos, os recursos, o horror, as mudanças e o tempo de atuação....	118
Infográfico 5 - Situação da saúde mental dos humanitaristas .....	128
Infográfico 6 - Situação da saúde física dos humanitaristas.....	129
Infográfico 7 - Tipificação e abrangência das organizações .....	131
Infográfico 8 - Tema ação prioridade e modalidade de contrato laboral das organizações ...	133
Infográfico 9 - Condições do espaço e faixa salarial.....	134
Infográfico 10 - Gestão de violência, abuso e assédio .....	136

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Nacionalidade e línguas .....	103
Gráfico 2 - Orientação Sexual e Gênero.....	104
Gráfico 3 - Idade e estado civil.....	105
Gráfico 4 – Cor e Escolaridade.....	108
Gráfico 5 – A mobilidade e o desejo de ser humanitarista durante a graduação.....	109
Gráfico 6 – Formação humanitária e deslocamentos na Amazônia .....	112

## LISTA DE SIGLAS

ACNUR	Agência da ONU para os Refugiados
ANPOCS	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
CI	Caritas Internationalis
CICV	Comitê Internacional da Cruz Vermelha
GCM	Pacto Global para Migrações Seguras, Ordenadas e Regulares
HUMDATA	Centro de Dados Humanitários
ICD	International Statistical Classification of Diseases and Related Health Problems
INPA	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
MPR	Ministério Público de Roraima
OCHA	Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
OIM	Organização Internacional das Migrações
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG's	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OPA	Organização Pan Americana de Saúde
PAPH	Profissionais em Assistência e Proteção Humanitária
PHAP	Associação Internacional de Profissionais em Assistência e Proteção Humanitária
USAID	Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

## SUMÁRIO

<b>1. DECISÃO: PARA ONDE IR?</b> .....	<b>18</b>
1.1 A BÚSSOLA METODOLÓGICA .....	23
1.2 EM CASO DE ABORDAGEM .....	32
<b>2. DESLOCAMENTOS HUMANOS EM RORAIMA</b> .....	<b>40</b>
2.1 EVENTOS ADVERSOS: COMEÇO DO RESSENTIMENTO HUMANITÁRIO .....	44
2.1.2 No adverso da experiência: “aviso ao humanismo, também ele em sofrimento” ....	59
2.1.3 Face a face com o Ressentimento Humanitário .....	62
<b>3. SOBRE O LAVRADO, O HABITAR E O DESLOCAMENTO</b> .....	<b>66</b>
3.1 DESLOCADOS: CANSADOS NA “SOCIEDADE DO CANSAÇO” .....	73
3.2 DESLOCAMENTOS E A IMPULSÃO HUMANITÁRIA .....	81
<b>4. HUMANOS SEM FRONTEIRAS E A ABJETIVAÇÃO</b> .....	<b>83</b>
4.1 AÇÃO HUMANITÁRIA EM CONTEXTO DE DESLOCAMENTO .....	87
4.2 HUMANITARISMO EM CIDADES .....	91
4.3 PROFISSIONAIS EM TERRENO .....	100
4.3.1 Humanitaristas quem são? .....	101
4.3.2 Fazer Humanitarismo .....	112
4.3.2.1 Sofrimento-horror e os ritos de salvamento .....	120
4.3.3 Vida no Humanitarismo .....	127
4.3.4 Profissionalismo humanitário .....	130
<b>5. “A HOSPITALIDADE NÃO É UM COSTUME ENTRE NÓS”</b> .....	<b>139</b>
5.1 EXPERIÊNCIAS HUMANIZANTES DE PROFISSIONAIS HUMANITÁRIAS .....	146
5.1.1 Nota-experiencial 1: Carmem e o vigor das lembranças .....	148
5.1.2 Nota-experiencial 2: Mary, aquela que vive num mundo real .....	152
5.1.3 Nota-experiencial 3: Nosso descolar, o ressentimento e a neutralidade .....	159
5.2 PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA DA CONSIDERAÇÃO .....	164
<b>6. CONSIDERAÇÕES SOBRE O DESFECHO DESTA ITINERÁRIO</b> .....	<b>170</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>174</b>

## 1. DECISÃO: PARA ONDE IR?<sup>1</sup>

“As crises humanitárias perturbam e não respeitam regras...  
Tudo bem, e posso confirmar pela própria experiência, exige um mudar sim.  
Mas quem, para que a hospitalidade seja melhor?  
A ideia da hospitalidade?  
Os humanitários?  
Os dois?”

(LIEBSCH<sup>2</sup>)

Tinha sido convidado pelo Rei para realizar alguns trabalhos no Castelo. Para aproveitar o tempo da viagem saiu mais cedo e tinha a intenção de não ir às pressas. No caminho esperava contemplar a paisagem coberta pela neve. Diante de algumas necessidades buscou fazer paradas até que pudesse ingressar no Castelo. Assim discorre uma das cenas:

Senhor agrimensor — disse ele —, o senhor não pode ficar aqui. Perdoe a indelicadeza.  
Eu não queria ficar — disse K. — Só queria descansar um pouco. Já descansei e agora vou embora.  
O senhor provavelmente está admirado com a pouca hospitalidade — disse o homem —. Mas a hospitalidade não é costume entre nós. Não precisamos de hóspedes.  
(KAFKA, 2008, p. 19).

A resposta humanitária no estado de Roraima, considerando seu contexto em deslocamento, a partir do diálogo das personagens de Kafka (2008) traz ao menos três elementos que foram fundamentais ao processo de investigação. Primeiro trata-se de relações entre pessoas: de um lado o sujeito que está em deslocamento e de outro aquele que está no lugar de chegada. É um relacionamento que marca quem pode e quem não pode estar no ‘aqui’, quer dizer, o sujeito é interpelado de imediato sobre quem são os daqui e quais não podem aqui ficar por não serem do lugar, ainda que exista uma boa maneira disso ser dito. O segundo aspecto refere-se à resposta humanitária e aparece de modo sutil, mas não menos forte. Como uma personagem oculta ela está no meio dessa relação e com a força de aparecer como uma terceira pessoa que apoia e é solícita, ao favorecer condições para que o descanso aconteça. E se é preciso descansar, admite-se que existe um cansaço nos deslocamentos.

Assim, um terceiro aspecto advindo do repouso necessário é que depois de um tempo o sujeito que busca alívio seguirá a sua jornada. Mas o diálogo não se encerra em uma provável

<sup>1</sup> A presente dissertação utiliza a 3ª versão das Normas para apresentação dos trabalhos técnico-científicos da Universidade Federal de Roraima (UFRR) de 2018. Disponível em: <<http://www.bc.ufrr.br/index.php/destaques/124-manual-de-normas>>.

<sup>2</sup> Martina Liebsch atua há mais de 30 anos com organizações humanitárias. Esse destaque foi feito por ela após sua leitura do projeto de pesquisa, mesmo antes do exame de qualificação. Sua sentença foi um contributo admirável para a decisão do objeto da pesquisa.

continuação da caminhada e, menos ainda, porque teve algum alívio humanista. A cena das personagens, antes de um fechamento, traz uma síntese sobre o modo de proceder do local e a ela se junta, com as práticas de acolhida, um aspecto significativo da investigação, pois permite questionar no contexto humanitário em Roraima essa ‘pouca hospitalidade’, se se ‘trata de costume entre nós’, e sobretudo o ‘não precisamos de hospedes’.

Foi nessas sinuosidades que a investigação se desenvolveu. Diante do esforço dos Estados, da resposta do Brasil em Roraima e da evocação de sentidos descrita acima por Kafka, se questiona: em que medida a hospitalidade está aí presente por meio de profissionais humanitários e suas experiências de proteção e assistência humanitária? Porque sob a caracterização da abjetivação da hospitalidade em contextos de deslocamentos, ainda se pode fazer um humanitarismo de abjeção.

A referência principal para a abjetivação e o abjeto/abjeção conceitos chaves à investigação, eles são oriundos dos trabalhos de pesquisa e elaboração epistêmica da autora Júlia Kristeva, especialmente na Obra ‘O poder do horror’. A autora não faz essa diferenciação didática o que exige mais do leitor à Obra quando ela usa seus sentidos distintos. À pesquisa assume-se que a abjeção se trata daquela experiência e reconhecimento do que é vil e desprezível, do horrível e do que é infame, que gera desconforto e incômodo. É a experiência com e do sujeito que aparece necessitado de alívio e conforto, porque está na miséria e penúria e iguala se a ela como se ele e a miserabilidade e descartabilidade fossem o mesmo. Nela o humanitarismo tem sua base para promover respostas emergenciais que mais acentuam essa abjeção, especialmente no contexto de deslocamento. Já a abjetivação trata-se da sua forma instauradora de processos, de rupturas, de desfronteirização humana, que impõe questões em termos dos valores e da experiência em si. Aquela novidade que, ainda aparentemente e mesmo desconfortante na sua forma abjeta impõe um devir à prática humanitária como vetor para outras experiências genuinamente humanas e capazes de considerar o outro na sua abjeção e com ele ir para além. Todo o texto a seguir está permeado dessa relação entre o abjeto e a abjetivação na forma de um percurso, uma caminhada experiencial. Não apenas ao sujeito principal da pesquisa – os humanitaristas – mas as pessoas em deslocamento e aquelas do pesquisador com base na própria experiência de oito anos como humanitarista.

A ação humanitária em contexto de deslocamento em Roraima não se encerra na relação de um encontro de dois ‘outros’, o que já está e o chegante. Deve-se levar em conta o ambiente, distinto do frio e da neve, já que se trata de uma resposta em terras amazônicas e dentro de um bioma distinto no amazônico conhecido como Lavrado. No capítulo três adentra-se em aspectos para além de vetor meio ambiente, assumindo o Lavrado como uma categoria

importante em termos da localização, terreno e campo onde ocorre a ação humanitária. Isso é substancial no sentido de que se aprofundará como as pessoas em deslocamento reconhecem uma nova paisagem, ao mesmo tempo, em que desvelam os passos de outros andantes, abrindo novas e próprias paisagens aos viandantes.

O texto kafkiano no iniciar dessa restituição investigativa impõe, portanto, um imperativo de questionar a Ação Humanitária com base nas perguntas acima sobre quem são os profissionais humanitários em contextos de deslocamentos que, atualmente, na América Latina, assume grande expressão com o êxodo venezuelano. A Ação Humanitária nesse contexto confirmou a necessidade de ampliação e de planejamento da agenda brasileira de governo e de entidades da sociedade civil e privada, ao passo que se reafirmou como pauta estratégica para muitos Estados latino-americanos, em especial, aqueles que estão na Amazônia<sup>3</sup>. No caso do Brasil as milhares de pessoas em deslocamento, vindas da Venezuela, têm como sua principal porta de entrada o extremo norte do país pelo estado de Roraima, motivo pelo qual concentra as maiores estratégias de assistência e proteção humanitária do país às pessoas que seguem vindo do país vizinho.

Como as estratégias atividades são realizadas pelos profissionais para pessoas em deslocamento elas foram assumidas como uma categoria importante. Isso porque optou-se em não relacionar a atuação dos profissionais humanitários com aquelas categorias do sujeito em deslocamento como migrantes, refugiados e solicitantes de refúgio e nem com outras que regularizam seu trânsito e estada no Brasil, menos ainda, com as categorias mais conhecidas do que leva e gera as migrações como o de expulsão, por exemplo (SASSEN, 2016). A opção se deu porque essas categorias referem-se mais às pessoas em deslocamento e, em tese, o profissional humanitário deveria atuar, ao menos com base em princípios com todas as pessoas, independente do seu status legal migratório, antes mesmo dessas instituídas legais e do ordenamento das pessoas em marcha, ainda que como verá muitas vezes não é bem assim.

Este trabalho é, portanto, sobre a ação humanitária e os profissionais que atuam com pessoas em deslocamentos, embora se note uma presença de autores e suas reflexões mais afins às migrações e às causas que levam às suas ocorrências, é apenas para explicitar a ação

---

<sup>3</sup> Em setembro de 2018 aconteceu em Quito o primeiro encontro com vários países da região com o Brasil: Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, México, Panamá, Paraguai, Equador, Bolívia e representantes da República Dominicana para analisar como estava a situação humanitária dos imigrantes venezuelanos. No mesmo ano, em novembro, ocorreu o segundo encontro no qual se aprovou um plano de resposta que contou com o apoio das agências da ONU para a sua elaboração. Um terceiro encontro aconteceu em julho de 2019 na Argentina já incluindo representantes da Sociedade Civil de alguns países. Em todos os encontros buscou-se consensos para reforçar as capacidades da resposta humanitária na região e o acesso aos direitos sociais e à regularização migratória (CONECTAS DIREITOS HUMANOS, 2019).

humanitária em deslocamentos. Desse modo, sendo um trabalho sobre abjetivação da hospitalidade, ele é mais sobre as fronteiras internas e externas da atuação humanitarista e o quanto estas possuem elementos afins com os que estão em deslocamentos. Usou-se o termo deslocados numa forma de conceito importante e mais afim com a pesquisa realizada e, por fim, porque deu sentido e unidade entre o sujeito profissional humanitário e as pessoas em deslocamento que na investigação chegou-se à ampliação conceitual de que a ação humanitária em contexto de deslocamentos está para pessoas *descoladas* como se verá no último capítulo.

Esse estudo foi realizado numa sondagem fronteiriça desde o lugar onde estão os humanitaristas e as pessoas em deslocamento fazem suas paradas, todavia não apenas as fronteiras enquanto limítrofes dos países, senão, investigando essa fronteira do fenômeno da abjetivação enquanto revela via a proteção e assistência humanitária oferecida. Uma abordagem fronteiriça experiencial e, por isso, investigando os humanos assistidos, ajudados, em deslocamento como “o ser fronteiriço que não tem qualquer fronteira” (SIMMEL, 1957, p. s/p). Esta definição foi assumida na investigação como a convergência que levou as Organizações das Nações Unidas (ONU), as entidades da sociedade civil brasileira e internacionais e outras instituições a atuarem com grande apelo para que se tenham suficientes recursos humanos e financeiros. A Ação Humanitária é um agir desfronteirizado com e para pessoas desfronteirizadas. Ao longo do texto essa sentença vai sendo explicitada.

É quando as pessoas em deslocamento param em algum ponto do itinerário que se configura a localização - o terreno - o campo da atuação dos humanitaristas é aí que vai ser efetivada a ação humanitária. Ao longo do trabalho e especialmente no capítulo quatro se define a categoria de ação humanitária em relação à ajuda humanitária uma das suas variações e se apresenta propriamente o conceito de profissional. Sem delongas na história do humanitarismo, pois nos interessa mais a investigação do fenômeno da abjetivação da hospitalidade, e se faz a apresentação de alguns termos chaves que sinalizam a constituição do humanitarismo. Se notará o destaque que buscou delimitar ajuda e ação humanitária, ainda que entre elas exista uma linha muito tênue que, por vezes, dificultou ser mais preciso em relação às práticas dos profissionais.

As organizações se propõem a realizar a ação humanitária no melhor da intenção. E devido aos avanços no estudo e a incidência do tema, uma ação humanitária chamada de novo humanitarismo, baseado nos Direitos Humanos (MARCOS, 2020). Mesmo que já se possuam matrizes de formação para profissionais de assistência e proteção humanitária, quando as diferenças e categorias podem ser bem delimitadas no currículo, na sua concretude em campo

sempre há motivos para refletir, aprofundar e se reelaborar a prática humanitária (PAULMANN, 2016).

No exercício da pesquisa manteve-se o esforço de dar um grau de aprofundamento possível que desvende o profissional humanitário não só pela sua atividade de assistência e proteção, mas algo da sua experimentação e como esta desvela a abjetivação da hospitalidade. Isto para apreender se os humanitaristas revelavam mais da ocupação técnica da sua atividade (protocolos, relatórios, compras, reuniões, agendamentos, organizar filas, providenciar abrigos) ou da experiência (o envolvimento por meio de um apelo, um chamamento da própria relação com os deslocados), e por isso são aspectos retomados ao longo de todo trabalho.

Se ele se ocupa demasiado dessa profissionalização técnica como não se asfixiar ao ponto de burocratizar a resposta de (profissionais) humanos para outros (deslocados) humanos? Segundo Herzfeld “por que em sociedades famosas justamente por sua hospitalidade e cordialidade, nós com frequência encontramos a mais desinteressada forma de indiferença burocrática em relação às necessidades e sofrimentos humanos?” (HERZFELD, 2016, p. 3). Assim, a pesquisa está fundada na interface entre a abjeção e os profissionais, e a experiência e abjetivação da hospitalidade, ou seja, na interconexão do manifesto interesse do humanitarismo burocrático e a cordialidade humana.

Buscou-se perceber o alcance da hospitalidade e a sua acomodação num contexto de deslocamento e se as pessoas que fazem parte do campo da prática humanitária o realizam para além de um serviço moral de assistência, de uma hospitalidade extraordinária em meio à desgraça de tantas pessoas deslocadas. É um questionar o humanitarismo por dentro em termos de valores. Em termos de sentimentos morais, e notado na investigação predominantemente porque as experiências dos profissionais acontecem em meio ao caos, nessa desordem e nessa catástrofe própria do desastre como sempre se ouve dizer em deslocamentos, na crise humanitária. Nas palavras de Kristeva (1982, p. 204, tradução nossa) na “risada do apocalipse”<sup>4</sup>.

Assim, o conceito de experiência humana na ação humanitária foi sendo abordado numa eclosão da abjetivação da hospitalidade em deslocamentos. Por isso, como se verá mais adiante, o deslocamento humano é propulsor também de muitas atividades desenvolvidas pelos humanitaristas não apenas no sentido profissional, técnico, mas também porque tanto o

---

<sup>4</sup> “*The laughter of the apocalypse*”. Os textos traduzidos nesta dissertação de Júlia Kristeva e outros autores foram na maioria de originais em inglês, francês ou alemão seja porque não existe tradução publicada no português ou mesmo porque não foram encontradas e são traduções livres a rigor o melhor possível do sentido na língua utilizada. Em alguns casos foram adicionadas notas de rodapé do texto original para que o leitor possa apreciar na língua em que foi escrito e, também, certificar-se de que a tradução foi feita o mais próximo possível do sentido da língua original. Nem todos os textos em espanhol foram traduzidos buscando manter o respeito e a valorização da língua materna das pessoas aos quais os humanitaristas desta pesquisa atuam.

humanitarismo como os deslocamentos mudam os espaços (AGIER, 2011) e, portanto, as pessoas, irrompem novas relações entre os ‘outros’ e novas maneiras de conviver e proceder. As atividades e os deslocamentos vão geografando o mundo. No humanitarismo existem as inúmeras expressões que seguem esse geografar o mundo, desde uma caracterização adequada pelas muitas catástrofes ou desastres, devido à crise dos Estados, e, portanto, não é humanitária, essa caracterização leva a impulsão de diversas saídas humanas a essas intempéries, inclusive aos níveis dos deslocamentos transfronteiriços. Todavia não somente pelas crises, aqueles motivos pessoais advindos de eventos extremos naturais que geram deslocamentos forçados (HERZFELD, 2016; SASSEN, 2016; SAID, 2003). Não sendo exclusivas, são múltiplas as manifestações que permitem e impulsionam a prática humanitária existir e ter sua função de ser. Como guiar-se pelas sinuosidades de experiências humanitárias?

### 1.1 A BÚSSOLA METODOLÓGICA

Considerando o momento pós-exame de qualificação<sup>5</sup>, com a eclosão da Covid- 19, assumiu-se a *L'itinéraire comme expérience* ao estilo de uma bússola metodológica para realização da pesquisa, pois se trata de um método com base num *percurso como experiência* e demonstrou ser o melhor para investigação, fazendo jus a um trabalho que aborda as *experiências* de profissionais em contexto de deslocamentos. E não se trata de descrever muitas histórias para fazer coro ao plural. A *L'itinéraire comme expérience* pode ser entendida, numa tradução ao português como meio de investigar pelo *método dos itinerários*<sup>6</sup>.

---

<sup>5</sup> É importante ressaltar que depois da qualificação em 11 de fevereiro de 2020, entre as considerações das professoras da banca, reforçou-se a realização de atividade em campo, mas isso foi impossibilitado devido a pandemia do Coronavírus. Ressalta-se que não por isso se prescindiu do rigor exigido a uma pesquisa (método e metodologia para o levantamento de dados, a análise e os resultados) e ao mesmo tempo a qualidade da postura crítica, a interlocução com o aporte teórico e, sobretudo com os sujeitos.

<sup>6</sup> As referências utilizadas ao método dos itinerários começaram pela participação no Curso de Extensão – O Método dos Itinerários, promovido pela Universidade Federal de Roraima, Pró-reitora de Assuntos Acadêmicos, a Diretoria de Extensão e do programa de Pós-graduação em Sociedade e Fronteiras - realizado no período de 07 a 10 de outubro de 2019. O curso foi ministrado pela professora Catherine Reginensi, docente na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro/UENF, doutora em sociologia (Universidade de Paris VIII) e Livre Docência em antropologia urbana (Universidade de Toulouse, França). Depois desse curso foram realizadas leituras de artigos do autor do método. Em agosto de 2020 as professoras Catherine Reginensi, France Rodrigues, o professor Maxím Repetto e eu submetemos um artigo para o livro que integra o Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia – PROCAD/Amazônia que foi aprovado e no qual se descreve os passos do método da experiência dos itinerários. Em maio de 2021 realizei uma sessão virtual com a professora Catherine Reginense para apresentar as adequações implementadas em virtude da Pandemia do Covid 19 ao fazer uso do método, favorecendo uma revisão a rigor dos argumentos aos ajustes feitos. Além da ampliação substancial da literatura referencial e a decisão de focar no aspecto experiencial que do caminhar.

De acordo com Petiteau e Renoux<sup>7</sup> (PETITEAU e RENOUX, 2017) a utilização do método dos itinerários requer algumas etapas: primeiro é preciso realizar uma entrevista na qual é solicitado ao entrevistado que associe o tema da pesquisa às questões da sua história de vida, da sua trajetória residencial e profissional. Depois dessa primeira etapa de entrevistas o pesquisado é convidado a realizar uma jornada de itinerário, caminhar por espaços e lugares determinados da sua experiência juntamente com o pesquisador. Como resultante dessas etapas, seguindo o referencial. E a restituição da investigação pode ser por meio de uma “fotonovela na qual a palavra exata do entrevistado é cronologicamente entrecortada em articulação com cada fotografia, ou seja, uma foto/um texto. Mas também pode ser restituído o material coletado com vídeo, cartografia sensível” (REGINENSI, 2019; REGINENSI, 2020, p. 4).

Segundo Reginensi (2020, p. 3) “o método dos itinerários propõe dar apoio ao entendimento da relação dos indivíduos com a cidade (localidade) a partir das percepções e experiências cotidianas”. Assim, ele exprimiu e configurou uma escolha adequada para uma pesquisa com profissionais humanitários e suas experiências em contexto de deslocamentos uma vez que no centro da investigação está a vida vivida desses, pois “ele não é simplesmente uma ferramenta de verificação ou lugar de uma validação de hipóteses teóricas” (REGINENSI, 2020, p. 3). O centro aqui é a experiência e não apenas aquela dos sujeitos objetos, mas do investigador. Como estava no cerne da investigação essa experiência, o método mostrou-se apropriado.

Para a primeira etapa do método, a entrevista, a meta foi chegar a 50 pessoas que atuaram na resposta humanitária em Boa Vista entre os anos de 2018-2020. Contudo, apenas 30 respostas foram alcançadas sendo todas elas válidas. O convite foi feito para humanitaristas brasileiros e estrangeiros que tivessem e estavam atuando em organizações internacionais, ONG's, instituições religiosas e não religiosas, com formação múltipla como médicos, psicólogos, cientistas sociais, internacionalistas, agentes comunitários de proteção, gestores, assistentes sociais, engenheiros, enfim, todos humanitaristas (exceto militares e agentes diretos do governo local e federal) que tivessem até 3 meses contínuos e mais em alguma modalidade

---

<sup>7</sup> É preciso situar o método dentro do contexto da França. A primeira experiência data de 1975: tratava-se de trabalhar sobre o que é a representação do centro de uma cidade de médio porte, cuja prefeitura queria entender melhor a experiência cotidiana de alguns moradores e ver até que ponto os profissionais do urbanismo poderiam levar em conta essas experiências nas intervenções sobre os espaços. Ao longo dos anos 80 e 90 foram desenvolvidas outras experiências de leitura de um território urbano e o método foi, em especial, aplicado à profissão de estivador nas cidades de *St Nazaire e Nantes*, cidades portuárias, reconstituindo, a partir de cinco itinerários a memória de uma cultura profissional desaparecida que se insere na paisagem urbana: apropriação das docas, transição entre cidade e porto, relações entre trabalho e vida cotidiana (PASQUIER Elisabeth, PETITEAU Jean Yves, 2001, p. 68-73 e PETITEAU, Jean Yves; RENOUX, Bernard, 2017 apud REGINENSI, LEMOS, *et al.*, 2020).

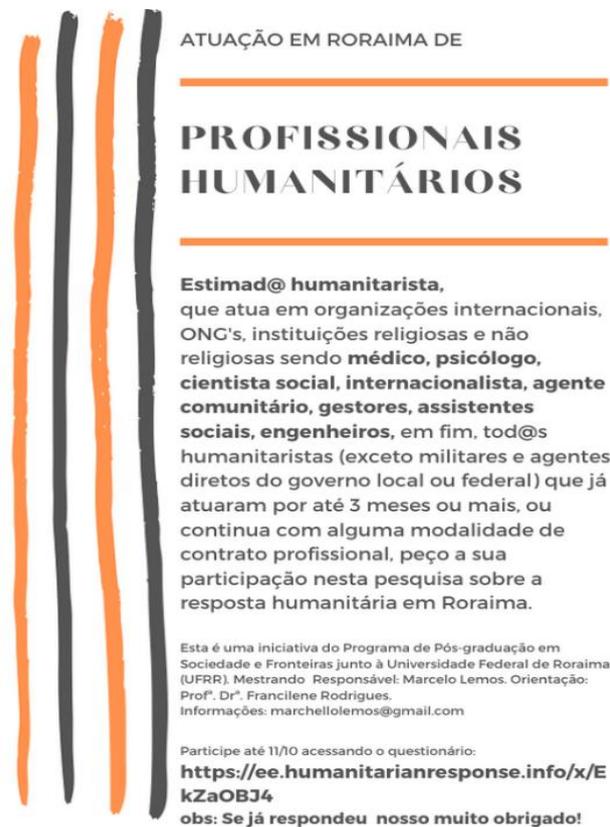
de contrato profissional para atuar em campo. Foi informado aos participantes que se tratava de uma iniciativa de pesquisa de mestrado junto ao Programa de Pós-graduação em Sociedade e Fronteiras, da Universidade Federal de Roraima (UFRR), sob a orientação da Professora Dr<sup>a</sup>. Francilene Rodrigues e coorientação do Professor Dr. Daniel Rodrigues Ramos.

Os respondentes deveriam ser pessoas com idade acima de 18 anos. Uma questão que apareceu durante a disponibilização do questionário, seja diretamente ao pesquisador, à orientadora foi quem é humanitarista? Por que chamar de profissional e não trabalhador? Algumas pessoas manifestaram que prefeririam que fosse usada a categoria trabalhador, pois profissional pareceria diminuir a sua atividade. Outro aspecto foi se as contratantes (as organizações em que atuam) deveriam autorizar a participação deles. À medida que as questões apareceram foram sendo dadas respostas em conformidade com as referências utilizadas e, ao mesmo tempo, sendo incorporadas às anotações para posteriormente serem explicitadas no texto da dissertação. Em conforme com definições de entidades de classe, de organizações internacionais de referência como a Associação Internacional de Profissionais em Assistência e Proteção se manteve o uso do termo profissional humanitário e não trabalhador humanitário.

Em relação aos que não participariam optamos por não envolver os membros das forças armadas e outros funcionários públicos, porque mesmo atuando com certo teor humanitário, são atores do Estado e agem em conformidade e orientações desse. Não estão sob o cabedal dos valores comuns ao humanitarismo, como o princípio da neutralidade e da imparcialidade. O Estado não é nem neutro e nem imparcial, pois assume normas e segue um conjunto de deliberações e condições impostas por ele mesmo como expressa vários anúncios em site, informativos virtuais e outros da operação militar em Roraima, que em última instância no local faz a governança geral da resposta do Estado (OPERAÇÃO ACOLHIDA, 2020). A neutralidade será abordada no capítulo cinco para aprofundar o fenômeno da abjetivação da hospitalidade em deslocamentos e compõe a restituição dessa investigação com base no método utilizado.

A etapa da entrevista foi realizada por meio de questões semiestruturadas aplicadas virtualmente devido aos protocolos de prevenção da COVID 19. A seguir é possível ver o convite que foi enviado para os humanitaristas por meio de grupos do WhatsApp<sup>3</sup> para contatos próximos que poderiam fazer chegar a outros tantos que atuaram em Roraima de 2018 até 2020.

Figura 1 - Divulgação para que profissionais respondessem ao questionário da pesquisa



ATUAÇÃO EM RORAIMA DE

---

**PROFISSIONAIS  
HUMANITÁRIOS**

---

**Estimad@ humanitarista,**  
que atua em organizações internacionais,  
ONG's, instituições religiosas e não  
religiosas sendo **médico, psicólogo,**  
**cientista social, internacionalista, agente**  
**comunitário, gestores, assistentes**  
**sociais, engenheiros,** em fim, tod@s  
humanitaristas (exceto militares e agentes  
diretos do governo local ou federal) que já  
atuaram por até 3 meses ou mais, ou  
continua com alguma modalidade de  
contrato profissional, peço a sua  
participação nesta pesquisa sobre a  
resposta humanitária em Roraima.

Esta é uma iniciativa do Programa de Pós-graduação em  
Sociedade e Fronteiras junto à Universidade Federal de Roraima  
(UFRR). Mestrando Responsável: Marcelo Lemos. Orientação:  
Prof. Dr. Francilene Rodrigues.  
Informações: marchellolemos@gmail.com

Participe até 11/10 acessando o questionário:  
**<https://ee.humanitarianresponse.info/x/EkZaOBJ4>**  
**obs: Se já respondeu nosso muito obrigado!**

Fonte: Elaboração conjunta.

O questionário foi dividido em quatro (4) ciclos humanitários, a saber: ciclo da identificação – humanitaristas quem são? O ciclo da atividade humanitária – o fazer humanitário; o ciclo da saúde mental e física – vida de humanitarista; e o ciclo do humanitarismo institucional – o profissionalismo humanitário. No primeiro ciclo da identificação foram feitas questões sobre a nacionalidade, a naturalidade, o gênero, a cor, a idade, a escolaridade, a formação profissional, as capacidades em línguas estrangeiras, a expectativa durante a formação profissional a fim de atuar em atividade humanitária, o voluntariado, a religião, a orientação sexual, o estado civil, o número de viagens nacionais e internacionais em atividade humanitária, o conhecimento da geografia e da cultura da Amazônia setentrional antes da atividade humanitária, a formação sobre migração e refúgio e a escolha de ao menos dois valores pré-estabelecidos nas opções que melhor representassem o humanitarismo para eles.

No ciclo segundo ciclo da atividade humanitária os profissionais disseram sobre as áreas que atuaram e atuam. Elas foram classificadas seguindo um padrão em acordo com o

Projeto Esfera (SPHERE, 2018) que estabelece normas globais para assistência e proteção humanitária. Esse padrão é útil para muitos países e para inúmeras organizações como primícias aos seus próprios protocolos. Foram apresentadas as seguintes atividades nas opções de escolha: atividade de proteção, de assistência, de logística, de alimentação, em gestão, em coordenação, de avaliação de perfis, do cadastramento, de orientação – informação, de atendimento, no setor financeiro, em abrigos, na área de orçamentos e compras, em saneamento e higiene, no gerenciamento de dados, na mobilização de recursos, na articulação interinstitucional, na representação de organização, na responsabilização ética, na área de gestão de denúncias de casos de assédio e abuso sexual contra pessoas migrantes e humanitários, e ainda em atividades de capacitação de equipes.

Para terceiro ciclo da saúde mental e física estabeleceram-se doenças que os profissionais estivessem expostos potencialmente a adquirir no início, e após a finalização de atividade de campo. Assim, perguntou-se sobre as doenças do sistema digestivo, doenças infecciosas, do sistema nervoso e de caráter mental.

No quarto e último ciclo, o da institucionalização humanitária, foram elaboradas questões de avaliação pessoal da própria atuação, do tempo de contrato, sobre o desejo de continuidade nesse campo profissional, dos salários e da expectativa em relação à ação desenvolvida. Também foram questionados sobre a atividade principal e a tipologia da organização, ou seja, se é religiosa, laica, privada, sem fins lucrativos, do estado e do governo federal, sobre a abrangência se nacional, internacional, regional ou local. Perguntou-se sobre a capacitação antes, durante e depois para atuação, a modalidade de contratos de trabalho, o local e os instrumentos para atuação, o processo de seleção e critérios para a empregabilidade, sobre a satisfação com a gestão, os abusos e assédios e procedimentos de denúncias. Por fim, perguntou-se sobre a restrição quanto à resolução de casos devido aos protocolos institucionais, a coordenação de campo com outras organizações, a formação especializada em ação humanitária, migração e refúgio e as certificações profissionais, bem como a expectativa alcançada para permanência nesse campo de atuação em longo prazo.

A fim chegar em resultados, para as entrevistas fez-se uso da plataforma KoBoToolbox:

*KoBoToolbox* é um conjunto integrado de ferramentas para construir formulários e coletar respostas de entrevistas. É construído pela *Harvard Humanitarian Initiative* para uso fácil e confiável em ambientes de campo difíceis, como emergências humanitárias ou ambientes pós-conflito (...) *KoBoToolbox* é hospedada e apoiada pelo

UNOCHA e pode ser usada sem limitações por qualquer organização humanitária<sup>8</sup> (KOBO TOOLBOX, 2020).

Essa ferramenta é a mesma usada pelos profissionais em atividade humanitária, em escala mundial, já que foi desenvolvida para fins humanitários para coletas de dados visando formular os bancos de dados atendidos, levantamento de diagnósticos antes, durante e depois, no monitorar e sistematizar as ações de projetos e escuta de beneficiários. Ela permite realizar atividades de coleta de dados em lugares remotos sem acesso à internet em modo off-line e depois todos os dados podem ser agrupados num mesmo banco de dados, ainda que tenham sido vários os pesquisadores numa atualização com conexão com a internet. Os resultados podem ser extraídos diretamente da ferramenta em mapas, gráficos e planilhas. É possível fazer busca por termos mais utilizados, expressões completas e ainda anexar fotos e arquivos. No caso dos resultados da presente pesquisa esses recursos foram evitados e manteve-se, assim, a sua utilização somente para a aplicação do questionário. Os infográficos resultantes do processo de análise são todos de autoria própria e feitos usando a plataforma de diagramação *Canvas*.

Na segunda etapa do método dos itinerários, a caminhada, mesmo com o entendimento de que “o caminhar não está apenas no centro do método dos itinerários, mas também sublinha a importância da experiência de caminhar juntos com os sujeitos da pesquisa, nos espaços do cotidiano” (REGINENSI, 2020, p. 4), ela não ocorreu devido à pandemia. Porém, não se diminuiu o teor experiencial a opção por outra forma de fazê-la. Como se verá no capítulo das experiências o ajuste realizado de fazer uma caminhada digital por chamada de vídeo, usando o mapa do local, os relatos das experiências confirmam que não ocorreu perdas substanciais. Isto porque itinerar, enquanto método experiencial, é um mergulhar em algo “totalmente cru, suado, fedido, cotidiano, para apresentá-lo a liberdades, sobre o fundamento da liberdade”<sup>9</sup> (SARTRE, 2004, p. 119) e que pode ser feito também pela escuta dentro de uma locação, isto é, no ambiente da atuação dos humanitaristas já que ele é conhecido aos humanitaristas e ao pesquisador, como foi o caso deste trabalho.

Para melhor precisar esse ajuste ao método à não caminhada no local denominou-se de *caminhada-en-línea* e, como resultado dessa ação, que poderiam ser na forma das

---

<sup>8</sup> “*KoBoToolbox is an integrated set of tools for building forms and collecting interview responses. It is built by the Harvard Humanitarian Initiative for easy and reliable use in difficult field settings, such as humanitarian emergencies or post-conflict environments. This instance of KoBoToolbox is hosted and supported by UN OCHA and can be used without limitations by any humanitarian organization*”.

<sup>9</sup> A afirmação Sartriana está em um contexto diferente do deslocamento, mas pode ser utilizada sem divergências conceituais. Ademais Sartre é dos grandes pensadores do Existencialismo. Conjunto de teorias formuladas no século XX, com forte influência do pensamento de Kierkegaard 1813-1855, que se caracterizam pela inclusão da realidade concreta do indivíduo sua mundanidade, angústia, morte etc. (ESCOLA BRITANNICA, 2013).

fotonovelas, álbum de fotos-vivências e vídeos se definiu como *notas-experienciais*<sup>10</sup>. A *caminhada-en-línea* foi concretizada no mês de abril de 2021 e foi realizada com duas mulheres<sup>11</sup>. Isso ocorreu depois da sistematização/apuração das entrevistas via o questionário semiestruturado, aplicado em outubro de 2020 e os dados organizados entre dezembro de 2020 e março de 2021.

As *caminhadas-en-línea* foram realizadas nos dias 11 e 12 de abril de 2021. A primeira aconteceu num domingo pela tarde e a outra numa tarde de segunda-feira. No primeiro dia o encontro foi com Carmem e, no segundo, com Mary. Elas elegeram estes nomes fictícios que recordam outras duas mulheres que as marcaram profundamente durante as suas atividades humanitárias. Devido à nossa atuação profissional como humanitarista em 2018 em Roraima, tanto Carmem como Mary já eram conhecidas e o grau de confiança já estabelecido foi fundamental. Optou-se por deixar o texto das notas experienciais o mais literal possível, segundo inclusive a gramática considerando que isso pode trazer melhor à tona a experiência vivida. Usa-se por isso sinais como reticências, exclamações e palavras, às vezes, como se tivessem sido cortadas. Não é um descaso com a gramática, senão uma opção que permite um itinerar dentro do acontecido da experiência.

Carmem estava com muitas atividades semanais e isso dificultou o agendamento, como ocorreu numa tarde domingo ela estava mais disposta a narrar sua experiência. Mary estava de férias e preferiu uma conversa no seu último dia livre já que, conforme ela mesma expressou, teria muitas coisas a fazer no retorno às atividades humanitárias e isso poderia impedir a sua participação. Usou-se a ferramenta do *Teams* que permite interação de vídeo, áudio, texto e arquivos e a gravação da sessão. Mesmo sabendo que teria sido uma assertiva qualitativa maior, assim como fora recomendado na qualificação uma relação direta em campo, caso acontecessem as caminhadas *in loco*, entende-se que com a *caminhada-en-línea* foi possível chegar aos elementos mais expressivos da experiência. Com Mary e Carmem o foco se manteve nas narrativas das suas vivências frente à penúria, à calamidade, às extremas necessidades e ao ofício de responder com base em protocolos - com profissionalismo - aos

---

<sup>10</sup> *Caminhada-en-línea* é um jogo de palavras que se fez com caminhada, em referência ao exercício do itinerar, trilhar, e *en línea* usa-se como termo para ações digitais. Foi assumido no espanhol devido o contexto com as pessoas em deslocamento vindas da Venezuela, para quem os humanitaristas respondem após escuta de suas múltiplas necessidades. As *notas-experiencias*, outro uso em jogo de palavras, tendo as notas como “apontamentos registrados; marca que permite a distinção ou diferenciação de indivíduos ou objetos; classificação ou qualificação quantitativa ou qualitativa de um trabalho, que se enquadra numa escala oficial; apreciação, resultado ou avaliação escolar ou acadêmica e aviso ou atenção (LÉXICO, 2009). Experiência com o vivido na sua dimensão vocativa e que está sendo vivida na sua forma de aparecimento pleno.

<sup>11</sup> O resultado das entrevistas mostrou, no que se refere à identificação de gênero, ser maior o número de pessoas do gênero feminino e, por isso, a preferência por escutar duas mulheres.

gritos de sofrimento e dor das pessoas em deslocamento. Isto foi importante para que desde aí se estabelecesse a conexão com o resultado do perfil dos profissionais e o aporte teórico.

Resultante da *caminhada-en-línea* foram as *notas-experienciais*. Essa elaboração foi feita porque o método dos itinerários aparenta-se com os métodos biográficos e deixa uma abertura e uma disponibilidade da história de vida do entrevistado formando um fio condutor sem, no entanto, confundir-se com os depoimentos e de história oral (REGINENSI, LEMOS, *et al.*, 2020). Como o método assume um reconhecer da experiência do outro se realizou como uma trilha sendo percorrida entre duas pessoas (entrevistado e o pesquisador) numa interação livre, aberta e disponível de maneira que o resultado não poderia ser senão algo em abertura, a liberdade de experiência.

Por isso as notas-experienciais possuem essa força de recordar, de agregar com e para o sem fronteiras, essa expressão vai sendo argumentada ao longo do texto. As notas-experienciais demonstram significados podendo ser submetidas a reparações, distinções e diferenciações e podem, também, como se assumiu serem trechos de vivências de algo a ser demarcado, assinalado e que penetram profundamente de ressignificação o viver consigo, a partir da convivialidade dos ‘outros’. Elas não são passageiras porque te lançam sempre para algo a mais do aberto, do que está sendo, do que está por vir e refazer-se. Por fim, são marcos de atenção de modo que elas estão presentes por toda parte, de diversos modos e maneiras são expressas e apontam para algo maior, seja de precioso e o que não pode ser esquecido. São humanas demais, são aquilo que mais genuinamente pode ser compartilhado do vivido.

No caso da pesquisa as notas-experienciais assumiram as mesmas perspectivas da experiência (BENJAMIN, 1933) enquanto o que não está acabado e finalizado e precisa ser aprendido, ou seja, porque não concluem e não dão por definitivo o assunto, são aprendizagens. Dessa forma, elas puderam proporcionar um alcance maior da experiência nos termos de “notas sobre a experiência e o saber da experiência”, “notas sobre as linguagens da experiência” (LARROSA, 2019, p. 15 e 73) e isto é o que é mais próprio ao método dos itinerários e para itinerância investigativa.

As notas-experienciais assumem não apenas a forma de um diário de campo nosso, senão o próprio anúncio da experiência da pessoa humanitária, que segundo Kroeff (2020, p. não paginado):

Situando o diário de campo na modulação da atenção do(a) pesquisador(a), consideramos o seu caráter "inacabado", no sentido de que pode seguir passando por transformações. Em alguns momentos, o(a) pesquisador(a) atenta para uma situação do cotidiano sem que, necessariamente, faça no momento uma formulação explicativa-teórica, mas a imersão no campo-tema permite que a atenção se volte a

cenas que são narradas e no operar da pesquisa ganham relevância para novas explicações.

Em suma, as notas-experienciais referiram-se ao objetivo de identificar e analisar a abjetivação da hospitalidade desde a prática de proteção e assistência humanitária em deslocamentos. As notas-experienciais são análogas aos recursos que Sartre utiliza na sua obra “O que é a Literatura” (2004). Antes de definir objetivamente Literatura ele elabora em quatro capítulos: “que é escrever? Por que escrever? Para quem escrever? Situações do escritor em 1947” (SARTRE, 2004, p. não paginado). O autor utiliza as notas quase como intercapítulos enunciadas no próprio sumário e não como inserções de rodapé e ao final do livro. Elas não estão aí apenas para indicar referências e conexões textuais, mas marcam a importância que o texto deve demonstrar na sua tessitura.

Ora, com as notas-experiências foi possível uma aproximação ao impulso originário do agir humanitarista, isto é, o dito e anunciado do vivido no seu aparecimento de sentido mais profundo e, desde sempre, da experiência humanitária dos humanitaristas. Isto não pode ser abarcado totalmente e dado por encerrado. Assim como o ofício de um escritor não têm, segundo Sartre (2004):

nada a resgatar, senão um mundo multicolorido e concreto, com seu peso, sua opacidade, suas zonas de generalidade e seu formigamento de histórias, esse Mal invencível que corrói sem jamais conseguir aniquilá-lo. O escritor o resgatará tal qual é, totalmente cru, suado, fedido, cotidiano, para apresentá-lo a liberdades, sobre o fundamento de uma liberdade (SARTRE, 2004, p. 119).

Os resultados das entrevistas apoiaram também o que se esperou do primeiro objetivo específico, identificar o perfil e que nos lançou à *caminhada-en-línea* resultando os aspetos do segundo objetivo específico acerca das narrativas das experiências e por fim essas conduziram à apreciação das interfaces do perfil profissional e suas experiências com o fenômeno da abjetivação da hospitalidade. Essa apreciação une as duas fases que marcam a análise crítica desse trabalho entre a hospitalidade condicional bem assinalada no texto *A Paz Perpétua*, um Projeto Filosófico de Kant (2008). E da hospitalidade incondicional bem refletida no texto sobre a Hospitalidade de Anne Dufourmantelle e Jacques Derrida (2003). Ambas são constitutivas da abjetivação da hospitalidade e esta pesquisa com base no agir de profissionais humanitários em contextos de deslocamento resultou numa aproximação de ambas que se denominou hospitalidade da consideração. É o que se verá no desfecho da dissertação.

Antes de seguir para outro capítulo ainda é oportuno dizer que esta pesquisa poderia ter caído no auguro do bem humanitário. Não sendo o seu propósito foi um risco variável à

análise. Este risco foi assumido como elemento de contraponto e até necessário para negação da abjeção do humanitarismo e da hospitalidade – condicional e incondicional. A escuta durante a *caminhada-en-línea* confirmaria este risco de que, o bem humanitário pode ser maior que o anúncio experiencial diante do horror, do caos, isto é, que fosse reafirmado que é melhor seguir pela etiqueta humanitária, os protocolos e adoção de meios condicionantes para resoluções em contextos de horror humano, de carestia total, se assumindo que é bonito, é belo e bom ajudar humanos. Mermo porque existe todo um favorecimento da literatura e da religião, como disse Said (2003), que projetam essa bondade universal da solidariedade entre e privilegiadamente a bondade com pessoas em múltiplas vulnerabilidades.

Assim que, em termos das atividades humanitaristas de assistência e proteção - em deslocamentos - sugiram questões como: quais descobertas e o que elas revelam da abjetivação da hospitalidade? Em que medida a experimentação dos profissionais humanitários com pessoas em deslocamento geram formas de abjeção? As ações humanitárias a rigor, pelo bem que realizam salvando vidas, produzem a abjetivação e a abjeção? Por isso, além da decisão de para onde ir e da delimitação do método e orientação metodológica a seguir faz-se uma apresentação de elementos que fundamentaram essa decisão e porque foram assumidos como vitais e políticos.

## 1.2 EM CASO DE ABORDAGEM

A fim de constituir maior nivelamento à fundamentação teórica da pesquisa, colaborando para o alcance dos objetivos foi utilizada a abordagem pós-estruturalista numa dupla perspectiva, vital e política. Vital porque a pesquisa desde sua gênese esteve conectada com o viver<sup>12</sup> concreto de profissionais humanitários, nosso e das pessoas em deslocamento e, portanto, vai mais além de um contributo teórico. Isto implica que:

*o pós-estruturalismo é uma prática.* Não se trata de argumentos abstratos ou observações imparciais, mas de uma expressão prática de limites em um determinado âmbito. Isso explica por que as variedades de pós-estruturalismo recebem nomes que correspondem a atividades críticas e criativas práticas: desconstrução (Derrida), economia libidinal (Lyotard), genealogia e arqueologia (Foucault) empirismo transcendental (Deleuze), dialética (Deleuze, Kristeva) (WILLIAMS, 2013, p. 20).

---

<sup>12</sup> Vital e experiencial como abertura fundante. O viver e o estar vivo não é mero funcionamento orgânico, mas o itinerário de compreender-se e desenvolver-se em contextos de ressignificação permanentes como é o caso dos terrenos da humanitários faz deles o desdobrar de uma experiência. O viver não encerra em si, com base na experiência, resultar em mais coisas de como fazer, quando se está numa abertura fundante, ele apoia e confirma novas possibilidades. Isso vai contra a padronização de meios operacionais utilizados na prática humanitária.

Ainda que o conceito de relação vida e ação não tenham sido ‘inventado’ pelo pós-estruturalismo já que ele pertence às filosofias da vida, anteriores ao Estruturalismo e Schleiermacher (1990) é o grande iniciador desta discussão, a afirmação de Willams (2013) é um contributo que entranhou a pesquisa dessa inspiração relação vida e ação, movimento do ato de estar vivo e o modo de proceder vivendo. Isso até que se unam as dimensões da práxis e a da teoria no campo da pesquisa, especialmente de uma pesquisa do agir e reflexionar sobre o humanitarismo. É essa partida do mundo da vida<sup>13</sup>, no humanitaríssimo a vida na sua forma do caos e da dor, da insignificância, isto é, de abjeção revelada nas limítrofes das situações em que apelam concretamente por respostas humanitárias. Essa praticidade das respostas por meio do pós-estruturalismo pode ser criticada porquanto um tanto dela já está ausente da criatividade do impulso originário, dos valores que levam ao sentido da experiência e da abjetivação da hospitalidade.

Por isso, sendo um argumento de coerência ao procedimento crítico, fez-se para além da experiência vida. Junta-se a ela a experiência política no sentido de que ao pesquisador e a toda experiência dos sujeitos da pesquisa permeiam o âmbito político:

Se a esquerda em política é definida como uma política para os que estão à margem, para os excluídos e para os que são definidos como inferiores e assim mantidos, então o *pós-estruturalismo é uma política de esquerda*. Se a direita em política é definida como uma de verdades e valores fixos, sejam tradições fixas, ou valores inalienáveis, ou verdades morais eternas, então o pós-estruturalismo se opõe a esta política. E atrai a fúria e o repúdio da direita. Esta crítica tem sido frequentemente raivosa e profundamente mal-informada (WILLIAMS, 2013, p. 20).

O mais importante nessa definição é que não se trata de pensar política como adesão por um lado que representa ser o melhor. É uma construção aberta que muda e está em mudança. Essa impressão a uma bipolaridade, em termos de exigir escolher este ou aquele em nada tem a ver com o pós-estruturalismo e teria enfraquecido a pesquisa. Essa dualidade é refutada pelo próprio Willams (2013). Distante de um eventual dualismo, o que está posto é que “a luta é por estes direitos agora e não por direitos universais e eternos” (WILLIAMS, 2013, p. 21). Por isso, a escolha do pós-estruturalismo enquanto um contributo vital e político é o elemento chave ao que se realizou em términos da desconstrução da hospitalidade na prática humanitária. Tendo Derrida como referência primordial se trata de uma desconstrução que se fez ao modo de *explications*:

---

<sup>13</sup> Os conceitos de mundo da vida e vida humana também são conceitos anteriores ao pós-estruturalismo e ao próprio estruturalismo. O conceito pode ser notado em obras de Lebenswelt, Husserl e, certamente, em autores antes deles. No pós-estruturalismo temos uma abordagem que melhor se expressa ao contexto da pesquisa realizada e ao longo do texto foram sendo trazidas explicitações ao conceito.

os (escritos de Derrida) são modelos de *explications* poderosas. Suas obras são mais sensíveis a variações, melhores em perseguir implicações lógicas mais adequadas para capturar diferentes significados implicados nos textos do que a maioria das leituras destes mesmos textos. Ele escreve para ampliar o conhecimento, e não para quem busca rápidas e incisivas verdades e julgamentos. Isso significa que ele leva a tradição a um outro nível. Isso vai além de uma iniciação à grandeza do passado, descobrindo seus desastres ocultos e potencial futuro. Sua leitura é, ao mesmo tempo, rigorosamente fidedigna a um determinado texto, mas também, frequentemente, um desenvolvimento devastador de elementos inesperados (WILLIAMS, 2013, p. 49).

Seguindo a abordagem do movimento pós-estruturalista e tendo Derrida como referencial colocou-se o tema da abjetivação da hospitalidade como desconstrução, já que “a desconstrução são processos contínuos, ao invés de descobertas fixas” (WILLIAMS, 2013, p. 49). Além de definido o teor da abordagem, devido à relevância que adquire a pessoa investigada, abaixo apresenta-se a definição de profissional de proteção e assistência humanitária o qual se assumiu para começar a investigação. Isto porque durante o trabalho, pela sua natureza pós-estruturalista, outras sondagens afins ao percurso são descritas.

Nos dicionários especializados sobre humanitarismo (ARMIÑO, 2000) não se encontram definições precisas sobre o profissional humanitário. No melhor dos casos indica-se como atuam e se constituem. Sejam os dicionários e alguns estudos mais ampliados onde se encontram mais indicações sobre a atuação do profissionalismo humanístico (AGIER, 2011; DOUZINAS, 2015) levam a uma maneira qualificada de conceituar o profissional que para esta investigação advém da sua prática, que por sua vez é definida pelos princípios e pelo código de ética e conduta e não mais pelos universais com o *Sphere* (2018), e sim pelos consolidados pelas organizações para as quais são contratados. Desse modo, com base em algumas organizações, como se verá a seguir, fez-se a formulação conceitual de profissional de proteção e assistencial humanitária inicial à pesquisa.

A primeira descrição utilizada foi da Associação Internacional de Profissionais em Assistência e Proteção Humanitária (PHAP) que confirma esse desafio de uma definição estrita sobre os atores humanitários:

Os atores que respondem à crise humanitária empregam vários princípios para orientar suas ações e decisões. Entre eles, quatro passaram a representar os princípios fundamentais da ação humanitária: humanidade, imparcialidade, neutralidade e independência. Esses quatro desfrutam de um relacionamento complexo, formando um conjunto integral que pode se reforçar mutuamente e estar em tensão um com o outro. Esses princípios possuem um valor teórico, definindo distinções-chave entre os humanitários e outros atores, bem como um valor pragmático na orientação da tomada de decisão operacional. Muito debatido, há amplo acordo quanto à sua definição (com exceção da neutralidade), mas pouca definição de como eles se parecem na prática. A pesquisa mostrou que a adesão consistente a esses princípios pode melhorar o acesso

e a segurança de uma organização<sup>14</sup> (PROFESSIONALS IN HUMANITARIAN ASSISTANCE AND PROTECTION, 2019).

Os princípios de humanidade, imparcialidade, neutralidade e independência já são características a que esses profissionais devem se comprometer. Quase todas as organizações que realizam ações humanitárias assumem ao menos alguns desses princípios, dando um tom relacional com os documentos universais. A PHAP está entre as entidades internacionais de maior difusão da profissionalização e certificação dos agentes que atuam em situações tormentosas, incluindo temas específicos como intervenção, proteção, gestão de abrigos e meios de vida.

Outra organização que tem seus próprios aportes e é, sem dúvida, a maior organização em sistematização e a instituidora histórica da ação humanitária institucionalizada (DAVEY, BORTON e FOLEY, 2013) é o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV):

Os sete princípios fundamentais são humanidade, imparcialidade, neutralidade, independência, voluntariado, unidade e universalidade: estes sete Princípios Fundamentais resumem a ética do Movimento, constituindo a essência do seu enfoque para ajudar as pessoas afetadas por conflitos armados, desastres naturais e outras situações de emergência (COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA, 2017).

O CICV nasceu para responder aos contextos de guerra, seja para aliviar e sanar os atingidos e aqueles que eram parte dela, independente do grupo em guerra. Assim, o humanitarismo nasce do Direito de Guerra e, por isso, o CICV continua atuando predominantemente em situações de guerra, sendo uma referência mundial na consolidação e especialização do caráter profissional humanitário dos tempos passados e no presente. Porém, sua atuação não se restringe aos campos de guerra bélica, a exemplo disso, ressalta-se a sua presença em favelas do Rio de Janeiro por meio do programa de intervenção humanitária<sup>15</sup> (PUC-RIO, 2016). Unido ao Comitê é muito relevante a atuação da Cruz Vermelha e do

---

<sup>14</sup> “Actors responding to humanitarian crisis employ numerous principles to guide their actions and decisions. Among these, four have come to represent the core principles of humanitarian action: humanity, impartiality, neutrality and independence. These four enjoy a complex relationship, forming an integral set that can be both mutually reinforcing and in tension with one another. These principles hold a theoretical value, defining key distinctions between humanitarians and other actors, as well as a pragmatic value in guiding operational decision-making. Much debated, there is broad agreement as to their definitiveness (with the exception of neutrality), but little definition of what they look like in practice. Research has shown that consistent adherence to these principles can improve the access and security of an organization, and also shows that humanitarians must frequently compromise principles if they are to overcome operational challenges” (PROFESSIONALS IN HUMANITARIAN ASSISTANCE AND PROTECTION, 2019).

<sup>15</sup> Entre 2011 e 2013 desenvolveu-se o projeto *Humanitarian Action in Situations other than war - HASOW* - Ação Humanitária em Situações de não Guerra com o Instituto de Relações Internacionais da Universidade Católica do Rio de Janeiro, parceria dos escritórios no Rio de Janeiro (além de Genebra, Bogotá e Porto Príncipe) e o CICV.

Crescente Vermelho<sup>16</sup> que são sufragâneas do CICV (ESCOLA BRITANNICA, 2013) que respondem localmente a outras formas de eventos adversos.

Desde 2019 o CICV e a Cruz Vermelha passaram a atuar em Boa Vista no contexto do deslocamento venezuelano para o Brasil. Numa outra compreensão institucional, enquanto as duas primeiras organizações são laicas, temos o código de conduta da *Caritas Internationalis* (CI) que foi traduzido para o português pela Cáritas Brasileira:

Espera-se que todo o pessoal da Caritas: se vincule ou, pelo menos, entenda e respeite os valores sociais e morais e a doutrina da Igreja Católica. Assegure em todo momento que sua conduta pessoal e profissional corresponda aos padrões mais altos, e que aparente sê-lo. Atue de boa fé e trate os outros com dignidade e respeito, criando um entorno que celebre a diversidade. Respeite todos os direitos humanos e combata a discriminação, o assédio, o abuso, a negligência e a exploração que infrinjam os direitos dos outros. Evite impor a fé da Igreja a outros. Se abstenha de fazer comentários racistas, sexistas ou de qualquer maneira ofensivos tanto em público quanto em privado [...]. Assegure que tanto ele/ela como qualquer membro de pessoal abaixo de seu cargo atue de acordo com as pautas de saúde, segurança e proteção, e se esforce para proteger os outros (CÁRITAS BRASILEIRA, 2015, p. 41).

Considerando a perspectiva da Cáritas esse profissional deve atuar com base no entendimento e respeito à doutrina Social da Igreja Católica Apostólica Romana e, portanto, deveriam a mulher e homem humanitários atuar conforme um proceder evangélico, do mesmo modo de proceder de Jesus? A narrativa evangélica do bom samaritano (BÍBLIA, 2014, p. 1268) constituiu uma boa expressão disso. No texto bíblico podem ser constatados valores que aparecem também nas outras organizações apresentadas, entre eles alteridade, solidariedade, incondicionalidade, gratuidade e partilha. Isso faz com que ao atuar em lugares de crises humanitaristas, mesmo aqueles com vínculos em instituições confessionais devam assumir uma tessitura de crítica social, política, ambiental e religiosa?

A conduta pessoal, ética e operacional nas atividades realizadas pelo profissional que faz parte de organização e o que ela lhes atribui é o que imprime a identidade de quem é o profissional de assistência e proteção humanitária. Assim, independentemente do fato de uma organização possuir um caráter confessional ou social, ela impregna um modo de proceder e fazer ao profissional humanitarista. Desse modo, pode ser dito nos termos da investigação realizada que o profissional humanitarista é um ator que segue os fundamentos da sua ação

---

<sup>16</sup> O Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho é uma reunião de grupos que ajudam as pessoas durante períodos de guerra e de tragédias naturais. Os grupos não são religiosos e, no entanto, Cruz Vermelha é o nome usado principalmente nos países cristãos (a cruz é o símbolo do cristianismo) e Crescente Vermelho é a denominação usada nos países muçulmanos (uma lua crescente é um símbolo do Islã) (ESCOLA BRITANNICA, 2013).

especializada em termos da sua primeira formação acadêmica profissional e com base nos protocolos internacionais de conduta (códigos) ou princípios (valores) da organização para a qual foi contratado para salvar vidas. Além disso ele opera em campo com ferramentas – logística e de incidência sociopolítica – necessárias para sanar, mitigar, promover e garantir direitos a todas as pessoas no contexto adverso (AGIER, 2011), ao passo que isto gere o maior número de atividades e direitos possíveis garantidos (PAULMANN, 2016).

Com o aspecto conceitual para o profissional colocado, o conceito de experiência como se explana a seguir não está centrado no profissionalismo técnico institucionalizante. Ela segue como atitude aberta ao experienciar do seu modo de ser humanitário. Quando colocado esse caráter da experiência em si ele elabora a intencionalidade que impulsou seu agir para além dos princípios e códigos, de maneira que a experiência lhe seja como descreve Bondía (2002, p. 26):

Experiência é o que nos acontece, e se o sujeito da experiência é um território de passagem, então a experiência é uma paixão. Não se pode captar a experiência a partir de uma lógica da ação, a partir de uma reflexão do sujeito sobre si mesmo enquanto sujeito agente, a partir de uma teoria das condições de possibilidades da ação, mas a partir de uma lógica da paixão, uma reflexão do sujeito sobre si mesmo enquanto sujeito passional [...] o sujeito apaixonado não está em si próprio, na posse de si mesmo, no autodomínio, mas está fora de si, dominado pelo outro, cativado pelo alheio, alienado, alucinado.

A rigor, nos termos da definição acima, se a experiência humanitária induz para um caráter, nossa postura metodológica foi um lançar-se a experienciar. Esse lançar-se num lugar experiencial exigiu responder a um apelo que vem da nossa experiência e da experiência do sujeito da pesquisa, ou seja, os profissionais humanitários. Entre a nossa paixão pessoal e o apelo do objeto e no limiar da apropriação da experiência realizada entre ambos, sem buscas de essencialismo, mas da experiência que a fenomenologia melhor expressa a postura investigativa assumida, pois:

Se a fenomenologia é definida (...) como o estudo de como a consciência é dirigida a ou intenciona coisas, como a busca da verdade ou da essência dessa intencionalidade, então o pós-estruturalismo envolve uma crítica de tal verdade ou essências. O método fenomenológico de buscar desvelar ou perfazer uma redução a uma essência interior não desemboca em certezas. Por exemplo, os filósofos pós-estruturalistas buscam mostrar como os sentidos inatos de nossa própria consciência e sua relação com as coisas não podem ser separadas de contextos bem mais amplos. Quando eu penso que meu sentido interno de escutar minha própria voz é de algum modo mais seguro do que escutar a voz de outrem, negligencio o condicionamento social e as causas externas em operação neste senso interno. Tais formas de “presença” – para usar o termo de Derrida – não podem ser separadas de seus limites externos na linguagem, em experiências sociais e formas de conhecimento. *Não há pura presença*. Contudo, nem por isso os métodos fenomenológicos são rejeitados pelo pós-estruturalismo. Eles

são rejeitados enquanto via única para a verdade ou essência, mas são importantes por compreenderem o papel que a intencionalidade e a subjetividade têm sobre nós. Eles também são importantes por chegar a pontos de partida para uma diluição ou desfazimento, ou transformação da extensão de nossas ideias sobre o si-mesmo [*self*], sobre o sujeito e sobre a consciência. *O pós-estruturalismo não rejeita simplesmente as coisas. Ele trabalha dentro delas para desfazer seus postulados exclusivistas de verdade e pureza* (WILLIAMS, 2013, p. 23, os destaques em itálico são do autor).

A fenomenologia é experiência. Experiência é fenomenologia. Por isso que ela apoia a nossa postura experiencial investigativa. Não é a fenomenologia como um método, já que o método utilizado foi o de itinerários como já assinalado. Itinerar é uma ação posterior a essa atitude fenomenológica, aquela disposição que contribuiu para uma melhor precisão da abjetivação da hospitalidade em contextos de deslocamentos, a qual é realizada pelos profissionais e aparece nas suas experiências, visto que sem esse exercício poderia ter sido ilusória a constituição mais profunda, aquela mais endógena experiência dos humanitaristas na prática humanitária (LARROSA, 2019).

Por isso a postura fenomenológica investigativa ao *caminhar-en-línea*, nos momentos de leitura, escuta, reflexão e escrita dá concretude e não apenas abstrações teóricas e, menos ainda, um essencialismo da abjetivação da hospitalidade, dos profissionais ou das pessoas em deslocamento. Durante a pesquisa o que melhor apoiou essa tarefa foi entendê-la como um movimento que a todos humanos e ainda mais enquanto um profissional humanista entre aqueles “único(s) a habitar o mundo do aberto” (INGOLD, 2015, p. 134). Esse movimento que ocorre neste mundo que se abre para eles e para as pessoas em deslocamento. Sendo habitado, essa habitação eclode em experiências *além-fronteiras*<sup>17</sup> mesmo no mundo do caos, de dor, de sofrimento e que agarra a todos. As experiências além-fronteiras, segundo James (2013):

é importante mostrar como o que vai além das fronteiras do sujeito, da consciência e do caráter opera ainda dentro dessas fronteiras (por exemplo, em termos de relações éticas, como os outros influenciam o caráter). Ao estudar e trabalhar com a fenomenologia, os pós-estruturalistas são capazes de conectar esta poderosa fonte de um âmago aparentemente seguro. São capazes de combater esse poder, não com o objetivo de eliminá-lo, mas proporcionar interações mais amplas para nossa atenção (WILLIAMS, 2013, p. 24).

Essa fenomenologia que torna possível designar o além-fronteiras – sujeitos – é própria dessa atitude de quem recebe o que lhe é entregue, isto é, o que gradativamente foi sendo passado enquanto executa e realiza ações humanitárias e aquelas entregues durante a pesquisa.

---

<sup>17</sup> Se optou em usar o termo nessa junção, pois nessa maneira a expressão adquire todo sentido à pesquisa. Enquanto as pessoas em deslocamento e os humanitaristas na maioria das vezes, devida a natureza do movimento, se movem como aqueles sem fronteiras, eles são os que constituem experiências além-fronteiras.

Voltando apenas aos humanitaristas ela é o recebido da tradição humanitária, advinda entre a práxis e a teoria do mundo da vida dos contextos de deslocamentos. Ao centrar nos acontecimentos de sofrimento-horror (KRISTEVA, 1982), aprofundaremos melhor no capítulo quatro o sofrimento-horror que age nos humanitaristas e, por isso, não resta dúvidas da importância que adquire o lugar geográfico (sentidos) e aqueles do mundo da vida (valores) onde ele ocorre. De tal maneira que as formas de aparecimento do sofrimento-horror forjam o profissional humanitário e torna possível essa manifestação da abjetivação da hospitalidade.

## 2. DESLOCAMENTOS HUMANOS EM RORAIMA

O estado de Roraima tem características peculiares, dentre elas, um território com presença de povos originários, espaços transfronteiriços com países caribenhos e, atualmente, lugar de passagem e de permanência de populações em deslocamento vindas da Venezuela em massa. Entre estes, os Warao foram os primeiros povos – indígenas – que se deslocaram para o Brasil. Desse modo, a resposta humanitária ocorre num estado caracteristicamente com presença de povos indígenas, sobretudo porque a mobilidade de povos originários ora migratórios e em busca de refúgio “representa um desafio importante tanto para os estudos migratórios quando para as políticas migratórias ainda quase inexistentes” (OLIVEIRA, SARMENTO e VALERIO, 2020, p. 70). Seja para os venezuelanos não indígenas que para os povos indígenas em deslocamento, a resposta humanitária deve ocorrer para sanar os desafios emergenciais apresentados por essas pessoas em deslocamento; no caso dos indígenas, precisa que ela seja culturalmente sensível (ACNUR, 2021).

Um entre os grandes desafios locais é a maneira como se manejam as atividades para sanar os desafios emergenciais, enquanto faltam políticas para isso. A capacidade dos humanitaristas assistir aos humanos em deslocamento evidencia-se através de sua vida e convívio em meio ao sofrimento e em meio ao fedor, as doenças, tantas vezes adentrando em escombros, face a face com a fome e submersos interuptamente no horror. A prática humanitária acontece diante da desgraça; os corpos dos profissionais e das pessoas em deslocamento testemunham e são testemunhas disso.

O antropólogo Didier Fassin, em *Por una repolitización del mundo: Las vidas descartables como desafío del siglo XXI*, com base no proceder antropológico, diz que a prática desse profissional deve “*se esfuerza(r) por decir el mundo tal cual es y no tal como debería ser*” (FASSIN, 2018, p. 17). É com essa intencionalidade que a investigação se propôs descrever esse terreno e o modo de agir nele, usando a metáfora de um tabuleiro de jogo; questiona-se: com tantos corpos ceifados ou feridos, e ainda junto aos que estão vivos, os profissionais humanitários são agentes de reciclagem da descartabilidade das vidas? Já que “*la violencia fundacional del Estado y la oposición potencial de los actores sociales tienen un sitio en común donde se manifiestan: el cuerpo*” (FASSIN, 2018, p. 104).

Seguindo a metáfora, as movimentações num tabuleiro em contexto de deslocamentos seguem o interesse de distintos atores, em nível global. Os Estados assumem seu potencial de ordenamento dos corpos; sem diminuir a importância de demais atores, a engrenagem funciona para continuar a gerar e manter o jogo ativo, mesmo às custas de vidas. Até entre as entidades

e organizações sociais, com efêmera preocupação dos jogadores protagonistas, os Estados impetram essa violência de morte; mesmo os humanitaristas atuando a favor de uma solidariedade humana com e para todas as pessoas, (RODOGNO, 2012) o jogo continua gerando sofrimento e horror de morte, perdas de contingentes e violências. Em contextos de tantos eventos adversos, sendo o corpo humano o centro deles, de novo ampliam-se as peças descartáveis de corpos de centenas de milhares de pessoas. Quem recicla?

Na solidariedade humana, expressa-se a convergência de esforços para salvar pessoas; como diz Fassin (2018), em salvar corpos, e esses esforços aparecem como um artifício necessário nesse mundo do sofrer. Afinal, muitas são as pessoas que agonizam, nesse jogo em que não os jogadores. Elas assumem o lugar de peças. E à medida que o jogo avança, aumentam as peças vitais descartáveis, como é o caso das tantas pessoas em deslocamento (HAMMOND, 2008). Estes são colocadas à utilidade dos humanitaristas para aplicação da etiqueta humanitária, tarefa dos profissionais humanitários de salvaguardar os humanos que ficam pelo jogo com todo aparato protocolar, burocrático e logístico operacional.

É por isso que os eventos adversos emolduram muitos contextos de resposta humanitária. São inúmeros, como veremos mais à frente. Em síntese, esses eventos provocam atos involuntários ou intencionais, que ao serem utilizados pelos jogadores (Estados ou organizações da sociedade civil) como estratégias para obter alguma vantagem, continuam com o alto grau dessa descartabilidade global de vidas humanas. Consequentemente, de mais necessidade de ação humanitária e de profissionais a roda do humanitarismo alimenta por assim dizer a descartabilidade, amplia a abjeção dos sem fronteiras até dar-lhes contornos de soluções que devem seguir assim porque o sistema funciona assim. Na atualidade, não é falta alguma dizer que no topo das descartabilidades estão as pessoas em deslocamentos, os itinerantes, os marchantes. Elas e não as ditas ‘crises humanitárias’ que representam um enorme desafio global, e que deve se estender por décadas sem uma solução duradoura. E nem se sabe se serão possíveis via o humanitarismo outras saídas que mudem a natureza do jogo – jogar para descartar (FASSIN, 2018).

Ainda que as marchas humanas adquiram um interesse para alguns jogadores (Estados), estes interesses ficam aquém das tormentas dos muros físicos, mentais, religiosos, climáticos, socioeconômicos e os aquelas simbólicas no interior humano que confrontam os jogadores e a própria ação humanitária: não existem vidas descartáveis mesmo diante dos desafios da saída e as do ponto de chegada. Eles comunicam e evidenciam com o caminhar que não há vida desprezível. Segundo a experiência compartilhada da peregrina Marielys Altare, *“llegar es otra historia. Lo primero, entender y aceptar la ‘máxima de vida’ de que siempre*

*hay personas em peores condiciones que uno*” (ALTURE, 2020, p. 226). Entretanto, ao assumir essa difícil tarefa que é viver a vida, opondo-se à morte, todo caminhar de humanos superando os eventos extremos expressa um ressignificar até novas maneiras de viver; a expulsão não é um fim e a ação humanitária não é o começo (SASSEN, 2016; FASSIN, 2018).

Segundo Marielys é *“por una fuerza que no se describir, seco mis lágrimas [...], mis papás están librando probablemente su última batalla; yo no puedo hacer menos”* (ALTURE, 2020, p. 227). que segue possível ver as novas formas de vida das pessoas em deslocamento, ainda que seja pela colaboração humanitária a mobilidade *“no es solo una cruz de dolor e tristeza, son muchas cruces com bandei ras venezuelanas de um lado a outro, com dolor e com tristeza, tropezándose em la calle, compartiendo solidariamente um pedazo de pan, um cartón en el piso, um vaso de agua”* (ALTURE, 2020, p. 226), outras formas de humanitarismo das pessoas em deslocamento já estão sendo vividas e tomando forma concreta pelo caminho. Não primeiro via a ação humanitária que nega a singularidade do vivido e da pessoa em mobilidade. A ação humanitária amplia aos sujeitos caminhantes essa cultura da indiferença: e bem antes são as pessoas sem fronteiras que preconizam ao agir humanitário que seu mandato é de salvar vidas não as reciclar.

Os humanitaristas, para operar este aporte de iniciação para as pessoas em deslocamento, ainda que possam ser vistos por eles como salvadores (FERREIRA, 2017), no âmbito daquela emoção e comoção que provocam neles e eles aos profissionais, agem com base nos acúmulos dos estudos e escolas de formação especializados cada vez mais em gestão, geopolítica, história, saúde, direito, tratados e protocolos, sobretudo internacionais (HAMMOND, 2008). Todavia, mesmo sabendo da importância desses referentes, se abre uma interrogante: os códigos, os stands e protocolos contribuem para diminuir a abjeção e favorecem a abjetivação da hospitalidade a partir do apelo de multidões em sofrimento?

Entre as causas do deslocamento venezuelano está a hiperinflação, o desemprego em massa, a fome e principalmente a deterioração dos serviços, como o de saúde para milhares de venezuelanos. A ação humanitária não enfrenta a rigor as formas concretas de aliviar as necessidades oriundas das causas – jogo dos Estados. Levando em conta dados oficiais de regularização migratória, trata-se de 5.642.960 pessoas (R4V, 2019). Estes dados estão assim desagregados, entre os seis principais países de chegada na região:

Figura 2 - Quadro de ingressos por países com algum tipo de reconhecimento regulatório

<b>Nombre de la ubicación</b>	<b>Fuente</b>	<b>Fecha de los datos</b>	<b>Población</b>	
<b><u>Colombia</u></b>	<i>Government</i>	31 Dec 2020	28.3%	<b>720,112</b>
<b><u>Chile</u></b>	<i>Government</i>	10 Mar 2021	24.0%	<b>610,035</b>
<b><u>Peru</u></b>	<i>Government</i>	12 Feb 2021	18.3%	<b>465,858</b>
<b><u>Argentina</u></b>	<i>Government</i>	24 Feb 2021	8.8%	<b>222,658</b>
<b><u>Ecuador</u></b>	<i>Government</i>	30 Aug 2020	8.0%	<b>202,489</b>
<b><u>Brazil</u></b>	<i>Government</i>	31 Oct 2020	5.7%	<b>145,462</b>

Fonte: Plataforma R4V abril de 2021.

Esses dados quantitativos representam um desafio enorme para o agir humanitário, pois em cada país foram feitos arranjos iniciais até compor e ampliar as estratégias de regulação, do controle de entrada e saídas dos Estados, da presença e da forma de atuação de ONG's nacionais e internacionais, até formar um complexo plano e orçamento da engenharia humanitária. Feita nos contornos entre o humanitarismo e a política, gerando em vários países, em especial no Brasil, o que Fassin (2014), chama da “humanitarização”, prática de intervenção militar baseada em compaixão e repressão, sob a forma de acolhida aos que estão em deslocamento, essa estratégia conta com o bom ordenamento das relações com as agências internacionais, a maioria do sistema ONU (algumas poucas outras expressam como essa institucionalidade representa mais desafios para uma resposta humanitária, sem subjugar as capacidades afirmativas das pessoas em mobilidade e de atores da sociedade da civil). Segundo Ivana Vasconcellos, “a experiência da militarização do gerenciamento dos/as migrantes no norte do Brasil apresenta uma mudança na política migratória brasileira, apontando para uma aproximação ao modelo de campo de refugiados aplicado mundo afora” (VASCONCELOS, 2021, p. 58).

Com ou sem modelos prontos, essa atuação militar que se arranja no escopo e moldura-se de humanista é humanitarização. E sejam os humanitaristas contratados pelas Organizações Não Governamentais (ONG's), ou pela Organização das Nações Unidas (ONU), eles atuam e continuam operando numa concretude sociológica e política dos deslocados; na maioria das vezes, serão aqueles que levam do ponto de partida e encontram no ponto de chegada pobreza e mais pessoas pobres (CORTINA, 2017). A pobreza, por sua vez, se apresenta como o aspecto limítrofe dos que estão em deslocamento, eclode como o abjeto visível e sensibilizador porque a pobreza em lugar num corpo ambiental, social e fisiológico. Mesmo que por meio dela depois se expresse aquela abjetivação da hospitalidade, sem atos de repressão ou pura compaixão e piedade. A concretude da miséria que se quer ocultar pelos arranjos da logística humanitária

(exemplo são os abrigos e mais adiante se voltará a eles), mantém os sujeitos em deslocamento como abjetos e não na sua força de abjetivação. E isso interessa à vitalidade do humanitarismo.

Pode-se dizer, somando ao dito acima: já que existem pessoas em maior número empobrecidas em deslocamento, não raras vezes em extrema pobreza, e até outras que chegam em condições mínimas de subsistência e subsistir na sua condição vital, faz-se jus a existência de profissionais humanitaristas. Sem os miseráveis e desvalidos é como se faltasse algo à definição do fenômeno do abjeto e, portanto, à ação humanitária e mesmo da abjetivação da hospitalidade. É frente a essa miséria, nesta destruição – desconstrução – ou seja, entre o princípio (valores) e a investida especializada (normativas humanitárias), se mantém ativo um processo de penúria e de abjeto e não superação ou investida permanente na raiz dos interesses que geram esses casos. Esse processo que se designou de *ressentimento humanitário*, ela condiciona à chamada de respostas humanitárias e à busca de direitos para vidas empobrecidas em deslocamento (KEHL, 2015; CORTINA, 2017). No capítulo cinco, volta-se a essa proposição, aprofundando a reflexão sobre o ressentimento humanitário, apoiados em Kehl (2015) e parte dos resultantes da pesquisa. A seguir apresentam-se um conjunto de eventos que abrem e seguem emoldurando a permanência e ampliação desse ressentimento humanitário.

## 2.1 EVENTOS ADVERSOS: COMEÇO DO RESSENTIMENTO HUMANITÁRIO

Normalmente, os eventos adversos ou extremos são correlacionados a fenômenos naturais que levam a ocorrência dos desastres. E apenas às vezes são reconhecidos pela ação humana. Porém, mais que os eventos em si, e se falará deles, a vida acontece numa Sociedade de Riscos (BECK, 2010). Na sociedade de risco, segundo Beck interpõem-se questões que assinalam uma sentença óbvia:

O conceito de risco tem realmente a importância sócio-histórica que lhe é aqui assinalada? Não se trata de um fenômeno originário de qualquer ação humana? Não serão os riscos justamente uma marca da era industrial, em relação à qual deveriam ser nesse caso isolados? É certo que os riscos não são uma invenção moderna. Quem – como Colombo – saiu em busca de novas terras e continentes por descobrir assumiu riscos. Estes eram, porém, riscos pessoais, e não situações de ameaça global, como as que seguem para toda a humanidade como a fissão nuclear ou com o acúmulo de lixo nuclear. A palavra “risco” tinha, no contexto daquela época, um tom de ousadia e aventura, e não o da possível autodestruição da vida na Terra. (BECK, 2010, p. 21-63).

Assumir os riscos de se estar vivo e, ao mesmo tempo, buscar aquela coragem para desafiar o risco, superar suas ameaças não deveriam vir quando o caos já se instalou, e muitas

vezes centenas de vidas já foram dadas como perdidas. São inúmeras as manifestações que podem acontecer em escalas catastróficas toda vez que os riscos chegam ao nível concreto de um evento inesperado. Como sondar uma sociedade de risco via os eventos já conhecidos? Por que esses eventos anunciam a chegada do humanitarismo? A apresentação dos eventos a seguir, nas suas variadas maneiras e magnitudes, mostra como essas adversidades estão mais que conectadas umas às outras e ao interesse do humanitarismo. Elas são um passo anterior alargando um olhar antes de aprofundar a localização do Lavrado, o contexto do deslocamento e da ação humanitária que se investigou.

A começar pelas guerras armadas. Por mais que pareçam obsoletas para alguns, as guerras armadas continuam acontecendo, desde centros urbanos complexos, como na Cidade do México e no Rio de Janeiro, até a eventos que para muitos soam distante, como os conflitos em países do Oriente Médio. Ainda que pareçam distantes aos ocidentais, seja pela configuração geográfica, ou pela pouca visibilidade dada a elas pelos noticiários, as guerras continuam a deixar centenas de milhares de vidas para trás.

Não confere estranhamento o fato de que as mortes se alastram porque as armas estão nas mãos de humanos, na cidade e no campo. Na América Latina, a grande maioria dos que morrem por outros humanos é do sexo masculino, afrodescendente e jovem. No caso de países do Oriente Médio, são ainda mais expressivas as crueldades e violências antes da morte impetradas a milhares de mulheres, como a obrigação à prostituição e estupros, o tráfico de órgãos e os estupros, o trabalho escravo. Esta é só uma parte do cabedal poderoso da robustez armamentista ilimitada (LIRA, 2017, p. 41-57) e que parece não ter fim. Também frente a este tipo de violências, a ação humanitária está presente para, literalmente, salvar as vidas possíveis.

Entre os campos de guerra atuais, sem ignorar outros conflitos ligados a questões políticas, religiosas e da economia global, sobretudo devido ao mercado do petróleo e outros recursos naturais, o que melhor expressa o poderio bélico e suas mazelas em relação ao humanitarismo é o conflito na Síria. Ele já alcança uma década. Nesses anos, provocou um dos maiores êxodos mundiais recentes. Cidades e comunidades inteiras se tornaram cemitérios para vidas ceifadas ou deslocadas (ALBUQUERQUE, 2018). Nos casos dos recursos financeiros, por exemplo, segundo Chicet (2020, p. 31):

En 2019, se solicitaron 30.400 millones de dólares a través de ellos. Estos llamamientos son un indicador de los recursos que se necesitan para responder a las crisis humanitarias. Dicha cifra supone un aumento del 5% con respecto a 2018, siendo además 2019, el cuarto año consecutivo de incremento. Los llamamientos en 2019 fueron un 49% más altos que en el año 2015 (aumentaron un total de 10.000 millones de dólares) y un 136% más altos que en 2010 (lo que supone un aumento de

17.500 millones de dólares). Los llamamientos para la crisis de Yemen aumentaron en 1.100 millones de dólares (35%), alcanzando los 4.200 millones de dólares. Sin embargo, a pesar de este aumento y una caída del 4% en los llamamientos del Plan Regional para los Refugiados y la Resiliencia (3RP), la crisis de Siria fue la que requirió un mayor volumen de recursos, 5.400 millones de dólares. El monto total de ambos llamamientos representó casi un tercio (32%) del total de los llamamientos.

De um lado, o Estado atua legalmente com a força e, por outro, as organizações atuam em resposta humanitária, mas será que sem a força? São elas que precisam de dinheiro para atuar no socorro dos feridos e outras necessidades que são produzidas por grupos organizados que estão em conflito com os Estados, que são os atores institucionais em guerra. No caso sírio, já foram investidos milhões de dólares para assistência humanitária, não apenas aos que ainda estão no país, senão por todo o globo. Por isto, muitos recursos monetários e humanos podem passar também incomputáveis. No dia 31 de janeiro de 2020, o humanitarista e repórter José Rodriguez publicou no seu Twitter uma foto da agência de notícias francesa (AFP), cuja sua legenda representa uma síntese primordial de como segue esse amálgama entre morte e vida do povo sírio, de como o prolongamento do conflito gera uma mobilização ininterrupta em captação de recursos e ação humanitária.

Figura 3 - Siria, 2019. Siria, 2020. Pagan siempre los mismos





Fonte: Miguel A. Rodríguez (2020).

O título da figura é do próprio Miguel e evoca o que essa imagem traz no plano de frente enquanto releva o que está como pano de fundo. De frente, é um apelo à ação humana que deve agir para mitigar a dor e o sofrimento. Como pano de fundo, é a necessidade da própria manutenção da institucionalização humanitária, porque sem tem dor, sofrimento e morte é preciso humanitarismo. Isto fica evidente no chamado à solidariedade. Quando imagens de igual teor tantas vezes são usadas para campanhas de doações de recursos financeiros, que por vez podem pagar as ações para os afetados e entre outras coisas os salários dos profissionais humanitários, sem juízos de valor, pois é preciso que se tenha recursos, acaso a desgraça move mais as pessoas que a hospitalidade? A desgraça pode ser apoiada à distância, mas por que não apoiar a hospitalidade que requer uma acolhida mais próxima?

Seguindo essa lista de acontecimentos inóspitos aparecem aqueles que são definidos “desastres naturais”. Ao olhar para o mundo e a vida com capacidade de questionadora, reforça-se o sentido conceitual da Sociedade do Risco (BECK, 2010). É evidente que muitos episódios não são causa de um furacão ou de chuvas de granizo, de inundação ou alagamento, para os quais é possível prever e antecipar soluções. Todavia, muitas vezes não se previu a redução do risco e menos ainda dos posteriores danos para casos como dos tsunamis ou incêndios. Além dos efeitos das águas ou do fogo são muitas as vidas que se perdem. E mais ações com profissionais humanitários serão exigidas. Desse modo, é sabido que, na atualidade, os maiores e mais danosos desastres são causados pelos seres humanos por meio da extração de recursos naturais que amplia ainda mais a Sociedade de Risco. A iminência ativa dos riscos já é real para comunidades inteiras. E mesmo sob gestão permanente, acontecem como o ocorrido no Japão,

em 2004, que matou 203 mil pessoas. Número ainda pequeno local se comparado à maior crise epidemiológica iniciada no final 2019 e que segue em 2021: a COVID-19. Tem do modo de viver das pessoas no desencadeamento desses fatos.

No tema dos desastres antrópicos, a exemplo da exploração natural ou químico-nuclear, conforme dito por Beck (2010) que ampliam a Sociedade de Risco, decorrem as barragens de dejetos, a atividade garimpeira irregular e ilegal, as múltiplas maneiras de violência e negação de direitos ao meio ambiente sustentável e a ampliação do uso de supermáquinas que emitem gases durante o processo exploratório. Sem falar dos milhões de metros cúbicos de água potável para a separação dos minerais. Nessa perspectiva, antes dos deslocamentos dos minerais, a terra está também sendo deslocada, desfigurada e de maneira compulsória. Como aconteceu no dia cinco de novembro de 2015, quando as comunidades na rota dos dejetos da barragem da Samarco em Mariana (MG) tiveram suas tradições, memórias e histórias inteiras soterradas. Dezenove vidas ceifadas. Menos de quatro anos depois, no dia vinte e cinco de janeiro de 2019, outro desastre com a Barragem I, na mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG), chegou às cifras informadas no site da empresa de “395 pessoas localizadas, 270 pessoas falecidas e 11 pessoas seguem sendo buscadas” (VALE, 2019).

Figura 4 - Lama tóxica destruiu o Rio Doce em novembro de 2015



Fonte: Agência Brasil (2015).

A cena da foto acima deve continuar a se repetir por muitos outros lugares, em cada canto do planeta. Como a ameaça e ação vertiginosamente crescente no Brasil à Amazônia brasileira (e internacional) por causa da fragilização das políticas de licenciamento ambiental do Ministério do Meio Ambiente do Governo Federal (BRASIL, 2019).

Outro significativo desastre que está no cabedal ambiental é da economia global da mercantilização das águas, que se junta aos casos da utilização de água potável para fins de geração de energia. No caso do Brasil, isso acarreta fenômenos adversos irreversíveis, como a expulsão de povos tradicionais e originários de suas terras, a morte de animais, a retirada da sustentabilidade de comunidades inteiras que vivem de pesca, as centenas de quilômetros quadrados de áreas - até mesmo nativas – submersas pelas águas, para as usinas hidrelétricas. Os danos também ampliam outros riscos em escalas de curto e longo prazo. Os efeitos mais longínquos nem se podem conhecer com precisão, pois gerações inteiras morrerão até verificar os resultantes desses eventos. Empresários, governos e muitas pessoas nas regiões das atividades exploratórias investem muitas justificativas em favor de um desenvolvimento. Os efeitos não correspondem a uma atrativa propaganda de vida melhor com o desenvolvimento. Exemplo emblemático é o caso da Barragem de Belo Monte no Pará.

Figura 5 - Na foto está Dário Batista de Almeida, o seu Pivela



Foi André Fonseca que registrou a fala do Sr. Pivela, líder da comunidade Paratizão, reassentado de Beiradeiro que foi desalojado pela usina. Fonseca revela o quanto as formas de exploração da água, nos termos desenvolvimentistas, são danosas para o meio ambiente e os povos de comunidades inteiras:

"Esse barramento aí acabou, isso ficou um lago", protesta seu Pivela. "As piracemas, um igarapé, uma grotta, que é o lugar onde os peixes desovam, acabaram. As ilhas, não se veem mais. Nesta época (novembro), os peixes estão todos ovados, mas cadê a piracema? (FONSECA, 2019, p. s/p).

Não haverá piracema, nem como se manter as vidas e as tradições de povos inteiros. Colocados à margem das lagoas, quando isto é possível, estão impedidos de acessar aos novos ambientes construídos pelas grandes empresas, aqueles terrenos destinados futuramente para os que estão em deslocamento e arranjados em cidades vizinhas. Mesmo os reassentamentos provisórios e os permanentes não podem trazer de volta uma vida sustentável, como outrora fora. Além desses fatos que geram mobilidades, temos aquelas devidas às mudanças climáticas, que por sua vez são fruto também da exploração natural. E todas essas pessoas precisarão de algum tipo de apoio humanitário.

Como é de se imaginar, ainda assombram o mundo as calamidades por doenças: milhões de pessoas no mundo estão adoecendo por vários motivos e se alastram em padecimentos cotidianamente. Isto já estava preconizado em temas que preocupam a Organização Mundial da Saúde (OMS), como são os casos da poluição do ar e das mudanças climáticas. Dados da OPAS (2019) apontam que 09 em cada 10 pessoas respiram ar poluído todos os dias. Ainda se destacam as doenças crônicas não transmissíveis, tais como diabetes, câncer e doenças cardiovasculares. Mas também preocupam a pandemia de influenza e os cenários de fragilidade e vulnerabilidade que representam a:

morte prematura de 7 milhões de pessoas todos os anos por enfermidades como câncer, acidente vascular cerebral e doenças cardiovasculares e pulmonares. Mais de 1,6 bilhão de pessoas (22% da população mundial) vivem em locais onde crises prolongadas (uma combinação de fatores como seca, fome, conflitos e deslocamento populacional) e serviços de saúde mais frágeis as deixam sem acesso aos cuidados básicos de que necessitam. Estima-se que 40% de todo o mundo está em risco de contrair o vírus da dengue: são cerca de 390 milhões de infecções por ano. A estratégia da OMS para controlar a doença visa reduzir as mortes em 50% até 2020 (OPAS, 2019).

Desse modo, existe uma convergência "de fatores como seca, fome, conflitos e deslocamento populacional" (OPAS, 2019) que aumentam a fome, ambientes inóspitos, calor e

frio extremos, ampliando conflitos e mais pessoas em deslocamento. Sem dizer das resistências antimicrobianas, o ebola, a atenção primária de saúde mais frágil, a relutância para a vacinação, a dengue e o HIV. Todos esses fatos levaram à elaboração de um plano quinquenal para o combate a essas doenças, que em muitos casos apenas expressam a fragilidade dos seres humanos” (OPAS, 2019).

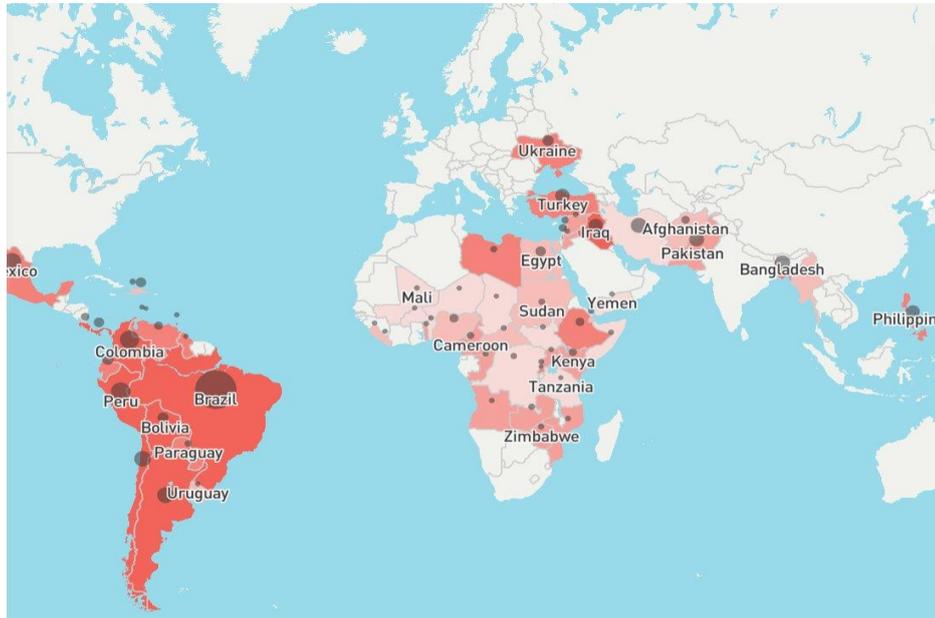
As doenças e as mudanças climáticas geram não apenas essas fragilidades todas, mas se constituem em experiências de sofrimentos físicos e psíquicos. Elas exigem das respostas humanitárias articulações no campo político, e não apenas da assistência solidária. Mas, sem dúvidas, o que pode melhor expressar o conflito entre os Estados e a oposição das organizações são as consequências do Coronavírus:

Coronavírus é uma família de vírus que causa infecções respiratórias. O novo agente do coronavírus (nCoV-2019) foi descoberto em 31/12/19 após casos registrados na China. Os primeiros coronavírus humanos foram identificados em meados da década de 1960. A maioria das pessoas se infecta com os coronavírus comuns ao longo da vida, sendo as crianças pequenas mais propensas a se infectarem com o tipo mais comum do vírus. Os coronavírus mais comuns que infectam humanos são o alpha coronavírus 229E e NL63 e beta coronavírus OC43, HKU1 (SAUDE, MINISTÉRIO, 2020).

Depois da explosão de contaminação por esse vírus em todo o mundo, começaram as inúmeras ações de prevenção e cuidado para que fosse contida a proliferação. Ao mesmo tempo, centenas de estratégias adotadas, incluindo as de humanitarismo, foram apoiadas para mitigar os mais vulneráveis que morreriam e os que estão vivos, mas tiveram fragilizadas a subsistência porque outros morreram.

O escritório da ONU para a Coordenação de Assuntos Humanitários das Nações Unidas (UNOCHA), que conta com o Centro de Dados Humanitários (HUMDATA), informou que: “um terço de todos os casos de COVID19 em todo o mundo estão em países afetados por crises humanitárias ou em alto risco de enfrentar um desastre humanitário” (OCHA, 2020). O mapa abaixo elaborado do HUMDATA e publicado pela OCHA demonstra essa informação. Por meio dos pontos circulares em vermelho, são assinalados e apontados os eventos adversos; nota-se como estes têm um local, o que deixa evidente territórios e as fronteiras humanas geopolíticas. E, sobretudo, quais são os humanos mais afetados.

Figura 6 - Circunstância do Covid 19 em locais de Resposta humanitária



Fonte: UNOCHA (2020).

A bolha vermelha na região norte do Brasil deixa evidente a presença do vírus de modo muito acentuada na região Amazônica. Uma imagem emblemática da propagação da pandemia e o resultante dela mais cruel está na foto abaixo:

Figura 7 - Vista aérea do sepultamento em massa de vítimas de Covid-19 em Manaus



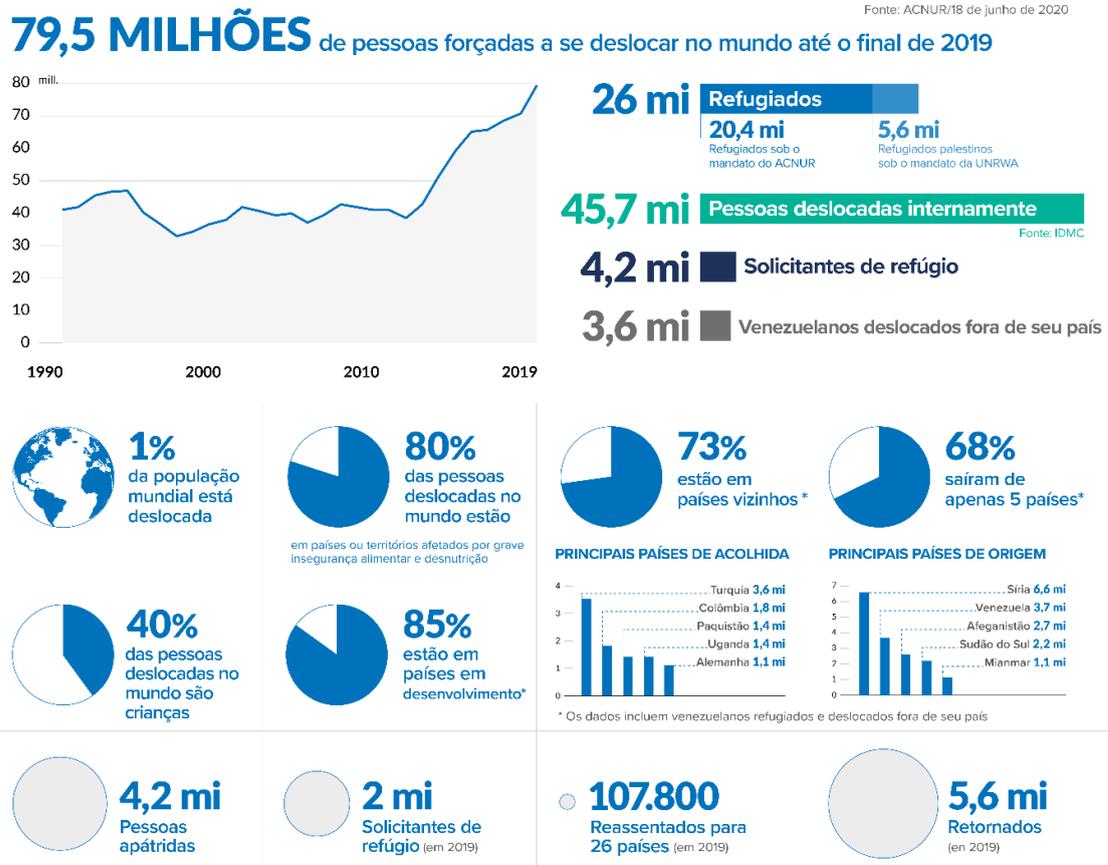
Foto: Michael Dantas/AFP (2020).

Assim, os eventos adversos, incluindo as nominadas crises humanitárias, na pandemia da COVID19, exigem um humanitarismo sistematicamente organizado e que não tem como separar os que morrem dos que querem sepultar seus enterráveis. De fato, falta o direito de enterrar o corpo. Cada vez que se tem um desastre ou crise de Estado são mais corpos perdidos, e que não devem retornarem aos seus naquele outrora ponto de partida. São apenas estrangeiros, “estrangeiro de ter vindo morrer em terra estrangeira, estrangeiro de ser enterrado num lugar secreto [...], estrangeiros de não poder ser chorado como se deve, normalmente, pelos seus enlutados” (DERRIDA e DUFOURMANTELLE, 2003, p. 101). E como viver uma morte, se não se vive o sepultamento? Tem um tipo de sepultamento com apoio humanitário?

A figura do mapa da circunstância do COVID 19 é uma ilustração que pode soar sem novidades: o mundo ainda segue dividido entre os pobres e os exploradores. Ainda que ocorrendo em todo o mundo eventos adversos, as respostas humanitárias são diferentes em rapidez, recursos financeiros e, sobretudo, interesse dos jogadores exploradores. Dessa maneira, eles seguem como se tivesse valia enaltecer o humanitarismo solidário, do norte para o sul. O humanitarismo preconiza, sem ironia, que o seu fazer bem é aquele reconhecido e financiado pelos dos Estados do norte para os Estados do sul global. Porém, essa reconhecida receita interessa à manutenção do horror-sofrimento, do abjeto. Ainda que seja onerosa a ação humanitária, em recursos humanos e financeiros, ela continua sendo a melhor receita, ora para operar explorando, ora àquela via do humanitarismo que mitiga e alivia.

É um universo de eventos adversos que são, em suma, uma complexa teia de experiências humanas em deslocamentos. Tanto os eventos como as pessoas em deslocamento tendem a aumentar a cada ano, como mostra o relatório de Tendências Globais do ACNUR de junho de 2020 (ACNUR, 2020):

Figura 8 - Amostra do Relatório de Tendências Globais sobre Refugiados de 2019



Fonte: ACNUR (2020).

A figura acima expressa como as tendências dos deslocamentos em todo o planeta são o signo da itinerância de pessoas que esperam poder, às vezes, chegar aos Estados exploradores – implementadores – do humanitarismo global. E eles não aparecem sinalizados em vermelho, no mapa da circunstância do Covid 19, como locais necessários de resposta humanitária. No mesmo relatório do ACNUR, que tem entre outros objetivos “ajudar as organizações e os Estados a planejarem suas respostas humanitárias” (ACNUR, 2020), menciona-se que:

O deslocamento forçado afeta mais de 1% da humanidade (uma em cada 97 pessoas), sendo que um número cada vez menor de pessoas forçadas a fugir consegue voltar para suas casas. Até o fim de 2019, 79,5 milhões de pessoas em todo o mundo foram forçadas a deixar suas casas. O deslocamento forçado praticamente dobrou na última década. O número de crianças deslocadas (entre 30 e 34 milhões, sendo dezenas de milhares desacompanhadas) é tão grande quanto às populações da Austrália, Dinamarca e Mongólia juntas. O ACNUR contabiliza e monitora o número de refugiados, deslocados internos, retornados, solicitantes de refúgio e pessoas apátridas (ACNUR, 2020).

O deslocamento forçado, ou migração forçada<sup>18</sup>, é um conceito que abrange inúmeras faces dos motivos que levam as pessoas a se colocarem em deslocamento. Além de ser um marco em termos epistêmicos, a migração forçada tem sido a argumentação necessária para a elaboração dos marcos legais e tratados internacionais. O principal resultado disso é o Pacto Global para Migrações Seguras, Ordenadas e Regulares (GCM), uma resposta conjunta dos países do sistema ONU à atual crise migratória, tentando regulá-la. Existe muita literatura sobre os atores ou as razões da insurgência da marcha de deslocados: a globalização, a falta de emprego ou de saúde, a insegurança alimentar, a falta de acesso à água para consumo humano, ao trabalho e à terra, às condições de moradia etc. Mas, o humanitarismo denuncia diretamente quem são os humanos que forçam as pessoas a migrarem por tantas faltas? A burocracia protocolar permite o questionamento do alcance da ajuda humanitária em deslocamentos? É possível agir humanitariamente e servir com isso a cultura da indiferença? (ARENDR, 1989; HERZFELD, 2016; SASSEN, 2016).

As pessoas forçadas a se deslocarem são aquelas que se vêm “obrigadas a fugir ou a abandonar os seus lares ou locais de residência habitual, em consequência de (ou para evitar os efeitos de) conflitos armados, situações de violência generalizada, violações de direitos humanos ou desastres naturais ou causadas pelo Homem” (OIM, 2009, p. 54). Essa definição assinala que o deslocamento está longe de ter uma solução qualificada, não no sentido e significado de deixar de existir, mesmo que o humanitarismo supranacional e local continue provando e replicando ações, mas porque é muito distante a garantia de uma postura humanitária que garanta um processo de formação crítica e sociopolítica além de assistência e proteção.

Constituir-se um cidadão de direitos garantidos não é o mesmo que ter acesso a serviços de um determinado Estado. E só os serviços não bastam para vir a ser um cidadão de direitos. A ideia do cidadão cosmopolita (KANT, 2008), assinalada na obra sobre a paz perpetua, esse cidadão cosmopolita tantas vezes na revisão do cabedal jurídico do direitos universais, coloca questões como aquela posta por Ortiz: “¿qué hacemos con el extranjero, con ese sujeto que no es como nosotros?, ¿cómo justifi camos la guerra sin incurrir en una falta jurídica?, ¿cuándo se justifi ca la invasión de un territorio?” (RODRÍGUEZ ORTIZ, 2016, p. 140).

---

<sup>18</sup> O Glossário sobre migrações define migração forçada como “termo geral usado para caracterizar o movimento migratório em que existe um elemento de coacção, nomeadamente ameaças à vida ou à sobrevivência, quer tenham origem em causas naturais, quer em causas provocadas pelo homem (por ex., movimentos de refugiados e pessoas internamente deslocadas, bem como pessoas deslocadas devido a desastres naturais ou ambientais, químicos ou nucleares, fome ou projectos de desenvolvimento” (OIM, 2009, p. 41).

A regulação dos deslocamentos forçados, que ocupa muito do humanitarismo, excluiu que “muitos indivíduos deixam de ter aplicados aos seus casos concretos os direitos a que fazem jus, quando estão envolvidos em um fluxo não homogêneo” (JAROCHINSKI SILVA, BÓGUS e SILVA, 2017, p. 18). Por isso, em certa medida, a aplicação das categorias jurídicas é um empecilho para a prática do humanitarismo, embora ele mesmo não se desvencilhe desse impedimento. Nota-se, por exemplo, a instituição das pessoas refugiadas não em relação ao seu instituto jurídico e dos direitos num Estado (mesmo admitindo que isso é importante), mas enquanto reflete o sujeito da experiência abjeta e a ideia kantiana de cidadão cosmopolita, segundo a filósofa e categorizada refugiada Hannah Arendt:

Um refugiado costuma ser uma pessoa obrigada a procurar refúgio devido a algum acto cometido ou por tomar alguma opinião política. Bom, é verdade que tivemos que procurar refúgio; mas não cometemos nenhum acto e a maioria de nós nunca sonhou em ter qualquer opinião política radical. O sentido do termo “refugiado” mudou connosco. Agora “refugiados” são aqueles de nós que chegaram à infelicidade de chegar a um novo país sem meios e tiveram que ser ajudados por comités de refugiados (ARENDR, 2013, p. 7).

O sistema de status migratórios acaba por constituir uma fresta de possibilidades à que o cosmopolitismo de Kant é para todas as pessoas. Esse sistema institui identificações classificatórias dos motivos do mover-se, mas confirma em status a manipulação do deslocamento e da necessidade de resposta humanitária. O humanitarismo segue geralmente o mesmo ordenamento sectário em conforme com a regulação do ato de migrar. O reconhecimento global do status de refugiados, por exemplo, imbui daquela “infelicidade de chegar a um novo país sem meios e tiveram que ser ajudados” (ARENDR, 2013, p. 7), segue sendo confirmado não apenas do ponto de vista material, mas segmentando esse sujeito a um grupo ancorado no humanitarismo instituído e institucional em entidades como como o ACNUR. O ACNUR atua de maneira universal para garantir o direito ao refúgio e suas faces assistenciais e de proteção, mas para refugiados. Com isto, volta-se novamente àquela motivação para que continue prolongue as ações de resposta humanitário filantrópico com buscas permanentes de avanços legais pelos Estados para abrirem-se pelas esses desfronteirizados, embora:

Fala-se aqui, [...] não de filantropia, mas de direito, e hospitalidade significa aqui o direito de um estrangeiro a não ser tratado com hostilidade em virtude da sua vinda ao território de outro. Este pode rejeitar o estrangeiro, se isso puder ocorrer sem dano seu, mas enquanto o estrangeiro se comportar amistosamente no seu lugar, o outro não o deve confrontar com hostilidade (KANT, 2008, p. 20).

É seguindo este compasso de direito condicional que os Estados largueiam seus condicionantes. Inclusive os humanitaristas, isto é, aqueles que ditam para quem e quando, como e em que medida a proteção e assistência é dirigida. E o humanitarismo tantas vezes involucrado do amor fraterno universal aos necessitados continua por vigorar a boa apresentação do mais auspicioso e incondicional. Não se leva em conta essa habitualidade do cosmopolitismo colocar tudo ao nível universal, como se tudo fora para todos de modo igual. Essa habitualidade tem dificuldade de permitir a singularidade. E quanto mais se age humanitariamente em nível universal, mais ainda se ampliam as diferenças e nem sequer aquelas ainda abjetas situações humanas passam por um constructo distinto, para que as pessoas em deslocamento e os humanitaristas se reconheçam explicitamente parte de um jogo de que não são os jogadores. E em se tratando de deslocamentos menos ainda.

O caminhante é apenas um estrangeiro, um forasteiro. Chega irregular e sempre está acompanhado da sina de que deve ser regularizado. O humanitarismo assume isto como uma tarefa de primeira ordem. Não apenas porque pode causar danos ou não no lugar de chegada, e para si. O que fica dado é que o humanitarismo, com seus profissionais especializados, fortalece antes de tudo esse padrão condicionante mascarado do cosmopolitismo de Kant (2008), que se estiver tudo ordenado e em conforme as normas todos podem ter os mesmos direitos.

O cume desse condicionamento no campo dos Direitos foi o marco universal dos Direitos Humanos. Desde o século XVIII, busca-se a sua materialização em mais formas legais, para se afirmar como um marco atemporal que deve abarcar a todos os humanos. Se a ação humanitária é fortalecida atualmente com este marco, completados os seus 70 anos e com avanços notórios, como os profissionais podem agir nas particularidades daqueles que são tão diversos e carecem de direitos mais emergenciais e imediatos do que aqueles universais? O novo humanitarismo tem os Direitos Humanos como carta principal para sua ação.

Hanna Arendt assinalou que essa aparência de status legal do reconhecimento, ao invés de favorecer algo a aquele que está em deslocamento, lança-o num ocaso de invisibilidade memorial. Esse desaparecimento memorial chega, portanto, aos imigrantes, aos migrantes, aos refugiados e outros deslocados porque são humanos buscando saídas inimagináveis às desgraças que os avassala e subjuga. Seguindo esse sentido, Said (2003), que também viveu o deslocamento, em *Reflexões sobre o Exílio* provoca sobre o teor dessa invisibilidade entre o status e a confrontação do serviço resposta humanitarista:

Tendo por fundo esse cenário amplo e impessoal, o exílio não pode ser posto a serviço do humanismo. Na escala do século XX, o exílio não é compreensível nem do ponto de vista estético, nem do ponto de vista humanista: na melhor das hipóteses, a

literatura sobre o exílio objetiva uma angústia e uma condição que a maioria das pessoas raramente experimenta em primeira mão; mas pensar que o exílio é benéfico para essa literatura é banalizar suas mutilações, as perdas que inflige aos que as sofrem, a mudez com que responde a qualquer tentativa de compreendê-lo como “bom para nós”. Não é verdade que as visões do exílio na literatura e na religião obscurecem o que é realmente horrível? Que o exílio é irremediavelmente secular e insuportavelmente histórico, que é produzido por seres humanos para outros seres humanos e que, tal como a morte, mas sem sua última misericórdia, arrancou milhões de pessoas do sustento da tradição, da família e da geografia? (SAID, 2003, p. 34-35).

Apoiado na citação de Said, esse humanitarismo, emergido da guerra, da solidariedade no desastre natural e antrópico, foi sacralizado pela literatura e as religiões. Porém, o autor afirma que estas obscureceram, com sua sacralidade as mazelas históricas produzidas por outros seres humanos. Essa nebulosidade não afugentou a abjeção. Todavia, a abjetivação da hospitalidade deve continuar porque a ação humanitária apoia que as pessoas em deslocamento assumam e ocupem seus lugares no mundo. E os profissionais humanitários transformam essa imácua abordagem do humanitarismo num exílio interminável em novos terrenos humanitários.

Além dos aspectos regulatórios, enquanto atua para precisar solucionar essa teia de exílio produzida “por seres humanos para outros seres humanos” (SAID, 2003, p. 35), superou-se há tempos a manufatura das respostas humanitárias para uma engenharia industrial humanitária. As pessoas aí vivem por atenuar eventos e fatos, com interesses exploratórios que vão intoxicando de mais coisas já feitas e repetidas, prolongam na forma de exílios humanitários signos corporais memoráveis e passam de geração em geração. Said (2012) diz que o exílio não deve estar a serviço do humanismo; o humanitarismo universal continua a criar condições para e de exílio humanitário. Fassin (2018) chama de territórios de sofrimento. E, portanto, o sofrimento horror e o humanitarismo convivem paralelamente como úteis um ao outro, numa escala de responsabilidade social e existencial. Todavia, às pessoas pobres existe uma maior dureza em viver, e são eles os que em escala volumosa ampliam os números dos que se deslocam, e são submetidos a viver em exílios humanitários ou nos campos de exílios humanitários de sofrimento.

Por isso, a abjetivação da hospitalidade no humanitarismo tem seu ápice neste exílio humanitário de sofrimento onde atuam os profissionais, e ali constituem suas experiências de proteção e assistência humanitária, mas na forma da abjeção, porque nestes exílios com o passar do tempo, expressões e modos de vidas de povos inteiros podem ser perdidas: mata-se o direito à memória, o exílio não passa de território de sofrimento.

### 2.1.2 No adverso da experiência: “aviso ao humanismo, também ele em sofrimento”<sup>19</sup>

O desastre evoca a opacidade de todas as quedas e de todas as decadências, e a experiência humana nasce também desse horror que produz tantas outras formas de dor. Quanto mais a experiência é penosa, tanto mais é a chamada para a ação voluntária. A experiência da miserabilidade, que nem os doutos humanitaristas pode narrar, é a arriscada aposta entre a fragilidade e o alívio que o humanitarismo pode realizar:

Porque nunca houve experiências mais radicalmente desmoralizadas que a experiência estratégica pela guerra de trincheiras, a experiência econômica pela inflação, a experiência do corpo pela fome, a experiência moral pelos governantes. Uma geração que ainda fora à escola num bonde puxado por cavalos viu-se abandonada, sem teto, numa paisagem diferente em tudo, exceto nas nuvens, e em cujo centro, num campo de forças de correntes e explosões destruidoras, estava o frágil e minúsculo corpo humano (BENJAMIN, 1933, p. s/p).

Em *Experiência e Pobreza*, Benjamin (1933, p. s/p) apresenta uma das suas interlocuções acerca do tema; o faz como quem fala de um tempo em que existiu o desexperencial, isto é, na opacidade de um mundo de vidro. O vidro deixa ver o outro lado da barbárie, que é a descorporeidade da experiência, quando o corpo aparece na sua experiência de finitude. E como pode ser passada a experiência se ela foi descorporeificada? O sentido de corpo sofrido ainda vive? O corpo é experiência e abertura sempre. A pergunta não se refere ao meio, ao instrumento com que se mantém viva a experiência do corpo; essa pergunta, no acaso de uma resposta ela só pode ser uma oferta, pois via o corpo experiência pode se seguir “transmitindo uma certa experiência” (BENJAMIN, 1933, p. s/p).

Transmitir uma certa experiência é como contar histórias:

E a história dos Meninos Verdes, vovó?  
— Então vocês querem saber a história dos Meninos Verdes? Mas não é uma *estória*, **é um acontecido**. Me pediram para não divulgar o assunto, esperando para ver o que acontece, porque o caso é muito sério! Vou contar só pra vocês. Foi assim:” (CORA CORALINA, p. 4, grivo em negrito nosso)

A poeta Cora Coralina é uma goiana filha de um pai migrante nordestino<sup>20</sup>. Esse transmitir uma certa experiência, na sua gênese, é trazer à tona um acontecido. Esse acontecimento primeiro que todo o corpo penetra de memória. E vai sendo acontecimento de

<sup>19</sup> KRISTEVA, J. *Meu alfabeto: Ensaio de literatura, cultura e psicanálise*. Tradução de Adriana Zavaglia. 1ª. ed. São Paulo: Sesc, v. I, 2017. 160 p.

<sup>20</sup> O pai de Cora Coralina nasceu em Areias na Paraíba. Estudou Direito em Pernambuco e atuou no Amazonas e Amapá como magistrado. Depois migrou para o atual estado de Goiás na Cidade de Goiás, onde no ano de 1889 nasceu a poetisa.

geração em geração. O acontecimento experiencial, ao ser transmitido, pode ser elevado aos modos de uma genuína maneira de divulgar o acontecido. Pelo seu grau de seriedade, se vislumbra um modo muito peculiar de contar o acontecido.

O caso do projeto virtual de Rodgers e Despontes (2018) possibilita andar pelo campo de Kutupalong<sup>21</sup>, que é o maior assentamento, abrigamentos espontâneos de refugiados atualmente no mundo. Com 13 km<sup>2</sup> de extensão, quase um milhão de pessoas vivem nas apertadas moradias temporárias dos campos de refugiados de Cox's Bazar. A caminhada é feita com Kamoro, uma criança de 12 anos que vive no acampamento. A figura abaixo é do acampamento, o ponto laranja é a casa de Kamoro. Sem muito esforço é possível mergulhar nessas linhas que marcam as passagens das trilhas entre as casas, assinalar como viver ali deve ser uma experiência muito exigente. Essa experiência é um caminhar nesse exílio humanitário, mas tem um quê do acontecimento experiencial. É a partir daí que Kamoro terá que continuar a transmissão da sua experiência, enquanto a dimensão dela que pode ser repassada.

Figura 9 - Kutupalong, o maior assentamento de refugiados do mundo



Fonte do mapa: Inter Sector Coordination Group, Reach Initiative, Unicef (2018).

<sup>21</sup> “Além do mega campo de Kutupalong, há mais quatro aglomerados de **assentamentos espontâneos** no sul de Bangladesh. Centenas de milhares de pessoas da etnia *rohingya* migraram de Mianmar para esses acampamentos no ano passado (2019), fugindo da violenta repressão militar. Os *rohingyas* - minoria muçulmana apátrida e perseguida - descreveram como seus vilarejos foram incendiados, famílias foram mortas e mulheres e meninas, violentadas. A ONU classifica o episódio como genocídio. Mianmar nega, alegando que estava combatendo militantes rohingyas, e não atacando civis.” (RODGERS e DESPOINTES, 2018).

Segundo as autoras do projeto no assentamento de Kutupalong:

Milhares de incidentes relacionados às (chuvas de) monções, como deslizamentos de terra e enchentes, já afetaram quase 50 mil pessoas. As organizações de ajuda humanitária estão levando os moradores para locais mais seguros e fortalecendo as moradias, mas as tempestades de setembro e a temporada de ciclones estão prestes a começar (RODGERS e DESPOINTES, 2018).

As chuvas e os deslizamentos podem frear a transmissão de uma tal experiência. Ela pode ser suspensa. E na falta da pulsão dos sinais de vida, a corporeidade do vivido esvai-se. A ação humanitária preocupar-se-á com o que se esvai com o evento adverso? Perde-se algo genuinamente experiencial, ainda que em meio às precariedades totais e às misérias mitigadas pelo humanitarismo. Fica colocada a necessidade de um processo entre transmitir o acontecido e manter-se existente.

A figura do mapa e a citação anterior favorecem um exercício: pensar nos quilômetros de demarcação de lares, de moradias, da chamada habitação; um lugar de tantas vidas, de milhares de pessoas que esperam sobreviver com um pouco que venha dos humanitaristas. Entrar neste exílio espontâneo humanitário de Kutupalong com os humanitaristas e as pessoas que estavam em deslocamento releva como “aspiram a um mundo em que ostentam tão pura e tão claramente sua pobreza externa e interna, (a fim de) que algo de decente possa resultar disso” (BENJAMIN, 1933, p. s/p). É algo muito particular a ser enunciado. Como notar isto desde abrigos como aqueles de Roraima, que são uma entre tantas atividades do humanitarismo local? Que ação humanitária é capaz de fundar um acontecimento experiencial, em meio às adversidades em deslocamentos?

A finitude humana é ainda mais efêmera diante do horror e o certame de lidar com ele muito mais durável. Isso é possível de ser transmitido? E quem transmite? Os humanitaristas aos seus familiares, o chefe aos amigos, às próprias pessoas em deslocamento? Os que estão em deslocamento aos pares? No final disso está o morrer. No Brasil, até o dia 05 de abril de 2021, em decorrência da pandemia causada pelo Coronavírus, até às 19h32, segundo os dados do Governo, 408.622 vidas humanas foram perdidas (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020). Transmitir-se-ão essas experiências que os milhares de sepultamentos serviram à experiência humana? “Sim, é preferível confessar que essa pobreza de experiência não é mais privada, mas de toda a humanidade” (BENJAMIN, 1933, p. s/p).

O que está penetrado de sentido, que desafia a experiência diante do apavoramento que evoca o horror, é o nível de moralidade e utilidade dele. O contrário disso, diz Larrosa (2019), é que a experiência e o saber “somente tem sentido no modo como configura uma

personalidade, um carácter, uma sensibilidade ou, em definitivo, uma forma humana singular de estar no mundo” (BONDÍA, 2002, p. 27). É a experiência do manter-se existente.

Mas aqueles que estão em deslocamento continuam penetrados de sentidos, de vida, da pulsação de sua experiência. O mesmo acontece com os humanitaristas: eles estão plenos de experimentação em todos seus sentidos, até mesmo de um agir subvertido a qualquer melindre, face à abjeção da hospitalidade (CARMEM, 2021). Sem isto, o ‘estrangeiro a nós-mesmos’ (KRISTEVA, 1994) aparece na forma de um ressentimento pessoal e institucional (KEHL, 2015), isto é “sobre as leis, sobre ser ou não ser cidadão de direitos, e de reflexionar sobre o que é e não é trivial nesse assentamento de existências” (KRISTEVA, 1994, p. 119-129), que nunca acaba e que sempre está em movimento.

### **2.1.3 Face a face com o Ressentimento Humanitário**

Os princípios do humanitarismo assemelham-se, na práxis, com o mesmo modo de proceder da mentalidade moderna, do direito e da dignidade da humanidade universal. Mas ninguém pode amar essa humanidade universal! Ela é um constructo idealista. Em *Da Reviravolta dos Valores*, de Max Scheler<sup>22</sup> (2012), se buscou delimitar uma primeira apresentação sobre o ressentir. Para pesquisa foi colocada tal delimitação ao agir humanitário – dos profissionais – em deslocamentos. Para Scheler, o ressentimento não deve ser considerado isoladamente, como algo que ocorre fora das relações humanas, ou tampouco como se fosse uma alteração de humor repentina, acúmulos de algo conhecido, que leva ao sofrimento o peso de alguma manifestação contrária. Também, não é um joguete de atos psicológicos intencionados, no sentido de afetos mal resolvidos, de qualquer natureza, nas relações humanas. Essa advertência é necessária porque, no terreno humanitário, muitas variações podem ocorrer nessa desventura de defender ou defender-se a si mesmo, psicológica ou fisiologicamente. Ao passo que essa defesa se impõe como uma questão não elegida, mas acolhida. Por isso, ela não é uma defesa de proteção, guarda, escudo. Antes, é uma experiência questionável, aquela afetação primeira que se impõe e não se pode escapar, porque:

desde a experiência de quem foi afetado pelas questões – quase nunca ao gosto das doces veleidades, mas na maioria das vezes na forma do impacto que chega de chofre, sem hora marcada, sem data e a classificação cronológica dos historiadores -, elas se apresentam muito mais como exigentes, prementes, urgentes e, por vezes, até dolorosas (RAMOS, 2019, p. 134).

---

<sup>22</sup> Max Ferdinand Scheller é autor de vasta obra filosófica, ainda pouco traduzida para a língua portuguesa, sendo um dos mais expressivos nomes da Fenomenologia e fundamental para a Axiologia.

O questionar aqui não é um voltar e nem colocar novas perguntas e problemas para a investigação; estas já foram bem colocadas na definição da bússola metodológica e a decisão de para onde ir, no primeiro capítulo. A questão, seguindo a reflexão de Ramos, é este abrir-se a dimensões antes ainda não sondadas; todas as demais interrogações, ainda que ocorram nos finais desta dissertação, são sempre o desafio principal: questionar o humanitarismo a partir da experiência do abjeto ou da abjetivação da hospitalidade. Pelo motivo que somente é permitido questionar os valores, não se pode perguntar por eles. Assim o ressentimento e os valores são fenômenos muito diferentes. Segundo Ramos (2019), refletindo Scheler:

os valores são fenômenos fundamentais, tão independentes no seu dar-se (material), que os limites de bens em dada época são definidos pelos limites da datidade axiológica (SCHELER, 1996, p. 251). [...]. Toda datidade de valores possui, como correlato inalienável, o sentir-se, como forma específica e intencional de consciência de valores: a percepção afetiva (RAMOS, 2019, p. 149)

É uma impostação da questão que permite esse ingresso no juízo de valores. Dos valores dos humanitaristas, agarrados a seu juízo de valores a partir de fora do evento adverso com que se deparam. Sua percepção afetiva, se foi institucionalizada, volta de novo para a acomodação dos protocolos a cumprir, e “não há o que se doa senão na ativa acolhida do que se dá” (RAMOS, 2019, p. 149). Assim, esse esvaziamento da compreensão do que é dado, que deveria ser sentido, torna-se ressentimento. Portanto, o ressentimento e a percepção afetiva de valores são fenômenos distintos. A última vai para a par com a doação dos valores. Os valores são fulgurações do quão boa é uma coisa ou pessoa. Antecipam o conhecimento de seu bem e essência. Na percepção, podemos rebaixar, inverter e negar a valoração dos valores mais altos. Nisto está o ressentimento. O mundo burguês-capitalista vive deste (res)sentimento. O humanitarismo vive desse (res)sentimento, como mostrou a citação anterior. Isto quer dizer que, mesmo no humanitarismo, está contida a estrutura de ter que eleger este fato ou aquele caso, mas o agir profissional continua sem a agudeza afetiva e permanece nesse marco ponto a ponto, que estrutura o ressentimento:

A estrutura formal do ressentimento é aqui, por toda parte, a mesma: algo vem a ser, um A, afirmado, apreciado, louvado, e isto não por causa de suas qualidades internas, mas desde a intenção de negar – sem, contudo, a expressão linguística que permanecesse - um outro, B, depreciando, reprecendo. A aparece para o jogo contra B (SCHELER, 2012, p. 74).

Com a reviravolta dos valores de Scheler (2012), ele não discute a questão dos deslocamentos, aliás não é assunto do autor o deslocamento. Em Scheler há uma discussão do

humanismo, que é a base para questionar o humanitarismo. Ele apresenta o escopo desse amor humanitário que é, na verdade, (re)ssentimento. Não é amor genuíno, portanto. No humanitarismo a ideia de amor é fazer o bem. Contudo, apresenta-se um desafio de amor nesse lugar da vida dura, de experiência finita, ela é desconfortável e vai às entranhas em uma situação de radical adversidade. E não sobra senão a finitude do morrer. É como se afirmasse que não há tempo para transmitir uma experiência, mesmo essa que mora nos profissionais humanitaristas e as pessoas em deslocamento. Num jogo de vida e morte, atua-se para responder com a carga dos mandatos daqueles jogadores exploradores. Porém, eles são os que mantêm essa operação e manutenção humanitária em terreno e com isso mantêm a estrutura do ressentimento humanitário. Por exemplo, no caso da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), na foto abaixo, o que deve ser sentido está demarcado e anunciado:

Figura 10 - Filhos da Síria recebem apoio dos Estados Unidos da América



Fonte: Usaid.org (2014).

A bela figura acima, do relatório de prestação de contas de recursos dos Estados Unidos na Guerra da Síria, mesmo sendo de 2014, é uma amostragem desse atuar em nome de

um amor que passa fazendo o bem, enquanto é uma expressão de uma engenharia complexa que segue levando ininterruptamente o aparecimento desse ressentimento humanitário. E impõe uma forma de controle que inclui os corpos tanto dos humanitaristas como dos marchantes, a dimensão financeira e de ordenamento das migrações forçadas. A ponto de que um lado A e outro B podem nem mesmo ser estes que estão no terreno de resposta. Sendo assim, como se faltasse escolha, jogam hora para A, ora para B. Na mesma imagem, nota-se a incursão de dois cartazes e uma expressão com o sinal #. O primeiro cartaz traz os dizeres “*more than million Syrian children need humanitarian assistance*”, o segundo “*The United States is providing food and clean water, shelter, medical care, relief supplies and psychosocial support to Syria's children*” e termina com *#ChildrenofSyria*<sup>23</sup>. Todas as expressões sobressaltam esse ressentimento humanitário e colocam essa benevolência como uma marca dos Estados Unidos, via suas megas estruturas de financiamento humanitário. Essa marca final, que diz “Crianças Sírias”, não passa de uma investida caritativa: quem, em sã consciência e em busca de sentido, não se sensibilizaria e ficaria grato com essa solidariedade norte americana com as pobres crianças da Síria?

Por isso que nenhum lugar geográfico passa despercebido, quando se trata do humanitarismo. Aquela localidade precisa ser diagnosticada para conhecer melhor o campo do terreno humanitário. E outro aspecto é conhecer como ele está no interesse internacional, que pode promover melhores capacidades de financeirização. Desse modo, os deslocamentos em Roraima e toda resposta humanitária não estão ilhados, mas compõem essa complexa teia do humanitário e de sua natureza inata; instintiva na percepção do sentir humano. Por isso, durante a pesquisa foi fundamental buscar dar um destaque ao Lavrado e seus habitantes originários, pois nos demais capítulos se desenvolvem os elementos com relação aos habitantes do Lavrado natos à disposição do investigar – itinerar do humanitarismo.

---

<sup>23</sup> A primeira frase diz que: “mais de 7 milhões de crianças sírias precisam de assistência humanitária”, enquanto a segunda descreve que “os Estados Unidos estão fornecendo alimentos e água potável, abrigo, assistência médica, suprimentos de emergência e apoio psicossocial para as crianças da Síria”. E a (#) diz: *#CriançasdaSyria*.

### 3. SOBRE O LAVRADO, O HABITAR E O DESLOCAMENTO

“essa história de calor, a gente mais ou menos se acostuma. Não se acostuma por causa dos naturais desta terra, que não se esquecem de nos dizer todo dia e todo o dia, que “no dia de hoje está fazendo um calor excepcional”. E principiou um dos crepúsculos mais imensos do mundo, é impossível descrever. Fez crepúsculo em toda a abóbada celeste, norte, sul, leste, oeste. Não se sabia pra que lado o sol deitava, um céu todinho em rosa e ouro, depois lilás e azul, depois negro e encarnado se definindo com furor”.

(ANDRADE)

A circunscrição do lugar para um trabalho de pesquisa é algo tão importante quanto a definição dos seus aspectos epistêmicos e metodológicos. A pesquisa alterna entre o espaço e o mundo vivido como lugares. Essa delimitação do lugar como espaço natural inclui os afazeres em comum. Essa é uma descrição do ambiente e do espaço da lida conjunta dos humanos com os entes e seres que estão à sua volta. Enquanto a vida comum, o lugar da convivência pode trazer consigo as histórias de vida, as narrativas e os mitos pertencem a essa outra circunscrição do mundo vivido, a convivialidade. Portanto, não se trata apenas de um lugar geográfico. Esta definição puramente já aniquilou a experiência de mundo que acompanha a existência humana e, por isso, é possível dizer que a circunscrição que se refere transporta e comunica histórias de vida, narrativas das pessoas, do ambiente e dos não-humanos<sup>24</sup>. Ainda que, segundo Miriam Goldenberg:

A totalidade de qualquer objeto de estudo é uma construção do pesquisador, definida em termos do que lhe parece mais útil para responder ao seu problema de pesquisa. É irreal supor que se pode ver, descrever e descobrir a relevância teórica de tudo. Na verdade, o pesquisador acaba se concentrando em alguns problemas específicos que lhe parecem de maior importância (GOLDENBERG, 2015, p. 56).

Levando em conta essa sentença o que está posto é a relevância do espaço vivido. A ação humanitária não tende a pensar e operar na localização como um espaço vivido. Ela planeja estrategicamente para um espaço como localização. O espaço geográfico de determinado terreno de interesse das pessoas em deslocamentos. O espaço vivido deveria ter aquela relevância ao humanitarismo como foi à investigação e possui importância maior por ser

<sup>24</sup> "A condição original comum aos humanos e animais não é a animalidade, mas a humanidade. A grande divisão mítica mostra menos a cultura se distinguindo da natureza que a natureza se afastando da cultura: os mitos contam como os animais perderam atributos herdados ou mantidos pelos humanos. Os não-humanos são ex-humanos, e não os humanos os ex-não-humanos. Assim, se nossa antropologia popular vê a humanidade como erguida sobre alicerces animais normalmente ocultos pela cultura – tendo outrora sido ‘completamente’ animais, permanecendo, ‘no fundo’, animais –, o pensamento indígena conclui ao contrário que, tendo outrora sido humanos, os animais e outros existentes cósmicos continuam a sê-lo, mesmo que de uma maneira não evidente para nós” (VIVEIROS DE CASTRO, 2015, p. 60).

realizada no âmbito de um programa de mestrado interdisciplinar em Sociedade e Fronteiras, em Roraima. Essa importância do lugar do mundo vivido para as respostas humanitárias e para esta investigação se delimitou por meio de três vetores: o lavrado, os povos que habitam este lugar e o deslocamento. Assim, torna-se necessário uma apresentação mais detalhada desse *locus* da pesquisa.

O uso do *Lavrado* como categoria, ademais de sua categorização enquanto ecossistema único, sem correspondência em outra parte do Brasil, com grande importância para a conservação da biodiversidade amazônica, decorre dos significados que lhe são atribuídos principalmente pelos povos que aí estão (CAMPOS, PINTO e BARBOSA, 2008). A opção foi fruto de uma experiência na terra indígena Raposa Serra do Sol, em atividade de campo, realizada em virtude da disciplina de Planejamento e Gestão do Território, cursada no Programa de Pós-graduação em Geografia – PPGeo da UFRR.

Roraima é um termo feminino. Lavrado é uma palavra masculina. Preferiu-se assumir o significado dos indígenas *Taurepang*, mais em conformidade com os povos que o habitam: “o nome Roraima tem origem indígena, ‘Roro-imã’, com interpretações distintas, o que revela a riqueza linguística existente na região. Na língua Macuxi, ‘Roraima’ significa ‘Monte Verde’ e para os (indígenas) *Taurepang*, ‘Mãe dos Ventos’” (LIMA, 2012, p. 02). Ao refletir sobre o sentido de ser mãe dos ventos, conforme o sentido deles de que podem se deslocar por todos os lugares, “minha objeção é que vidas são vividas não dentro de lugares, mas através, em torno, para e de lugares, de e para locais em outros lugares” (INGOLD, 2015, p. 219). Como consequência disso, esses povos - especialmente à metáfora dos ventos - são como peregrinos, “uso o termo peregrinar para descrever a experiência corporificada deste movimento de perambulação. É como os peregrinos, portanto, que os seres humanos habitam a terra” (INGOLD, 2015, p. 219).

Outra questão pode ser colocada considerando esse perambular no mundo vivido: existe diferença em perambular como habitação e o perambular como morada? O deslocamento anuncia uma condição de despatriado, de perda do lugar de origem? Tem como a ação humanitária adentrar nesse perambular sem assumir a postura de um vaguear somente pelo destino do horror? De um lado há um peregrinar que sustenta e é sustentado pelo mundo da vida, viver não é uma escolha é um imperativo. As pessoas em deslocamento ao começar itinerar irrompem novamente na busca dessa terra que lhe pode ser útil para morada. Ela não precisa de um irromper porque está fundada e fundamenta no peregrinar das necessidades vitais. Essa peregrinação sem terra e sem mundo. Humanos desprovidos de mundo (vivido) é um dos grandes paradoxos do sujeito livre, mas cheio de condicionantes para ele ser reconhecido como

de direitos aonde chega, faz morada. Humanos em desumanização via o humanitarismo. Seria aí outra maneira como o humanitarismo técnico (dos profissionais) se sustenta e se fundamenta melhor?

Nos últimos tempos outros povos, inúmeras pessoas vêm se deslocando para Roraima e encontrando na resposta humanitária instaurada um ponto de parada. Essa parada se dá nesse lugar ao modo dos que são *habitantes* e daqueles que são *moradores*, segundo Tim Ingold (2015):

Os lugares, em suma, são delineados pelo movimento, e não pelos limites exteriores ao movimento. Na verdade, é apenas por esse motivo que escolhi me referir a pessoas que frequentam lugares como “habitantes” ao invés de “moradores”. Porque seria muito errado supor que tais pessoas estejam confinadas em determinado lugar, ou que sua experiência seja circunscrita pelos horizontes restritos de uma vida vivida apenas aí. Habitantes podem realmente ser muito viajadas, como Davi Anderson, por exemplo, descobriu durante a pesquisa de campo entre os pastores de renas Evenki na Sibéria. Quando questionou seus anfitriões acerca da localização das terras do seu clã original, ele foi informado de que no passado as pessoas viajam – e viviam – não em algum lugar, mas em todos os lugares (INGOLD, 2015, p. 220).

A mãe dos ventos frescos da Amazônia atraiu humanitaristas, como os dados quantitativos revelaram e serão vistos no terceiro capítulo. Portanto, *lavrado, mãe dos ventos* não é uma analogia exótica, mas é uma designação que possibilita o ‘habitar todos os lugares’. Certamente se nossa investigação fosse com esses povos originários outras seriam as formas e condições de demonstração disso, mas esse diálogo com Tim Ingold (2015) tem sua concretude quando essa colocação conceitual abre possibilidades para pensar Roraima como morada para esses moradores novos antigos (novos – os humanitaristas, antigos – migrantes).

Além do significado de “Mãe dos Ventos”, forma de habitar dos povos indígenas, ainda que permeie esses novos e antigos, eles expressam mais seu morar por meio do sol do lavrado. Enquanto os primeiros têm os ventos, esses últimos se fixam no sol, tantas vezes malquisto. Porém, antes do sol em si, ademais da nomenclatura local para a região como lavrado, segundo o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), núcleo de pesquisa de Roraima:

Trata-se de um ecossistema único, sem correspondente em outra parte do Brasil, com elevada importância para a conservação da biodiversidade e dos recursos hídricos. Esta paisagem faz parte do grande sistema de áreas abertas estabelecido entre o Brasil, a Guiana e a Venezuela com mais de 60.000 Km<sup>2</sup>. O lado brasileiro é quase que totalmente restrito à Roraima, detendo mais de 70% (43.358 km<sup>2</sup>) de todo este complexo. Dentro da divisão de biomas e ecorregiões que o Brasil adota, esta grande

**paisagem é definida como a ecorregião das “Savanas<sup>25</sup> das Guianas”, inserida no Bioma Amazônia (CAMPOS, PINTO e BARBOSA, 2008, p. 1, grifo nosso).**

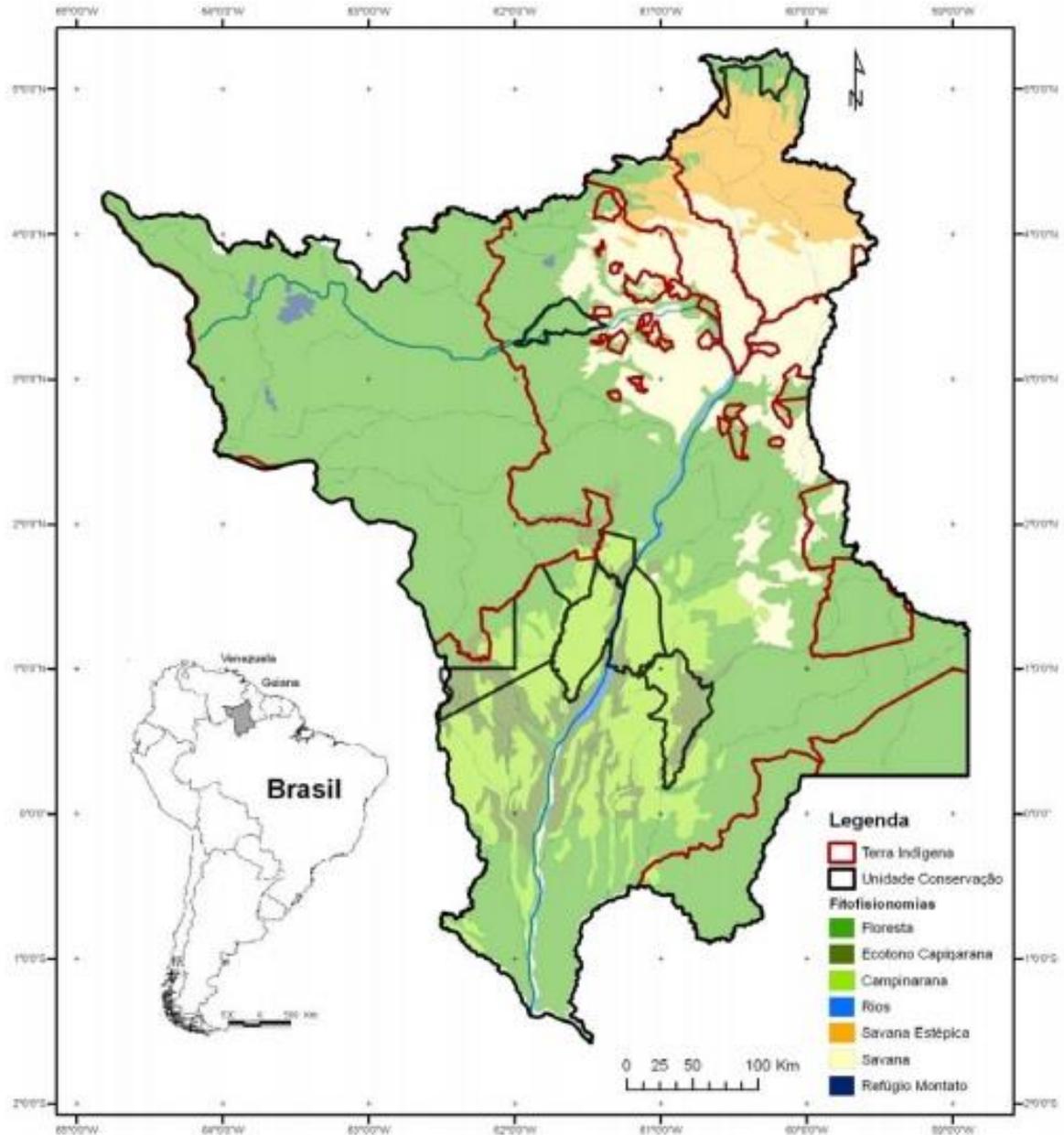
Essa habitação e morada dentro de uma ecorregião, dentro do Bioma Amazônia, há tempos é lugar de morada para outros chegantes. Isso adquiriu interesse nosso porque é preciso reafirmar que aqueles que a habitam não o fazem pelas “convenções cartográficas que nos levam a imaginar a superfície da Terra dividida em um mosaico de áreas, cada uma ocupada por uma determinada nação ou grupo étnico” (INGOLD, 2015, p. 220) nem porque foram “as linhas demarcatórias dos Estados Nacionais que sucederam ao domínio colonial dividiram povos que, assim, se viram fracionados territorialmente” (GONÇALVES, 2001, p. 70).

O sentido de lugar habitado, da mãe dos ventos, é segundo Shama (1996): um lugar de paisagem memória. A denominação Lavrado designa depositados de séculos de memória, expressos em cada árvore, cada rio, cada pedra e onde podemos constatar a sobrevivência de mitos como o de Macunaíma que, vez por outra, emergem com toda a força primitiva no cotidiano das pessoas. Na figura abaixo, pode ser notada a vegetação, as marcações das terras indígenas e as unidades de conservação no estado. Portanto, é possível ver a abrangência em que se inscrevem a memória dessa peculiar habitação. Se os humanitaristas continuarem chegando para morar faltará aquelas inscrições de memória experiência de convivialidade e a cartografia não passará do mapa já fracionado no passado. Ele continuará sendo fronteirizado no presente, com ainda mais força, para interromper as marchas dos que não respeitam fronteiras porque não são abjetos e o sol continuará sendo o elemento de melhor representação dessa fronteira ao morar.

---

<sup>25</sup> Savanas são formações tropicais e subtropicais com cobertura graminóide contínua, ocasionalmente interrompida por árvores e arbustos e, que existem na África, América Latina, Ásia e Austrália.

Figura 11 - Vegetação, terras indígenas e área de conservação em Roraima



Fonte: Instituto Nacional de Pesquisa na Amazônia – Roraima (2008).

Como essa paisagem Lavrado está penetrada pelo sol e:

essa história de calor, a gente mais ou menos se acostuma. Não se acostuma por causa dos naturais desta terra, que não se esquecem de nos dizer todo dia e todo o dia, que “no dia de hoje está fazendo um calor excepcional”. E principiou um dos crepúsculos mais imensos do mundo, é impossível descrever. Fez crepúsculo em toda a abóbada celeste, norte, sul, leste, oeste. Não se sabia pra que lado o sol deitava, um céu todinho em rosa e ouro, depois lilás e azul, depois negro e encarnado se definindo com furor (ANDRADE, 2015, p. 137).

Por isso, o sol não está aí como um elemento que apenas marca e machuca<sup>26</sup> os *novos-antigos*. Se se posiciona estes andantes nessa paisagem no exato momento enquanto acontece aquele “crepúsculo em toda a abóbada celeste, norte, sul, leste, oeste” (ANDRADE, 2015, p. 137), neste ponto é possível aceitar sua condição peregrina:

o peregrino é exemplificado no mundo como uma linha de viagem. É uma linha que avança da ponta conforme ele prossegue, em um processo contínuo de crescimento e desenvolvimento, ou de autorrenovação. Conforme prossegue, no entanto, o peregrino tem que se sustentar, tanto perceptiva quanto materialmente, através de um engajamento ativo com o país que se abre ao longo do seu caminho. Embora de vez em quando ele tenha que fazer uma pausa para descansar, e pode mesmo voltar repetidamente ao mesmo lugar para fazê-lo, cada pausa é um momento de tensão que – como segurar a respiração – se torna cada vez mais intenso e menos sustentável quanto mais tempo dura. Na verdade, o peregrino não tem destino final, pois onde quer que esteja, e enquanto a sua vida perdure, há algum outro lugar aonde pode ir (INGOLD, 2015, p. 221).

Por onde quer que sigam estes novos antigos peregrinos em sua peregrinação, até que o sol se deite o “céu todinho em rosa e ouro, depois lilás e azul, depois negro e encarnado se definindo com furor” (ANDRADE, 2015, p. 137) o sol será sempre uma sinalização corpórea da memória. Esse lócus do Lavrado, os sóis e ventos da *Cruviana*<sup>27</sup> abrem possibilidades para um habitar para todos, desde que compreendam esse existir de várias Amazônias:

*Não há uma Amazônia, mas várias.* Não há, conseqüentemente, *uma* visão verdadeira do que seja a Amazônia. A verdade do colonizador não é a mesma que a do colonizado; a verdade do minerador, do fazendeiro-pecuarista o do madeireiro não é a mesma dos índios, dos caboclos ribeirinhos e/ou extrativistas ou dos produtores familiares; a verdade dos militares ou a das grandes empresas estatais, nacionais ou internacionais não é a mesma necessariamente dos garimpeiros, seringueiros, castanheiros, açazeiros, balateiros, retireiros ou dos trabalhadores rurais agroextrativistas (PORTO-GONÇALVES e CECEÑA, 2000, p. 16).

Como se pode notar pelo grifo em itálico na citação acima existem várias Amazônias. Parafraçando os autores, também para os deslocados a Amazônia não é a mesma, nem para o nacional e tampouco para os humanitaristas que chegam. O Lavrado, como uma ecorregião dentro do Bioma Amazônia, essa Amazônia que conecta países possibilitando a mobilidade, não é a representação da Amazônia reproduzida como aquele ‘imenso mar verde’. O Lavrado

<sup>26</sup> Nas experiências relatadas se notará como o sol deixa suas marcas e constitui-se um memorial àqueles em deslocamento. O que por analogia poderia vir a ser qualquer *lugar habitar* outros signos *não-humanos*, segundo Castro (2015).

<sup>27</sup> “A lenda da Cruviana explica o frescor das madrugadas roraimenses. Durante todas as noites a linda deusa do vento se transforma em brisa e seduz os forasteiros durante o sono. Na manhã do dia seguinte os viajantes acordam encantados e apaixonados pela terra de Macunaíma, de onde nunca mais vão embora” Fonte bibliográfica inválida especificada.

como ecorregião parte do Bioma Amazônia não se exprime só pelas suas complexas estruturas de biodiversidade e ao modo daquele “folgazão que é o sol” de Goethe (1956, p. s/p).

Isso não exclui sua riqueza extraordinária e sua importância ambiental e geográfica. Disse-se isto porque se quer ressaltar como as peregrinações dos *novos-antigos*, com sua interferência humana lavram o lavrado. Na figura anterior é notável pela cor branca e bege a peculiar demonstração de como essa paisagem se abre e pouco a pouco se retrai entre o verde e a desfiguração antrópica não apenas pelas savanas. Mesmo que o verde floresta torna-se denso até o seu aparecimento numa típica imagem amazônica é, todavia, na espacialidade da savana que estes novos-antigos fixaram e continuam a fazer morada experimentando, assim, a vida acima da linha do equador.

Um último aspecto ainda sobre esta ‘Mãe dos Ventos’ são suas terras. As terras de Roraima, enquanto uma dimensão da técnica, são como aquela forma de morada já anunciada dos novos antigos moradores. Aquela morada que se estabelece sem o sentido de lugar do habitar, com se disse, é uma maneira de estar na terra como se ela mesma fosse uma auto oferta, porém a ser explorada. Se fosse na forma plena de auto oferta ela se torna visível no habitar que é cuidar e tratar. A exploração nega toda essa experiência originária com a terra. Segundo Heidegger:

uma região se desenvolve na exploração de fornecer carvão e minérios. O subsolo passa a se descobrir, como reservatório de carvão, no chão, como jazidas de minério. Era diferente o campo que o camponês [indígena] outrora lavrava, quando lavar ainda significava cuidar e tratar. O trabalho camponês [indígena] não provoca e desafia o solo agrícola (HEIDEGGER, 2012, p. 19).

Assim, a marca exploratória não coincide com aquele habitar originário em que tudo é lugar habitável. Por isso existe um vigente embate histórico sobre o desenvolvimento, pois os moradores novos antigos estão imbuídos desse agir da técnica:

A mineração ilegal em terras indígenas na Amazônia é atividade criminosa que se desenvolve há aproximadamente 50 anos e envolve logística arquitetada e onerosa. Estima-se, no ano de 2016, em dez milhões de reais o faturamento da extração mensal de ouro no rio *Uraricoera*, no interior da Terra Indígena *Yanomami*, oeste de Roraima (RAMOS e RODRIGUES, 2018, p. 25).

A técnica, enquanto um revelar do modo de proceder desses moradores, assume e torna Roraima esse palco de conflitos, frutos de processos contínuos de ocupação de terras, das terras dos que já a habitavam antes (KOPENAWA e ALBERT, 2015). Atualmente essas terras são destino para tantas pessoas tidas como “aqueles vindos do estrangeiro” (DERRIDA e

DUFOURMANTELLE, 2003) que chegam como “estranhos à [...] porta” (BAUMAN, 2017). Enquanto em fato e experiência expressam a consolidação de duas “grandes categorias mundiais cada vez mais reificadas: de um lado, um mundo limpo, saudável e visível; de outro, o mundo dos remanescentes, residuais, sombrio, doente e invisível” (AGIER, 2008; BAUMAN, 2017, p. 88). Essa relação entre o desenvolvido, civilizado, etiquetado pela técnica acaba violentamente condicionando que todos assumam esse morar como o modelo adequado e a ser replicado. É o contrário da transmissão da experiência. Os estranhos chegam à porta, batem e esperam uma resposta. Como eles foram agarrados pela técnica como um proceder nem desconfiam de que são considerados seres abjetos, oriundos de um lugar obscuro e iníquo. Porém não demorara muito para que as práticas humanitárias os rememorem essa sondagem e os classifique segundo ela.

Desse modo, todos esses componentes até aqui descritos são aspectos da nossa observação do tempo que foi possível estar em campo. Analisando esses componentes em relação aos grupos étnicos originários e marchantes como os Warao, Eñepa, Warao, Kariña e Pemón, venezuelanos não indígenas e as pessoas humanitaristas, com ânimo de constituir um vetor de convergência entre todos esses grupos. Não é algo comum ou para comparar. Trata-se de um vetor de convergência conceitual para os sujeitos em experiência, ainda que tomados por modos de proceder distintos e sujeitos e distinções. Para isso denominou a abordagem conceitual de que são deslocados que foram descolados. Esse descolar é abordado mais ao final do texto.

### 3.1 DESLOCADOS: CANSADOS NA “SOCIEDADE DO CANSAÇO”

Afirmamos anteriormente a importância do Lavrado para além do bioma e a distinção entre os que o habitam e aqueles que são moradores, chegando ao conceito de deslocados para essas variantes de sujeitos, mas, especialmente para as pessoas em deslocamento e para os profissionais humanitários. Explicita-se a seguir essa eleição pelo termo deslocados em relação à caracterização que os une. O primeiro argumento, mesmo que mais afim aos profissionais, é que a abordagem como deslocado assume uma posição anterior àquelas que conferem a legalidade e o ordenamento, a saber, migratório, migrantes e refugiados. Essas categorias servem bem aos Estados com seus marcos jurídicos e ampliam ou retraem o movimento de entradas e saídas, acesso a políticas e serviços, direitos sociais, entre outros, em deslocamentos (JAROCHINSKI SILVA, BÓGUS e SILVA, 2017). Mas no mesmo teor a instalação de atividade humanitária é regida pelo ordenamento dos Estados que conferem o direito de

ingresso de um grupo ou organização humanística num determinado contexto em que é necessária a apresentação das credenciais institucionais, respeito em relação à legislação pertinente para acesso aos lugares que se tornarão o campo da prática humanitária em conformidade com o Direito Internacional Humanitário, por exemplo. No humanitarismo a caracterização das instituições, por vezes, pode até impedir apoio de proteção e assistência uma vez que a natureza especializada das organizações que contratam os humanitaristas admite preferências por migrante e refugiados, como é o caso da OIM e ACNUR, respectivamente. Assim, os profissionais humanitários assumem esse aspecto de deslocarem-se.

Um segundo argumento para a designação de deslocados deve ir além do vetor vulnerabilidade, já que estão mais evidentes nas pessoas em deslocamento. Todavia as vulnerabilidades que trazem na pele são motivos para as organizações com os humanitaristas buscarem saídas de ação em meio às suas próprias vulnerabilidades, sejam elas no âmbito das subjetividades profissionais ou identitárias, dos desejos ou sonhos, busca salarial ou reconhecimento profissional e em alguns casos uma nova possibilidade laboral onde antes não existia. Porém, os profissionais fazem uma tarefa de classificar vulnerabilidade das pessoas em situação de rua ou em abrigos espontâneos, famintas e desabrigadas, as mães “solo”, os idosos com doenças crônicas, os desempregados são algumas, entre inúmeras classificações de *score* de vulnerabilidade para determinar quem é mais necessitado entre os necessitados e o potencial para receber um tipo de proteção e assistência especializadas em alguns casos. Se se assume esse aspecto de que também o sujeito profissional possui vulnerabilidades em meio ao horror e da prestação de um serviço humanista, elas misturam-se à tomada de decisão sobre a quem apoiar, como e o que oferecer vinculado a um protocolo de atendimento que define quais os critérios de eleição da população de interesse.

As Organizações internacionais, entidades da sociedade civil nacionais ou internacionais com os deslocados humanitaristas especializam-se na adjetivação dos deslocados em deslocamento, separando-as sob dois critérios: a condição do status legal e de vulnerabilidade. Dessa forma, o humanitarista e a pessoa em deslocamento precisam enfrentar o interesse organizacional e institucional e aquele dos Estados que buscam atender parcelas das demandas dos apelos de assistência e proteção humanitária. As adjetivações por sua vez expressam não uma condição dos sujeitos atendidos, mas acentua um teor de miserabilidade aos que marcham e as quais as instituições humanitárias mediam sanando o horror via exercício burocrático humanista (HERZFELD, 2016).

Em uma escala menor ou maior as pessoas que atuam no campo de respostas humanitárias também podem ser denominadas de deslocadas. São atores e atrizes de direitos,

deslocados, migrantes vindos de lugares além-fronteiras. Eles são aqueles e aquelas que cruzam as fronteiras tanto as simbólicas, quanto a do horror, da dor, da tentativa de cura das feridas deixadas pela experiência profissional na ajuda humanitária. Guiando-se também pelo desejo de reconhecimento profissional, níveis melhores de orçamento salarial e um grau significativo de sentirem-se fazendo um bem emolduram o pertencimento e o reconhecimento de serem também estrangeiros atuando com estrangeiros ou deslocados que atuam com deslocados. Segundo Derrida:

Não se trata, ainda que as coisas sejam conexas, do problema clássico do direito à nacionalidade ou à cidadania como direito de nascença – ligado, aqui, ao solo e, lá, ao sangue. Não se trata apenas do elo entre nascimento e nacionalidade; não se trata apenas da cidadania oferecida a alguém que não a tinha anteriormente, mas do direito acordado ao estrangeiro enquanto tal, ao estrangeiro que continua estrangeiro, e aos seus, à família, a seus descendentes (DERRIDA e DUFOURMANTELLE, 2003, p. 21).

Porém, em favor do argumento sobre o uso do conceito de deslocado para o humanitarista, seja nacional ou não estrangeiro é uma conformação o processo investigativo mais se aproxima na forma de definir esse itinerário com profissionais no campo humanitário. Afinal não se trata de profissionais em uma viagem de férias, mas eles promovem o consumo e gastos e estes que possuem recursos são bem-vindos à terra estrangeira (CORTINA, 2017). Aquele profissional que está distante das pessoas em deslocamento, mesmo bem-quisto, ainda assim é no lugar de chegada do campo humanitário um desconhecido que é reconhecido devido ao seu status humanitarista. Ele é também um deslocado ao deslocado.

Dessa maneira o uso do termo deslocado para os humanitaristas não se deve confundir com o de estrangeiro, ordenado no caso das pessoas em deslocamento no campo do Direito Internacional Humanitário ou do Ordenamento Internacional para migrações e refúgio, aquele “que não tem cidadania do país em que vive. Um tal enquadramento apazigua, através de leis, as paixões espinhosas que a intrusão do *outro* suscita na homogeneidade de uma família ou de um grupo” (KRISTEVA, 1994, p. 55). O deslocado humanitarista assume a jornada sem receios de ser uma pessoa em deslocamento e muito além daquela “condição singular que consiste em se apresentar como diferente no seio de um conjunto que, por definição, se forma excluindo os que não são semelhantes” (KRISTEVA, 1994, p. 55). Afinal ele, por conseguinte, não se mistura com os deslocados que vivem diante dos limites da subsistência e que deixam vir à tona um sujeito que quer que lhe seja sanada a miserabilidade, todavia segue assumindo o contorno de vulnerabilíssimo instituído pelo humanitarismo que antes não o habitava e que a prática humanitária o faz ser habitado e defini-lo, ao final por uma pontuação ou narrativa de horror.

A convergência que se assume à pesquisa realizada ao conceito de deslocados para ambos sujeitos é possível, pois ocupam o campo humanitário da ação, estão ali nesse espaço e, por isso, relacionam-se com uma temporalidade nova. É nesta temporalidade nova que se anuncia a chegada dos deslocados na terra estrangeira. Lançar-se no espaço e ocupar essa temporalidade nova com não sabido anteriormente promove uma *estrangeirice reação*, que manifesta as diferenças que seguem hegemonizadas pelo humanitarismo e pelos profissionais humanitários.

Segundo Gonçalves (2001, p. 226):

Há na tradição hegemônica do pensamento europeu ocidental uma supremacia do tempo em relação ao espaço, sobretudo na moderna (sic)-colonialidade. O progresso é, quase sempre, algo que se dá enquanto mudança qualitativa no tempo, daí poder dizer-se que aquele povo ou aquela região é atrasado/a ou adiantado/a, como se houvesse um relógio ou, mais precisamente, um cronômetro cultural. Não só a Europa ocupa o panteão da civilização diante dos outros povos e das outras regiões que vivem mais perto do estado de natureza (nas margens, nas franjas), [...], como, também, o progresso está num polo ativo – a Europa Norte Ocidental, os Estados Unidos, o Japão – de onde se expandirá, ao longo do tempo, para os outros lugares que, assim, são passivos.

Das franjas ao centro, ambos deslocados em Roraima permeiam, ou melhor, passam a compor o cronômetro cultural da vida local e não apenas, senão o climático, o ambiental e dos processos históricos, mas em especial aos deslocados humanitaristas, quanto conhecem e aprofundam tais aspectos para promover a resposta humanitária? Em relação por exemplo ao sol, como esses descolados enfrentam o calor do lavrado? O astro-rei braveja em luz e sua luminosidade tende a adentrar tudo e todos. Expresso na forma do calor soa melhor quando responde Mario de Andrade:

— Sofreu muito calor?  
 — O calor é um calor sem parada, malfeitor. Acho, porém, que menos irritante que o daqui, porque em S. Paulo o tempo é muito variável. No Norte, a gente acaba se esquecendo do calor, tão cotidiano como o dia. Vantagem da imutabilidade...  
 (ANDRADE, 2015, p. 408)

Sem por menores o calor é malfeitor. Dizem também as humanitaristas Mary e Carmem com base nas suas experiências, como se verá no quinto capítulo. Mas essa dureza natural não é invenção ao acaso do desejo dos deslocados ou dos moradores, mas evidencia que todo deslocamento é permeado de sentidos e experiências profundas que vão além do bem fazer e da vulnerabilidade. Ambos sujeitos deslocados criam estratégias para enfrentar o sol escaldante das ruas, dos abrigos, no dia a dia da labuta, uma vez que não há outra alternativa.

Afinal os deslocados resistem a essa transformação de atmosfera e apenas uns poucos poderão suavizar com as capacidades daqueles que já habitam-no com prática de imutabilidade. Ao acaso de sempre permanecer aos limites climáticos, enquanto os mais profundos menos se falam, se questiona e envolve-se para mudar. A não ser aquelas mudanças que expressem as normativas do possível dos protocolos e mandatos institucionais.

Seguindo a trilha de Mário de Andrade (2015), na mesma atmosfera:

- Mas, sob essa atmosfera (calor), como é possível trabalhar? Lá os homens devem ser preguiçosos como o diabo!
- É um engano lamentável: o tapuío trabalha muito, trabalha bem e é alegríssimo. Para ganhar uma ninharia, quase degradante, a tapuiada passa uma noite inteira carregando lenha para dentro dos navios. Tudo isso no meio de ditos e gargalhadas... De onze às quatorze horas não se trabalha, em geral. Agora que está na moda imaginar besteiras, depois que Monteiro Lobato escreveu o Choque das raças, andei imaginando uma vida amazônica principiada às 18 e acabada às seis, de sol claro (ANDRADE, 2015, p. 408).

Os deslocados não vivem todos nas franjas. Os deslocados em deslocamento estão a maioria nas bordas sim, mas também no centro e provocam a atenção de que algo não está bem. Eles vivem como se estivessem num espaço e tempo já esquecidos pela marcha vida iniciada e vida finita deixada. Estes ajudam-se e apoiam-se, há consolação diante da perda, orientação e escuta acompanhada (ALTURE, 2020). Os recursos e a estratificação, ainda que nos meandros da norma jurídica que pode mudar a qualquer momento, emolduram o modo de experienciar a solidariedade humanitária com base na convivialidade. Aos humanitaristas falta esse tempo e condições de convivialidade porque precisam cumprir metas e manter o ordenamento da mobilidade, ainda que cada vida quando mais bem feita a acolhida e escuta abre um mundo de dor e resiliência, de morte e de esperança não apenas a pessoa em deslocamento. Vive-se uma dinâmica relacional que suscita, segundo Costa (2019, p. s/p), “uma forma em que a sociedade não fosse orientada pela racionalidade instrumental em que cada um siga só seus interesses próprios, mas, sobretudo, uma sociedade baseada na solidariedade”.

Por isso nem o belo e o auspicioso ou as técnicas ou categorias jurídicas, menos ainda aquelas econômicas, podem ser convergentes. Não se trata de uma medida de alteridades vulneráveis, a alteridade não deveria ser colocada ao grifo da vulnerabilidade, mas nesse campo humanitário em que se relacionam profissionais e pessoas em deslocamento o conceito de deslocados expressa-se no sentido profundo de gentes cansadas. Pessoas em deslocamento e humanitaristas estão e são pessoas cansadas numa sociedade do cansaço.

Segundo o filósofo e migrante, Byung-Chul Han<sup>28</sup>:

O cansaço da sociedade do desempenho é um cansaço solitário, que atua individualizando e isolando. É um cansaço que Handke, em seu *Versuch über die Müdigkeit* (Ensaio sobre o cansaço) chama de “cansaço dividido em dois”: “ambos afastaram-se inexoravelmente distantes um do outro, cada um em seu cansaço extremado, não nosso, mas o meu aqui e o seu lá”. Esse cansaço dividido em dois atinge a pessoa “com incapacidade de ver e mudez”. Só o eu possui a totalidade do campo de visão: “eu não deveria ter-lhe dito “estou cansado de ti”, nem sequer um simples ‘cansado!’ (o que como um clamor comum, poderia ter-nos libertado talvez do inferno individual): esses cansaços consumiram como fogo nossa capacidade de falar, a alma” (HAN, 2017, p. 71-72)

A sociedade do cansaço invade o mundo e invade os deslocamentos porque exige um desempenho performático dos deslocados. Assim como na Sociedade de Risco (BECK, 2010) em que as agências apresentam um desempenho de gestão de riscos e a convicção de estarem preparadas para toda e qualquer forma de desastre, crises econômicas e aquelas humanas de sentidos, sanitárias ou outras tragédias, na Sociedade do cansaço isso se manifesta ora na passividade e ou em ritos de repúdio, atos de toda forma de violência como se notará no capítulo quatro sob o título do sofrimento-horror e os ritos de salvamento. Essas expressões de violência, segundo Han (2017):

são violência(s) porque destrói qualquer comunidade, qualquer elemento comum, qualquer proximidade, sim, inclusive a própria linguagem: “Aquele tipo de cansaço, calado, como teria de permanecer, forçava à violência. Essa, talvez, só se manifestava no olhar que desfigurava o outro (HAN, 2017, p. 71-72).

As violências adquirem performances e emergem numa sociedade que quer sentir-se segura e não violada. O sentir-se segura aparece na performance de uma arquitetura do estar encerrada entre os muros e as cercas, vigiada por câmeras e estabilizada por algoritmos onde todos vivam em seus cárceres digitais pela via da vontade de menos relações e interações humanas, mais formas e capacidades de sentirem-se seguros. Cansados, uns digitalizam impressões sobre os outros, perdendo-se os rastros e as pegadas atmosféricas e que desfigura o outro que sequer conheço porque, todavia, abrigos que possuem uma lógica da arquitetura de segurança, vejam se os muros, os arames farpados, as guaritas de entrada e outros elementos parecem não representar aos seus moradores o mesmo sentido de conforto e de segurança para os deslocados que vivem ali, mas o é para o humanitarismo? Ainda que os moradores ali

---

<sup>28</sup> Filósofo e ensaísta sul-coreano, professor da Universidade de Artes de Berlim, e que estou estudou Filosofia na Universidade de Friburgo e Literatura Alemã e Teologia na Universidade de Munique.

presentes possam ser identificados pela encarceração iridológica<sup>29</sup> são registrados e identificados segundo a íris de cada um. Essa arquitetura no campo humanitário também cansa aos humanitaristas, mas ao acaso de buscar alívio e outras formas, como afirma Mary e Carmem, são necessários.

Contra essa forma de cansaço o humanitarismo prega a digitalização da segurança configurada para o serviço da burocracia humanitária que mais fadiga e irrompe, mesmo se distantes e veladas, as violências humanas geradas por humanos, de humanitaristas para outros humanos. Enquanto os humanitaristas deveriam prover em alternativas concretas e de sentido para sentirem-se protegidos e seguros, cuidados e livres em e para ser, isto é, para existir. Essa violência do cansaço não permite a convivialidade, ela amplia o abjeto do fenômeno advindo do humanitário e minimiza a força de abjetivação do humanitarismo. Quanto mais os deslocados vivem sob o peso do cansaço prolongam se tempos de abjeção. A perambulação passa a ser para todos um ‘vale de lágrimas, chorando e gemendo’ em alusão a uma oração cristão que mesmo com ações humanitárias não se livra do desterro. Este desterrar manifesta o abjeto radical do humanitarismo e menos e mais distante aquela abjetivação da hospitalidade.

Segundo as referências utilizadas de Gonçalves e Ana Ceceña (2000) pode-se de dizer que as pessoas em deslocamento, os humanitaristas e mesmo a comunidade receptora, evidenciam uma endogeneidade ressignificadora, isto é, aquela vindo de um dentro como outras são pessoas em capacidade de ressignificar territórios e é aí que está o gatilho dessa abjetivação da hospitalidade, pois “abre-se a possibilidade de incorporar essa multiplicidade de formas sociais que queremos entender, e conviver em absoluta liberdade com essas diferentes formas sociais” (COSTA, 2019, p. s/p). Essas formas de convivialidades sociais, quando não asfixiadas pela burocracia humanitária permite “novas formas de significar nosso estar-no-mundo, de grafar a terra, de inventar novas territorialidades” (PORTO-GONÇALVES e CECEÑA, 2000, p. 224) e a convivialidade até para os sem lugar. (AUGÉ, 2012). A ação humanitária deve enfrentar o cansaço no adverso de atividades que ao realizar geram cansaços. A fadiga não pode continuar ocupando o lugar que deve ser ocupado por pessoas com tempo ao descanso (CERTEAU, 1998).

A ação humanitária cansa a todos no mundo da vida, no lugar da experiência e caberia aprofundar isso com os as pessoas em deslocamento. O que ficou evidente é a boa miragem do

---

<sup>29</sup> Faz-se uma menção ao cadastro de pessoas nas fronteiras pelo registo das íris com mecanismos sofisticados de controle pelos olhos e de cadastros internacionais. Instrumentos estes que já são utilizados em Roraima e que sequer simplificam o acesso a serviços e apoios, pois num campo de várias entidades, cada vez que precisa de outro serviço terá que demonstrar de novo suas necessidades e fazer outro cadastro. Mais a diante à exemplo dessa necessidade de cadastro, fala-se da vida de *fileiro*.

oásis humanitarista que se materializada numa assistência emergencial e dos Estados, inclusive, o profissional coopera e age para manter a ordem, a limpeza e a pureza que acaba por ampliar o cansaço (FASSIN, 2018) desse simbolismo positivista. Falta alívio e sobra ressentimento humanitário. Não se pode manter e ressignificar aquele impulso que gerou o deslocar, seja o da necessidade ou o da solidariedade. A convivialidade, fruto dessa abjetivação da hospitalidade, não se dá porque aos deslocados cansados custa ter a aderência ao cansaço da comunidade receptora. O cansaço acaba por neutralizar ambas as comunidades que ao invés de conviver não se encontram. Exemplo bom disso, voltando ao abrigo, diz-se que são estruturas abjetas do humanitarismo, não pela precariedade apenas ou porque não expressam nada daquela experiência da ‘casa’, da convivialidade, senão porque, como já foi dito, é expressão singular de exílios humanitários e a ação humanitária não muda esse exílio humanitário porque ela não é capaz de subverter o individualismo-isolacionismo que impetra na forma de gestão humanitária e cansados que ali ficam ainda mais cansados. Os abrigos são realidades e metáforas de mais cansaços e onde encerra a não-convivialidade.

Cansados os deslocados são perpassados pela ausência da experiência da hospitalidade recíproca e, ao invés de promover o que humanitarismo chama de convivência pacífica geram formas de convivência passivas dentro de comunidade receptoras passivas, com pessoas cansadas também da própria passividade. Ali todos estão cansados e com estruturas que, devido ao seu teor burocrático da indiferença, manifestam esses exílios humanitários em pequenas ou em grande escala. Aqui se abre uma distinção entre o cansaço dos deslocados e dos que estão na comunidade receptora. Enquanto os primeiros estão cansados do ato de deslocar e agir como se a prática humanitária está trazendo alívio, os segundos estão cansados porque historicamente convivem cansados na negação de direitos instituídos e não humanitário. Não há estaticidade na vida local. Como não há estaticidade para os primeiros.

No caso dos deslocados humanitaristas cansam também porque estão todo tempo numerando pessoas e as ações, às vezes, a busca é sinuosa pelas rotas do terreno humanitário em busca de números. São números registrados e catalogados a cada vez que novas filas se formam. Elas são um bom modo como se expressam os condicionamentos do humanitarismo, da boa métrica da etiqueta humanitária. Quiçá haja uma relação na falta da convivialidade, seu apogeu está na consumação dos exílios humanitários físicos (abrigos) e existenciais (sentido) que provocam e por fim as filas são sinais visíveis da exaustão do cansaço e, portanto, em relação à comunidade receptora ampliam-se o cansaço e o desafio conviver a ponto de trazer alívio aos migrantes, refugiados e a todos deslocados. Devido aos cansaços dos locais exige-se

dos anfitriões, por vezes, mais do que possam oferecer e os deslocados estejam aptos a compartilhar.

Todos cansados como não se abster da hospitalidade? Como ela pode no humanitarismo ter esse aparecimento de abjetivação da hospitalidade? Em que medida ela pode expressar-se concretamente em descanso e conforto opondo-se ao cansaço dos deslocados? Afinal, os cansados deslocados são sujeitos concretos de experiência, ao contrário dos discursos que afirmam que estes são geradores de impactos locais (MOREIRA e PÊGO, 2021). Os cansados apelam e provocam a atenção para a ausência de ações concretas de alívio e descanso, sobretudo na hora em que estão mais estafados. É como se as práticas humanitárias tivessem um caráter de escassez porque é para gente esgotada e exaurida. Não se trata, pois, de impactos locais, trata-se de uma unidade e certa simbiose de cansaços que geram formas e expressões às vezes comovedoras diante da tragédia e da desgraça humana, mas só a comoção não muda o estado de cansaço. O cansaço dos humanitaristas foi bem notado e está nas notas-experienciais.

Assim a constituição dessa categoria de deslocados enquanto significado de pessoas cansadas numa sociedade do cansaço, não obstante colocam em evidência não o fenômeno da objetivação da hospitalidade, mas o nível mais abjeto da hospitalidade humanitária. Segundo Kristeva (1982) tem a ver com o não reconhecimento de seus modos de viver e das suas linguagens próprias. Essa linguagem do cansaço apenas segue dando aquela dinâmica permanente, para que em deslocamentos a impulsão ao humanitarismo prevaleça.

### 3.2 DESLOCAMENTOS E A IMPULSÃO HUMANITÁRIA

“Àqueles que já nos viam vivendo futuramente no puro universo virtual das redes, àqueles que diziam que o horror vivido nesse dia já tinha sido previsto pelos filmes de catástrofe, o dia 11 de setembro (de 2001) fez lembrar, em primeiro lugar, que ainda vivemos e trabalhamos em edifícios de ferro, pedra e vidro, cuja resistência e cujo desgaste nada têm a ver com as telas ou os efeitos especiais, e que, quando desabam, desabam de fato”.

(RANCIÈRE)

Desenvolver a densidade teórica desde essa itinerância humanitária em Roraima, na via do fenômeno da abjetivação da hospitalidade sem subtrair sua por vezes abjeta ação, requereu abrir novas texturas, camadas. À medida que se apresentaram, foi possível refletir sobre suas nuances e outras maneiras de deixar que este fenômeno se desvele, sempre desde a experiência e a hospitalidade. Neste capítulo, apresentar-se-á elementos sobre as novas perspectivas, as abordagens encontradas durante a investigação, com base na primeira da etapa do método dos itinerários, as entrevistas, que delinearam o perfil dos profissionais

humanitários, estes os sujeitos da corporificação humanitária em que atua com os corpos daqueles em deslocamento.

A constituição dessas abordagens durante a análise dos dados dos perfis, em relação à abjetivação da hospitalidade foi mais bem definida como os resultados da nossa participação no projeto de pesquisa *Hospitalidade Epistemológica*, organizada pelo grupo de Investigação em Estudos de Fronteira, pertencente à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Autônoma da Cidade do México. A duração do projeto foi de cinco meses, de julho a dezembro de 2020. O projeto visou promover, diante das condições deixadas pela pandemia, estudos de fronteira e migração, numa perspectiva dialógica delinear, esquemas epistemológicos de hospitalidade que respondessem à regularização de pessoas migrantes e refugiadas, seja em trânsito ou no limbo administrativo. Assim, a presente investigação delimitou-se no âmbito fronteiriço.

A dinâmica do estudo consistiu em reunir-se, virtualmente, a cada quinze dias, para *compartilhar experiências*, dúvidas, conhecimentos e saberes das investigações dos participantes, tomando como eixo transversal as discussões que ocorreram, principalmente, na Filosofia da hospitalidade e como, a partir desta categoria, é possível propor diferentes abordagens epistêmicas em abordagens dos estudos de fronteira e/ou estudos de migração, nas diferentes regiões da América Latina. Esta apresentação situacional do estudo realizado, justamente neste ponto, fez-se necessária, pois, caracterizou uma experiência realizada fundamental e favoreceu que os próximos capítulos desta dissertação fossem circunscritos tematicamente, somando-se aos autores e às autoras que apoiam essa experiência (nossa) de investigação. As abordagens encontradas foram organizadas em humanos sem fronteiras e a abjetivação; ação humanitária em contexto de deslocamentos e por fim, sobre o campo: humanitarismo em cidades.

#### 4. HUMANOS SEM FRONTEIRAS E A ABJETIVAÇÃO

Não é de hoje que a ação humanitária que ocorre em tempos sombrios, como apelo do caos e do horror, busca situar suas próprias fronteiras, ali onde ela de fato pode chegar e/ou deve se refazer. Ao passo de até parecer desejar uma data e de onde e como iniciar-se de novo. Mas onde ela começa, e se começa, pode findar essa fronteira que barra o humanitarismo? Para Sylvie Courtine-Denamy (2006), doutora em Filosofia, uma das maiores especialistas no pensamento de Hannah Arendt, pesquisadora do Centro de História Moderna e Contemporânea do Povo Judeu (E.P.H.E.), autora do livro *Trois Femmes dans des sombres temps. Edith Stein, Hannah Arendt, Simone Weil ou Amor fati, amor mundia*<sup>30</sup>:

a expressão dos "tempos sombrios", que a própria Hannah Arendt retoma de um poema de Bertolt Brecht, tem uma conotação bem precisa que se refere à desumanidade nazista e não pode, portanto, aplicar-se à época atual, embora haja, infelizmente, numerosos países ainda onde os homens, e as mulheres mais especificamente, sofrem a opressão e a repressão. [...] — negando precisamente a pluralidade que é, segundo Arendt, "a lei da terra". [...], por conseguinte, com o 11 de setembro, talvez estejamos na presença de alguma coisa inédita, sem precedente – como era o caso, de acordo com Hannah Arendt, com os governos totalitários – para a qual carece tanto um novo conceito quanto uma nova definição. Alguma coisa que marca uma data não apenas para os Estados Unidos, mas na história da humanidade, no sentido em que, como o escreve Jacques Derrida, "marcar uma data pressupõe que alguma coisa ocorre ou se produz pela primeira e última vez" (COURTINE-DENAMY, 2006, p. s/p).

Segundo Courtine-Denamy (2006), essa demarcação do horror e de forças que emergem sob o signo de humanismo, em meio aos escombros, é um sinal dessa impulsão para uma refundação teórica, e prática à ação humanitária, porque é no meio desses tempos sombrios que ela se funda. Elemento muito marcante desses tempos de sombras, e que fez existir na ação humanitária um antes e depois, é o 11 de Setembro de 2001, com a derrubada das torres gêmeas, em *New York*. Entende-se bem, deste modo, a necessidade de que no humanitarismo cabem “tempos sombrios”. Observa-se como tempo sombrio do passado “à desumanidade nazista e não pode, portanto, aplicar-se à época atual, embora haja, infelizmente, numerosos países ainda onde os homens, e as mulheres mais especificamente, sofrem a opressão e a repressão”

<sup>30</sup> “três mulheres dentro das sombras do seu tempo. Edith Stein, Hannah Arendt, Simone Weil ou *Amor fati, amor mundia*. A expressão em latim ‘*amor fati, amor mundia*’ é uma referência a um conceito de Friedrich Nietzsche, que a filósofa e professora de história da filosofia contemporânea Scarlett Marton, brasileira, um dos maiores nomes em estudo sobre o autor no Brasil, define resumidamente como “amor ao destino, mas esse destino não é algo que me transcende, algo divino. Esse destino é o acontece. Então pouco importa o que a vida traga, se ela me trazer o que há de mais exuberante e alegre, eu devo amar, assim como eu devo amar o que ela me trazer de mais terrível e tenebroso” (MARTON, 2016). Não é um tema que perpassou a pesquisa, mas consideramos importante destacar para melhor situar o leitor, ao mesmo tempo que apoia a citação seguinte.

(COURTINE-DENAMY, 2006, p. s/p). Passados 14 anos dessa citação, situada ora em termos da ação humanitária, existe uma simetria sombria em que a desumanidade dos Estados continua produzindo e agindo pró-horror e os humanitaristas atuantes nessas sombras agem sob um signo daquele acontecimento não último, mas único, que permite o existir de outros continuados, repetidamente, 11 de setembros como o fora em 2001.

Na raiz dos Estados totalitários do passado, “analogias com os totalitarismos nazista e bolchevista: a aspiração totalitária de controlar a vida em sua integralidade, [...] negando precisamente a pluralidade que é, segundo Arendt, a suprema lei da terra” (COURTINE-DENAMY, 2006, p. s/p, grifo nosso) permite o ingresso da ação humanitária a ponto de se fundar uma instituição no nível dessa abertura, como é o caso do já dito Crescente Vermelho. Ainda que nos fatos historicamente recentes das intervenções militares e de guerras como aquelas na Arábia Saudita e Afeganistão, a expulsão de dezenas de pessoas de seus territórios para a exploração, em especial do gás, como nos últimos dois anos (2019/2020) em Moçambique, o sombrio horror continua a apelar por uma ação humana. Isto porque ainda existe algum grau de alteridade ou, pode-se dizer, de bom e de bem realizados de humanos para humanos. No fundo, isto não é romântico, nem ingênuo. Talvez esteja aí a única primazia ao bem: seres humanos são capazes de gerar o bem (ARENDR, 1989) em meio ao caos. Está aí um primeiro sentido da desfronteirização humana, da abjetivação da hospitalidade também.

Segundo Gabriel Pablo Valladares (2019), representante do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) para Argentina, no seu artigo intitulado Reflexões sobre a importância e vigência do DIH há 70 anos da adoção das Convenções de Genebra, 12 de agosto de 1949:

Existiram (e ainda existem) atos cruéis e violadores de toda regra por parte de quem conduz as hostilidades nos conflitos armados. Também temos inúmeros exemplos dos esforços de homens e mulheres de todas as latitudes, que estabeleceram ferramentas e normas que permitem atenuar o sofrimento e dar um tratamento mais humano àqueles que não participam das batalhas e àqueles que ainda, mesmo tendo participado nos combates, ficam à mercê do vencedor, seja por rendição, captura, doença, ferimento ou qualquer outro motivo (VALLADARES, 2019, p. 26. o grifo em parenteses é do autor).

Desse modo, a guerra, os humanos, o horror e o fato de se atenuar o sofrimento parecem andar simetricamente, e, por conseguinte, a hospitalidade. À hospitalidade cabe a elementar tarefa de abrandar a desgraça, ou um pouco mais, cabe à hospitalidade humanizar. Dar aquele “tratamento” final aos sem fronteiras deslocados. Todavia, “buscando o ‘bem protegido’ na última *ratio legis* pelo Direito Internacional Humanitário, concluir-se-á que se

trata de ‘humanidade’ ”<sup>31</sup> (SWINARSKI, 1990, p. 20), e sendo assim, confirma o vínculo fundante deste dito bem fundamental, tudo é humano e nada está fora do humano. Por isto, faz todo sentido a conclusão de Swinarski (1990) sobre esta humanidade de humanos, mesmo ao tender ao humanitarismo, a qual deve ser “percebida não tanto como um sentimento ou atitude de um ser humano diante das vicissitudes do destino de outro, mas, sobretudo, como um grupo de seres humanos que deve continuar existindo, vencendo os perigos da guerra”<sup>32</sup> (SWINARSKI, 1990, p. 20). Portanto, ao falar de sujeitos deslocados, sem fronteiras, marca o modo de irromper tanto para prática da ação humanitária como para aqueles que, mesmo diante de inúmeras formas fronteiriças, mantém os esforços e busca condições de vida mais digna, refazendo a si e ao seu redor, desde aquilo que lhe impõe fronteiras.

Em “Poder do horror”, obra importante ao processo que culmina na presente dissertação e já referendada, a autora Julia Kristeva insere uma sentença em que se relacionam humanos, fronteiras e a abjeção: “não é a falta de limpeza ou saúde que causa abjeção, mas o que perturba a identidade, o sistema, a ordem. O que não respeita fronteiras, posições, regra”<sup>33</sup> (KRISTEVA, 1982, p. 13). Desse modo, é este mesmo ser humano que, na perturbação do encontro com o outro, revela sua perturbação do encontro com o “eu diferente”, o “eu estrangeiro”. A língua diferenciada, as expressões no corpo distintas não o tornam como parte do processo de abjetivação da ação humanitária, mas continuam por caracterizá-lo no âmbito do abjeto. O humanitarismo, com seus profissionais, custa a reconhecer como suas atividades programadas para pessoas em deslocamento fazem deles humanos sem fronteiras. Desse modo, trata-os mais como sujeitos que precisam da assistência, da proteção de toda ordem, como se verá no capítulo cinco, no que está no ressentimento humanitário estrutural.

As adversidades não encerram o horror ou os perigos de uma jornada de superação das fronteiras, porque, ao mesmo tempo, a pessoa em deslocamento, no campo da resposta humanitária, ainda vive e revive no modo como as outras hostilidades podem tornar-se reais, ferindo as memórias e o desejo; os sistemas e seus ordenamentos, mesmo humanitários, podem levar a um esvaecimento, em uma morte física súbita, e/ou de uma morbidade declinante até tornar-se cadáver. O horror não encerra as hostilidades e, portanto, o humanitarismo não encerra a abjeção fronteiriça desses sem fronteiras. Logo, trata-se de um horror adjetivado aos sem

<sup>31</sup> “*Buscando el "bien protegido" en ultima ratio legis por el Derecho Internacional Humanitario habrá de concluir que es ello la 'humanidad'.*”

<sup>32</sup> “*percebida no tanto como un sentimiento o una actitud do un ser humano ante las vicisitudes del destino de otro, sino, sobre todo, como un conjunto do seres humanos que tiene que seguir existiendo, superando los peligros de guerra.*”

<sup>33</sup> “*It is thus not lack of cleanliness or health that causes abjection but what disturbs identity, system, order. What does not respect borders, positions, rul.*”

fronteiras e o abjeto do horror humanitário. O humanitarismo não deveria ser uma condição devida pela necessidade da permanência do horror, da dor, do medo, mesmo porque, se ele faltasse, não deixaria de existir seres humanos sem fronteiras, e menos, enquanto via da manifestação da abjetivação que provocam. Ao mesmo tempo, a força e a coragem para travessia tornam realística aos deslocados que eles não podem respeitar barreiras, nem aceitar as colocações e as prescrições do ordenamento, inclusive do humanitarilismo; exagero desmedido de fazer e mais fazer, próprias da mentalidade técnica do desempenho. Esse humanitarilismo cansa e patologia o profissional humanitário que atua como se não fosse acometido por tal. Assim, muitas vezes, os humanitaristas tendem a lidar mais de maneira pragmática com as fronteiras, ressaltando as fronteiras dos sem fronteiras. Inicialmente, as corporais que expressam as sujeiras, como já fora dito em Kristeva (1982), e segundo Mary Douglas (1969):

a sujeira não é uma qualidade em si, mas aplica-se apenas ao que diz respeito a um limite e, mais particularmente, representa o objeto descartado desse limite, do outro lado, uma margem. A matéria que deles sai [os orifícios do corpo] é coisa marginal do tipo mais óbvio. Saliva, sangue, leite, urina, fezes ou lágrimas simplesmente emitindo adiante atravessaram a fronteira do corpo. [...] O erro é tratar as margens corporais isoladamente de todas as outras margens. A potência da poluição não é, portanto, inerente; isto é proporcional à potência da proibição que funda isto. Daqui resulta que a poluição é um tipo de perigo que não é provável que ocorra, exceto quando as linhas da estrutura, cósmica ou social, estão claramente definidas<sup>34</sup> (DOUGLAS, 1969, n.p).

As fronteiras corporais, além do tabu que provocam – os orifícios – sobretudo anal e uretral, são as principais fronteiras ao humanitarismo, começando pelo meio ambiente; porquanto, todo lugar pode ter forte potencial de latrina. Essa potência visível pela presença humana e ao olfato incomoda, precisa de higienização. Porém, as pessoas em deslocamento, sem espaços de acolhida, despejam, ali e acolá, os excrementos que sinalizam onde começam e onde terminam as bordas do espaço utilizado. Os humanitaristas que estão apoiados pela logística humanitária guardam devidamente suas fronteiras de orifícios, por serem-lhes prestadas melhores condições de acesso. Portanto, o humanitarismo evoca, no meio do fétido, uma adesão ao caos. Ele, devido o mau cheiro e a podridão, entende que ser precisa ser

<sup>34</sup> *“In the first place, filth is not a quality in itself, but it applies only to what relates to a boundary and, more particularly, represents the object jettisoned out of that boundary, its other side, a margin. Matter issuing from them [the orifices of the body] is marginal stuff of the most obvious kind. Spittle, blood, milk, urine, faeces or tears by simply issuing forth have traversed the boundary of the body. [...] The mistake is to treat bodily margins in isolation from all other margins. The potency of pollution is therefore not an inherent one; it is proportional to the potency of the prohibition that founds it. It follows from this that pollution is a type of danger which is not likely to occur except where the lines of structure, cosmic or social, are clearly defined”.*

enfrentado. O rompimento dessa fronteira ambiental, que impõe as pessoas em deslocamento, não chega ao nível de ser parte da leitura estrutural desse ressentimento humanitário. Feita a limpeza e guardado o bom ambiente, as coisas parecem ter voltado ao seu bom estado e, melhor ainda, quando as pessoas em deslocamento são também colocadas em lugares adequados, longe da vista dos locais. De novo, as fronteiras são impostas àqueles sem fronteiras.

Por isso, é preciso profissionais humanitários em contextos de deslocamentos, pois a fim de abrir e romper com o horror, senão do ponto de saída no ponto de chegada sim, atuam no cenário das fronteiras rompidas pelos sem fronteiras com uma abjeta hospitalidade de acolhida. Sem que houvesse tais delimitações, os humanitaristas esforçam-se para romper os obstáculos das suas fronteiras pessoais e, desse modo, por assim dizer, são também sem fronteiras e integram o fenômeno abjeto como um modo de proceder abjetivador nessa engenharia de humanitarismo especializado.

#### 4.1 AÇÃO HUMANITÁRIA EM CONTEXTO DE DESLOCAMENTO

A ação humanitária advinda das insurgências do deslocamento venezuelano, em alta escala desde 2017, para o Brasil, parece ter se incorporado no vocabulário nacional e, mais fortemente, nos Estados de Roraima e do Amazonas, porém, com a máxima que a ação humanitária está delimitada para estes estrangeiros, e não aos nacionais. Sejam pelas agências das Nações Unidas, organizações não governamentais, religiosas ou não, nacionais e internacionais, no dizer da comunidade local, tudo que é realizado é feito para ajudar aos que vêm de fora – venezuelanos. Mas longe de ser uma verdade em si, o termo *'acción humanitaria'*<sup>35</sup> encerra:

*un contenido más amplio que el de la ayuda humanitaria. Incluye no sólo la provisión de bienes y servicios básicos para la subsistencia, sino también, sobre todo en contextos de conflicto, la protección de las víctimas y de sus derechos fundamentales mediante labores como la DEFENSA DE LOS DERECHOS HUMANOS (advocacy), el testimonio, la denuncia, la presión política (lobby) y el acompañamiento (ARMIÑO, 2000, p. 1-12).*

Dessa forma, foi necessário estabelecer as diferenças entre ajuda humanitária e ação humanitária. Nesse sentido, é bom notar que para a maioria das pessoas, inclusive para os que atuam em campo, os humanitaristas, são a mesma coisa. Mesmo considerando os significados

---

<sup>35</sup> É notável a escassez da literatura e bibliografia em língua portuguesa no Brasil sobre temas como a Ação Humanitária, a Ajuda humanitária e a Cooperação Humanitária. Para não perder conceitualmente suas definições, faz-se uso recorrente a outras línguas.

distintos, por um lado, os nacionais referem-se ao sentido de ajuda humanitária em seu aspecto restrito – emergencial – e não ao mais amplo – prolongadas – visto que:

*la ayuda humanitaria, tal y como la definen varias agencias, abarca un campo algo más amplio: incluye no sólo la citada ayuda de emergencia, sino también la ayuda en forma de operaciones prolongadas para \_\_refugiados y desplazados internos. Estas operaciones, como las iniciadas por el programa mundial de alimentos (PMA) en 1989, comienzan tras haberse realizado ayuda de emergencia durante 12 meses, con objeto de proporcionar asistencia a dichos grupos, quienes a veces la precisan durante un largo tiempo hasta que se resuelvan las causas que motivaron su huida (ARMIÑO, 2000, p. 1-12).*

Com base na apresentação dos conceitos, as diferenças que marcam a ajuda e a ação podem ser assim descritas: a ajuda humanitária marca a emergência da resposta em situações de crises; a ação humanitária desencadeia uma complexa elaboração de resposta emergencial e incidência social e política. Na maioria dos contextos, predomina a ajuda humanitária, ainda que com arranjos ao modo de uma ação humanitária. Desse modo, há uma tendência em permanecer nestes arranjos da ajuda humanitária, mais sofisticada em matéria de logística e bem elaborada nos termos das formas de apoiar. Pois existe muito da relação de quem realiza as respostas e os que financiam as atividades. Para a prática da ação humanitária, essa relação exigirá mais diálogos e debates de interesses que podem levar, de acordo com o nível da discussão e defesa de perspectivas, ao esvaziamento do fundo financeiro às respostas humanitárias.

É importante destacar o quanto é mais cara e onerosa, em termos de recursos humanos e monetários, a prática da ajuda humanitária. Ainda que se considere o esforço para práticas de ação humanitária por algumas organizações, precisarão de mais recursos humanos e monetários. O que acontece se a desgraça e o horror diminuem? Quanto menor o horror, menos humanitaristas e quase a completa escassez de dinheiro. Distante do horror e o mal-estar causado pela destruição, as perdas de vidas e as enfermidades graves das primeiras horas de um desastre, da reviravolta do campo onde se insere o evento adverso, ou a chegada de pessoas ou a continuidade dos deslocamentos menores são as capacidades de mobilizar recursos. Nesse sentido, como pensar regiões que estão no imaginário geral e, tantas vezes, estão em espaços naturais longínquos e tão politicamente assumidos como franjas pesadas?

A Amazônia será sempre vista nos novos Estados independentes como um peso político marginal nos blocos de poder nacional e, portanto, sem voz própria. É uma região periférica de países periféricos. Em outras palavras, é uma região subordinada na hierarquia de poder no interior dos seus próprios países. Ela é sempre vista a partir dos interesses nacionais e estes são definidos nos centros hegemônicos do poder nacional (GONÇALVES, 2001, p. 25).

O Lavrado Amazônico enfrenta, sob o ponto de vista de Gonçalves (2001), uma dupla vertente: a primeira, sua posição periférica. Mas enquanto uma franja nas bordas do território nacional forjada e emergida pelos “de baixo” (GONÇALVES, 2001, p. 5), nem sempre é assumida assim. A segunda é que muitas decisões vindas da hegemonia do poder nacional, nesse contexto de assistência e proteção da resposta do Governo Federal aos deslocados, foi - e continua sendo - na forma de uma Operação Acolhida. A ideia do termo Acolhida parece humanizar o que é na prática controle dos espaços nos quais se movem, de maneira a negociar a atuação das organizações da sociedade civil, dos humanitaristas e da solidariedade, é símile à definição de Didier Fassin da *humanitarização* (FASSIN, 2014).

A operacionalização da Acolhida, como resposta ao deslocamento humano de venezuelanos, conta com o jeito de ser e fazer dos “de cima” (GONÇALVES, 2001, p. 5), com base na ideia de que há muita *terra para índio e pouca para o desenvolvimento*<sup>36</sup>. É muito fácil escutar a expressão em Roraima, em especial em Boa Vista. A frase aparece, muitas vezes, nos discursos da comunidade local, com o sentido de que o progresso local não avança porque os indígenas não deixam.

Dessa maneira, a localização da resposta humanitária não está alheia ao meio ambiente, a Amazônia, tão pouco ao modo como a comunidade local viveu o processo de acolhida e promoções dos seus povos historicamente vulneráveis, como os povos indígenas em Roraima; menos ainda à maneira como o país organiza e atua em eventos adversos de grande escala, como é o caso da Operação Acolhida. Isso perpassa, historicamente, as comunidades locais (não indígena), em Roraima. Vai além da instalação de atividades e recursos, sejam emergenciais (ajuda humanitária) ou de proteção e assistência em longo prazo (ação humanitária). Esse modo de proceder, alinhado com os que se sentem ‘de cima’, está presente na forma de sociabilidade brasileira, colocada por Damatta (1997), com a questão:

“sabe com quem está falando?” – e podemos dizer isso sem receio de cometer um curto-circuito sociológico – é um instrumento de uma sociedade em que as relações pessoais formam o núcleo daquilo que chamamos de “moralidade” (ou “esfera moral”), e tem um enorme peso no jogo vivo do sistema, sempre ocupando os espaços que as leis do Estado e da economia não penetram. A fórmula “sabe com quem está falando” é, assim, uma função da dimensão hierarquizadora e da patronagem que permeia nossas relações diferenciais e permite, em consequência, o estabelecimento de elos personalizados em atividades basicamente impessoais (DAMATTA, 1997, p. 195).

---

<sup>36</sup> Expressão muito usada em Roraima para dizer que o problema do desenvolvimento do estado é o fato de boa parte do seu território ser de demarcação aos povos indígenas.

Os membros da comunidade local, mais alinhados com esse modelo de indiferença do outro e de autorreferencialidade supostamente superior, são os primeiros que questionam os chegantes, os deslocados com anúncio do “sabe com quem está falando?” (DAMATTA, 1997, p. 187). Não meramente espanto linguístico. Se não se pode saber pela questão quem é mesmo que fala, ele apenas compreende que se trata de um autoritarismo, um narcisismo classista, e superioridade meritocrática. A expressão poderia soar como só e um simples ato de quem fala para alguém e que quer apenas, em um instante, mostrar-se em situação superior ao outro, mas vai além disso, afinal:

todos os brasileiros sabem que a expressão é o reflexo ritualizado e quase sempre dramático de uma separação social [...]. Pois, o “sabe com quem está falando?” é a negação do “jeitinho”, da “cordialidade” e da “malandragem”, esses traços sempre tomados para definir, como fez Sérgio Buarque de Holanda (1973), o nosso modo de ser (DAMATTA, 1997, p. 185).

Na comunidade de chegada, estes brasileiros “separados socialmente” entendem bem o que se quer dizer com a questão. Mas um estrangeiro é capaz de abarcar todo signo e significado que a emoldura? As respostas humanitárias chegam nesse ponto estrutural que desafia os deslocados? Aí está um ponto nevrálgico da pesquisa: situar o modo de ser do nacional brasileiro com o aparato industrial humanitário e hospitalidade deles e o fenômeno da abjetivação humanitária. A hospitalidade local, na forma da questão de Damatta (1997), alicerça as maneiras de ser em repúdio ou aproximação entre brasileiros e estrangeiros.

diante do fazendeiro cruel e explorador, não acusa o sistema de dominação, mas o fazendeiro. Entre a modificação do sistema ou do seu agente, Pedro Malasartes atua com aquela generosidade típica dos pobres: castiga o agente e mantém o sistema (DAMATTA, 1997, p. 185).

Nos termos da personagem Pedro Malasartes, citado por Damatta (1997), pode ser assinalado que a mencionada personagem de Kafka (2008), o Sr. K., escuta, na interlocução com um local, que ali “não precisamos de hóspedes” (KAFKA, 2008, p. 19). Essa similaridade, que questiona o outro desde uma autorreferência de poder, é como se os brasileiros dissessem em bom tom: não precisamos de venezuelanos, nem de haitianos, nem de ninguém que venha de outro país. Mesmo que sejam marchantes, precisando de proteção e assistência humanitária. É nessa expressão de brasilidade que os humanitaristas também brasileiros, e alguns estrangeiros, discorrem seu fazer?

Em termos do apelo humanitário nos contextos de deslocamentos, é preciso refutar essa compreensão de que não são bem-vindos *hóspedes*. O que pode fazer e ser um estrangeiro

na sua própria terra (nacionais) e o estrangeiro vindo do exterior? A prática humanitária torna-se mais exigente. Porquanto, deverá lidar com essas relações que condicionam, muitas vezes, os próprios humanitaristas na sua atuação, sobre o como fazer, para quem fazer, com quem fazer e, sobretudo, quando e onde fazer?

Este fazer humanitário, percebido durante a pesquisa, pode soar até jocoso, mas é o reconhecimento daquele super-humanitarilismo que preconiza um estado ainda mais maléfico; o humanaristonto, “[..] aquele que se gaba de estar em tudo, participar de todos os eventos e movimentos, atuar em todas as frentes. Sua linguagem é repleta de chavões e os efeitos de sua ação são superficiais” (BETTO, 2015, n.p), como se o humanitarismo fosse uma bandeira organizacional a defender até o último limite. Não se trata de uma bandeira de organização y ou z, ou melhor, da organização w ou x.

Como desvencilhar-se dessa empáfia do *sabe quem está falando* no fazer humanitário? Pois interpõe-se, em nível mais profundo, diante dos egos institucionais dos humanaristontos e, em parte dos membros da comunidade de chegada, para uma intercomunicação entre a ética, a política, o meio ambiente e a prática de ação humanitária. Isso inclui pensar os termos efetivos, as necessidades vitais dos que se deslocam e do meio ambiente para além da função sustentável no campo de atuação. Incluem-se as subjetividades, essas que são as que mais tardam em assunto de resposta humanitária e humanização dos nacionais aos chegantes deslocados. Hipoteticamente, superado os egóicos personalistas e das entidades, outras maneiras, desde o mundo da vida, comecem a sobressaltar mais afins com a abjetivação da hospitalidade.

A concentração desses elementos descritos acima está, justamente, no campo terreno onde concentram-se o encontro do nacional e dos deslocados; a presença operadora do Estado e as estratégias de atuação em Roraima, especialmente nas duas cidades, Boa Vista e Pacaraima. Portanto, a investigação realizada da resposta humanitária em deslocamentos e dos desafios aprofunda a localização dessa ação; impôs refletir sobre as cidades como o terreno desse acontecimento humanitário.

## 4.2 HUMANITARISMO EM CIDADES

Nas cidades de Boa Vista e Pacaraima, concentram-se a assistência e proteção humanitária aos sem fronteiras. Lugares que, predominantemente, estiveram os humanitaristas, com suas oportunidades de ocupação laboral humanitária. Nestas cidades, formaram-se os espaços como os abrigos oficiais das organizações humanitárias, os abrigos espontâneos, as casas de acolhida e os acampamentos temporários. Compõem as cidades e são a visibilidade de

nova-cidade-inteira (AGIER, 2011), para sua relocação e reconstituição identitária dentro destas cidades. Esta nova-cidade-inteira, como lugar para proteção ou de amparo, expressa, portanto, uma configuração de como as pessoas estão e vivem, pois, “por menor que seja é da qual retira sua primeira forma de identidade entre outras mais afastadas” (AGIER, 2011, p. 103).

Todavia, as cidades, enquanto espaço de aglomerados de milhões de pessoas no século XX e XXI, têm uma globaliza vocação, isto é, universalizar que sejam as mesmas em todo lugar do mundo. Seus habitantes possuem comportamentos muito comuns à beira do igual e do uniforme, e quanto maiores e globais forem essas cidades, e sua vocação de expressarem-se como metrópoles do mundo, maior será a reprodução no espaço de suas formas de viver. Desse jeito, “se você for para Tóquio, Berlim, Nova York, Lisboa ou São Paulo, verá o mesmo entusiasmo em fazer torres incríveis, elevadores espiroquetas, veículos espaciais” (KRENAK, 2019, p. 21).

Mas as megalópoles, além de serem muito similares, condicionam que todas as cidades do mundo deveriam ser tais e quais, porém, não iguais. Pode parecer contraditório, todavia, não o é. Desse modo, em matéria de cidade, o espaço e os que o habitam carregam um modo de viver e de ser com base nessa inspiração megalópole. Dito isto, é um fato que as cidades de Boa Vista e Pacaraima são agarradas por esse chamamento a esta globaliza vocação, mesmo no contexto migratório. Porém, há algo mais a respeito destas cidades. Especificadamente sobre as formas de organização das pessoas em deslocamento. Durante a pesquisa, notou-se, também, que o que se denomina de globaliza vocação invade a ação humanitária. Ao passo que, de um canto a outro do mundo, não parece haver diferenças substanciais individualizadas, senão uma expressão igual na forma de responder. Mas nosso foco são as cidades onde a proteção e assistência humanitária acontecem para esta numerável marcha de pessoas.

Ao mencionar um lugar tão remoto do globo terrestre, no extremo norte do Brasil, no Estado de Roraima e em duas de suas cidades, uma de centro (Boa Vista) e outra de borda (Pacaraima), duas das quinze que totalizam os aglomerados urbanos no Estado, é possível dizer sobre uma inspiração originária que é latente, valente e presente. Latente, pois, para parte de alguns de seus habitantes, ainda é factível dizer de uma globaliza cosmovisão, isto é, o viver como força para transmitir a constituição de humanos de sonhos. Segundo Krenak,

sonho não como uma experiência onírica, mas com a disciplina relacionada à formação, à cosmovisão, à tradição de diferentes povos que têm no sonho um caminho de aprendizado, de autoconhecimento sobre a vida, e a aplicação desse conhecimento na sua interação com o mundo e com as outras pessoas (KRENAK, 2019, p. 52-53).

Não é forçoso dizer que nem todas as cidades têm o chamamento para a globaliza vocação. Algumas, senão na maioria das cidades contemporâneas, estão para a técnica. A técnica como foi referenciada ao falar do Lavrado, a qual se contrapõe àquela inspiração dos lavradores originários. Na técnica, ela “impõe à natureza a pretensão de fornecer energia, capaz de, como tal, ser beneficiada e armazenada” (HEIDEGGER, 2012, p. 19). Essa empáfia do proceder da técnica, a qual causa aos humanos e à Terra danos inevitáveis. Por isso, além dessa latência que toma vigor com a técnica, seu oposto é a valentia. A valentia se expressa nos termos dessa cosmovisão de ser e viver em uma teimosia a produzir menos, trabalhar menos e compartilhar mais. O menos não é o mesmo que o mínimo ou sinônimo de preguiça. Essa valentia mistura-se na ousadia de reexistir à tecnocracia e aos desejos humanos em transformar todo espaço em condições favoráveis até que tudo seja descoberto.

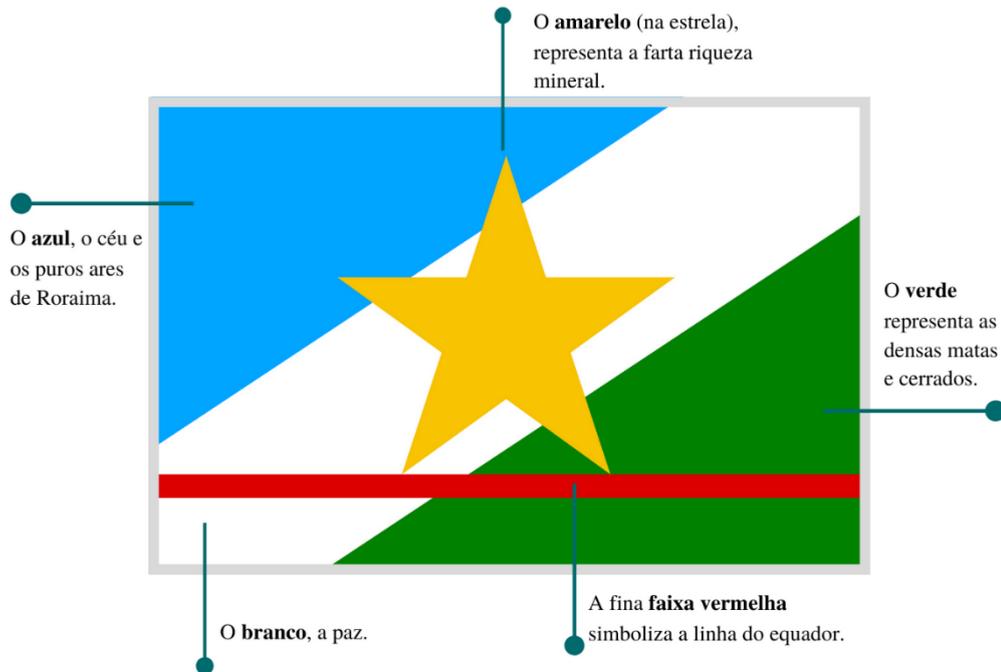
A via do desejo é o que já se sabe, o que se quer ou já está imbuído. De um objeto do desejo. Assim sendo, não há processos e não acontecem aprendizagens, só há uma latência. Nega-se a abertura da interação e integração com o mundo, as pessoas, os meio-ambientes e os espaços. Por isso, quando em duas cidades, em lugar tão distante, irrompe uma marcha de migrações – latente – mesmo se não se sabe só dos desejos ou dos sonhos, é certo e é urgente que esses pontos de chegada tornem possível o vir a ser dos sonhos, de outra cosmovisão, de outro modo de proceder nessa casa chamada de Terra. O humanitarismo tem essa disponibilidade valente?

Em Roraima, permanecem vívidos alguns lugares e humanos originários (indígenas). Mesmo porque nem tudo é só globaliza vocação, nem globaliza cosmovisão. Ainda que a última inspire menos o humanitarismo e, conseqüentemente, os profissionais humanitários e as entidades para as quais prestam serviço. Em termos dos deslocamentos, essa parece ser uma chave fundante para leitura do mundo vivido. Deste modo, possa ocorrer uma passagem processual que pode preencher de sentido e dar espaço para uma real abjetivação da hospitalidade em deslocamentos.

O que marca pode marcar essa passagem processual entre a vocação e a cosmovisão; referem-se às possibilidades de descanso, do ócio criativo e muito convivialidade. É preciso mudar de mentalidade progressiva e urgentemente. Pois, no caso das comunidades indígenas presentes no território do Estado fundado em 1988, elas vêm marcando a jugo do próprio sangue, que as cidades fossem pela via de uma cosmovisão. Como um terreno fecundo de aprendizagens com saberes ancestrais e acúmulos do saber do presente; e seguissem para um lugar, mais para a vida que por sobrevivência. Não obstante, as cidades de Roraima seguiram a

estrada herança do dístico *ordem e progresso*. Veja como isso se expressa no símbolo da bandeira do Estado (Figura 12).

Figura 12 - Bandeira do Estado de Roraima



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Como se expressa o professor José Antonio Gomes de Pinho (1999), que diz:

Esta herança forte e marcante desse positivismo que resiste historicamente. A bandeira está a todo tempo a nos lembrar dessa herança. É neste sentido que questionamos o dístico “Ordem e Progresso” por tudo que ele encerra e representa. E ainda mais em um momento histórico muito delicado que estamos vivendo de hegemonia do neoliberalismo onde a desnacionalização e o conceito de Nação está em risco, ainda mais no caso brasileiro (PINHO, 1999, p. 174).

Boa Vista e Pacaraima fundaram-se com herança à ordem e ao progresso. Sinais visíveis disto podem ser constatados nos primeiros passos à entrada de cada cidade, pois, brevemente, se está de frente às bases militares, que também são componentes diários simbólicos da presença humanista militar para aqueles em mobilidade e para os profissionais humanitaristas. Expressão efetiva da marca das estratégias de ocupação do território.

É em meio a estas marcas que todas as organizações de proteção e assistência chegaram com seus projetos para inscreverem suas histórias; os deslocados com suas narrativas

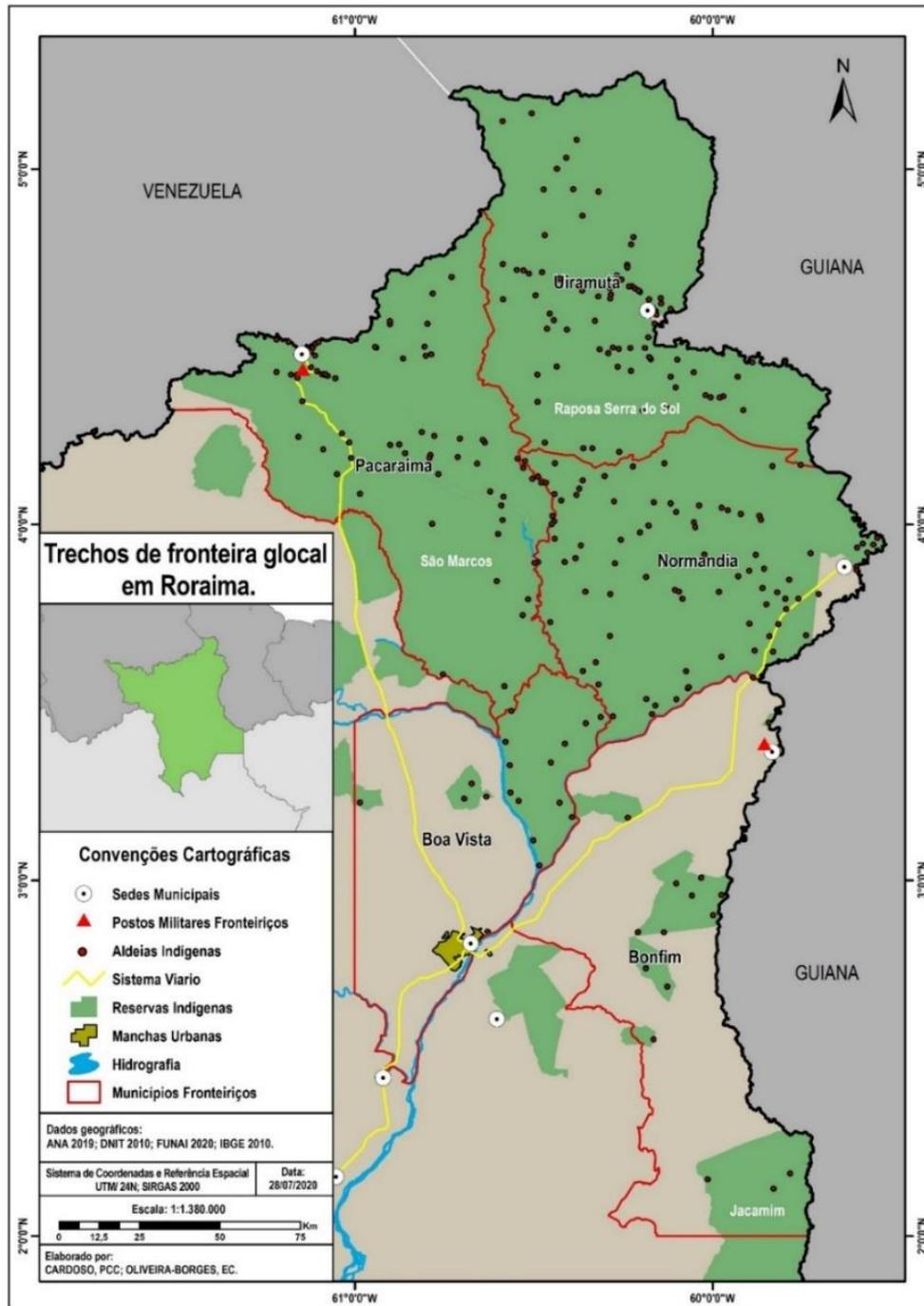
de dor e sofrimento; os humanitaristas, notas-experienciais. Porém, a ação humanitária começa sua apropriação do lugar, com o diagnóstico do terreno visando a elaboração dos planos de resposta. A resposta dada não deixa de ocorrer com os aspectos da técnica moderna, para qual a bandeira acima, com suas cores, prenuncia. Sonda-se pouco do terreno onde o humanitarismo repousará sua salvífica ação, onde ocorrerão inúmeros contratemplos ou reforços de mais formas de intolerância e divisões. O humanitarismo também tem suas bandeiras, e o que elas anunciam em um terreno tão marcado por duas cosmovisões?

Como já foi anunciada, a divisão do território do Estado de Roraima seguiu as geometrias modernas, até mesmo para suas cidades e a utilização dos terrenos. Assim, em cada canto, estão os vestígios da militarização e a presença real do ordenamento das instituições militares. Ao passo que se constituíram, como expressa Rodríguez (2016), por meio do conceito de *fronteras glocals*:

Frontera glocal (el juego lingüístico de lo global-local es intencional): incorpora otras tipologías además de las ya mencionadas y engloba las fronteras económicas, fronteras del derecho (internacional), fronteras geopolíticas, fronteras supranacionales, la teoría transnacional, la teoría transfronteriza y los modelos de sociedad. De tal forma que esta categoría, a su vez, permite analizar y yuxtaponer las distintas instituciones, y capacidades y fenómenos que circunscriben al actual (y en transición) Estado-nación como ciudadanía, territorio, soberanía, democracia, autoridad, jurisdicción, fenómenos migratorios y políticas públicas (RODRÍGUEZ, 2016, p. 27).

O conceito de *frontera glocal* é muito útil, tratando-se desse entendimento de como desde as bordas ao centro ou do centro às bordas, a exemplo das cidades de Pacaraima e Boa Vista, podem ser notados elementos bem justapostos de cidades e sociedades fronteiriças. As fronteiras entre Brasil e Venezuela (Roraima ou Amazonas), sejam em seu sentido administrativo e territorial ou cultural e identitária, criam amplos espaços sociais onde o trânsito de pessoas, de mercadorias ou de símbolos é cotidiano e os contatos intensos fazem com que as identidades nacionais se deslizem, reafirmem-se ou ressignifiquem-se. Na Figura 18, é possível notar como as terras indígenas e as aldeias foram sendo colocadas às bordas, às margens para que a ordem e o progresso vigorassem e maior fosse a invisibilidade dessa tessitura identitária, pois, o que se encontra, logo após das formas de vida nas bordas, são as linhas e os pontos de controle militares fronteiriços.

Figura 13 - Mapa de Trechos de *Frontera Glocal* em Roraima



Fonte: Cardoso e Oliveira-Borges, 2020.

Por isso, consideramos que o espaço transfronteiriço transcende a própria zona de fronteira e se alarga até a capital Boa Vista, denominada por Rodrigues (2016) como Lugar Guayana. A autora, em outra obra, define o lugar Guayana como:

a parte do Planalto das Guianas pensado por meio de um imaginário mitológico ou nacionalizante que faz dele um espaço de alteridades às quais se outorgam qualidades sobre-humanas ou divergentes daquelas almejadas para a nação e, às vezes, como lugar não existente. Dessa forma, Roraima, enquanto lugar longínquo da nação é um Estado da federação pensado como *deslugar*, embora sua existência geográfica, jurídica e histórica seja plenamente reconhecida. Sua quase inexistência se revela no imaginário que o representa como espaço vazio, bem como na invisibilização da diversidade de seus habitantes e de seus meios ambientes (RODRIGUES, LEMOS, *et al.*, 2020).

Nos dias atuais, o deslocamento de pessoas venezuelanas para Roraima, que se iniciou de forma muito incipiente, começou aparecer nas estatísticas brasileiras, por meio das solicitações de refúgio, a partir de 2010, e coloca o Estado e o país em maior visibilidade nacional e internacional. O crescimento dos números oficiais ocorreu a partir de 2016 e, desde então, houve um aumento exponencial da mobilidade oriunda da Venezuela, protagonizada no início, principalmente, pelos indígenas da etnia Warao, advindos da região do Delta *Amaruco*, no Estado Guayna. Mesmo com um exponente número que ficou em Pacaraima, em Boa Vista, as mulheres Waraos eram vistas nos semáforos e exerciam a mendicância em busca da sustentabilidade financeira no espaço urbano.

Cenas como estas causaram grande incômodo, gerando na mídia e na vida cotidiana expressões de preconceitos e atos xenofóbicos, mas exigiu a cobrança de uma postura dos governos municipais e o estadual. Posteriormente, com a chegada em massa de venezuelanos não indígenas, essas mesmas cenas puderam ser vistas do centro às franjas da capital. Francilene Rodrigues *et al.* (2020) destaca o seguinte:

Em dezembro de 2016, a Polícia Federal (PF) transportou desde Boa Vista 455 indígenas Warao para o município de Pacaraima com a intenção de entregá-los, ou melhor, devolvê-los às autoridades da migração em Santa Elena do Uairén, primeira cidade da Venezuela. No entanto, um ato da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), do Ministério Público Federal em Brasília e de mais 11 organizações signatárias dos Direitos Humanos e a Defensoria Pública da União fez um pedido de *habeas corpus* coletivo para a suspensão da *deportação* dos indígenas Warao. Este Ato marcou o processo de visibilidade do êxodo venezuelano e, ao mesmo, tempo proporcionou a Roraima sair da sua condição de lugar de não existência e periferia para tornar-se o centro não apenas das atenções midiáticas, mas também governamental e intragovernamental (RODRIGUES, LEMOS, *et al.*, 2020).

Os significados de espaços vazios, de lugar desocupado ou distante, estão fortemente marcando tanto as narrativas da nação brasileira como os discursos dos governantes ao referirem-se ao estado de Roraima, reforçando um conceito de estar à margem da nação dos centros capitalistas modernos. O Brasil longínquo, conforme diz Rodrigues *et al.* (2020, n.p), “mesmo diante do contexto da visibilidade migratória recente, ainda persiste e existe no pensamento por meio da sua negação, da não existência e carece de concretude”. Roraima

revela-se um lugar para o surgimento de não lugares, pois, “se um lugar pode se definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá um não lugar” (AUGÉ, 2012, p. 73). É o conflito insistente e persistente entre a latência da sua ocupação e a valentia dos lavradores originários, que nos dias atuais surge, nesses deslocamentos, na força modeladora de tornar possível os “não lugares”, isto é, espaços que não (...) integram os lugares antigos: estes, repertoriados, classificados e promovidos a “lugares de memória”, (e) ocupam aí um lugar circunscrito e específico” (AUGÉ, 2012, p. 73). Como um não lugar, esse seu aparecimento, e ao mesmo tempo sua invisibilidade, mesclam-se na diversidade humana dos seus habitantes e dos recém-chegados caminhantes.

Assim sendo, acredita-se que todos em Roraima são índios em sentido pejorativo. Muitos humanitaristas admitiram nas entrevistas que não souberam desses deslocamentos amazônicos, e outros que souberam recentemente por que são moradores. Por isso, essas duas existências de lugar e não lugar “são, antes, polaridades fugidias: o primeiro nunca é completamente apagado e o segundo nunca se realizada totalmente” (AUGÉ, 2012, p. 74). De qualquer maneira, como dissemos no início, pela sua peculiaridade de globaliza cosmovisão, é um Estado com narrativas de lugares e não lugares desde sua constituição. Assim, os lavradores originários têm o espaço do mundo vivido como da re-existência. Para Nelson Maldonado-Torres (2017, p. 26),

re-existência es decir, que resistencia no se trata solamente de una cuestión de negar un poder opresor, sino también de crear maneras de existir, lo que incluye formas de sentir, de pensar, y de actuar en un mundo que se va construyendo el mismo a través de variadas insurgencias e irrupciones que buscan constituirlo como un mundo humano.

Esse sentido pode também se atribuir aos caminhantes, aos sem fronteiras que são subversivos a estes não lugares exílicos produzidos nos terrenos humanitários. Cruzam a *la linea*<sup>37</sup> e, mesmo estando ainda nela, as pessoas em deslocamento persistem sendo o único elemento de lugar, do qual se abrem outras possibilidades para sobreviver. Mas cruzar a *la-linea* permite ser solidariamente apoiado para quiçá novas possibilidades de viver?

Portanto, as cidades citadas atuam como ordenamentos fronteiraços; progressivamente limitam com as logísticas humanitárias a liberdade de mover-se, não apenas isso. Com a explosão visceral do deslocamento para áreas urbanas, que irrompe como o maior dos fluxos já vistos na América do Sul e Caribe de venezuelanos, surge essa característica de serem desde

---

<sup>37</sup> *La linea* é como os venezuelanos se referem a Pacaraima.

seus corpos não lugar de re-existência. Inclusive, diante da latência da ocupação de um lugar de chegada, a valentia assumida por tantos de seus moradores, na ousadia da elaboração de novas memórias a este lugar, os deslocados povoam de dúvidas os humanitaristas, com a produção de tantos não lugares no terreno da resposta humanitária.

Chega-se ao presente. Estar presente é a terceira das inspirações que dissemos acima. Esta se desdobra e invoca, ao passo que revira os espaços e os humanos, para desde aí, e somente por essa presença, tornar a experiência caminhante um fenômeno de re-existência vivo, pulsante, vigoroso e em alto grau em um “mundo humano”, por isso, existencial. A experiência retira o humano, o singular. Pois o que se espera é que seja o humanitarismo abertura nova de outro viver possível. Espera-se então que o humanitarismo ouse com suas respostas, não mais reforço ao abjeto, mas a manifestação dessa abjetivação que rompe as fronteiras. A ação humanitária precisar-se-á assumir delinquente. Segundo Michel de Certeau (1998):

O delinquente só existe deslocando-se, se tem por especificidade viver não à margem, mas nos interstícios dos códigos que desmancha e desloca, se ele se caracteriza pelo privilégio do percurso sobre o estado (...). A delinquência social consistiria em tomar o (...) princípio da existência física onde uma sociedade não oferece mais saídas simbólicas e expectativas de espaços a pessoas ou grupos, onde não há mais outra alternativa a não ser o alinhamento disciplinar e o desvio ilegal, ou seja, uma forma ou outra de prisão e a errância do lado de fora (CERTEAU, 1998, p. 216).

O desvio, citado por Ceteau (1998), foi observado no percurso do itinerário, de maneira que está presente entre o abjeto fazer humanitário e a abjetivação que irrompe em saídas “simbólicas e dá expectativas”, aos delinquentes sem fronteiras deslocados. Essa dinâmica, portanto, no crepúsculo das rotas emergenciais, quando o humanitarismo não consegue superar o abjeto e cai na noite escura, na saída existencial que não há outro caminho a seguir. Porém, no alvorecer desse humanitarismo no tempo do mundo do viver, além da finitude, mostra-se a passagem necessária do amor universal, (res)sentido ao dos valores que podem alargar os espaços para serem lugar para “praticar”: o praticar possíveis itinerários de abjetivação da hospitalidade humanitária. Por isso, é muito importante apresentar os dados de identificar esses profissionais, pois, sua caracterização é a forma de elaborar outras possibilidades de ocupar do agir humanitário.

#### 4.3 PROFISSIONAIS EM TERRENO

O método dos itinerários foi a bússola para investigação, além de orientar o passo a passo das etapas desse itinerário investigativo. Em relação ao profissional, é preciso salientar que ele é o sujeito da experiência. Para melhor demarcar o entendimento sobre quem é o sujeito da experiência:

Esse sujeito que não é sujeito de informação, da opinião, do trabalho, que não é o sujeito do saber, do julgar, do fazer, do poder, do querer. Se escutamos em espanhol, nessa língua em que a experiência é “o que nos passa”, o sujeito da experiência seria algo como um território de passagem. Algo como uma superfície sensível que aquilo que acontece afeta de algum modo, produz alguns afetos, inscreve algumas marcas, deixa alguns vestígios, alguns efeitos (LARROSA, 2019, p. 24).

Como mencionado no primeiro capítulo, como primeira etapa do método tem-se uma entrevista, realizada por meio de questionário on-line e disponibilizado para os sujeitos da pesquisa. Ela foi realizada no seguinte entendimento:

Se escutamos em francês, em que a experiência é “ce qui nous arrive”, o sujeito da experiência é um ponto de chegada, um lugar a que chegam coisas, como um lugar que recebe o que chega e que, ao receber, lhe dá lugar. E em português, em italiano e em inglês, em que a experiência soa como “aquilo que nos acontece, nos sucede”, ou “happen to us”, o sujeito da experiência é sobretudo um espaço onde têm lugar os acontecimentos (LARROSA, 2019, p. 24).

Isto significa dizer que mesmo usando o questionário on-line para as entrevistas, o que parece ser longe do experiencial, a entrevista questionário traduz como cada sujeito mostra-se no âmbito em que se sente mais universal, sem ter que nominar a si mesmo e sua compressão pessoal de cada questão, pois são as questões e respostas que permitam uma amostra da sua experiência. Com base nas respostas, a interlocução do pesquisador é a recepção de um lugar do sujeito que ele mesmo se permitiu receptionar. Ademais, em relação à mulher e ao homem profissional humanitário, a interlocução levou a questões como: em que atividades gastam suas vidas em favor de “estrangeiros”? De donde vieram? Que exercem? Qual o grau de qualidade de saúde física e mental durante e depois do agir em campo? Por que o humanitarismo precisa de humanos especializados e institucionalizados para aliviar a desgraça de outros humanos? A apresentação desses humanos que atuam em contexto de deslocamentos foi uma tarefa exigente, porque, como se disse, não são sujeitos utilizados para chegar a uma hipótese. Itinerar não permite hipótese conclusiva. Recordar-se que as entrevistas foram feitas de modo on-line devido as condições da pandemia da COVID 19.

Com as respostas do questionário, fez-se exposição desse perfil em gráficos ou infográficos, para representar melhor a identificação dos profissionais. Afinal, com o deslocamento, confirma-se a necessidade de atividades de profissionais humanitaristas, estes que, por sua vez, mantém em movimento aquele sujeito em deslocamento, numa função ativa para a chamada humanitária. Como apresentado no questionário, segue a apresentação dos ciclos humanitários com intersecções textuais de alguns pontos marcantes da análise e um tópico especial sobre o sofrimento-horror.

#### **4.3.1 Humanitaristas quem são?**

Para realizar a Identificação do profissional humanitário foram aplicadas, neste círculo, treze (13) perguntas. Faz-se importante dizer que o foco dado na pesquisa foi aquele de constituir este perfil desde a atividade humanitária, que se começou a desenvolver com as pessoas que atuavam nas ONG's locais, até a presença de homens e mulheres especializados em matéria de atuação em emergências humanitárias das agências internacionais. Cada questão pressupôs uma amostragem do perfil, mas não somente, elas ancoraram as análises do ponto de vista da abjetivação, em relação às pessoas receptoras de apoio humanitário como se explicitou no início deste capítulo.

Se fosse o caso apenas de fazer a amostragem, de saber quantos profissionais atuam em Roraima deveria ter sido essencial<sup>38</sup>, os resultados poderiam ter levado a perguntas como a ampliação de postos de trabalho em Roraima; a capacidade de absorver perfis diversos; a representação significativa de contratado analisando os imperativos disso quanto ao gênero, à orientação sexual, a raça/cor da pele, a faixa etária; a atividade laboral que mais emprega e até mesmo o nível de escolaridade exigido para alguns postos; a influência disso na atividade laboral, bem como esses fatores influenciarão uma grande maioria que vierem de outros lugares para trabalhar no Estado. Isso é importante, mas poderia distanciar o pesquisador do propósito desta itinerância.

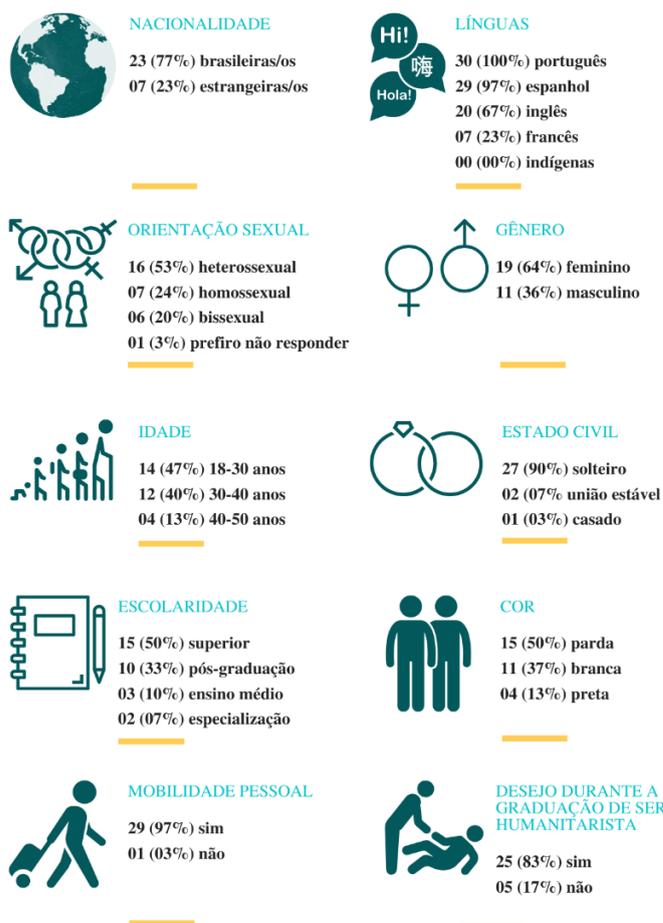
---

<sup>38</sup> Não encontramos pesquisas e dados relacionados a quantidade de profissionais humanitários em Roraima. A investigação não quis questionar as instituições locais, dada à natureza da pesquisa centrada num processo de questionar até mesmo a performance das entidades. Porém, com base na *caminhada-en-línea*, as duas pessoas participantes estimam de 350 a 400 pessoas envolvidas diretamente no atendimento as pessoas em deslocamento. Não incluem nisto militares e funcionários públicos de qualquer âmbito de governo. Destaque para o cenário de que muitas pessoas são contratadas para iniciativas de projetos financiados de curta duração (3, 6, 8 meses) e assim o ciclo de duração de uma pessoa contratada varia muito. Ela pode, em um momento, estar em Roraima e depois mudar de organização e continuar no terreno ou mesmo voltar para seu Estado, ou sua cidade ou seu país de origem. Este dado quantitativo geral, além de ter sido incluso na gestão dos riscos, não inferiu na qualidade da análise dos ciclos, pois a pesquisa não é substancialmente de caráter quantitativo. Somente como etapa do método dos itinerários.

Optou-se por não elaborar uma amostra demográfica, o método não está para isso. Pois mereceria um tratamento de análise comparativa e/ou analítica mais profunda, não é a intencionalidade do método dos itinerários, da experiência dos Itinerários. Alguns dados receberam um pouco de tratamento diferencial na junção de dados recolhidos, somente para trazer à tona alguns assuntos que revelam estruturas historicamente de vulnerabilidades e violências impostas; tais como o racismo, já que os dados revelaram informações dessa natureza. Aliás, em um ambiente dito humanista, isto assume relevância, mesmo que não era o foco principal do trabalho.

Outros dados de alguns ciclos foram apresentados com o esforço de tornar visível o perfil e de serem lidos desde a evidência das informações, além de poderem ser dados para outras perspectivas que não seja via a itinerância experiencial.

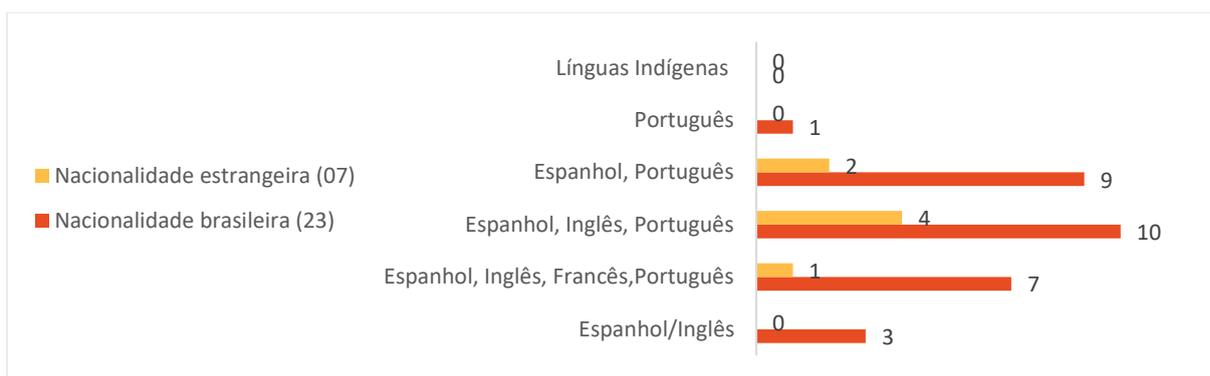
### Infográfico 1 – Identificação ampliada do profissional humanitário



Fonte: Elaborado pelo autor

Seguindo o exercício da apresentação de dados agrupados, e lidos sob essas estruturas históricas de vulnerabilidade imposta, retomando o Infográfico um (1), estabeleceu-se cinco cenários com duplas variantes; de gênero e orientação sexual, de cor e escolaridade, da idade e estado civil, da língua e nacionalidade e a da mobilidade e o desejo de ser humanitarista. Abaixo, apresentamos os gráficos dessas variações.

Gráfico 1 - Nacionalidade e línguas



Fonte: Elaborado pelo autor.

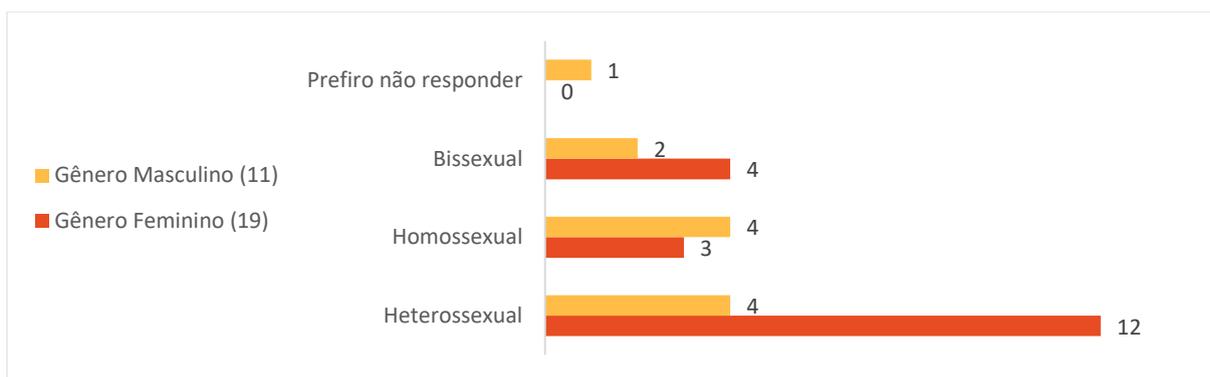
Em relação a este ciclo, começamos por analisar os aspectos da nacionalidade e as habilidades linguísticas dos profissionais. Nesta última, os profissionais elegeram algumas línguas, possuíam habilidades de falar, ler e escrever. Desse modo, a totalidade de cada língua se expressa em 100% de 30 pessoas. Assim, o resultado é que uma grande maioria detém o domínio em Português (30=100%); em seguida, o Espanhol (29=97%); depois, o Inglês (20=67%); alguns, o Francês (7=23%); e nenhuma das pessoas tinha domínio de Línguas Indígenas (0=0%). Observando o gráfico em análise, é possível considerar que os humanitaristas, no contexto do deslocamento venezuelano, possuem o Espanhol para se comunicar. Isso é importante, considerando que entre as primeiras coisas as quais os humanitaristas encontram na fronteira pode ser a língua do deslocado. Contudo os dados expressam apenas uma categoria da exigência para funcionar a resposta com base no atendimento. É evidente o fato que os humanitaristas abrem possibilidade de diálogo com os marchantes, o que torna funcional a resposta humanitária.

Todavia, o que melhor demonstra a importância desse dado da nacionalidade e língua do profissional é a correspondência com a nostalgia do deslocado, no dizer de Derrida e Dufourmantelle (2003, p. 79): “nômades têm em comum, dois suspiros, duas nostalgias: seus mortos e sua língua”. Essa indicação/demonstração do nostálgico, o gráfico não dá conta de

abarcam e mensuram. O mesmo, como tal, apenas desvela ou esconde a necessidade da interlocução em busca do sentido da experiência. Ainda assim, fruto de uma hospitalidade condicionada, não demora se impor ao deslocado a tarefa de aprender a língua do país de acolhida. Algo como os humanitaristas que devem aprender rápido o glossário humanitário. A língua não morre na primeira acolhida, os humanitaristas, no gráfico, confirmam; falam a língua da pessoa em deslocamento neste contexto que é Roraima. Porém, falar a língua do outro permite esse receber o outro inteiro? Falar a língua do outro é uma das formas mais efetivas da primeira acolhida, mas apenas falar não basta. A língua é também a porta para transmissão do sentido do mundo da vida do outro. O humanitarismo da chegada é *express*, não tem tempo para entrar nessa nostalgia.

A seguir, temos o gráfico sobre a orientação sexual.

Gráfico 2 - Orientação Sexual e Gênero



Fonte: Elaborado pelo autor.

Constata-se que as pessoas do gênero feminino (19=63%) e heterossexuais (12) são a maioria. Por outro lado, as pessoas do gênero masculino (11=37%) estão igualmente distribuídas entre heterossexuais (4) e homossexuais (4). Os bissexuais são apenas dois. Uma variação importante, se esta pesquisa tivesse tido como foco aprofundar estes aspectos.

Contudo, detendo a análise sobre a presença das pessoas do gênero feminino, impõe aos interrogantes: Existe ainda aquele sentido de que cabe às pessoas do gênero feminino aliviar a desgraça e a dor, a curar as feridas e dar consolo? Tarefa de mulheres? Tarefa para pessoas do gênero masculino, mas de orientação sexual distinguível do padrão? Às mulheres, aos gays, aos bissexuais se inscreve algo de diferente ou em algo atribui uma aparência comum com as abjetivações dos andantes? “¿Por qué la igualdad de género es fundamental para la acción

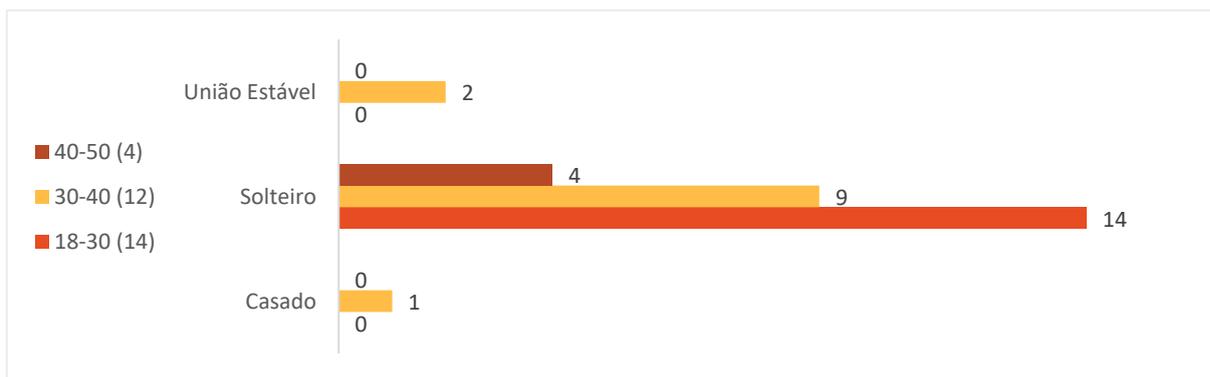
*humanitária?*” (COMITÉ PERMANENTE ENTRE ORGANISMOS, 2017, p. 10). Este mesmo Comitê define, no documento *Manual de gênero para acción humanitaria*, o seguinte:

El género se refiere a las diferencias que construye la sociedad entre mujeres y hombres, así como las relaciones entre ellos, durante su ciclo de vida. Son específicas en relación al contexto y la época y cambian con paso del tiempo, dentro de las culturas y entre ellas. El género, junto al grupo de edad, la orientación sexual y la identidad de género, determina los roles, las responsabilidades, el poder y el acceso a los recursos. También se ve afectado por otros factores de diversidad como la discapacidad, la clase social, la raza, la casta, la etnia o el origen religioso, la riqueza económica, el estado civil, la condición de migrante, la situación de desplazamiento y el entorno urbano o rural (COMITÉ PERMANENTE ENTRE ORGANISMOS, 2017, p. 380).

Se este conceito se aplica aos beneficiários deslocados em contexto humanitário, optou-se por usá-lo para os profissionais humanitários. Afinal: *“El género, junto al grupo de edad, la orientación sexual y la identidad de género, determina los roles, las responsabilidades, el poder y el acceso a los recursos”* (COMITÉ PERMANENTE ENTRE ORGANISMOS, 2017, p. 380). Essa orientação distinta do profissional possui interface com aquelas das pessoas em deslocamento? O fato é que na atividade laboral humanitária é significativa a presença de pessoas de orientação sexual fora da Heteronormatividade.

A seguir, o gráfico de idade e estado civil. Vejamos!

Gráfico 3 - Idade e estado civil



Fonte: Elaborado pelo autor.

Este cenário, entre idade e estado civil, não há uma novidade, mas a evidência de que as pessoas jovens, de 18-30 anos (14=47%), ou adultos jovens, de 30 a 40 anos (12=40%), constituem o corpo de profissionais de modo mais expressivos. Isso diz muito sobre a tipificação do trabalho e a suportabilidade das facetas de horror enfrentadas, calor, chuva, esforço físico e feridas, fome, sede, doenças diversas, aqueles machucados no corpo e nas

sensibilidades durante a caminhada do deslocamento. Enquanto a terceira etapa de idade, de 30 a 40 anos (4=13%), é bem menor. Do outro lado, o perfil dos solteiros (27=90%) é majoritário; têm-se duas uniões estáveis (2=7%), sendo uma pessoa heterossexual e outra bissexual; e uma só pessoa casada (1=3%). Os dados revelam serem mais úteis pessoas menos enraizadas, solteiras e jovens, abertas à mobilidade que aquelas com possíveis interferências de uma vida compartilhada, por exemplo, com casamento e filhos.

Com isto, entendeu-se que há mais chances para pessoas solteiras e jovens de serem empregadas como humanitaristas, e - ao se enredarem nessa teia do humanitarismo - serem mais chamadas a assumir os desafios maiores de vida e morte na resposta humanitária. Essas pessoas tendem a assumir mais contextos desafiantes por altruísmo e solidariedade com pessoas em deslocamento? Por que pessoas solteiras têm mais aderência ao trabalho humanitário que pessoas casadas? Os jovens profissionais questionam-se sobre ter reconhecimento e valorização? Segundo Douzinas (2015, p. 393):

Os funcionários de assistência sérios, com seus *laptops*, *modems*, tênis e blusas, todos pregam o mantra de “aumentar a capacidade local”, enquanto a única capacidade discernível sendo criada são os volumes de jovens que servem como motoristas, tradutores e intermediários para a comunidade internacional.

No tocante à função laboral, as capacidades e a aparência juvenil parecem dar um tom *soft* ao humanitarismo. Por isso, muitas vezes, aos jovens e aos solteiros humanitaristas cabem assumir os papéis para ampliar a capacidade local. Variações como disponibilidade e perfil, alguns jovens humanitaristas em Roraima encontram postos diferentes e passam por distintas entidades como contratados. O professor Douzinas diz:

Hoje nós abandonamos tanto a ideologia quanto a tentativa de entender o mundo. O humanitarismo pós-comunista, assustado pelas atrocidades da ideologia do século 20, prefere uma humanidade em sofrimento e coloca no lugar das grandes narrativas da história a desgraça das espécies. Isso faz total sentido com a reivindicação neoliberal de que a história acabou, que todo o conflito político se movendo na história foi resolvido e que ideologia não tem mais qualquer valor. *As pessoas jovens que participam de ONGs devem ter participado de grupos e campanhas de esquerda alguns anos atrás. A busca por justiça, a grande força motivadora da política tornou-se antipolítica. Cuidado com as vítimas, defesa de direitos, promoção de escolhas livres é a ideologia indisputável de nosso mundo pós-político. A humanidade vem sendo unida não através de planos revolucionários, mas sim por dor universal, piedade e pelo mercado. Eventos políticos não são analisados concretamente ou examinados por suas raízes políticas; eles são julgados pela quantidade de sofrimento que eles geram. Essa é uma visão confortadora. Nós somos guiados exclusivamente por sentimentos morais* (DOUZINAS, 2015, p. 415, grifos em itálico e negrito nosso).

É como se aos jovens humanitaristas fosse dada a tarefa de explicitar a dureza do trabalho que assumem nesses planos revolucionários, baseados na dor e no sofrimento humano. Mas essa é uma transformação do amor cristão em humanitarismo, pois, cada vez que são realizados “eventos políticos não são analisados concretamente ou examinados por suas raízes políticas; eles são julgados pela quantidade de sofrimento que eles geram. Essa é uma visão confortadora. *Nós somos guiados exclusivamente por sentimentos morais*” (DOUZINAS, 2015, p. 415). Isso, para Scheller, está em termos de ressentimento.

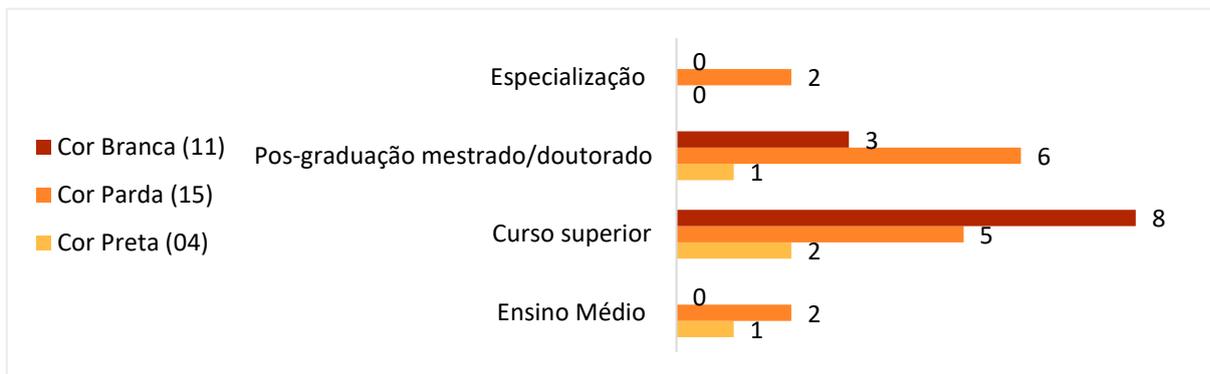
Ora, como se poderia, a partir das juventudes solteiras, entusiastas de uma moral de ajuda, aprofundar a ideologia ou o projeto de humanitarismo? Pois, “a humanidade vem sendo unidade não através de planos revolucionários, mas sim por dor universal, piedade e pelo mercado” (DOUZINAS, 2015, p. 415). Os jovens profissionais acomodaram-se na adultez de suas responsabilidades humanitárias; instrumentalizando-as com base no sentimento moral, eles atuam em favor de um programa global de *Empire Lite* (Império Leve), como analisa Michael Ignatieff:

O império do século 21 é uma nova invenção nos anais da ciência política, um *empire lite*, uma hegemonia global cujas notas de graça são mercados livres, direitos humanos e democracia, reforçados pelo poder militar mais impressionante que o mundo já conheceu. É o imperialismo de um povo (dos Estados Unidos da América) que lembra que seu país garantiu sua independência rebelando-se contra um império e que gosta de se considerar amigo da liberdade em toda parte. É um império sem consciência de si mesmo, constantemente chocado que suas boas intenções despertem ressentimento no exterior. Mas isso não o torna menos império, com a convicção de que só ele, nas palavras de Herman Melville, carrega “a arca das liberdades do mundo” (IGNATIEFF, 2003, p. 02, tradução livre nossa).

Para que essa ação orquestrada se efetive para além do poder militar, é preciso influência, abrangentes braços humanitários. Ignatieff alerta para o império leve do humanitário que abre e promove a presença de Estados, mas estes podem, via o humanitarismo, se inserir num determinado lugar do globo (qualquer que seja), sem saírem do lugar. Com o apoio de centenas de pessoas jovens e solteiras, a mão de obra está garantida. É por isso que, por analogia, se pode considerar que os humanitaristas estariam “sem consciência de si mesmo, (e) constantemente chocado(s) que suas boas intenções despertam ressentimento” (IGNATIEFF, 2003, p. 02).

No próximo gráfico, se estabeleceu uma relação entre a cor e o nível de escolaridade. A rigor, esta relação ajuda a entender o quanto esse dado infere à empregabilidade das pessoas interessadas.

Gráfico 4 – Cor e Escolaridade



Fonte: Elaborado pelo autor.

Há tempos, existem processos de emancipação pessoal em relação à formação e à escolarização. Ao mesmo tempo, para as pessoas pretas o acesso ao ensino ou à academia é uma luta que perdura por décadas e décadas. Numa escala proporcional aos participantes da entrevista-questionário, a escolaridade e a cor da pele ainda continuam sendo um elemento excludente imperativo. Além de ser um tema de acesso à política pública, podem ser considerados ao menos dois pontos, na perspectiva do resultado apresentado no gráfico acima.

Os humanitaristas são pardos e brancos, ao menos os que atuam em Roraima. E os brancos seguem à frente quando se trata da formação superior (8), bem como em pós-graduação ao nível de mestrado ou doutorado (3). Desse modo, a profissão do humanitarista tem relação com a cor da pele. A questão é: ao humanitarismo moral, romântico e idealista não parece soar que é um lugar menos racista? Este é o ponto que está anterior à escolarização, que supõe dar mais condições de aplicar-se a uma vaga disponível: o racismo. E assim entre uma pessoa branca e uma pessoa preta existiria um imperativo de cor levado em conta para uma contratação? Não se pode dizer com total assertividade, isso caberia melhor noutra pesquisa com os responsáveis das entidades e organizações. Mas que faltam humanitaristas negros, isso sim pode ser dito. E o que dizer se perguntasse se têm indígenas atuando como humanitaristas? Outras pesquisas podem sugerir melhores respostas, o que interessa é dizer que no perfil destes profissionais concentra-se ainda um padrão branco.

Outro dado que nos pareceu importante trazer para análise é que entre brancos, 6 (seis) pessoas são do sexo feminino e heterossexuais, e 5 (cinco) são do sexo masculino. Aqui, as mulheres saem com uma única pessoa a mais, todavia, ainda se evidencia uma representação masculina acentuada, além do fato que, dos cinco, 3 (três) são homossexuais, 1 (um) heterossexual e 1 (bissexual). Entre as 4 (quatro) pessoas pretas, 2 (duas) são do gênero

feminino, homossexuais e solteiras. Enquanto as outras 2 (duas) são do gênero masculino; 1 (uma) heterossexual e solteira, 1 (uma) homossexual e solteira. A pesquisa não é sobre racismo, nem sexismo e o classismo, mas, como bem sinalizou Eliana Silva Costa em conferência proferida no dia 22 de maio de 2020, por ocasião de uma *live* sobre Violência e Humilhação, racismo, sexismo e classismo são ideologias essencialistas de abrangência ampla, complexa, sistêmica, violenta, automática; são modalidades de violências<sup>39</sup>. Portanto, mereceram ser consideradas.

Gráfico 5 – A mobilidade e o desejo de ser humanitarista durante a graduação



Fonte: Elaborado pelo autor.

No gráfico, se apresentou a relação entre a mobilidade e o desejo de ser humanitarista ainda durante a graduação. Os que tinham o desejo de ser humanitaristas foram 25 (83%), enquanto os que não tiveram 5 (17%). E os que responderam ter realizado alguma mobilidade seja por emprego, estudo ou esperando condições melhores de vida material foram 29 (90%) e apenas 1 (10%) não realizou. Assim como demonstra o gráfico, das vinte e nove (29) que realizaram algum tipo de trânsito, cinco (5) delas não desejavam ser humanitaristas, enquanto apenas 1, entre as 25 que tinham desejo, não fez nenhum trânsito para outras possibilidades.

Portanto, aos brasileiros e aos estrangeiros o humanitarismo é uma possibilidade de trabalho que exige em muitos casos a mobilidade. E configura-se em emprego nesta engenharia global do humanitarismo, o que equivale a afirmar que, ao ser deslocado para cenários trágicos que exigem ação e ajuda de humanitários, eles conseguem um bom jeito de se profissionalizar e, para alguns, consolidar uma carreira inteira.

Considerando a nacionalidade e habilidades em línguas, a orientação sexual e gênero, o estado civil e a idade, escolaridade e cor, a sua mobilidade e o desejo de ser um profissional

<sup>39</sup> Informação verbal, retiradas de anotações nossa.

humanitário durante a graduação, esse bloco da identificação traz à tona uma identificação ainda que parcial (30=100%) dos profissionais humanitários em Roraima. A pessoa que atua em emergência humanitária está num lugar remoto, onde as necessidades deles estão relacionadas com o seu perfil. E, por isso, não podem ser desconsideradas quando se propõe a elaboração de comportamentos, atitudes e habilidades necessários para a definição do profissional humanitário. O relatório da pesquisa, realizada em 2009, sobre profissionais humanitários organizados por Walker e Russ<sup>40</sup> e outros parceiros, ouviu em todo o mundo mil profissionais. Não constam informações sobre elementos da caracterização identitária das pessoas, sobre a profissionalização técnica que eles devem possuir. Com respeito às respostas,

Os respondentes passaram a detalhar os valores, habilidades e conhecimentos que eles achavam que os trabalhadores de ajuda precisavam, as estruturas de apoio que deveriam ter, e os métodos para codificar a competência que eles achavam que deveria ser colocada em prática. Cinco áreas críticas para o avanço foram identificadas 1. competências essenciais, 2. Sistemas de certificação, 3. Aprendizagem e aprendizado experimental, 4. associações profissionais, e 5. credenciamento e prestação de contas (WALKER e RUSS, 2011, p. 1197).

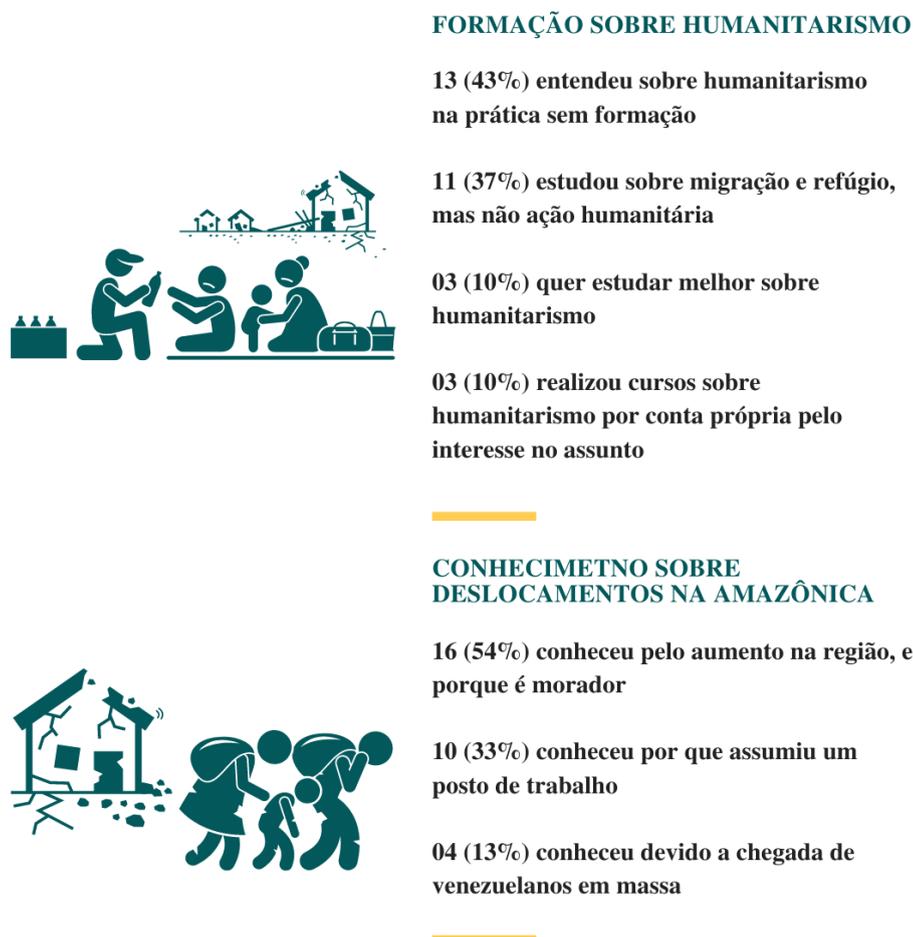
Competências, sistemas de certificação, aprendizagem e aprendizado experimental, associações profissionais e o credenciamento para prestação de contas do que fazem as pessoas e organizações são, portanto, áreas importantes de atenção, mas isso reforça o sistema de profissionalismo. E fica em aberto o quanto isto confere à prática as necessárias especialidades para atuar em campo. Como desvencilhar-se de uma meritocracia humanitária, isto é, do julgamento pelo qual uns estariam mais preparados que outros para atuarem humanitariamente?

O infográfico a seguir faz uma síntese sobre a preparação dos humanitários ouvidos e sobre o entendimento deles a respeito dos deslocamentos na Amazônia. É apresentado para percebermos a pertinência da preparação, num contexto que pode ser tormentoso para muitos e um convite para ser um profissional humanitário.

---

<sup>40</sup> Peter Walker é diretor do *Feinstein International Center, Tufts University, Medford, EUA*, e membro do Conselho Editorial da Revisão Internacional da Cruz Vermelha. Catherine Russ é conselheira de aprendizagem da *Enhancing Learning & Research for Humanitarian Assistance (ELRHA)*, Londres, Reino Unido.

## Infográfico 2 - Formação em Humanitarismo e deslocamentos na Amazônia



Fonte: Elaborado pelo autor.

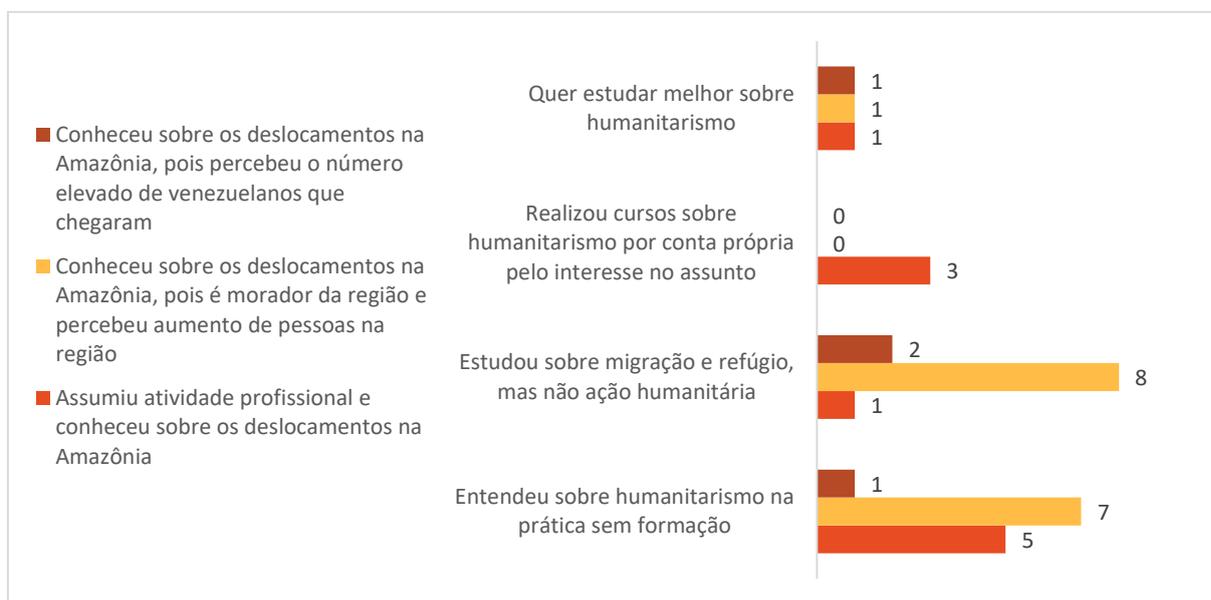
Perguntou-se aos humanitaristas que expressões predefinidas melhor exprimiam sua formação sobre ação humanitária. Interessante notar, na síntese dos dados recolhidos, um cenário a respeito da formação especializada sobre humanitarismo. A maioria não obteve formação prévia (13=43%). Todavia, onze pessoas tiveram formação sobre migrações e refúgio, sem incluir humanitarismo (11=37%), enquanto outras três (03) ainda querem estudar sobre humanitarismo e outras três (10%) estudaram por conta própria.

Além do fato do desconhecimento sobre a ação humanitária, chamou muita atenção o desconhecimento sobre os deslocamentos na Amazônia, incluindo para os profissionais que são da região. Nota-se que 16 (54%) representam o número de humanitaristas moradores na região amazônica. Isso significa que as outras 14 (46%) viajaram para atuar em Roraima, sendo que destas, sete (7) vieram de outras regiões do Brasil e as outras sete (7) são estrangeiras. No entanto, todos souberam melhor dos deslocamentos na Amazônia porque a atividade

profissional os fez imergir nesse cenário. É possível que uma grande maioria, com base neste dado, ainda desconheça muito sobre como o deslocamento na Amazônia acontece, inclusive que não é de hoje, mas remonta à ocupação do território (OLIVEIRA, 2016).

Para representar melhor que a intersecção desses dois dados é relevante, no gráfico abaixo se fez uma correlação entre o conhecimento humanitário e os itinerantes amazônicos. Se demonstra como a formação sobre humanitarismo ainda é incipiente e, ao mesmo tempo, como o assunto deslocamento na Amazônia precisa ser tratado como assunto primordial, para qualificar melhor os processos de resposta. Por exemplo, das pessoas que souberam do deslocamento em massa dos venezuelanos, apenas três (03) fizeram algum tipo de formação humanitária por interesse próprio. Além disso, oito (08) moradores da região amazônica estudaram sobre migrações e refúgio, todavia não humanitarismo. Ainda há as cinco (05) pessoas que souberam do deslocamento amazônico e do humanitarismo porque começaram a atuar profissionalmente.

Gráfico 6 – Formação humanitária e deslocamentos na Amazônia



Fonte: Elaborado pelo autor.

#### 4.3.2 Fazer Humanitarismo

Tendo visto a identificação dos profissionais, a seguir apresenta-se o perfil das atividades realizadas por eles em Roraima. Primeiro, pela visualização da lista de atividades e, respectivamente, com seu *rank*. Essas posições foram definidas com base na escolha de até três

campos de operação, nas quais prioritariamente exerceram atuação. Por isso, em cada uma delas pode-se perceber uma variação percentual expressiva em relação à outra.

Infográfico 3 - Atividades realizadas por humanitaristas em Roraima



**INTERIORIZAÇÃO 17  
(57%)**

Atividade que consiste em selecionar, preparar e enviar após decisão voluntária, pessoas deslocadas para outros lugares do Brasil.



**REPRESENTAÇÃO DE ORGANIZAÇÃO 12 (40%)**

Atividade de representação institucional, de coordenação e cogestão dos processos, respondendo a superiores nacionais ou internacionais.



**CADASTRAMENTO 16 (53%)**

Trata-se de inscrever todas as pessoas deslocadas em planilhas de atendimento. Cada organização opera com recursos e tecnologias diferentes.



**ASSISTÊNCIA SOCIAL 16  
(53%)**

Avaliação social para benefícios eventuais das organizações, escuta de casos, e encaminhamentos para rede de atendimento.



**PROTEÇÃO DOCUMENTAL 14 (47%)**

Apoiar o acesso a agendamento na Polícia Federal, ou poder regularizar-se com apoio de outra organização parceria.



**ÁGUA, SANEAMENTO E HIGIENE (WASH) 10 (33%)**

Atividades que apoiem, ou implementem ações de acesso a água, cuidado com saneamento e educação para higiene.



**INCIDÊNCIA (ADVOCACY) 9 (30%)**

Atividades que envolvem incidência sociopolítica, na maioria das vezes de acompanhamento devido restrições que podem ocorrer conforme identidade da organização com a qual se tem contrato laboral.



**ARTICULAÇÃO INTERINSTITUCIONAL 10 (33%)**

Atividades de grupos de líderes das organizações, relações entre sociedade civil, sistema ONU presente em campo e Governo.



**ALIMENTAÇÃO 14 (47%)**

A atuação nesta atividade engloba análise, e entrega de alimentos. Faz-se uso da implementação de cartões alimentação para uso na rede local ou para compras em supermercado.



**GESTÃO DE EQUIPES 14 (47%)**

Gestão de pessoas ou grupos que estão em diversas atividades da resposta.



**LOGÍSTICA 13 (43%)**

Concentração de toda engenharia humanitária que exige compra, locação de tendas, contêineres, itens diversos para apoiar a resposta humanitária.



**GERENCIAMENTO DE DADOS 12 (40%)**

Obtenção de dados, análise e divulgação de resultados, gestão de segurança e rede de informações, a sistematização e elaboração de planilhas de pesquisas rápidas e outros.



### COORDENAÇÃO DE ABRIGOS 7 (23%)

A ação envolve coordenação de equipes, gestão e elaboração de planilhas de casos e tarefas, processos comunitários, fluxos de demandas externas, relação com militares de apoio para segurança e outros.



### CAPACITAÇÃO DE EQUIPES 12 (40%)

Atividade de envolvimento com construção de ações para formação de pessoas deslocadas ou de equipe.



### FINANCEIRO 7 (23%)

Elaboração de orçamentos, prestação de contas, acompanhar auditorias, apresentar relatórios periódicos do uso dos recursos, realizar monitoramento de execução orçamentária são exemplos dessa atividade.



### PROTEÇÃO JURÍDICA 7 (20%)

Registro de casos, encaminhamento para setores do Judiciário quando existe violação de direitos, espera-se garantir proteção jurídica especializada.



### ADMINISTRATIVO 10 (33%)

Atividades cotidianas em relação a gestão dos projetos em relação a leis nacionais de contabilidade, recursos humanos, entre outros.



### GESTÃO DE DENÚNCIAS ABUSOS CONTRA MIGRANTES 6 (20%)

Realizar acompanhamento de denúncias, aplicar os protocolos das instituições, garantir uma escuta qualificada e garantir o sigilo do processo até a sua resolução final.



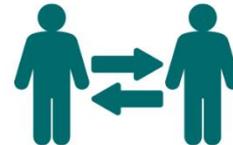
### AVALIAÇÃO DE PERFIS 8 (27%)

Envolve processos admissionais de outros humanitaristas, ou ação direta com as pessoas deslocadas em ações como, elaboração de currículos, empreendedorismo e escala de vulnerabilidade.



### ABRIGOS 10 (33%)

Ações de acompanhamento, organização de equipes, gestão de conflitos e responsável para realizar monitoramento de setores como saúde, cozinha, banheiros e outros.



### ACCOUNTABILITY (RESPONSABILIZAÇÃO ÉTICA) 3 (10%)

*Accountability ou responsabilização ética*, como traduzem algumas organizações, vai além de prestar contas às pessoas em deslocamento, aos doadores etc. Trata-se também do fluxo integral de escuta de reclamações, denúncias, elogios, respostas e resoluções no serviço de assistência e proteção humanitária.

Fonte: Elaborado pelo autor.

O infográfico das incumbências pode dar a impressão de uma planilha funcional e meramente ilustrativa do que cada um dos profissionais operacionaliza. Todavia, não é isso, na prática. É importante sinalizar que o levantamento não foi centrado em vista de uma análise das atividades em si; até seria melhor que cada função pudesse ter um aprofundamento de análise

no sentido quantitativo. Não foi a opção. Por que não é o caso? Porque importam nesta pesquisa mais as nuances das atividades em relação à abjetivação da hospitalidade. Trata-se de um sondar os acontecimentos durante a sua ação profissional humanitária e não se manter em limites, precariedades ou focar só sobre a implicância disso ao seu fazer profissional. Centrada na relação com a abjetivação da hospitalidade, essa gama de especialidades assume uma convergência que pode ou não ampliar a desconexão entre os deslocados. E até mesmo especialidades de serviços dos profissionais para com as pessoas em deslocamento.

De maneira que, na amostra de 30 respostas, eles elegeram nessa opção até três atividades nas quais mais estiveram à frente. Em primeiro lugar, esteve a interiorização, isto porque a aplicação do questionário foi em outubro/novembro de 2020, quando essa iniciativa já se expressava como a melhor resposta no contexto de Roraima. O que supõe essa atividade central ao tema desta pesquisa e por que tantos se ocupam da interiorização? Em termos nas nuances ditas anteriormente, se trata de uma estratégia assumida não para desasfiliar a mãe dos ventos, senão para salvaguardar o bem-estar local. Pois, os dados da interiorização cada vez mais são expressos em números de saídos voluntários de Roraima (R4V, 2019) e há um forte movimento para manter este número. No fundo, é a saída de levar da franja para o centro, via o humanitarismo, os sem fronteiras. Trata-se de uma operação técnica que envolve as organizações das Nações Unidas em campo, como OIM e ACNUR, mas também o Exército brasileiro, que opera os voos e a logística de saída de Roraima até o ponto de chegada (ação finalizada com o apoio de inúmeras entidades da sociedade civil).

Sob os aspectos das nuances dessas atividades, também foi possível aferir que elas estão aí para apresentar e representar. Elas, por um lado, são um espelho dessa especialização técnica do fazer humanitarismo; por outro, evidenciam se há a necessária especialidade profissional que o fazer humanitário exige. Apresentam no palco do cenário humanitário a impossibilidade de separar o fenômeno da abjetivação e do abjeto. Assim, a apresentação não pode renunciar aos sem fronteiras. Isto quer dizer que há muito ainda o que se realizar para unir as funções e a mitigação dos sofrimentos dos caminhanes, e minimizar os riscos que circundam as pessoas deslocadas.

O fazer humanitarismo profissionalizado, apresentado por meio da execução dos especialistas em humanos, provoca a urgente superação do agir puramente pelos sentimentos morais.

Unidos em nossa piedade, nós chamamos por intervenções armadas e nos preocupamos pouco com a situação pré e pós-intervenção contanto que a quantidade de dor seja reduzida. Como resultado, a complexidade da história, o expeço contexto

político e a pluralidade de respostas possíveis para cada nova “tragédia humanitária” estão perdidos (DOUZINAS, 2015, p. 415, grifos em itálico e negrito nosso).

Perder-se em meio a tantos sentimentos morais é manter-se perdido em cada nova resposta. As respostas tão e somente são apresentações, não raras vezes espetaculosas, desse agir moralmente sentimental. Porém, no melhor dos casos, segue sendo a maneira de evidenciar o caos dos processos condicionantes referentes à tarefa moral de acolher, por meio dos inúmeros serviços ofertados, ainda que classificativos ao grau de vulnerabilidade das pessoas. Sem prejuízos para os humanitaristas, eles compartilham a responsabilidade dessa apresentação, sendo ela de acerto e do fracasso. O caso da adesão voluntária de saída de Roraima pelo programa de interiorização, por exemplo, pode até soar como uma loteria de *Green card*<sup>41</sup>. A resposta humanitária no Brasil já foi reconhecida com prêmios de boa prática.

Figura 14 - Agências da ONU e Exército Brasileiro premiados pela resposta humanitária.



Fonte: ACNUR, Brasil (2020).

<sup>41</sup> Desde 1991 o governo dos Estados Unidos, realiza um sorteio, a Loteria de *green cards*. Este visto concede benefícios de residência e direitos como outro cidadão americano. São de 50 a 55 mil vistos entre muitos países do mundo que têm baixa representação no país. O nome *green card* se deu porque no início era um cartão de cor verde, atualmente é branco. Mas existem outras formas além do sorteio de adquirir o *green card*.

Desse modo, as atividades, além de apresentarem as inúmeras necessidades de funções para responder a tantos limites, a desventuras e penúrias por meio de pessoas preparadas ou não em humanitarismo, apresentam este mundo burocrático dos humanitaristas. Apresentam uma função burocrática deles em relação a eles mesmos, e em relação aos que se puseram a caminho. Os deslocados estão cansados de profecias burocráticas. Segundo o professor Herzfeld (2016, p. 81):

Não são apenas os burocratas que categorizam de modo a justificar as suas ações, no entanto; todos os atores sociais o fazem. Os burocratas são somente capazes de forçar os outros a criar profecias autorrealizáveis, devendo também lidar com as expectativas do público (deslocados) em relação aos burocratas eles mesmos. A maior parte das pessoas imagina saber o que os burocratas provavelmente farão – daí por que as desculpas sobre o fracasso pessoal –, pressupondo também que os seus burocratas nacionais possuem certas características que exacerbam os piores traços do “caráter nacional”.

As profecias assumem a apresentação de um tom temporal, afinal, os profissionais precisam mudar de tempos em tempos de função e até organização, portanto seguem alimentando essa profecia abjeta de “salvar-nos-emos”. No caso de Roraima, o traço militar exagera a memória de outros tempos históricos, os piores momentos já experimentados do país. Diz-se do período da ditadura militar<sup>42</sup>. A narrativa de Mary, no último capítulo, apresenta e impressiona a valoração do modo de proceder dos militares, mesmo que ela reconheça que não são humanitaristas. A profecia dos serviços oferecidos emoldura uma nova vida realizável.

Mas esta gama de tarefas amplia mais protocolos. Devido também à quantidade de recursos financeiros envolvidos, há mudanças no contexto da resposta e nas vidas das pessoas deslocadas. O rigor altruísta dos sentimentos morais, movido pelo abjeto e derivado do fazer o profissional, face a face com o horror e diante da burocracia, parecem também darem a si mesmos as “desculpas sobre o fracasso pessoal” (HERZFELD, 2016, p. 81), responsabilizando a burocracia. E não ousam ir a fundo nas intenções dessa engenharia burocrática dos Estados doadores, que são em último grau os monitoradores da própria burocracia da ação em campo. Os protocolos, os recursos, o horror, as mudanças e o tempo de atuação começam a mesclar-se ao perfil destes profissionais humanitaristas deslocados, e o cansaço chega ao pico pelo fazer humanitarista. Quanto mais burocrata, mais competências se tem. No infográfico a seguir é possível evidenciar a relação da burocracia das competências e os valores.

---

<sup>42</sup> A Ditadura Militar foi instalada em 1 de abril de 1964. Depois de 21 anos, em 15 de março de 1985 ela terminou burocraticamente. E nesses tempos atuais o militarismo brasileiro é reconhecido como humanitarista. Ironia ou não, o país elegeu nas eleições de 2018 um militar de reserva, com carreira no congresso brasileiro a marca de 27 anos, para presidente da república.

## Infográfico 4 - Os protocolos, os recursos, o horror, as mudanças e o tempo de atuação



### PROTOSCOLOS 27 (90%)

27 viveram situações onde gostaria de ter feito mais para as pessoas em deslocamento, mas os protocolos institucionais impediram.  
02 (7%) preferiu não responder  
01 (3%) não



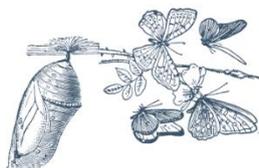
### FINANCIAMENTO 22 (73%)

22 entenderam que levando em conta sua experiência, as organizações poderiam realizar muito mais com os recursos financeiros e humanos que possui.  
05 (17%) preferiu não responder  
03 (10%) não



### HORROR 15 (50%)

15 sentiram alguma aversão/horror diante das situações de sofrimento, dor e necessidades das pessoas em deslocamento.  
10 (33%) não  
05 (17%) preferiu não responder



### TRANSFORMAÇÕES 25 (83%)

25 acreditam que a ação humanitária, com base na sua experiência realiza mudanças profundas, estruturantes para as pessoas em deslocamento.  
03 (10%) preferiu não responder  
02 (7%) não



### DURABILIDADE DOS CONTRATOS 13 (43%)

13 mais de 24 meses  
09 (30%) de 12 a 18 meses  
06 (20%) de 6 a 12 meses  
02 (7%) de 3 a 6 meses

Fonte: Elaborado pelo autor.

Outra forma de burocracia protocolar são as regras, as normas, os tempos de execução de projetos, as métricas absolutas na prestação de contas, as formas de evidências que comprovem o uso dos recursos, a engenharia dos orçamentos, as diretrizes e as metodologias e métodos, as adequações em planos e ajustes em recursos, os remanejamentos orçamentários, os erros em planilhas, as compras, mais orçamentos, as entregas de resultados atrasados, as metas não alcançadas etc. Expressões como “tem mais pessoas em pior situação que estas, conforme o *score*<sup>43</sup> de vulnerabilidade” revelam esse agir protocolar na resposta. As notas experienciais mais adiante, na dissertação, apresentam melhor esse aceite da burocracia protocolar.

Como destaque, nota-se que no infográfico acima muitos já desejaram ter feito mais em campo, mas os protocolos impedem. Existem atividades de avaliações sobre os protocolos,

<sup>43</sup> Existem programas de análise de vulnerabilidade elaborados a fim de agilizar o processo de escuta e definição de benefício eventual. Além de qualificar os registros de dados das pessoas e da resposta. Com base nisto se define o tipo, a quantidade e modalidade de benefício para muitas pessoas.

como e se funcionam, ou se podem ser melhorados. Mas elas impedem o bem a ser feito na assistência e proteção oferecida, por se tratar apenas de uma cadeia sistêmica, que nega acesso à proteção e à assistência, permanecendo simplesmente como prova demonstrativa frente às questões. Tanto Mary e Carmem entendem que os protocolos são fundamentais para atuar. E ao mesmo tempo elas compreendem a importância de que, frequentemente, as instituições saibam flexibilizar para atender. Há uma uniformidade nos protocolos que fica bem aquém dos fatos que exigem ser cumpridos. E faz-se o mínimo porque é isto que tem para hoje! Já que é para gente pobre está bom, é o que pôde ser feito. Protocolos são mais diretrizes burocráticas para o ordenamento e a acomodação dos pobres, e não da transformação para uma vida que os tire das múltiplas misérias. E os protocolos cansam quem os executa e quem está sob o jugo deles (HERZFELD, 2016).

Depois temos os recursos. É escandalosa essa resposta. O dinheiro está disponível e tem sido investido. Até aí tudo bem. Contudo, ainda se poderia fazer mais, comentam 22 pessoas (73%). Não é uma questão do zelo pela preservação das evidências e por descritivas capacidades de boa execução, aferida pelo auditor. Auditar é importante. A pergunta foi se poderia ser feito mais com o dinheiro que possuem as entidades e que os profissionais operam para resposta. Os humanitaristas disseram que pode ser feito mais, sim. Cercados dos mandatos dos projetos e orçamentos, nota-se que só para 2020, no Plano de Resposta Regional para o deslocamento de pessoas da Venezuela para o Brasil previu-se o volume total de \$ 2.828.949 (PORTAL DE DADOS OPERACIONAIS, 2020). Trata-se de um montante conseguido com base nas doações internacionais para organizações das Nações Unidas, que em seguida repassam parte dela a outras organizações locais, nominadas parceiras. A parceria cria essa naturalidade na ordem das demandas, uniformizando-as. O recurso é investido num desenho programado; essa programação subsidia a face profissional da terceirização da resposta humanitária, com a boa intenção de fortalecer as organizações locais, que por sua vez contratam os profissionais para suas entidades.

Os protocolos, o financiamento, a terceirização continuam a ganhar mais vida que soluções criativas para salvar vidas. Os muros se erguem entre a obrigação e a criatividade. São os profissionais que lidam no dia a dia com o horror e com frágeis recursos, mas ainda não podem admitir outras faces de aplicação. Imagine-se se todos os recursos fossem utilizados criativamente com base em cada contexto ambiental, cultural, étnico e da restituição de processos históricos, em conformidade ao anúncio das demandas; qualificar tudo isso e não apenas burocratizar (CHICET, 2020). Desse modo, é importante destacar o horror, as transformações e o tempo da vida onde tudo isso acontece. Pois, são três elementos balizares

desse agir humanitário. Um agir que, durante a pesquisa, não apareceu nem condicionante, nem de maneira incondicional. Nem mesmo um atuar com base numa moral sentimental e salvífica. A pesquisa, como se verá no derradeiro capítulo, conduz para essa consideração genuína de cada experiência com um ato irrevogável.

#### 4.3.2.1 Sofrimento-horror e os ritos de salvamento

Em relação ao horror, ele vem sendo demonstrado durante todo o trabalho, pois é por meio dele que o abjeto e abjetivação da hospitalidade até aqui melhor se nota. Nesse sentido, sem parecer um desvio, precisou-se abrir uma fresta de destaque para o sofrimento-horror. E estabeleceu-se o nominado rito-imagem do horror em deslocamentos. Esses ritos-imagens foram separados em ritos de repúdio e aproximação. E qual o sentido de ritos? Ritos são atos de vida - mesmo quando existe morte - em qualquer lugar do mundo. E assim, tudo que possui vida possui ritos. E a vida em si é um rito que exige um atuar desafiante (PEIRANO, 2003).

A atuação ritual humana se traduz em maneiras de consolar a aridez que viver provoca em grupos, em sociedades inteiras e na vida individualizada de cada humano. Podem ser para gerar a guerra, para promover a resistência ou até a atuação ritual para celebrar instantes de paz entre os humanos. Tudo está cheio de ritualidades. E alguns ritos são feitos para uma plateia que vê procelas cotidianas, e não as têm como um imperativo à vida. Vistas num palco, como se disse antes, caracterizam-se por uma apresentação e representação mais concretas e materializam o viver e a finitude na atividade humanitária. Tudo gera condições de aproximações e ora leva a navegar na imensidão das adversidades do repúdio que exclui.

Por isso, em tudo há existência de dinâmicas próprias. Existem os ritos marcando não somente o ciclo vital - nascer, viver um tempo e morrer -, mas, de toda e qualquer coisa perene e fora das possibilidades de entendimento, porque eles contêm no fundo uma necessidade ininterrupta de gritar a vida pulsante que clama por alívio, descanso, tranquilidade, acolhida e, quem sabe, um pouco de hospitalidade incondicional (DAWSEY, 2005). Desse modo, o rito fere até a finitude de um hostilmente morrer e

conduz a uma espécie de redenção pela imersão na experiência vital compartilhada, onde o tempo vira fluxo, finitude, aflições, sofrimento, cura, contradições, e sempre empatia e afeições (...) [e] nos interpela desde esse lugar, nos convidando a compartilhar de sua própria experiência da *communitas*, a forma primordial, nos diria (...) do relacionamento humano (CAVALCANTE, 2013, p. 415).

Segundo Cavalcante, os ritos existem a partir da vida em comunidade, da experiência comunitária que promove a apropriação das cotidianidades. E estas relações aparecem também como expressões rituais. A pesquisa levou a perceber essas cotidianidades entre os nacionais e os estrangeiros, porque elas demarcam onde é realizada também a ação humanitária. A cotidianidade só pode ser entendida, nesse caso, pelo corpo. Gestos corporais ritualizados em repúdio interpelam aos humanitaristas, e são uma maneira de ver a vida acontecendo além dos protocolos. Se escancaram as necessidades vitais, as ameaças, os medos e as posturas que enredam o convívio na comunidade humana receptora. E não apenas daqueles que estão em chegada. Os corpos expressam em ritos essa convivialidade, que leva a aproximar ou repudiar o ‘outro’ (CAVALCANTE, 2013) em ritualidades corporais performáticas.

Tanto o repúdio como a aproximação em deslocamentos só se fazem possíveis num relacionamento de dois outros seres humanos. Diz-se “outros”, e não “eu e o outro”, porque nesse contexto itinerante ambos são desconhecidos, encontram-se mutuamente, como outro do outro que está neles. É um outro que vê esse outro estranho que chegou (BAUMAN, 2017). Assim, temos um relacionamento entre o outro-nacional brasileiro e o outro-estrangeiro caminhante. Não importa a nacionalidade, basta ser um sem fronteiras. Em relação ao repúdio dessa relação, enquanto o outro dos nacionais<sup>44</sup>, em *Heróis e Malandros: para uma sociologia do dilema brasileiro*, de Roberto Damatta, fica aparecido o teor significativo de superioridade nesse outro nacional. Com a questão “sabe com quem está falando?” (DAMATTA, 1997, p. 208), se explicita o tema da superioridade por meio de vários exemplos. Numa das cenas, ele descreve:

Na portaria de um hospital, alguém deseja entrar para ver um doente. O porteiro, porém, é intransigente e não deixa. Após um diálogo ríspido e surdo, o homem que deseja entrar diz: “Sabe com quem está falando?” E mostra sua identidade de médico (DAMATTA, 1997, p. 209).

A cena é um emblema para a situação em Roraima, porque coloca o tema da saúde no cabedal de quem é que fala. Aquele que está no centro é o próprio sujeito que deveria ter maior trato gentil, dada a sua posição de cuidador em saúde. Todavia, é ele quem pergunta sobre si mesmo, para um outro que não o conhece. Não é nosso tema central a saúde, mas pelo colapso pandêmico em 2020 essa expressão pode ter sido dita muitas vezes no âmbito da saúde em Roraima (MOREIRA e PÊGO, 2021) e confirma o repúdio havido. E retomar o repúdio na sua

---

<sup>44</sup> Nota-se que não será feito um acento ao outro do nacional, porque que a principal ocupação neste momento do texto é tornar possível esse aparecer. E não o outro daquele com nacionalidade venezuelana, que é beneficiário prioritário da resposta humanitária.

forma mais ampla de sentido se fez necessário, porquanto ele penetra e se alarga nessa forma do que é abjeto.

Repudiar é a subalternação do outro sobre suas necessidades, em relação àquele que se estabelece detentor de um tal poder. Aí temos uma diferença marcante entre o nacional e o estrangeiro (recorda-se que os humanitaristas são pessoas nacionais e estrangeiros). O poder do outro materializa num acontecimento de interlocução. Não basta apenas encontrar. A interlocução abre o aparecimento dos outros, seja do nacional que do estrangeiro (KRISTEVA, 1994). A fala expressa o poder que possuem. No entanto, o outro do nacional afirma que ele é quem é, por isso não precisa se apresentar e espera que o outro o reconheça como tal. O outro do estrangeiro se vê nu, por não ser do lugar. Precisa de ajuda, os humanitaristas podem apoiá-lo. Para isso, precisa comprovar sua subalternidade, isto é, o fato que não tem poder. Só pode ser assistido nesse eu que marcam de abjeto. A marcação simbólica e corporal, configurada em alto grau e vista em ritos de repúdio, torna-se uma classificação de vulnerabilidade, pelo modo de cada pessoa ser reconhecida. A abjetivação perde qualquer possibilidade de manifestar-se. Tudo que compõe o outro do estrangeiro passa a ser reconhecido como abjeto.

Como dito acima, no repúdio o poder se concretiza na base da tríade da propriedade (me pertence), da ausência (preciso de ajuda) e da comprovação (quem é este outro?). Não deixa de ser uma cumplicidade que cada qual possui seu poder. Um poder de hospitalizar, acolher e cuidar, ou de hostilizar, rechaçar e rebater. E, no repúdio, a hostilidade admite o direito a uma performance de natureza fisiológica. Isto porque é visceral. Está entranhada tanto no nacional, como também no estrangeiro e no humanitarista. Sem ludibriar de um realíssimo fatídico que cabe na hostilidade, se verá nas imagens de rito-repúdio à frente, não existe ficção, quando se trata desse sofrimento-horror no terreno da prática humanitária.

Com base nisso, apresentam-se cinco cenas denominadas ritos-de-repúdio-hostilidade<sup>45</sup>. Ao lado de cada imagem, há uma palavra sinônimo de repúdio. Pois, possui mentalidades de cosmovisões distintas, mesmo se o repúdio aparece na interpelação com a pessoa deslocada. As imagens utilizadas apontam a interação entre esses outros que se encontram. Elas perpassam ao menos três categorias: a primeira é a ambiental, a segunda a do poder hostil e a terceira da hospitalidade. Neste ponto, a categoria ambiente é bem dita em referência ao Lavrado<sup>46</sup>. A categoria do poder também é entendida como considerado acima,

---

<sup>45</sup> Parte do que compõe esse aprofundado foi apresentado na forma de artigo no 44º Encontro Anual da ANPOCS - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Aconteceu entre os dias 1º e 11 de dezembro de 2020, no formato on-line.

<sup>46</sup> Nessa categoria tudo quanto foi dito no terceiro capítulo acentuam sua importância. Não se voltará ao tema.

neste tópico. As imagens a seguir apenas explicitam melhor a ritualidade do repúdio. A hospitalidade, nessa forma de relação entre esses outros, será mais bem aprofundada no último capítulo.

Figura 15 - Moradores locais invadem escola usada como abrigo por venezuelanos



**REJEIÇÃO**

Foto: Cyneida Correia. Fonte: Estadão, mar. (2018).  
Local: Mucajaí – Roraima.

Figura 16 - Pessoas vulneráveis em situação de rua em Boa Vista



**DESDÉM**

Foto e Fonte: Reprodução do uol.com.br, mar (2019).

Figura 17 - Produtos que pertenciam a refugiados venezuelanos são queimados



**DECLÍNIO**

Foto: Avener Prado, (2019). Fonte: Folhapress, (2020).  
Local: Pacaraima – Roraima, 18 de ago. 2018.

Figura 18 - Brasileiros expulsam refugiados venezuelanos na fronteira de Roraima



**REFUSÃO**

Foto: Schneyder Mendoza  
Fonte: Agence France-Presse/AFP, ago. (2018).

Figura 19 - O MPR denuncia 5 moradores por incitação ao crime



Foto: Marcelo Reis, Mucajaí-RR.  
Fonte: G1, 27 jul. (2018).

Estas cenas, que assumem o lugar narrativo do rito da vida, tanto dos deslocados como dos humanitaristas, num contexto mais amplo e na forma do seu aparecimento cênico pelos ritos-de-repúdio-hostilidade, demonstram a teia narrativa do abjeto e da abjetivação. Conforme Kristeva:

a teia narrativa é um filme fino constantemente ameaçado de estouro. Pois, quando a identidade narrada é insuportável, quando a fronteira entre sujeito e objeto é abalada, e quando até mesmo o limite entre o interior e fora torna-se incerta, a narrativa é o que é desafiado primeiro. Se, no entanto, ela continua, sua maquiagem muda; sua linearidade é estilhaçada, ela procede por flashes, enigmas, atalhos, incompleto, emaranhados e cortes. Numa etapa posterior, a insuportável identidade do narrador e do ambiente que supostamente o sustenta não pode mais ser *narrada*, mas *grita* ou é *descriminada* com máxima intensidade estilística (linguagem da violência, da obscenidade, ou de uma retórica que relaciona o texto à poesia)<sup>47</sup> (KRISTEVA, 1982, p. 141).

<sup>47</sup> *did one realize that the narrative web is a thin film constantly threatened with bursting. For, when narrated identity is unbearable, when the boundary between subject and object is shaken, and when even the limit between inside and outside becomes uncertain, the narrative is what is challenged first. If it continues nevertheless, its makeup changes; its linearity is shattered, it proceeds by flashes, enigmas, short cuts, incompleteness, tangles, and cuts. At a later stage, the unbearable identity of the narrator and of the surroundings that are supposed to sustain him can no longer be narrated but cries out or is described with maximal stylistic intensity (language of violence, of obscenity, or of a rhetoric that relates the text to poetry). The narrative yields to a crying-out theme that, when it tends to coincide with the incandescent states of a boundary-subjectivity that I have called abjection, is the crying-out theme of suffering-horror. In other words, the theme of suffering-horror is the ultimate evidence of such states of abjection within a narrative e presentation. If one wished to proceed farther still along the approaches to abjection, one would find neither narrative nor theme but a recasting of syntax and vocabulary—the violence of poetry, and silence.*

Se se assume que existem mudanças no ambiente aonde chegam pessoas deslocadas, no sentido da abertura da paisagem, os ritos de repúdio causam e povoam a imagem das narrativas destes outros. No caso dos outros nacionais, “a linearidade é estilhaçada” (KRISTEVA, 1982, p. 141). Embora esse estilhaçar na vida cotidiana se presencia na pulsão de hostilidade e no encontro com o outro gera práticas e significados hostis. Uma vez que “se se quisesse avançar ainda mais nas abordagens da abjeção, não se encontraria nem narrativa nem tema, mas uma reformulação de sintaxe e vocabulário - a violência da poesia e do silêncio” (KRISTEVA, 1982, p. 141) e amiúde são a única maneira de transmitir o horror e o sofrimento.

Desse modo, as investidas para manter viva a narrativa do repúdio, nas suas maneiras diversas, segue um mesmo fim: ritualizá-lo na forma extrema da violência. Por outro lado, isto torna audível o berro da pessoa em deslocamento sacrificada para expiação dos que receberam consolação pela via do humanitarismo. Tudo está permeado de grito e de silêncio. Segundo Kristeva, “a narrativa cede a um *tema gritante* que, quando tende a coincidir com os estados incandescentes de uma fronteira-subjetividade que eu chamei de abjeção, é o tema de gritaria do sofredor” (KRISTEVA, 1982, p. 141). O grito e o silêncio são corpo. Este, ao ser ouvido ou visto em carne humana, expõe o invisível da abstração plena para uma realidade ritualista de exclusão visível. O sacrífico permissivo, com pitadas de benevolência humanística, confirma o abjeto.

“Em outras palavras, o tema do sofrimento-horror é a evidência final de tais estados de abjeção dentro de uma apresentação e narrativa. Se se quisesse avançar ainda mais nas abordagens da abjeção, não se encontraria nem narrativa nem tema, mas uma reformulação de sintaxe e vocabulário - a violência da poesia e do silêncio” (KRISTEVA, 1982, p. 141).

A convivência humana é limítrofe à dor, mas a dor não é a fronteira da hospitalidade e sim para o repúdio, a indiferença, a burocracia. Para evitar tais repúdios, os humanitaristas assumem como estratégia a regulação da presença no ambiente. E o fazem por meio do ordenamento humanitário dos outros estrangeiros. É o caso dos abrigos e da vida dos fileiros<sup>48</sup>, pessoas condenadas a viver de fila em fila até conseguirem o tão burocrático apoio e mitigarem seu grito de dor. Todavia, mitigando o grito dos alinhados, os humanitaristas estariam constituindo-se em especialistas mais humanistas ou tarefeiros? Mesmo assim, freiam-se as narrativas finais, sempre a ponto de estourar no grito e no sofrimento outra vez.

---

<sup>48</sup> Expressão para designar todas as pessoas que vivem de uma fila a outra, ao passo que passa a viver como um fileiro para ser beneficiado se possível de alguma das formas de proteção e assistência humanitária.

### 4.3.3 Vida no Humanitarismo

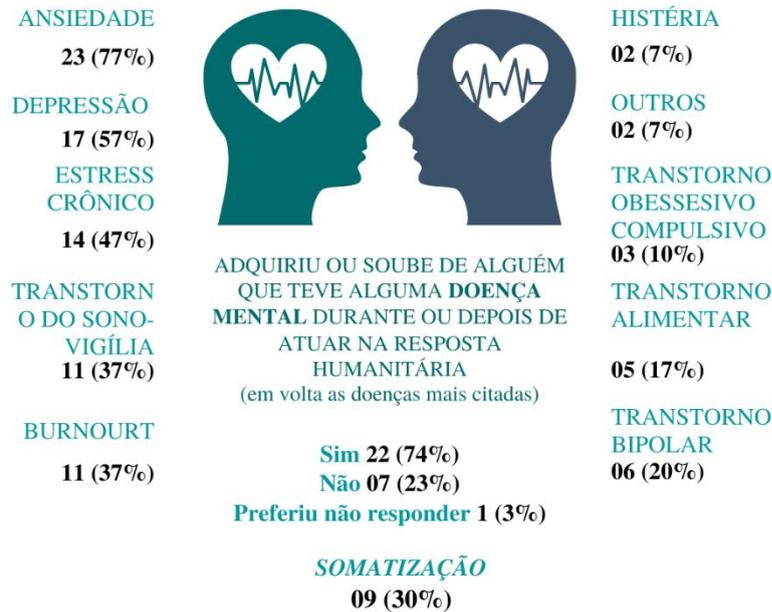
Em relação à saúde, partiu-se do entendimento das enfermidades que podem aparecer durante ou depois das atividades laborais dos profissionais. Para tanto, foram constituídas cinco questões, divididas em dois blocos: o da saúde física e o da saúde mental. Interrogou-se o entrevistado para saber se adquiriu ou não uma enfermidade, e, ainda, se soube de um profissional que teve alguma doença física ou mental durante ou depois de atuar na resposta humanitária. Muitos disseram saber que outros profissionais humanitários adquiriram enfermidades durante a atuação humanitária, ou em consequência dela. Na classificação dos tipos de doenças físicas e mentais, foram consideradas aquelas que mais se relacionavam com as atividades que desempenham os profissionais.

No caso das doenças mentais, foram previamente listadas no questionário as seguintes: depressão, histeria, transtorno obsessivo compulsivo, *burnout*, stress crônico, ansiedade, transtorno bipolar, transtorno alimentar, somatização, transtorno do sono-vigília (como insônia). Para as doenças físicas, foram admitidas para escolha no questionário: colesterol alto, hipertensão, asma, diabetes insulino dependente e não dependente, algum tipo de câncer, rinite alérgica, alcoolismo, tabagismo, transtornos musculares.

A eleição das doenças acima apresentadas foi definida em consulta ao *International Statistical Classification of Diseases and Related Health Problems – ICD* (em português, a sigla com frequência utilizada é CID – Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde). Este documento apresenta códigos sobre a classificação mundial de doenças e uma enorme quantidade de sinais, sintomas, aspectos anormais, causas externas de doenças e ferimentos, reclamações de pacientes e sobre os contextos sociais.

Nem o CID, nem o Ministério da Saúde reconhecem que atividades em contextos de respostas humanitárias possam produzir e/ou intensificar quaisquer doenças, sejam elas físicas ou mentais. Dado o caráter profissionalizante, a maioria das organizações assume estratégias diante do cenário da saúde mental, como pode ser visto no infográfico 5, abaixo:

### Infográfico 5 - Situação da saúde mental dos humanitaristas

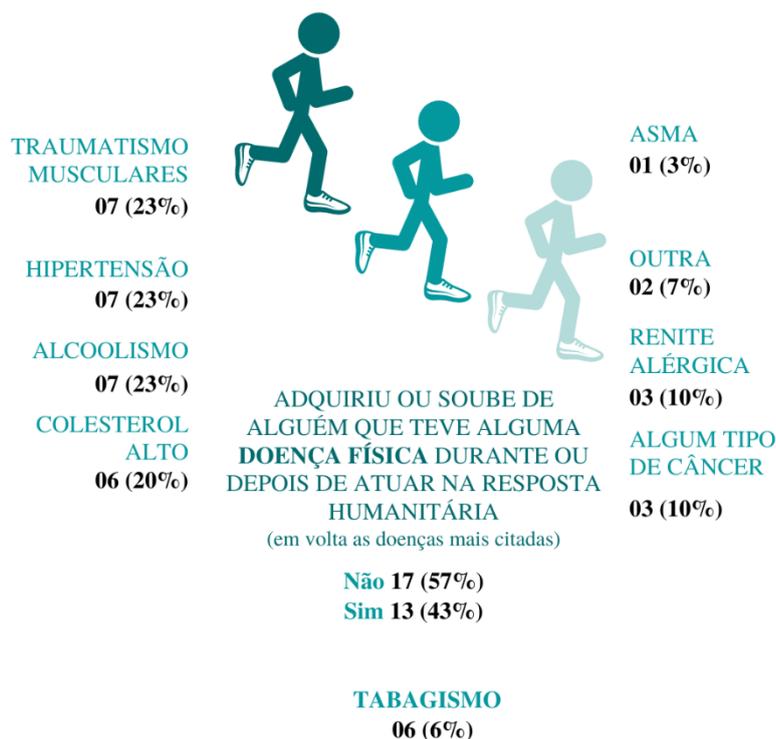


Fonte: Elaborado pelo autor.

Este tópico em muito se relaciona com o tema central do trabalho, uma vez que toda atitude hospitaleira passa pela elaboração psíquica desses encontros no contexto do caos. É um desafio imenso colocado para pessoas ainda tão jovens, com seus próprios desejos e que lidam profundamente com a ausência de familiares mais próximos. Isto também se deve ao fato de que tantos (22=74%) disseram que ou tiveram ou souberam de uma pessoa que adquiriu alguma doença mental. E apenas 7 (23%) responderam que não. Há um caráter subjetivo da elaboração da experiência diante do horror.

O cenário acima confirma a convergência entre deslocados e humanitaristas como pessoas cansadas, que precisam de permanente atenção, pois, a exemplo dessa necessidade, estão no topo das doenças a ansiedade (23=77%) e a depressão (17=57%). Muitas interpretações mais acuradas podem ser realizadas ainda diante desse cenário. Dito outra vez, não é nossa pretensão fechar qualquer análise final nesse trabalho, mas sugerir um aprofundamento maior a ser realizado, inclusive, porque já se percebe acentuada demanda de vigilância para a saúde mental deles. O cenário não é muito diferente ou menos grave em relação à saúde física, ainda que de pessoas que expressam um apelo de constante cuidados, como se notará no infográfico abaixo:

### Infográfico 6 - Situação da saúde física dos humanitaristas



Fonte: Elaborado pelo autor.

Em relação à saúde física, dezessete pessoas, ou seja, 57%, disseram que não souberam de casos de pessoas com doenças físicas que poderiam ter sido adquiridas durante ou depois da atividade humanitária, enquanto treze pessoas (43%) afirmaram que sim. Os corpos expressam ter alcançado um estágio de cansaço mental e físico através de traumatismos musculares (7=23%), mais hipertensão (7=23%) e, ainda, alcoolismo (7=23%). Em números absolutos parece ser um baixo índice, porém o total expressa que quase a metade dos profissionais apresentou algum tipo de assistência nesse campo. Isso se relaciona também com a necessidade dos planos de saúde. Dos 30 participantes, dezesseis pessoas afirmaram possuírem plano de saúde, outros treze não. Apenas uma pessoa preferiu não responder.

Desse modo, o perfil do humanitarista, começando no primeiro ciclo da identificação, seguido pelas atividades que ele exerce e passando pelo destaque que enraíza no sofrimento-horror entre uma cena de repúdio e outras e outras mais, acaba eclodindo num gozo mental e físico caótico. Podemos definir essa eclosão da “comunicação com o Outro e com os outros” (KRISTEVA, 1982, p. 127). Assim, não se trata apenas da relação com o outro nacional e o outro estrangeiro. A relação passa à convivialidade e abre espaço para uma suposta familiaridade.

A familiaridade do místico (humanitarista) com a abjeção é uma fonte de infinito gozo. Pode-se enfatizar a economia masoquista desse gozo somente se se apontar de imediato que o místico [...], longe de usá-lo em benefício de um poder simbólico ou institucional, o desloca indefinidamente (como acontece com os sonhos, por exemplo) dentro de um discurso onde o sujeito é reabsorvido (será essa graça?) para a comunicação com o Outro e com os outros. Lembra-se de Francisco de Assis que visitou as leprosas "para dar esmola e saiu somente depois de ter beijado cada leproso na boca"; que ficou com leproso e banhou espontaneamente suas esponjosas feridas e pus. [...] misturado com o pecado, a abjeção se torna o requisito para uma reconciliação, na mente, entre a carne e a lei. *"É imediatamente o que produz a doença, e a fonte da saúde, [é a taça envenenada na qual o homem bebe a morte e a putrefação, e ao mesmo tempo a fonte da reconciliação; de fato, estabelecer-se como mal é abolir o mal em si mesmo"* <sup>49</sup> (KRISTEVA, 1982, p. 127-128, grisso nosso).

Essa passagem da convivialidade a uma presunção de familiaridade, no humanitarismo, é uma ação bem colocada no que Kristeva, evocando São Francisco e a carta a um hindu - *Letter to a Hindu*<sup>50</sup>, define como o gozo entre o pecado (não agir humanitariamente) e o fazer o bem (agir conforme a lei). No pico desse fazer conforme a lei, busca-se a profissionalização do humanitarismo.

#### 4.3.4 Profissionalismo humanitário

Neste item, fez-se uma caracterização sobre como o profissional está em relação às organizações que atuam na resposta humanitária. Desse modo, as questões foram realizadas a fim de co-constituir uma tipificação da organização, seu público e ação, que definem melhor a organização contratante e as formas de contrato profissional. Também, se perguntou pela faixa salarial enquanto humanitaristas em Roraima, sobre o ambiente da atividade e sobre os mecanismos disponíveis, tais como a sala, os computadores, o telefone celular, os planos de

---

<sup>49</sup> *The mystic's familiarity with abjection is a fount of infinite jouissance. One may stress the masochistic economy of that jouissance only if one points out at once that the Christian mystic, far from using it to the benefit of a symbolic or institutional power, displaces it indefinitely (as happens with dreams, for instance) within a discourse where the subject is resorbed (is that grace?) into communication with the Other and with others. One recalls Francis of Assisi who visited leproseries "to give out alms and left only after having kissed each leper on the mouth"; who stayed with lepers and bathed their wounds, sponging pus and sores. A source of evil and mingled with sin, abjection becomes the requisite for a reconciliation, in the mind, between the flesh and the law. "It is at once what produces the disease, and the source of health, [it is the poisoned cup in which man drinks death and putrefaction, and at the same time the fount of reconciliation; indeed, to set oneself up as evil is to abolish evil in oneself]".*

<sup>50</sup> São Francisco de Assis foi um santo medieval (1182-1226), penitente, caminhante e austero sempre esteve junto aos pobres assistindo, cuidando e anunciando um amor incondicional e universal a partir da sua experiência com as pessoas de Jesus Cristo. A carta a um hindu, é um texto de Leo Tolstoy, internacionalista (1828-1910) enviado a Tarak Nath Das, escritor, várias vezes indicados ao prêmio Nobel de paz e ao de literatura (1884-1958). A carta foi publicada num jornal e conhecida por Mohandas Karamchand Gandhi, líder pela independência da Índia e místico (1869-1948). O teor da carta se inspirava em elementos para a independência da Índia e o próprio Gandhi vai escrever a Tolstoy. O texto da carta marcará para sempre o ativismo pacífico, humanista e político de Gandhi. Dois homens humanistas e reconhecidos universalmente pelo bem que fizeram e anunciaram.

internet, os recursos para mobilidade, a climatização, as cadeiras, as mesas, a papelaria, a identificação funcional, para saber como a organização garantiu ou promoveu a disponibilidade destes serviços. Nos infográficos abaixo, podem ser observados os resultados.

Infográfico 7 - Tipificação e abrangência das organizações



Fonte: Elaborado pelo autor.

Ficou manifesto como existem valores do universo religioso, mesmo naquelas organizações que não são religiosas. Isto se confirma ao se considerar que a maioria delas são reconhecidas pelos profissionais como sendo religiosas sem fins lucrativos (13=43%), enquanto a maior parte das organizações internacionais (11=37%) são do sistema ONU. Esse aspecto da internacionalização demonstra como o humanitarismo é algo universal. Porém, essa universalidade puramente em marcos globais, como a Agenda 2030 para a Humanidade<sup>51</sup>, ou os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS),; não resolve o objeto em que milhares de humanos padecem; para sanar o horror, , nem mesmo é suficiente a boa intenção das entidades religiosas. Ao contrário, essas últimas agem muito mais pelo viés do sentimento moral (CAVEDON-CAPDEVILLE, 2019).

<sup>51</sup>“A Agenda 2030 para a Humanidade representa o pilar do humanitarismo na Agenda Global Pós-2015, contribuindo para uma abordagem integrada da mobilidade humana, da mudança climática e da redução do risco de desastres a partir do enfoque do humanitarismo” (CAVEDON-CAPDEVILLE, 2019).

Esse dado é significativo porque não se pode abstrair do abjeto e da abjetivação, sendo ela interna (no outro), ou externa (ambiente): existe um imperativo de valores para além dos religiosos e que não penetra o profissionalismo humanístico. Isto infere substancialmente no fazer humanitário: afinal, pessoas em deslocamento, em suas vulnerabilidades, precisam ser acolhidas indiscriminadamente. Segundo David Rieff (2019):

No obstante, como el humanitarismo hunde sus raíces em los conceptos de caridad y de filantropía, y su historia lo muestra actuando como complemento de la dominación imperialista, los humanitaristas más tradicionales han tenido dificultades para aceptar la idea de que exista una versión politizada de su labor. Por el contrario, el humanitarismo moderno ha estado marcado desde sus inicios por su obstinación con la ley e por la confianza en ella, al margen de que la norma en cuestión fuera la de una autoridad colonial o la de un convenio internacional (RIEFF, 2019, p. 87).

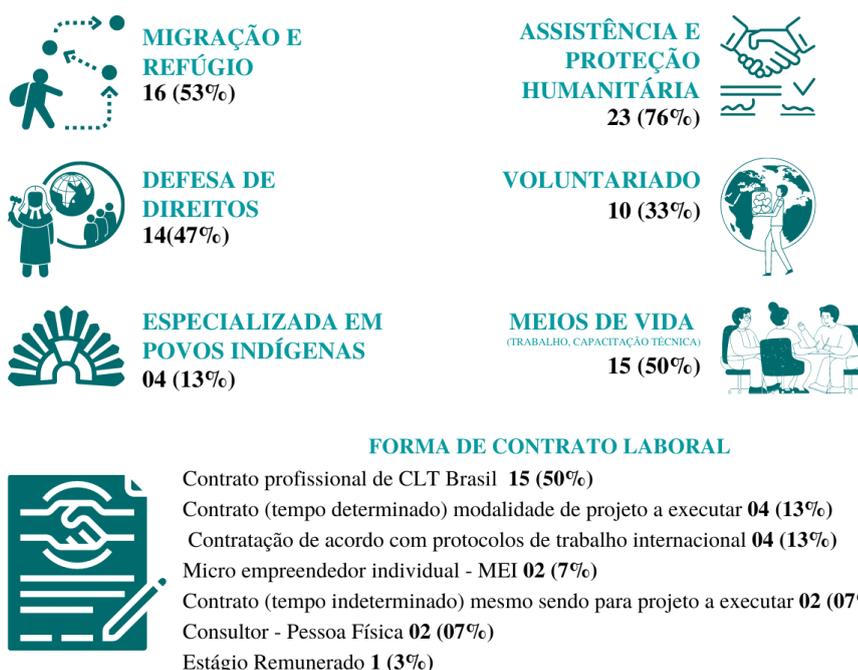
O texto acima contribui para o entendimento de que ainda há uma conexão com os valores tipicamente religiosos, até o moderno filantropismo, inspiração contemporânea à qual o humanitarismo, com seus profissionais, quer assinalar, fazendo referência aos Direitos Humanos. Porém, os valores tipicamente religiosos continuam a servir ao humanitarismo: uma dimensão continua a servir a outra. Para melhor explicitar essa servidão dos valores, Rieff insiste no desafio de que:

En el caso del Comité Internacional da Cruz Roja, este hecho há conducido a una auténtica obsesión por los mandatos y a uno miedo a salirse de ellos, incluso entre trabajadores del sector cuyo valor y originalidad sobre el terreno son extraordinarios. De esta manera, el concreto de la organización se convierte en un fetiche, incluso a costa de la realidad política y de la moral que dictaría el sentido común (RIEFF, 2019, p. 87)

Por isso, pode-se dizer que, numa ação humanitária, a superação da caridade, até quando realizada politicamente em relação aos acordos internacionais, não chega a ser aprofundada na sua maior expressão, no agir dos humanitaristas. O trabalho deles continua a serviço dos modelos hegemônicos dos Estados que mais apoiam economicamente o humanitarismo global. E aquela via do amor filantrópico que Scheler (2012) traz não chega a evidenciar-se no fazer humanitário. Os dados assumem uma relevância, pois se trata do dia a dia do agir humanitário nas relações com os outros (externos) e o outro (interno); fica ainda o desafio da lida, que é esse processo vital que Anne Dufourmantelle chama do “cruzamento indecível dos caminhos” (DUFOURMANTELLE, 2003, p. 28). Isto é, manter ou cruzar a base de valores ou o profissionalismo advindo dessa moção moral.

Por isso, desenvolveram-se as especialidades das entidades que atuam no terreno humanitário e as suas formas de contratação dos atuantes na resposta. Do levantamento realizado, o infográfico a seguir destaca os elementos que mais apareceram como tema de ação prioritária das organizações, assim como a modalidade dos contratos laborais dos profissionais.

Infográfico 8 - Tema ação prioridade e modalidade de contrato laboral das organizações



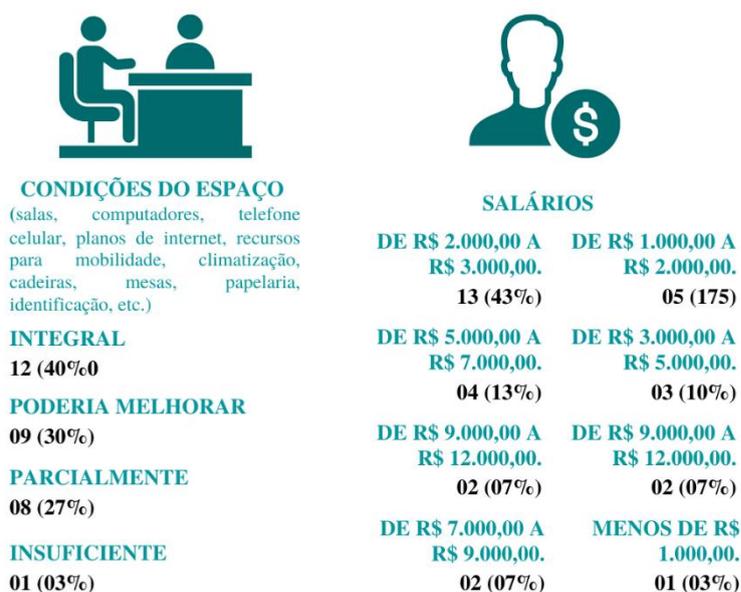
Fonte: Elaborado pelo autor.

Conforme o infográfico acima, as organizações possuem como tema de ação central a assistência e a proteção humanitária (23=76%). Em seguida, aparecem as entidades especializadas em migrações e refúgio (16=53%). É bem sugestivo o número daquelas que atuam focadas na integração de pessoas deslocadas para meios de vida (15=50%). Logo depois, estão aquelas em defesa de direitos (14=47%), para o voluntariado (10=33%). Nesse contexto da pesquisa, foi surpreendente que apenas 4 (13%) é especializada em povos indígenas. Existe um processo de institucionalização das pessoas pelas organizações e, portanto, do agir humanitário. A possibilidade de um tema-ação prioritário requer adaptações tanto das entidades como das pessoas humanitárias. Nesta perspectiva, parece bom e justo que se especialize ainda mais o próprio humanitarismo. Porém, na análise de Wesley Clark (2002) e de Douzinas (2015), nota-se que no contexto global do humanitarismo, mesmo quando os Estados condicionam suas forças militares a ações humanistas,

Disciplinas, profissões e tarefas foram cruzadas e criaram uma nova classe profissional, os “humanitários” ou “internacionalistas”. O termo se aplica a “pessoas que aspiram a tornar o mundo mais justo, a projetos que elas lançaram no último século buscando esse fim, e aos vocabulários profissionais que surgiram para defender e elaborar tais projetos” (CLARK, 2002; DOUZINAS, 2015, p. 392).

Ainda não se conhecem os logros exatos resultantes dessa indústria do humanitário instalada em Roraima, porém, a pesquisa assinalou a abundância de profissionais e especialidades. Sendo uma delas o especialista em interiorização, em estreita colaboração com os militares brasileiros. É preciso, para concluir a caracterização do ciclo da institucionalização humanitária, citar as condições do espaço laboral e da restituição financeira dos humanitaristas profissionalizados, e oferecer dados sobre a gestão de casos de violência, abusos e assédios. Abaixo, o gráfico com os dados sobre as condições do espaço e faixa salarial.

Infográfico 9 - Condições do espaço e faixa salarial



Fonte: Elaborado pelo autor.

Um aspecto do humanitarismo institucionalizado é a qualificação dos meios para os trabalhadores exercerem suas ações no terreno. Por isso, considerou-se que uma mensuração entre os espaços de trabalho e as condições salariais fosse um destaque. Apreciando o primeiro, à medida que se elevam os níveis dos profissionalizados em humanitarismo, maiores serão os critérios para os postos disponíveis. Num terreno de aspectos altruístas, o assunto parece melindroso, já que, muitas vezes, solidariedade e dinheiro não andam de mãos dadas. O que dizer se as pessoas no terreno possuem bons carros, ótimos computadores, reformam espaços,

mesas, cadeiras, tendo salas climatizadas com ar-condicionado? Não seria tudo isso um luxo desnecessário para quem lida com tanto horror e desgraças?

O que se sabe é que sim, muitas pessoas sentiram-se contempladas (12=40%), enquanto 9, ou seja, 30%, esperam melhoras, outras 8 parcialmente e somente 1 diz que é insuficiente. Sem entrar muito no terreno da ação, porque no capítulo quatro tratou-se do assunto, pode-se aferir com base nestes dados que existe um esforço para dar todas as condições necessárias para o exercício da atividade. Nesse sentido, é coro comum que as instituições, além de promoverem um campo amplo de especialidades, procuram oferecer o que for melhor para o bom cumprimento da atividade. Quanto ao nivelamento salarial, é outra situação.

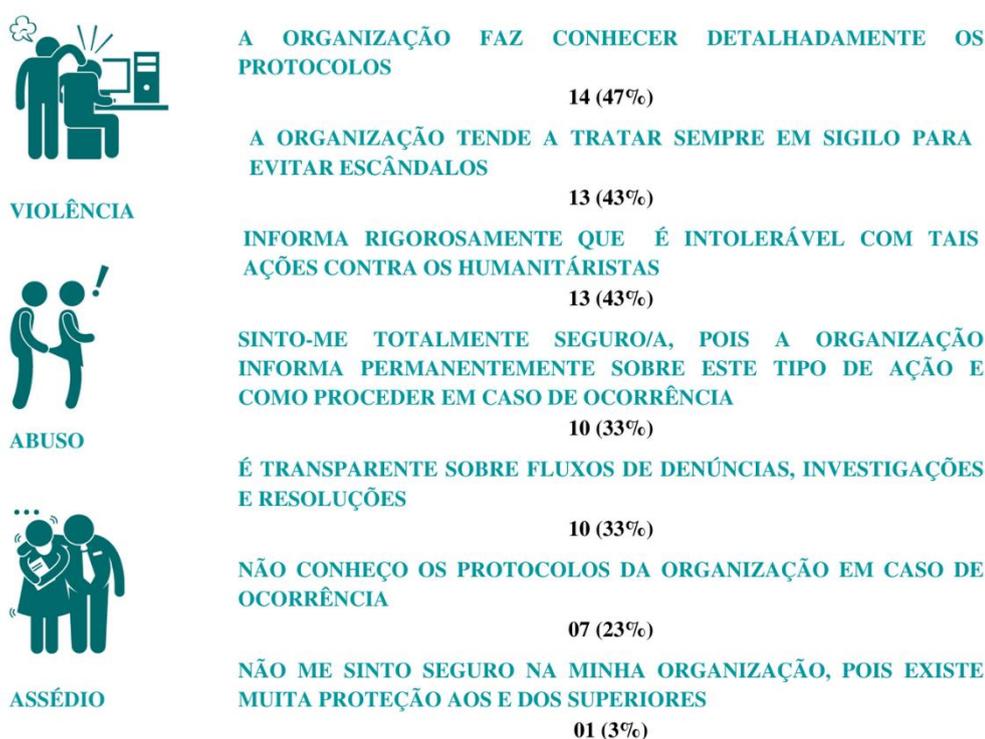
Se em termos de estruturas existe um cuidado que pode parecer demasiado para muitos, os salários no humanitarismo são assunto espinhoso. Estabeleceram-se cifras escalonadas que estão no infográfico 9, usando como referência o salário-mínimo no Brasil. Como se pode notar, os que ganham entre dois e três salários (13=43%) e os que recebem menos que dois salários (05=17%) são a maioria. Progressivamente, os que estão acima disso diminuem até voltar ao menor de todos, pois um profissional (03%) disse ganhar menos de um salário. Seria moralmente indecoroso fazer o bem e aliviar o sofrimento recebendo bons salários? Em se tratando de uma pessoa especialista em humanitarismo, que convive na maioria de seu tempo diretamente com pessoas em penúria, fazer carreira é infame? Não é ruim que as questões neste ponto sejam parte do processo investigativo. Colocamos à vista os desafios entre a institucionalização e as implicações do ato de acolher. É como se a precificação do humanitário operasse confirmando o preço de salvar algumas vidas. Quando esse preço não pode ser pago, estas vidas continuam sendo só objeto de uma expiação abjeta (DOUZINAS, 2015).

Todavia, não era possível fechar o ciclo da institucionalização humanitária, nesse contexto de deslocamentos, sem referência aos atos de violência, aos abusos e assédios que os humanitaristas vivenciam. Os atos e o dinheiro no humanitarismo possuem melindres que o próprio teor do assunto, que deve ser tratado em privado, torna regra ocultar. Ocultar a dor impetrada contra os profissionais é num maior grau pior quando os atos de abuso e violência são realizados por colegas. Isso não quer dizer que não existam protocolos de denúncia e busca de reparação dos danos, num caso ou outro. Assim, na presente pesquisa, importou saber em que medida os profissionais compreendem e conhecem os fluxos para conseguir uma efetiva prevenção e denúncia de abusadores, a partir da apreensão experiencial deles.

Foram eleitas para a questão uma consulta com sete expressões que pudessem melhor revelar a apreensão experiencial dos profissionais de como a entidade trata os atos de violência,

abusos e assédio contra os profissionais ou deslocados. As expressões foram elaboradas seguindo princípios do Projeto Esfera (SPHERE, 2018), que entre as orientações de cuidado com pessoas em contexto de respostas humanitárias inclui, entre outros temas: violências baseadas determinação de gênero, relações de subordinação, etc. Na resposta ao questionário, poderiam ser escolhidas até três expressões. Por isso, a variação na quantidade de respostas que se nota no infográfico abaixo:

Infográfico 10 - Gestão de violência, abuso e assédio



Fonte: Elaborado pelo autor.

Observou-se um resultado positivo, visto que as instituições facilitam aos profissionais conhecerem os protocolos (14=47%), mesmo que - em seguida - exista na prática, quando há ocorrência de denúncias, um sigilo para evitar escândalos (13=43%). Todavia, sabendo que uma pessoa disse não se sentir segura em falar do tema, algo não está bem. Atos de abuso e violência são estruturantes e relacionam-se com o sexismo, o racismo e o classismo já mencionados. Uma pessoa mencionou que uma organização deixou de atuar em Roraima porque teve mais de uma denúncia contra um profissional humanitário, e fez isso para evitar futuras maculas institucionais. O caso de uma mulher em deslocamento que foi violentada não teve desfecho algum pela entidade responsável. Duas profissionais humanitaristas apenas

tiveram seus contratos encerrados, e o assunto sequer foi levado a público. Quem garante que isso não ocorre com aquelas que ainda estão em Roraima? Judith Butler, doutora em Filosofia com contribuições importantes para filosofia política e de gênero, na sua obra *Vida precária: os poderes do luto e da violência*, coloca uma questão apropriada neste contexto dos dados. “A questão que me preocupa, à luz da violência global recente, é: quem conta como humanos? Quais vidas contam como vidas? E, finalmente, o que *concede a uma vida ser passível de luto?*” (BUTLER, 2019, p. 40).

Seguindo Butler sobre vidas que importam, buscando entender a medida das perdas percebidas pelos profissionais, sete deles, ou seja, 23%, não conhecem os protocolos; 1 (3%) disse não sentir segurança, porque a organização tende à proteção dos superiores. Isso reafirma novamente a seriedade de qualquer percentual que revela insegurança. Quantas são as vidas que vivem lutos infundáveis no humanitarismo, pois sofreram no corpo as marcas da violência, dos abusos e dos assédios conhecidos por salvar vidas humanas? A questão reelaborada no contexto humanitário revela que esses atos ainda se acomodam numa tensão entre a institucionalização do humanitário na vida moral e pública, com seu bem fazer, e o desafio de manter a posição humanista diante desses horrores de violência. Mesmo se houve só uma única pessoa que diz sentir-se insegura, é importante não abandoná-la. Até que se componha por completo “apesar de nossas diferenças de lugar e história, (...) recorrer a um “nós”, pois, todos temos a noção do que é ter perdido alguém” (BUTLER, 2019, p. 40). A violência, incluindo os abusos e assédios, mata o humanitário e o humanitarista deixa de viver o luto interior, o que o desumaniza.

Este capítulo reuniu um conjunto de amostras a partir do instrumento da análise gráfica, tanto no ciclo da identificação, como em todos os infográficos usados nos outros ciclos: da atividade humanitária, da saúde mental e física e da institucionalização humanitária com os dados da amostragem dos participantes. Foram também utilizadas reflexivamente imagens sobre o tema do sofrimento-horror. Esse conjunto de elementos é perpassado em bom grau por uma abordagem crítica do humanitarismo. Segundo Johannes Paulmann (2016):

Enquanto a história do humanitarismo carece de progresso no sentido de que as emergências são passíveis de se repetirem, a perspectiva organizacional destaca a "profissionalização" dos humanitários (geralmente datando este processo para os períodos entre as guerras, particularmente nos Estados Unidos), e sua "internacionalização" após a Segunda Guerra Mundial, a "secularização" das agências desde então. Em conjunto, estes desenvolvimentos sugerem uma "modernização" da atividade humanitária durante o século XX. No entanto, enquadrando a secularização como uma narrativa magistral para o desenvolvimento da ajuda humanitária, os estudiosos subestimam a longevidade das organizações religiosas e eles também negligenciam as motivações religiosas de atores externamente seculares. Da mesma forma, ao traçarem um processo de profissionalização, possivelmente superestimam a eficiência dos especialistas e menosprezam o contínuo engajamento de voluntários. Eles também tendem a desalojar aqueles que recebem ajuda. Não menos, na medida em que estes historiadores apontam para a internacionalização ou globalização, eles

ignoram a estrutura predominantemente nacional de muitos esforços de ajuda e a estrutura colonial ou dimensões imperiais do passado e do presente. A história da modernização idealiza assim, involuntariamente, as organizações internacionais na medida em que constrói uma diferença entre os doadores ocidentais "modernos" e os "atrasados" que sofrem e as vítimas. Em resumo, escrevendo a história da ajuda humanitária sob a perspectiva da organização os desenvolvimentos produzem percepções valiosas, mas apresentam uma visão um tanto limitada e ocasionalmente unilateral. Acima de tudo, tende a negligenciar contextos políticos importantes (PAULMANN, 2016, p. 219).

A citação acima é como um acabamento dos ciclos, porque não encerrou o assunto de quem é profissional, mas torna possível continuar essa itinerância além-fronteiras em que os humanitaristas estão e são sujeitos ativos. Entre as exigências internas e externas em que estão imersos, e que eles compõem como peças primordiais para o funcionamento, e a continuidade das respostas humanas para humanos, como já se assinalou, os humanitaristas ligam o passado e o presente das escalas enormes do abjeto (diferenciação do moderno e atrasado) e as prováveis abjetivações (percepções valiosas para outro humanitarismo) que em ambos os casos só podem vir no mais profundo da experiência.

O professor Johannes, além de proporcionar essa síntese em termos das organizações buscou sua inflexão histórica profissional para o humanitarismo, até mesmo do religioso que impetra esse agir humanitarista. Sem depreciar a crítica de estudiosos sobre o agir delas com seus profissionais, arranja ao panorama humanitarista novas aberturas, para favorecer o ambiente pós-pandêmico da COVID 19. O humanitarismo precisar-se-á abrir, para não continuar repetindo padrões e formas de atuar que se tornam modelos vencidos, em nível universal. No contexto do deslocamento, ainda mais exigente é a necessidade de humanitarismo em desconstrução, mais ao tom do que se verá no último capítulo, que se denomina “Humanitarismo da consideração”. Está cada vez mais evidente que nos encontramos ainda na entrada do século XXI e uma impulsão cada vez maior de deslocamentos em todo o globo terrestre tende a seguir aumentando. Visto que a hospitalidade não é algo tão natural do proceder humano, ao menos não tanto quanto se imagina, acaso deveria ser obvio aos profissionais humanitários o que sustenta o abjeto e funda a abjetivação?

## 5. “A HOSPITALIDADE NÃO É UM COSTUME ENTRE NÓS”

“Refugio nocturno

Me han contado que en Nueva York  
en la esquina de la calle 26 con Broadway  
se pone cada atardecer un hombre  
durante los meses de invierno  
y, pidiendo a los que pasan,  
consigue un techo para que pase la noche  
la gente desamparada que allí se reúne.

Con eso no cambia el mundo  
no mejoran con eso las relaciones entre los seres humanos  
no es ésa la forma de acortar la era de la explotación.  
Pero algunos hombres tienen cama por una noche  
se les abriga del viento durante toda una noche  
y la nieve a ellos destinada cae en la calle.

No abandones el libro, tú que lo estás leyendo.  
Algunos hombres tienen cama por una noche  
se les abriga del viento durante toda una noche  
y la nieve a ellos destinada cae en la calle.

Pero con eso no cambia el mundo  
no mejoran con eso las relaciones entre los seres humanos  
no es ésa la forma de acortar la era de la explotación”

(BRECHT)

Com os elementos oriundos da trilha da investigação até aqui, o poema acima une o pesquisador, as pessoas em deslocamento e as pessoas humanitaristas. Desse modo, não se trata de uma alegoria ou citação breve na abertura deste capítulo, mas é a porta que se pode abrir com a chave expressa na citação abaixo, e que já se tinha evocado no principiar deste trabalho:

Senhor agrimensor — disse ele —, o senhor não pode ficar aqui. Perdoe a indelicadeza.  
Eu não queria ficar — disse K. — Só queria descansar um pouco. Já descansei e agora vou embora.  
O senhor provavelmente está admirado com a pouca hospitalidade — disse o homem —. Mas a hospitalidade não é costume entre nós. Não precisamos de hóspedes (KAFKA, 2008, p. 19).

O homem na rua, um homem que caminha e ambos esperando acolhida e abrigo. A cena lança um apelo substancial à hospitalidade. Não são apenas as personagens sujeitos ativos da cena: cada sentença encarna e escancara, sem restringir, um apelo à hospitalidade. Dê possibilidade a ela e não para mais inospitalidade. Em noite escura, o que parece ser o abrigo disponível, na prática, é algo mais; aqui não são bem-vindos hóspedes. Trata-se de ir mais profundamente ao modo de ser dos locais e dos que assistem e protegem, anunciando uma

episteme própria da hospitalidade, que não existe sem a hostilidade. É o agir com base num princípio de não proximidade, revelado sem rodeios ou constrangimentos.

Pelo contexto dito acima, se alguém vê o trágico e está diante de algo abjeto, é em suma uma relação face a face, também, com a abjetivação da hospitalidade. No entanto, o contexto do poema e da necessidade de hospitalidade do Sr. K, ao pôr em xeque aquele que pode ser hospitaleiro, pressupõe dele a ação ativa de experienciar o apelo por hospedagem. Nesse teor, o profissional humanitarista estaria apenas cumprindo à risca a etiqueta humanitária de hospedeiro?

Quando o filósofo da desconstrução Jacques Derrida foi convidado por Anne Dufourmantelle para falar sobre a hospitalidade, tema gerador e referencial da pesquisa, iniciou a sua conferência com uma pergunta chave: “A questão do estrangeiro não seria uma questão de estrangeiro? Vinda do estrangeiro?” (DERRIDA e DUFOURMANTELLE, 2003, p. 5). E o fez como quem recorda a um grupo seletivo de ouvintes assuntos que poderiam lhes soar estranhos. Para Derrida, a hospitalidade deve ir além do gesto de acolhida e alteridade, de reciprocidade e de cuidado incondicional: ela exige um proceder ético<sup>52</sup>.

Em Derrida, está colocado o problema de uma epistemologia da hospitalidade, uma vez que esse proceder ético não o será sob o prisma desse ou daquele hóspede ou hospedeiro, desse um e do outro, mas já começará deste Outro que está em nós mesmos (KRISTEVA, 1994; DERRIDA e DUFOURMANTELLE, 2003). Em outros termos, pelos códigos do Direito para relações sociais em que se normatizam as maneiras de hospedar, todo ato de hospitalidade não é condicionado apenas pelos sentimentos morais. Fica evidente a necessidade de superar o encontro com o outro que é estranho, e reconhecer-se em capacidade suficiente de ultrapassar a fronteira da falta de hospitalidade. Na hospitalidade como ato ético, é um direito do estrangeiro presenciar-se. Pois, ele não é reconhecido em natureza como um delinquente (CERTEAU, 1998), ou propulsor de abjetivação (KRISTEVA, 1982). Explicitar-se-á melhor o argumento da delinquência mais adiante.

Ao menos em três momentos, na mencionada conferência de Derrida, ele retoma explicitamente o que fundamenta um diálogo sobre hospitalidade. E questiona “o que quer dizer ‘estrangeiro’? Quem é o estrangeiro? O que quer dizer ir ao estrangeiro’, ‘vir do estrangeiro’?” (DERRIDA e DUFOURMANTELLE, 2003, p. 39,115,117). Seguindo pelo entendimento dos

---

<sup>52</sup> A ética em Derrida passa diretamente pelo reconhecimento do estrangeiro, e este é entendido “a partir do campo circunscrito do *ethos* ou da ética, do *habitat*, ou da estada como *ethos*, da *Sittlichkeit* (vida ética postulada em Hegel), da moralidade objetiva, notadamente nas três instâncias determinadas pelo direito e pela filosofia do direito de Hegel, a *família*, a *sociedade burguesa* ou *civil* e o *Estado* (ou Estado-nação)” (DERRIDA e DUFOURMANTELLE, 2003, p. 39).

Gregos, com seus mitos, discorre sobre o estrangeiro e o hóspede; avança de Agostinho de Hipona, com respeito à hospitalidade bíblica e sagrada, até Immanuel Kant, com a hospitalidade condicional, da norma e das leis<sup>53</sup>. Quase finalizando a conferência, questiona: “somos nós herdeiros dessa tradição das leis da hospitalidade?” (DERRIDA e DUFOURMANTELLE, 2003, p. 135).

Com base nisto, o fenômeno da abjetivação da hospitalidade via atividade humanitarista e a leitura dos mecanismos dessa operação somente se assentam no agir humano para e com o estrangeiro. No sentido que o agir humano precisa de meios para concretizar a hospitalidade; esse meio diz-se em termos de valores. O meio ora passa por uma moralidade, diante da dor que aflige o mundo vivido. Tomando como prisma as análises de Scheler, a respeito da valoração dessa humanidade moderna (2012), e a relação com a hospitalidade em Derrida, pode ser dito que elas abrigam distanciamento e, ao mesmo tempo, uma afeição. Distanciamento dos valores de ética da hospitalidade incondicional, e uma afeição que é preciso percorrer com disposição acolhedora dos elementos que estruturam o modo como pode ser realizada uma acolhida. A humanidade tem mais afeição e mais distanciamento. Para romper distancias, é preciso mover-se, colocar-se a caminho. Somente na disposição de uma experiência itinerante, a hospitalidade incondicional pode vir a ser efetiva diante do corpo e da vida nua daqueles que esperam por hospedagem. Ou seja, nem tanto os deslocados estrangeiros ou os humanitaristas estrangeiros, ou os membros estrangeiros da comunidade de chegada são portadores absolutos de uma hospitalidade que tudo abarca e tudo encerra. Por isso, quando não está bem colocada, a hospitalidade humanitária produz mais aquele ressentimento a respeito do qual já se discorreu.

Na evidência já colocada sobre a descartabilidade das peças vitais, os deslocamentos globais são assumidos como a ponta do iceberg humanitário. Os profissionais humanitaristas mantêm uma atuação figurante aos interesses globais. Não tanto porque assim foram instruídos a agir, como a pesquisa desvela. Porém, falta uma capacidade de provocar experiências de sentido. Sem isto, não se pode aprender sobre a hospitalidade, ou a ética do ato de hospedar, e ainda menos se pode transmitir uma experiência. Quem ensinará hospitalidade? (BENJAMIN, 1933). Reside aí uma possível fonte de humanização experiencial. Como dissemos antes, acerca

---

<sup>53</sup> Derrida faz uma referência à mentira e a verdade na acolhida a um estrangeiro. Esse jogo de verdade e mentira é como aquela postura que define em que medida o outro, o estrangeiro pode ser integrado na totalidade de uma outra comunidade. Devido ao Direito de Estado normatizar, não se aprofundou esse recorte por não ser substancial aos resultados.

dos ajustes ao método, essa possibilidade se abre a partir das notas experienciais da aprendizagem.

Por isso, a hospitalidade humanitária baseada nos Direitos Humanos, da regularização dos chegantes, e as outras inúmeras maneiras de condicionamento (abrigo, cadastros, identificação, biometrias, vacinas, postos de trabalhos, reconhecimento de diplomas, clínicas jurídicas, direito de refugiados e direito humanitário) pode até ser uma preparação à hospitalidade-poética: “um ato de hospitalidade só pode ser poético” (DERRIDA e DUFOURMANTELLE, 2003, p. 04).

É a hospitalidade poética de Derrida que eu gostaria (evoquei) nestas páginas, com a dificuldade da parte noite, a parte que num pensamento filosófico não pertence à ordem do dia, do visível e da memória. É buscar aproximar-se de um silêncio em torno do qual o discurso se ordena, e que às vezes o poema descobre, mas que sempre, no próprio movimento da palavra ou da escrita, esquiva-se ao desvendamento. Se uma parte noite se inscreve na linguagem, ela é também, ali, o momento do ocultamento (DUFOURMANTELLE, 2003, p. 04).

Não se trata, pois, de utilizar o gênero literário. Se o fosse, falar-se-ia de poesia. Não é isto que Dufourmantelle está procurando descrever, em relação ao ato poético que significa a hospitalidade. E é o que a pesquisa abriu a disposição do investigar. A hospitalidade poética, no contexto do problema da pesquisa, situou-se na vontade profunda e humana dos deslocados para sobreviver, bem como na experiência dos humanitaristas: uma reconstituição de valores até uma nova superação do ressentimento, numa concepção originária de valores além dos impostos pelos estatutos humanitários. Não é a busca de petrificação de um saber. O movimento da escrita, a palavra que narra a experiência, não pode ser facilmente colocada em manuais, códigos, rubricas e menos ainda tratados universais. Todo humano é uma experiência, portanto, que funda o ato poético, funda a hospitalidade. É nesse sentido de caminhar com os outros que habita a disposição para numa relação de cumplicidade proteger e assistir aquele que diz: minha poética está na disposição para itinerarmos.

No seguimento desse sentido da hospitalidade poética, em *O Castelo* (KAFKA, 2008, p. 56), uma outra cena apresenta uma contraposição a essa abertura para itinerar, quando há pouca hospitalidade local com o estrangeiro. Depois de ter conhecido a estrangeira Fieda e o Sr. K tendo sido agarrado em paixão por ela, uma Senhora também moradora local lhe impõe uma sessão no mínimo interrogante:

— **O que você está querendo?** — disse a dona do albergue voltando rapidamente o corpo inteiro. — O senhor agrimensor me perguntou e eu tenho de responder. Como é que ele vai entender de outro modo aquilo que é óbvio para nós: que o senhor Klammm nunca irá falar com ele? O que estou dizendo? "Irá". Ele não pode jamais falar com

ele. Ouça, senhor agrimensor. O senhor Klamm é um senhor do castelo, por si só isso já significa uma posição muito elevada, independentemente do posto que ele possa ocupar. **Mas o que é o senhor, que nos solicita aqui com tanta humildade permissão para se casar?** O senhor não é do castelo, o senhor não é da aldeia, o senhor não é nada. Infelizmente, porém o senhor é alguma coisa, ou seja, um estranho, alguém que está sobrando e fica no meio do caminho, alguém que sempre causa aborrecimento, por cuja culpa é preciso desalojar as criadas, alguém cujas intenções são desconhecidas, que seduziu nossa querida Frieda e a quem infelizmente é preciso dá-la como mulher. Por tudo isso eu no fundo não lhe faço censuras; o senhor é o que é; já vi em minha vida coisas demais para que não deva suportar mais essa visão. Mas agora imagine o que o senhor em verdade está exigindo.

O que a cena revela, por meio do modo de ser dos locais, é que o agrimensor continua a ser malquisto, e não basta ter sido envolto de paixão e desejar casar-se para ser parte dessa comunidade. E nem mesmo para acessar o Sr. Klamm – o rei. Até se percebe uma abjeta reação ressentida da senhora, devolvendo a carga de toda a indiferença dos hospedeiros ao não hóspede. Mesmo tendo sido um diálogo brevíssimo, existe no relato o aparecimento de um nível de relação que interessa. E interessa porque é na relação do hospedeiro e do hóspede que se estabelecem os acordos quanto ao modo e às condições da estada. Naturalmente, há algumas consequências ao quebrar essa negociação hospitaleira. No universo humanitário passa-se o mesmo. É preciso estar em acordo com as condições colocadas pelo humanitarismo. No ato poético, essa fundação dá lugar para a escuta atenta que vem da experiência. Não dos acordos que justifiquem uma acolhida, pois um se sente apoiado e outro cumpriu seu fazer humanitarista.

Na trilha ainda da cena, quando a dona do albergue vira para o senhor agrimensor e diz “O senhor é o que é” (KAFKA, 2008, p. 56), a experiência é de levar a uma não-experiência. “O senhor não é do castelo, o senhor não é da aldeia, o senhor não é nada. Infelizmente, porém, o senhor é alguma coisa, ou seja, *um estranho, alguém que está sobrando e fica no meio do caminho, alguém que sempre causa aborrecimento*” (KAFKA, 2008, p. 56 destaque nosso). Isto confirma que ele deva deixar de ser o que realmente é e ser o que ela afirma que ele seja. Em todo caso, o Sr. K sempre será alguma coisa. Todavia, para ele é um risco ampliado assumir quem é. Ele não pode ser e não ousa permitir-se ser o que é. E é a senhora, não o agrimensor, quem coloca ao lado suas humanidades. Ela abjeta-o e o faz a si mesma. Porque é somente da relação que advém o aborrecimento.

Diz-se da relação sempre dinâmica do fora e dentro. Do outro psicológico que lhe habita e está naquele que ela vê. Visto na distância da experiência do caminhante, ao ver a si mesma ela também não está no âmbito da sua própria experiência, nem do interno e externo, da vida social. Está no interno mundo que rege as pessoas ao convívio e dá sua pertença num lugar.

Ali onde se fazem tessituras vitais até aquela finitude que gera o direito a uma hospitalidade mesmo na morte. E no interno, quando as capacidades de tessitura social não me permitem ser integrado. Essa tessitura torna-se ressentida e tudo que for disposto para integrar tem um tom forçoso. A ação humanitária assume um teor forçoso. Mesmo se o outro admita um modo de ser para integrar-se, mas sem que ele apareça como um ser experiencial.

É uma cena que deveria colocar a abjetivação-da-hospitalidade em e na batida do pulsar desta experiência do encontro. No caso dos humanitaristas, eles se diferenciam dos em deslocamento e dos nacionais, e fazem ainda mais, os separam entre eles mesmos quando no meio deles existem estrangeiros. A abjeta relação cai de novo no ressentimento. De maneira que a Senhora concluiu o diálogo com o agrimensor, dizendo que “já vi em minha vida coisas demais para que não deva suportar mais essa visão” (KAFKA, 2008, p. 56). Todavia, o que ela deveria suportar não continua sendo o estrangeiro, aquele que quer ser hospedado, senão o Outro, cujo aparecimento em alguém fora de si mesmo ela não suporta. Ele, porém, vê-se e vê o que se tornou. Ele agora é e não é a sua experiência. A prática humanitária parece conduzir ao mesmo desfecho. Sem uma relação experiencial, pode de novo levar-se por aquela comoção sentimental e moral, e com isso o humanitarismo continuaria sem aquela força de abjetivação que conduz para a experiência do encontro de experiências.

A experiência do agrimensor e da Senhora não é errante aos sentidos, mas deixa a evidência da necessária atitude dela e dele para a desconstrução das etiquetas da convivência. Certamente mais dela que dele. Ao assumir um processo de desconstrução de tais acordos, eles podem se beneficiarem mutuamente. E toda forma de moldura humanitária, quanto mais tempo comprovada como o melhor caminho, pode não ser útil para uma profícua experiência humanitária. Como diz (KRISTEVA, 1982, p. 5):

Se é verdade que o abjeto solicita e pulveriza simultaneamente o sujeito, compreende-se que ele experimenta sua força máxima quando, cansado de suas vãs tentativas de se reconhecer fora de si, o sujeito encontra o impossível nele mesmo: quando percebe que o impossível é o seu ser mesmo, descobre que não é outro que o abjeto. A abjeção de si será a forma culminante dessa experiência do sujeito ao qual é revelado que todos os seus objetos repousam somente sobre a perda inaugural fundante de seu próprio ser.

O ato de não suportar ver-se a si mesmo abjeto continua fundando e fundamentando o ressentimento. Pois o fundamento do ressentimento é a inversão dos valores, a incapacidade de reconhecer valores mais nobres (SCHELER, 2012). E a fundação passa por essa reviravolta de reconhecer os valores mutuamente desconstruídos (DERRIDA, 2011). Por isso, é possível dizer

de uma abjeta hospitalidade que se acomoda na experiência culminante da mais vil crise do encontro humano de deslocados cansados e leva ao ápice da abjeção da vida:

O abjeto é [...] o objetivo e o motivo de uma existência cujo significado se perde em degradação absoluta porque rejeitou absolutamente a moral limite (social, religioso, familiar e individual) [...]. A abjeção oscila entre o desaparecimento de todo significado e toda humanidade, queimados como pelas chamas de uma conflagração e pelo êxtase de um ego que, tendo perdido seu Outro e seus objetos, atinge, no exato momento desse suicídio, o auge da harmonia com a terra prometida (KRISTEVA, 1982, p. 18).

Esta empreitada encontra no sujeito especialista em ser humano - o profissional humanitário – essa culminância da busca de si do marchante via a necessidade de uma terra prometida. O abjeto que precisa existir para que o humanitarismo continue sendo. Os humanitaristas veem as necessidades e o sofrimento-horror, e no mais profundo estão esses deslocados estrangeiros, que tudo rejeitaram, na expectativa e espera de ter direito de ser. A nova vida fora dessa abjeta relação humanitária demorará vir a ser nesse novo lugar em que se encontra. A realidade da vida abjeta é mais crua e nua, fria e dolorosa, com muito algoz de sobreviventes abjetivados. Como serão as experiências dos humanitaristas diante disso? A resposta a essa questão não passa muito pelos itinerários percorridos para chegar nesse ponto do texto. De sorte que as experiências não aparecem como justificativas para as nuances que a investigação levou à construção e desconstrução, isto é, à permissão que o andarilho se dá de se espantar pelo caminho.

Espanto [ar]. Ela nos obriga a pensar, e não mais imaginar que se pensa. E digo ainda que ela corre o risco do outro no jogo [...]. Ela aceita o risco de ser mal-entendida, mal-interpretada, diviniada, demonizada, ou mesmo ser subitamente interrompida para que o discurso possa ser revertido em seu curso para que se inaugure um diálogo para o qual ninguém estava inscrito. Eu gostaria de saudar a audácia com que uma palavra [...] nos leva a desertar moradas do espírito em que a razão reina quando, num repente, o espanto faz dela hospedeira (DUFOURMANTELLE, 2003, p. 36)

Somente pela via do espanto se pode mergulhar no mundo da caminhada experiencial. A pesquisa caminhante se abre e, num instante de vida, volta a se fechar. Quando a vida do outro não está nessa trilha da experiência, não é possível essa participação livre. Aquela que não lhe impõe inscrever-se antes. A ação humanitária pode ser comparada à autopista. E a experiência a uma trilha. Muito além de ser apenas pela forma, tratam de maneiras de estar no mundo do vivido do terreno humanitário. A primeira conforma, uniforme e padroniza. A outra se trata com o encontro das formas de ver, de se relacionar, de conviver, de estar e ser. O humanitarista tende a manter-se distante da experiência na sua autopista. Por isso, são urgentes

trilhas para experienciar a própria experiência, isto é, deixar-se conduzir pela energia da abjetivação.

### 5.1 EXPERIÊNCIAS HUMANIZANTES DE PROFISSIONAIS HUMANITÁRIAS

Como se disse na descrição da bússola metodológica, fez-se ajustes para que fosse aplicado o método da Experiência dos Itinerários, a fim de utilizá-lo na modalidade presencial remota. Por isso, coube a Carmem e Mary a eleição dos lugares pelos quais se queria passar e, assim, promover melhor a intenção da escuta sobre a experiência. De maneira prévia, se apresentou a elas um percurso conforme indicativos feitos por elas, sobre suas atividades como profissionais humanitárias. Porém, elas puderam ficar à vontade para dizer se prefeririam ficar mais tempo em um ou noutro lugar. Caminhar não é algo que se possa fazer determinando o tempo das paradas. Cada instante é um instante possível para experienciar. As paradas têm uma função anamnésica.

Os pontos sugeridos do trajeto foram: Rodoviária Internacional de Boa Vista - RR, Avenida das Guianas, 13 de setembro, 1523, Boa Vista - RR, 69308-160; Abrigo Rondon 1 - Treze de Setembro, Boa Vista - RR, 69308-370; Centro de Interiorização Rondon 2, Av. Gen. Sampaio, 738-802 - Treze de Setembro, Boa Vista - RR, 69308-370; Abrigo Rondon 3, Av. Gen. Sampaio, 957 - Treze de Setembro, Boa Vista - RR, 69308-150; PTRIG - POSTO de TRIAGEM - Treze de Setembro, Boa Vista - RR, 69308-050; PRAÇA SIMON BOLÍVAR, Av. Venezuela, 6534 - Pricumã, Boa Vista - RR e Paróquia de Nossa Senhora Consolata, R. Uraricoera, 671 - São Vicente, Boa Vista - RR.

Além do fato de que alguns locais já existiam há anos, como a Rodoviária, a Praça Simón Bolívar e a Paróquia Nossa Senhora da Consolata, os demais foram estruturas criadas para acomodar as pessoas que chegam a Boa Vista. A principal função destes locais, dessas estruturas, é não deixar que continue se ampliando a presença de gente pelas ruas, vielas, becos, prédios abandonados, lotes livres da cidade. Intencionalmente, adotou-se o método pelo qual a descrição de todos os espaços, no seu aparecimento enquanto serviços, e das variações no uso destes, ficou à descrição de Mary e Carmem. Embora na perspectiva da Operação Acolhida as estruturas sirvam para o argumento que se referiu. Elas são criadas para o acolhimento:

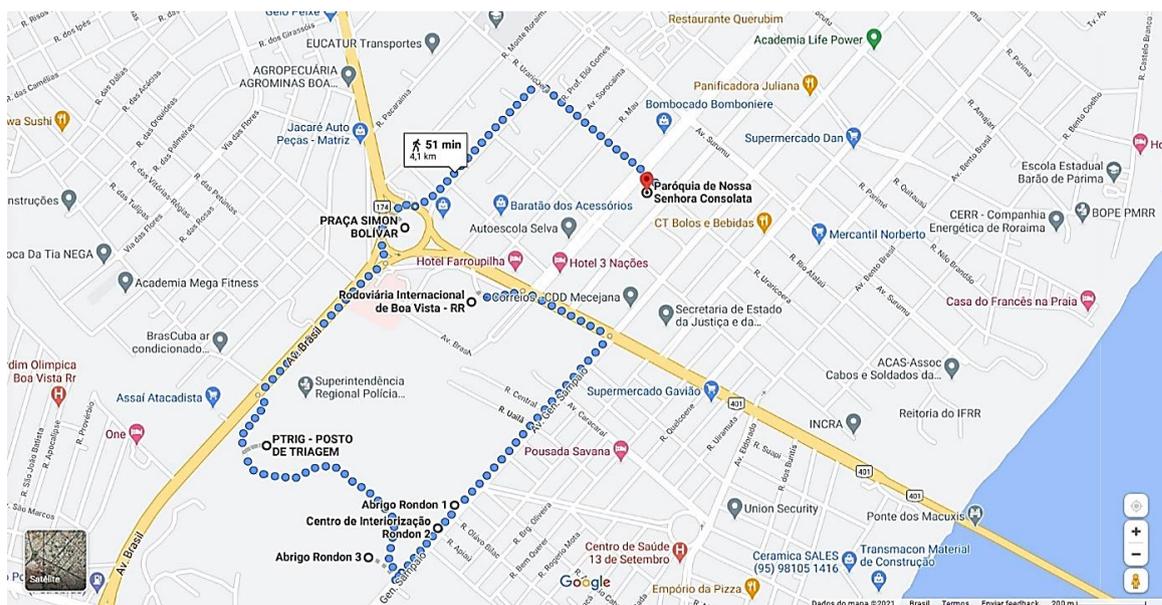
Assim que chegam ao Brasil, os migrantes e refugiados venezuelanos são acolhidos em um dos 13 abrigos em Roraima. Tipos de abrigos: Família / Solteiros / Indígenas; Gestão compartilhada entre Ministério da Cidadania, Forças Armadas e ACNUR. O Ministério da Cidadania e ACNUR são responsáveis pela coordenação de acolhimento

e assistência, e as Forças Armadas pela logística e saúde (OPERAÇÃO ACOLHIDA, 2020).

A descrição não encerra a função dos abrigos e dos abrigados. As experiências narradas demonstram que uma utilidade de múltiplas faces compõe os espaços dentro, do lado de fora e nos seus arredores. Escapam à dinâmica da formalidade do ordenamento, seja das pessoas deslocadas, seja dos próprios humanitaristas e da atuação de militares nesse processo. Por sorte, a pesquisa com humanitaristas passa por esse desafio enorme de itinerar memorialmente e, com base nisto, realizar o caminho, ou trilhar pelas recordações de caminhadas inúmeras feitas por eles, sem a intenção de relacionar-se com essa engenharia de assédio do espaço da cidade, com tantas pessoas deslocadas. Por isso, o humanitarismo tem uma ação no espaço que funda e abre outras paisagens. Essa nova paisagem humanitária, alinhada com o apuro dos espaços, não está na sintonia da trilha da experiência.

Com base nesse critério de trilha, estabeleceu-se uma abertura para experiência, como se verá pelo trajeto, na figura a seguir do *Google Maps*. Começando pela Rodoviária Internacional de Boa Vista, passando pelo Abrigo Rondon 1, o Centro de Interiorização Rondon 2, o Abrigo Rondon 3, pelo PTRIG – Posto de Triagem - Treze de Setembro, seguindo até a Praça Simon Bolívar e chegando ao ponto final a Paróquia de Nossa Senhora. O percurso todo teria sido em loco de aproximadamente 51 minutos e alcançaria 4km e 100 metros de caminhada.

Figura 20 - Pontos do itinerário da *caminhada-en-línea* com as pessoas entrevistadas



Fonte: Imagem do Google Maps

Durante a *caminhada-en-línea*, foram feitas poucas questões a Mary e Carmem. Como já foi dito no item da bússola metodológica. Foram apontamentos geradores do diálogo que haveria de trazer à tona a experiência, mas no cerne desse caminhar esteve uma preocupação que o pesquisador humanitário David Rieff descreve, sobre o ser dos humanitaristas:

Los más preocupados (...) los propios humanitaristas, que desde hacía algún tiempo se habían percatado de que sus ideas se aplicaban para ciertos usos y se modificaban de algunas maneras que ellos jamás habían pretendido o ni siquiera imaginado. Al principio, no estaba claro de qué modo reaccionarían los activistas humanitarios ante la apropiación e instrumentalización del humanitarismo. ¿Resistirían y permanecerían fieles al humanitarismo <<contestatario>> de Rony Brauman o de Françoise Bouchet-Saulnier? ¿O conseguirían forjar un compromiso histórico con el humanitarismo de estado y el humanitarismo de las organizaciones internacionales, el humanitarismo de Bernard Kouchner, de Kofi Anan, del Departamento de Estados Unidos y de la Unión Europea? (RIEFF, 2019, p. 282).

Desse modo, a preocupação, que pode ser mais ou menos evidente, é esta que dá a nervura no humanitarismo experiencial, aquele que diremos à frente da consideração. Ela tem essa capacidade de questionar acordos, os mandatos dos doadores e, sobretudo, dos Estados ricos que marcam o humanitarismo em níveis altíssimos da etiqueta burocrata para e com vidas que seguem abjetivando-as. Na encarnação do humanitarismo, a decisão é agora ou não é. Quer dizer, ou se rompe ou não se rompe com essa engrenagem de um abjeto humanitarismo até a abjetivação da hospitalidade. As notas-experienciais a seguir dizem muito sobre essa preocupação insistente.

### 5.1.1 Nota-experiencial 1: Carmem e o vigor das lembranças

A primeira *caminhada-en-línea* foi feita com Carmem<sup>54</sup>, brasileira, com 30 anos. Ela começou sua atuação na resposta humanitária em Roraima em 2018 e ainda permanece. Já atuou em duas organizações diferentes, está agora na terceira. Porém, está na busca de outro posto de atuação que não seja diretamente no Estado de Roraima. Deseja muito continuar atuando como profissional humanitária e quer ter experiências internacionais.

Introduzimos a conversa, por meio da seguinte pergunta: “Como foi sua experiência diante do sofrimento, da calamidade, das extremas necessidades das pessoas em deslocamento com base nestes pontos do itinerário? Que destaques você faz do que viu, dos cheiros que sentiu e como estavam os caminhantes?”. Não tinha concluído, e Carmem disse:

---

<sup>54</sup> Carmem foi o nome escolhida pela humanitarista. Ela contou que o escolheu devido ter vivido algo muito especial com uma pessoa.

O encontro em ver esse sofrimento humano começou para mim exatamente em 2018 quando cheguei aqui, estava no início de tudo, da operação e não tínhamos os abrigos, os Petrigs toda essa estrutura do mapa aqui é da operação acolhida. Mas tínhamos a paróquia da Nossa Senhora da Consolata, que recebia esses migrantes que ficavam ali perto para receber alguma ajuda, para poder comer e ficou um ponto. Para mim é muito marcante lembrar essas pessoas em situação de rua naquela região. Eram pessoas dormindo no chão mesmo, algumas lonas improvisadas, alguns colchões, outros com papelão mesmo, então eram todos ali em busca de alguma ajuda de alguma coisa... (CARMEM, 2021).

O que ser pode destacar é como Carmem narra sua chegada ao terreno e, imediatamente, se depara com as necessidades das pessoas. A experiência de Carmem está para ela como uma lembrança forte do que tem vivido nos últimos três anos. Isso agarra-se ao corpo, aos sentidos:

(2018) Eu comecei a fazer entrevistas com essa população para um benefício com auxílio alimentação e aí eu cheguei já não tinha mais essas pessoas na praça, eu só vi fotos da praça Simon Bolívar. Quando eu cheguei à Prefeitura já tinha fechado toda aquela praça para proibir que os migrantes, as pessoas pudessem dormir e ficar ali, então ali naquele ponto do mapa eu vi só tábuas né, (...) para não permitir passagem nenhuma. Então ali na Consolata você ia de encontro com essas pessoas. Chegavam saindo daquela crise, buscando ajuda, mas a gente não tinha muito o que fazer, então o que eles conseguiam era um prato de comida, um contato com uma pessoa, ali começou um processo de documentação, as pessoas já conseguiam fazer regulação migratória, mas aí eram muitas pessoas com muita fome, *e eu lembro das pessoas muito queimadas do sol, isso foi uma das características que me marcou muito* (CARMEM, 2021, p. grifo nosso).

Durante a escuta, Carmen várias vezes respirava e inspirava de maneira profunda. Por algum instante, parecia que ela havia encarnado a caminhada e, como a Nossa Senhora da Consolata era seu ponto de referência, ela mencionou de novo como as pessoas estavam no entorno desse templo da Igreja Católica:

Quando pedíamos um documento da Venezuela, e você via como eles estavam ali, como tinham acabado de chegar, muitos tinham caminhado de Pacaraima a Boa Vista, caminhado da Venezuela até o Brasil. E muito queimados, com os cabelos... as mulheres muito vaidosas com os cabelos sem poder cuidar, os lábios secos... eu lembro assim, porque não se hidratavam muito, a higiene não tinha. Hoje a Consolata tem banheiros comunitários que as pessoas podem tomar banho, lavar suas roupas, mas naquela época eles não tinham, *eu lembro também nos muros da Consolata eles estendiam as roupas que eles tentavam lavar para ter de um dia para outro, banho às vezes tinham às vezes não*. A Consolata ficou como esse primeiro encontro para mim... com essas pessoas que não tinham para onde ir e se encontravam em situação de rua (respiros profundos). A praça Simon Bolívar já era esse ambiente fechado, hoje é uma praça muito bonita, aberta, a Prefeitura reformou, mas ela é trancada. Ela fica aberta (de dia) depois é trancada... *Eu vi fotos da praça antes de ser fechada e tinha muita gente dormindo no chão, com os papelões, com as coisas com as mochilas e muita gente num espaço muito pequeno, a praça é pequena* e todas as pessoas ficaram ali, porque é perto da rodoviária, e quem conseguia transporte de coletivo (...) chegava e ficava ali e ali ficou um ponto de encontro é perto da Polícia Federal, eles iam atrás da regularização migratória então muitos ficavam ali (...) *muitas pessoas com o rosto*

*queimado*, muitos dizem que não faz esse calor do norte na Venezuela (CARMEM, 2021).

Quando Carmem voltou ao tema da praça, perguntei se ela sabia de algumas coisas que poderiam ter ficado naquele espaço e que lembrariam tudo isso que ela estava partilhando, e ela exclamou:

Nãoooooooo! Essa praça está linda, toda reformada, só que ela é toda murada assim, toda cheia de grade em volta, a praça fica aberta durante o dia e de noite eles fecham os portões da praça. Então ela está toda reformada já não é mais nada daquilo que a gente via, de dia é murada com grade, aberta de dia e à noite fecham os portões. Não é nada do que se via, e ela não é de livre acesso, eles colocaram grades para não acontecer isso de novo (CARMEM, 2021).

Nosso diálogo se seguiu por mais uma hora; ela sempre de novo recordava como as coisas tinham mudado desde que chegou, com os abrigos, com o exército e com todas as outras organizações que chegaram a Boa Vista. Dizia que, cada vez mais, as pessoas ficavam impressionadas com essa quantidade de pessoas e serviços de apoio para as pessoas. E começamos então a focar nessas entidades e sobre como ela percebia os outros profissionais humanitários. Ela ressaltou que, atualmente, a Rodoviária expressa melhor o que foi a Consolata antes, de maneira que ela continuava vendo muitas pessoas, chegando com muitos sofrimentos e eles tentando apoiar, ajudar essas pessoas para que pudessem acessar os serviços públicos. A tarefa deles se concentrava em fazer que os serviços públicos pudessem suprir parte das demandas, uma vez que outra parte muitas organizações também ajudavam.

Agora as pessoas que chegam já estavam sofrendo muito na Venezuela (...) com a pandemia, elas pararam um pouco, mas hoje chegam muito doentes, antes na Consolata elas chegavam com o *queimado* da pele, desidratadas e o cansaço, morar em situação de rua, e os *caminantes* que vemos também na Colômbia... uma mãe chegou e me disse que estava caminhando tinha um mês com os filhos dela para chegar até aqui. E eles chegam já com alguma demanda. Já chega já com esse sofrimento da Venezuela. Teve uma senhora que até hoje ela me encontra e me agradece porque eu fui a primeira pessoa que acolhi ela e ela veio buscar um tratamento de câncer e na Venezuela ela teria que pagar \$6.000,00 dólares e pelo SUS ela conseguiu até sem a documentação... sem a regularização migratória. O cartão do SUS é direito constitucional, então eles podem tirar. Ou criança com deficiência, um idoso que já chega com algum tipo de sofrimento (CARMEM, 2021).

A Carmem destacava tudo isto até que eu lhe perguntei se essa dor e sofrimento era sentido por ela e como lidava com isto.

Quando eu estava muito ativamente na rodoviária, eu caminhava muito, muito mesmo. Eu me sentia muito cansada mesmo, eu tinha muitas dores nas pernas. Mas eu imagino, eu fico pensando muito na saúde mental (dos outros profissionais) e os muitos que pegaram COVID, porque a gente continuou, porque estando já tem tanta negação de direitos, imagina se a gente para. Na verdade, o trabalho humanitário é esse risco de ir em campo, mesmo numa pandemia, mesmo em qualquer crise né, uns voltaram depois de pegar COVID e estão muito cansados e debilitados, a recuperação demora muito e tem gente que já se reinfectou. O corpo e o psicológico falam muito. (CARMEM, 2021).

Chegando ao ponto desejado, falei sobre a hospitalidade, sobre os profissionais e as mudanças. O que poderia ser melhor, ou se tudo devia mudar para a hospitalidade ser melhor. Ela disse:

Difícil! (dá risos) eu Carmem tive a sorte de trabalhar com pessoas estando em campo que se importam muito com as pessoas. Que a gente sabe que nesse mundo humanitário é a carreira de sonho de muitas pessoas. Então eu já ouvi (humanitaristas) dizendo que está aqui só pelo nome de estar trabalhando numa organização internacional e não está nem aí para as pessoas. Eu tive a sorte, porque estão mais no campo por carreira e ego, do que estar com essas pessoas que estão precisando (CARMEM, 2021).

Existem muitos assuntos, a partir da partilha da Carmem aqui apresentada. É uma nota da vida dessa jovem mulher, que entende que sua missão é importante, que acredita muito no que faz e deseja continuar realizando. A partilha de Carmem em muito se relaciona com o que Derrida diz sobre “nada de hospitalidade, passo da hospitalidade” (DERRIDA e DUFOURMANTELLE, 2003, p. 67), no sentido do que está além da hospitalidade. Continua ele:

A onde levam esses estranhos processos de hospitalidade? Esses limiares intermináveis, portanto, infranqueáveis e essas aporias? Tudo se passa como se fôssemos de dificuldade em dificuldade. Melhor ou pior, e mais gravemente: da impossibilidade em impossibilidade. Tudo se passa como se a hospitalidade fosse o impossível: como se a lei da hospitalidade definisse essa própria impossibilidade, como se não se pudesse senão transgredi-la (DERRIDA e DUFOURMANTELLE, 2003, p. 67-68).

As lembranças de Carmem mostram uma desviante narrativa entre o que se pode fazer e a impossibilidade de não fazer, se as pessoas estão em sofrimento. Mesmo se fosse impossível a hospitalidade, a experiência diz que ainda que exigente, ela acaba por se concretizar da emergência ao direito. Carmem também disse que, depois de um tempo, se acaba ficando mais técnico que agindo pelo coração, porque o sofrimento é demais. Adquirir uma formação melhor e mais especializada em humanitarismo contribui para que ela possa exercer melhor suas tarefas. Carmem sublinhou que as mulheres em deslocamento sofrem muito mais; falou sobre

sua preocupação com as outras mulheres humanitaristas, pois elas também sofrem muitos ataques de pessoas em deslocamento, como ameaças, xingamentos e abusos verbais. Isso pode ser visto no perfil identitário. Essas situações vividas acabam incorporando cansaço, fadiga e uma preocupação com a saúde dos humanitaristas. Perguntei para Carmem se ela nesses três anos tinha tido algum espaço para conversa, ou diálogos com os humanitaristas que estão atuando em Boa Vista, para partilhar das suas dores, seus sofrimentos. Observa-se a resposta:

Nós fizemos, quando eu estava ainda na primeira organização, uma roda de conversa com mulheres humanitaristas para conversar sobre como é que ser mulher no trabalho humanitário. E hoje a organização (que atua) tem esses espaços para falar de várias coisas de stress e ansiedade, eles contrataram psicólogos também para fazer sessões privadas de psicologia e eu sei de outras organizações que contrataram, uma organização que contratou até um consultor só para esses espaços também. Então eu vejo uma tentativa, como a Operação está se alargando muito e muitas pessoas ficando as mesmas, infelizmente eu já vi (pessoas) saírem muito adoecidas psicologicamente, muito enfraquecidas, emocionalmente abaladas, muito cansadas (CARMEM, 2021).

A partilha de Carmem foi muito intensa, cheia de elementos marcantes desses anos e em relação aos seus desejos e os dos seus colegas. A opção foi não mergulhar na maneira de uma análise do discurso, isso não faz parte do método dos itinerários e a densidade da experiência dela não dava para fazer isso, sublinhando que *“el que trabaja desarrollando labores de ayuda humanitaria es sólo eso: alguuien que trabaja desarrollando labores de ayuda humanitaria no um ciudadano”* (RIEFF, 2019, p. 369). Carmem ajudou a entender que a relação entre abjeção e abjetivação desde os humanitaristas mistura-se no próprio fenômeno do humanitarismo, nascedouro de uma premissa de humanidade que é do bem, faz o bem e assume estes riscos do bem ser. Ela mesma assinalou isso, recordando que tudo passa pelo corpo e a mente dos humanitários diante do sofrimento, e bem se conectou a nota-experiencial de Mary, sua visão sobre o mundo real do humanitarismo.

### **5.1.2 Nota-experiencial 2: Mary, aquela que vive num mundo real**

A segunda pessoa com quem se realizou a *caminhada-en-línea* foi Mary, brasileira, 37 anos, residente em Roraima. Embora tenha sido migrante, como ela mesma se definiu, por ter viajado de um Estado da região nordeste do País para o extremo norte, o fez buscando oportunidades. Ela é mãe e divide seu tempo entre a função humanitária e o cuidado da casa e do filho. Mary diz que todos os dias procura fazer algo melhor para mudar a vidas das pessoas que buscam nela um alívio para seu sofrimento e dor.

O diálogo começou bem próximo ao que havia sido combinado com Carmen. Ao ser perguntada sobre sua experiência diante do sofrimento, da calamidade, das extremas necessidades das pessoas em deslocamento com base nestes pontos do itinerário, interrogada particularmente sobre seus destaques a respeito do que viu, dos cheiros que sentiu e de como estavam os caminhantes, Mary disse: “Espera que eu vou te contar como eu vivo isso” (MARY, 2021):

Assim, começando do começo, como estou em Boa Vista há um tempo, como eu sempre falo, eu não vim para trabalhar na migração. Eu estava em Boa Vista quando ela começou a surgir. Eu participei das primeiras reuniões da Operação Acolhida, não era nem Operação como é hoje, o exército estava chegando, os primeiros do ACNUR chegaram e (depois) era todo mundo de fora, e das outras organizações internacionais e a gente foi vendo a situação que estava ficando Boa Vista. Até então não tinha abrigo, não tinha nada. Tinha algumas ocupações espontâneas, a praça Simón Bolívar era uma ocupação espontânea, hoje chama-se ocupação espontânea. E a rodoviária não era um ponto de serviço na época, era um ponto de encontro porque tanto chegam os ônibus, como chegavam os carros né, alugados, como chegavam as pessoas a pé, era o ponto central dali, e acho que por isso tinha aquela movimentação... tinha aquele espaço aberto que era a praça Simón Bolívar que não era habitada por ninguém, porque em Boa Vista nunca teve pedintes, nunca teve andarilho, eram um, dois ou três que todo mundo sabia quem era nominalmente falando né. É uma cidade pequena então todo mundo se conhecia. A partir desse momento, a primeira empresa que eu trabalhei (humanitária) eu conseguia ir em vários lugares, abrigos, vários pontos como nos Jesuítas, na Caritas, na Consolata (suspira com o folego cansado) em todos os cantos que essas pessoas iam tentar precisar de um apoio (comunicar-se em casa) eu ia (MARY, 2021).

Mary descreveu que conhece bem os pontos sugeridos no itinerário porque pôde trabalhar atravessando-os, quando ia ao encontro das pessoas deslocadas. Interessante notar o destaque que ela faz sobre o antes e depois da chegada dos deslocados. A abjeção não tem outra cara senão da miséria total, da penúria e, portanto, do sentimento de incômodo. Entre o vazio da praça e aquele nos arredores da rodoviária, tudo vai se preenchendo de abjeções. No capítulo dois, nessa relação entre paisagem e ação humanitária podem ser mais bem notadas essas interfaces que se abrem no lugar, e este permite o aparecimento desses não lugares, destaque no capítulo três sobre o terreno humanitário. De maneira que esse lugar da rodoviária na visão dela:

Na rodoviária, que eu sempre falo que é o ponto focal da migração, porque quem (profissional humanitário) começa pela rodoviária já começa com outro espírito, nem o Petrig acompanha isso ali. A não ser o Petrig de Pacaraima, que eu nunca trabalhei, já visitei, mas eu nunca cheguei a trabalhar de verdade lá em Pacaraima não. Mas eu recebia as pessoas que vinham de lá porque eu estava na Rodoviária e é dor essa é a palavra, é dolorido é doloroso você estar na rodoviária. Na época quando eu comecei na rodoviária acho que tinha um ou dois containers de militar, que foi quando começou a chegar um atendimento ali na rodoviária, quando eu comecei já tinha aberto os Rondos quando eu comecei a frequentar a rodoviária, as pessoas da praça Simón

Bolívar já tinham sido deslocadas porque praticamente a operação começou quando houve aquele deslocamento da praça Simon Bolívar para os Rondons, acho que foi ali demarcou bem. O que você lembra que era a praça, como você a viu e como ela está hoje? Primeiro ela era um espaço aberto, e sem ninguém. Ninguém vivia lá, Boa Vista como eu falei não tinha andarilho, não tinha pessoas de rua, então a praça era uma praça só. Mas era uma praça que não era habitada por pessoas assim... ela não era uma residência de ninguém. Quando a migração chegou, as pessoas começaram a morar na praça. Não só na praça Simon Bolívar, mas ali ao redor da rodoviária na frente tem um campo, um jardim e as pessoas também moravam lá. Inclusive um menino que trabalhou comigo na (primeira organização que a contratou) ele morou também na praça. Depois ele foi para um abrigo (preservamos o nome desses espaços), mas ele morava na praça lá. E virou um acampamento, literalmente era cabanas, de papelão, de plástico, de tenda, de tudo, tudo que conseguia montar ali. Eu não sei quantas pessoas chegaram a morar ali, mas eu acho que chegou a mais de 700 pessoas, eu acredito (MARY, 2021).

A praça talvez seja um dos elementos simbólicos mais emblemáticos no caminho do diálogo, porque a praça dos deslocados não existe mais, como não existe mais aquele lugar que era dos habitantes locais. O não lugar da praça perdeu também seu sentido para concretizar a pertença e a punição aos ‘delinquentes’ que a forjaram outra para eles.

(na praça) tinha de tudo, tudo tudo...tinha mulher, criança, idoso, animal, velho... tudo mulher nova, solteira tinha de tudo lá. Tinha bebida, tinha fogareiro, tinha de tudo era como se você fosse em São Paulo... que você vê as pessoas que moram embaixo de viadutos. O meu amigo (que trabalhou com ela na primeira empresa) ele morava numa cabaninha dessas do exército tipo de camping, e morou ele e a esposa, ela depois engravidou nessa cabana... ela engravidou na rodoviária inclusive, morando ali ela se engravidou, ali na rodoviária. Ele veio primeiro ela veio depois, se encontram, e ela engravidou ali no meio da rua (MARY, 2021).

Quando aquele lugar é passado a não lugar e depois torna-se um espaço no dizer de Certeau que “em suma o espaço é lugar praticado” (CERTEAU, 1998, p. 202), mesmo se ainda não pode cumprir integralmente seu ser espaço de praça, pois o “espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente” (CERTEAU, 1998, p. 202), de maneira que a praça seguindo a reflexão de Michel Certeau “diversamente do lugar, não tem portanto a univocidade nem a estabilidade de um próprio” (CERTEAU, 1998, p. 202), e o relato de Mary melhor expressa isso com seu olhar para o derredor da praça:

os deslocados começaram a tomar conta dos abrigos espontâneos, o Latife, o Tancredo Neves, que era abrigo espontâneo, e depois abriram (a Operação) os abrigos Rondon 1, 2 e 3. Aquilo ali apareceu de uma vez né... e muitas pessoas foram (levadas) lá. Na rodoviária não tinha banheiros, não tinha as cabaninhas como é hoje, ali atrás onde eles dormem. Não tinha aquele espaço de proteção ali atrás, não tinha o *comedor*, as comidas eram servidas ali perto das lanchonetes e na época distribuía na rua mesmo a comida a Consolota e o Exército. Está fazendo dois anos que começou a fazer aquela estrutura da rodoviária, lavanderia, *comedor*, aumentaram a quantidade de carpas ali atrás não tinha essa quantidade antigamente, nem tinha as carpas e toldos eram só

algumas carpinhas pequeninas do exército e só tinha as de solteiro não tinha de casal. Que hoje tem as de casal, antigamente era só as de solteiro que cabia uma família inteira. Quem coubesse ali dentro, ficava ali dentro. E tinha um guarda volume.

*Nessas (barracas) te casal fica família, crianças à parte? Ou é uma grande para toda família?*

Fica a família inteira. As maiores de proteção ela cabe eu acho até três famílias. Porque depende. As casas 'iglu', dentro dos abrigos comportam até oito pessoas. Mas de divisória comporta duas famílias. Só que na rodoviária é outra (maneira). Porque dentro dos abrigos o ACNUR tem um controle mais controlado vamos dizer assim (risos). Na rodoviária é o mais o quantitativo e o que dá conta. Porque se por acaso alguém passar na rua, ver alguém jogado no meio da rua, não tem onde dormir, vai chover e tudo mais... eles carregam tudo par rodoviária e seja o que Deus quiser. Deus ajuda para ficar dentro de uma casinha daquela e se Deus quiser dá certo (MARY, 2021, p. destaque nosso).

E Mary não parou por aí, quando ela tinha feito um respiro, movimentando-se para melhorar sua postura estirada numa cadeira até ficar de coluna ereta, uma outra questão me permiti:

*E daquela memória, daquela chegada, daquele primeiro momento, como essas pessoas chegavam, como estava o corpo delas?* Eles chegaram (suspira, passa as mãos duas vezes do rosto a cabeça) era muito sofrimento. Teve um senhor, eu lembro muito, muito, e um dia desses vi ele aqui em Boa Vista inclusive. Ele chegou com os pés rasgados, ele veio caminhando de Pacaraima à Boa Vista, como ele chegou em Pacaraima só Deus sabe. Em Boa Vista, ele chegou tremia todo, todo, todo. Aí ele foi colocado dentro do container, ele não conseguia nem sentar. Porque como ele veio caminhando ele não conseguia mais dobrar os joelhos, algo travou, alguma coisa travou. E ele não conseguia nem sentar na cadeira. Para beber água era um sacrifício, criança doente com deficiência mental muito, muito grave. Tinha um que atende na rodoviária, e atualmente está num abrigo que eu atendo. Uma família com três ou quatro crianças com déficit mental e elas vieram não tinha medicação lá todos vieram elas se jogavam dentro do container, para tirar era um sacrifício, e mãe com quadro cinco crianças com complicações (MARY, 2021).

Da vida do entorno para notas de dentro do abrigo que atua, ela trouxe um mundo de relações, as quais os humanitaristas precisam lidar sol a sol:

Olha (com risos e assumindo uma postura seria em seguida), na rodoviária não me metia em nada, só ouvia as histórias. No abrigo hoje (que atua) a gente tenta amenizar, observa para que não gere conflitos. No abrigo (X) tinha muita mulher solteira, muita. A ONU vai organizando isso... depois foi mulher solteira, mais casais sem filhos. Depois voltou mulher solteira, casal com filhos e sem filhos. Isso gerava muita briga (as pessoas querem uma saída) tinha uma mulher lésbica e ela saiu grávida do abrigo para interiorizar. Mas ela sempre foi lésbica. Toda mulher que chegava no abrigo ela ficava com elas. E as que ela tinha ficado antes ela brigava, para ficar com as mais novas, depois essas saíam ela ficava com outras que ela já tinha brigado, ficava girando assim entendeu!? E isso dava muito, muito conflito. E a mesma coisa eram os homens... eles estão com suas mulheres aqui, aparece outra mulher, a mulher dá mole... vários, vários casos. O que a gente pode fazer? Primeiro a mulher não pode sair porque está com criança né, eles entram muito em acordo de migração, acordo mesmo assim de atuo defesa. Ela sabe, ela está sofrendo né, ela tá vendo, ela está

sendo traída, está na porta dela, mas ela sabe que é o pai do filho dela, se ele for expulso ele vai ficar na rua, e daqui a pouco quando ele vai pra rua, ela vai para a rua também, faz as pazes com ele e volta com ele. Isso também é questão de proteção, se não gera violência, se está tudo bem, vida que segue. *Mary, você teve uma dinâmica que foi trabalhar na rua e agora no abrigo. O sofrimento da rua vai para o abrigo? Não vai, como você vê?* Os sofrimentos vão sim. A diferença do abrigo é que você tem um mínimo (assinala com os dedos postos representando este mínimo) de conforto. Você sabe que você tem as três refeições, você tem certeza disso. As três refeições, água para tomar banho, água para lavar sua roupa, você tem água para beber, e você o canto que você vai dormir. Mas tanto os problemas gerados na rua vêm pra dentro do abrigo, como dentro do abrigo a convivência vai gerar a mesma coisa. Tem pessoas que brigaram fora do abrigo, entram no abrigo e estão brigadas desde fora. Tem pessoas que foram abrigadas porque estavam na rua... chegou uma pessoa trans que tinha tido uma briga muito feia na rodoviária, e ele acha que sendo abrigado estaria superprotegido, como se ele fosse ser superprotegido na verdade não é. A gente está protegendo ele minimamente, igual à lei Maria da Penha não fica uma pessoa fiscalizando ali todo tempo a mulher, não existe isso. Então que a gente enquanto você estiver dentro do abrigo você está protegido ninguém vai lhe fazer nada, mas se você sair é por conta a risco (MARY, 2021).

Depois dessa partilha, perguntei para Mary se ela como humanitarista e que atua diante de tanto sofrimento, se ela também acha que os profissionais sofrem? Se sofrem diante disso tudo?

Sim. E isso tudo cansa. Falando disso com uma amiga. Acho que estou num processo que é de mudança [...], e ela falou uma coisas que... que me pegou muito assim... é muito o que eu acho. ‘a gente está tão acostumada com a dor do outro que a gente acha que na gente não dói’, entendeu!? É como se eu banalizasse a minha dor por eu saber que o outro está sofrendo muito mais que eu. Mas mensura a dor, não existe mensuração da dor. Uma coisa que dói para mim pode ser que dói para outra pessoa. E muito isso, eu estou achando que estou nesse processo de entendimento e percepção comigo. Em processo de mudança exatamente por isso, porque assim, a minha tolerância está muito pouco para um sofrimento banal, tipo assim um sofrimento vamos dizer... de uma amiga que passou por um problema de amor, entrou processo de depressão, fulano não acredita... Enquanto isso, estou recordando de uma mulher que tem HIV, o marido tem HIV, leucemia e problema renal (e) os três filhos dela pequenos tem HIV, o cara (marido) morreu. Ela está sozinha em outro país, com HIV e os três filhos pequenos com HIV e viúva. (*nós olhamos consternados, e Mary deixou romper um sorriso que pareceu estar dizendo “estamos todos vivos, mas para alguns está mais difícil viver mesmo”*). E sem nada, ela não pode sair para trabalhar porque ela tem três filhos, crianças pequenas, ela não pode fazer nada. Aí tu chega na carpa dela porque ela, eu acompanho ela desde (outro abrigo), eu chego na carpa dela, ela está vendendo lingerie, calça, calcinha, sai para fora para vender, ela está tentando tocar a vida dela, e ela tem 23 anos (de novo outro silêncio emotivo, olhares fitados, o sorriso de Mary evoca um sinal de vida), e Mary pergunta: “você tem noção o que é isso?”. Sabe, aí você chega para conversar com sua amiga, e elas têm cada assunto que eu fico olhando assim... que intolerância para ouvir isso. Mas eu preciso ter um cuidado, senão não consigo me comunicar mais com as pessoas. Entendeu assim... (MARY, 2021, p. grivo nosso).

Seguimos conversando sobre vários assuntos e para concluir, ela tinha tocado no tema da imparcialidade, eu perguntei se eles têm muito protocolos, como ela lida, se chegava a romper com alguns, se tinham alguma flexibilidade?

Alguns não tem. Essa menina mesmo que falei que estava vendendo (coisas dentro do abrigo), eu queria ter ajudado, eu quero comprar dela. Não posso comprar dela. Eu não posso chegar lá e dar nada para ninguém. Eu simplesmente não posso. E eu não posso não só por ela, mas toda a população, porque se chego e dou algo para alguém, não é justo assim... isso até ajuda também o trabalho da gente, entendeu!? Porque, literalmente tem pessoas que você pega mais afeto, mas o afeto que a gente pega nas pessoas tem que ser só a troca de afetos. Sabe o que eu acho que a gente mais pode doar para essas pessoas, é exatamente isso, a conversa, o afeto. Por exemplo como faço (na) reunião de comitês, [...] eles já sabem como é. Eu me sento para conversar, para ouvir. Para ajudar com o ouvido. Porque quando você oferece o ouvido já está ajudando muito eu acredito. Principalmente numa situação como esta... que não tem respeito, não tem respeito por elas, que as pessoas não querem saber de onde vem, porque ele vem... para eles que nada justifica eles estarem ali. Porque para eles (comunidade local) aquilo é preguiça, não querem fazer nada, que estão dentro dos abrigos vagabundando.

O que eu tento fazer é esse lado, porque materialmente falando é impossível a gente fazer, é impossível. Tanto pelos protocolos que para mim é uma ajuda, para mim, para gente. Acho que seríamos muito injustos. Tem gente que chega e pede... Mary você tem uma calça, você tem um sapato, (e) quando é um caso muito, muito extremo eu já fiz na rodoviária. No abrigo não. Na rodoviária eu fiz, porque no abrigo é pior, é muito fechado, eles ficam olhando tudo que você faz é mais perigoso. Mas na rodoviária eu fazia com os militares. Eu sempre tive uma ótima relação com os militares, sempre, sempre, sempre. E aí quando eu via que alguém tinha uma necessidade muito extrema eu trazia para eles (militares) e eles podem fazer qualquer coisa, então eu entregava para eles, ele entregava para a pessoa sem precisar dizer que era eu. Na época da rodoviária eu fazia isso. Mas no abrigo eu não faço.

*E se você pudesse mudar por dentro as coisas, você mudaria coisas nos protocolos? Não. Mudaria muita coisa não. Algumas coisas.... porque assim... eu...*

***Não vivo muito no mundo da lua não. Tem coisa que eu até topo, até me afastei um pouco da academia, desses ideais muito do mundo ideal que na verdade não existe na vida da gente. Se não existe para gente que está nessa situação, imagina para as pessoas lá dentro (nos abrigos), eu tenho um amigo imigrante venezuelano que mora num abrigo na Alemanha. As pessoas que estão lá recebem dinheiro para comprar material de coisas para elas que não é material de higiene, porque ela já recebe dentro do abrigo, abrigo com ar-condicionado, tem gente para fazer a limpeza, é outro mundo. Porque é outro mundo para as pessoas que moram lá independente de ser migrante ou não. A gente está falando de um país de terceiro mundo real, vamos voltar nos tempos de antigamente primeiro, segundo e nosso mundo terceiro mundo real mesmo.*** E não adianta a gente sonhar um universo que a gente não dá conta nem para nós. E querer que se imponha lá dentro.

**Eu acho que um dos motivos que acolhida funciona ainda é sim a permanência dos militares sim.** Eu acho o pessoal (profissionais humanitários do ACNUR) muito imaturos sim, gente que não dá conta do que está fazendo, e é aí que o exército peca. Porque quando o exército percebe que tem alguém imaturo no meio, ele vai com a mão pesada, e o general que está hoje é muito pesado, muito, muito pesado. Ele engole as organizações porque as pessoas que estão na função que não estão capacitadas para isso. E estão lidando com vidas e é uma coisa muito séria. Quando você pega na saúde tem alguém pode agravar na saúde, alguém na higiene vai sair algum surto de alguma coisa, quando eles vêm que a coisa está minando de um lado eles (exército) com toda força para o outro. Eu me preocupo muito com a imaturidade das pessoas.

**E na sua concepção você acha que os militares são humanitaristas? Não.** Eles não são porque não foram criados para ser. Não é a praia deles, não adianta. Um ou outro..., **mas eles são militares e a gente é humanitarista...** Um ou outro vem com o coração melhor porque é ser humano né. Independente de estar no exército ou na operação humanitária. **Tem muito humanitarista que não é humanitarista, muitos, muitos... não pensa pelo lado do ser humano, não entende que aquilo ali não é um**

**objeto, não é um número, não é uma quantidade. Aquilo ali é um ser humano, e ele está ali porque está precisando disso, disso e daquilo.**

A experiência de Mary apresenta várias sinuosidades, desde como ela mesmo se vê, depois como ela está aberta na relação com os outros-estrangeiros, e com os militares. Isso conta muito por que se falou de uma experiência que inicialmente não é aquela que apenas quantifica e marca um tempo e local. Esta para essa mistura de personagens da vida real que aparece na partilha dela, e são como vetores de uma construção na tessitura dessas relações que o humanitarismo torna possível.

Que extraordinário o mundo da Mary, porque ele se faz do ordinário. É uma vida encarnada na carne dos que estão ao lado e junto dela. Embora a atitude dela perpassasse menos a abjetivação como ação revolucionária do humanitarismo, pois segue a trilha da ordem e dos protocolos – o mundo não ideal – mas que é endógeno ao próprio movimento da abjetivação. Sem ideal não há busca, nem deslocamento, nem itinerário.

E quase ao término desse instante possível com Mary perguntei se diante disso tudo existem coisas dos deslocados que é comum a ela e aos profissionais humanitários. Disse que estão em posições muito diferentes, mas, se voltamos à dor, ela é um ponto de convergência entre vocês?

É sim, é sim. De concordância, é sim. Algumas vezes eu falo, eu falo exatamente para empoderar eles (deslocados). Para eles entenderem que eles são fortes o suficiente para estar onde eles estão. Porque quando a gente coloca o outro numa posição de coitado ele não consegue passar daquele limiar não. Ele vai morrer como coitado. E não é [...], é muita força, muita força. Essa menina que falei que tem 23 anos, quando ela me disse (sua vida) fiquei com vontade de chorar. Imagina, imagina... sua irmã passando uma situação como esta, né assim e você vê ela com garra, com vontade, ela ainda quer interiorizar, ela precisa fazer documentação, ela quer trabalhar, ela quer estudar, tem dia que ela está (muito mal) ela não dormiu nada, e ela teve um bebê um dia desses... acho que o bebê dela não tem nem seis meses (MARY, 2021)

Carmem e Mary são duas de tantas mulheres que estão atuando em Roraima, elas tem suas mãos, pés, cheiros e suores marcados pela sua atuação nestes anos. Elas seguiram passando por todos estes espaços do itinerário proposto com suas dores, seus medos, e um e outro sorriso de obrigado pela vida que foi salva por meio da colaboração delas. Esses mesmos lugares e espaços que vão sendo refeitos, reinventados pelo ato de teor do humanitarismo. Segundo Certeau:

Os relatos efetuam portando um trabalho que, incessantemente, transforma lugares em espaços ou espaços em lugares. Organizam também os jogos das relações mutáveis que uns mantém com os outros. São inúmeros esses jogos, num leque que se estende

desde a implantação de uma ordem imóvel e quase mineralógica (aí nada se mexe, salvo o próprio discurso que, numa espécie de *travelling*, percorre o panorama) até a sucessividade acelerada das ações multiplicadoras de espaços [...] seria possível uma tipologia de todos esses relatos, em termos de identificação e lugres e de efetuações de espaços. Mas, para aí encontrar os modos segundo os quais se combinam essas distintas operações, precisa-se ter critérios e categorias de análise – necessidade que reduz os relatos de viagem os mais elementares (CERTEAU, 1998, p. 203).

Todo sentido da viagem humanitária, na viagem das experiências acima. Ela não encerra apenas duas narrativas vitais com boas pitadas de sofrimento-horror, elas tracem à tona essa emergência da abjetivação do humanitarismo até superar esse ressentimento interno do que não muda e quer assumir-se estático para ser mais fácil conduzir uma resposta. É quando falta aquela saída prevista e se encontra face a face com a outra achada e descoberta.

### 5.1.3 Nota-experiencial 3: Nosso descolar, o ressentimento e a neutralidade

Quando se apresentou a prelúdio da disposição desse caminho se começou pelo prisma dos deslocados, e na certa medida aproximou-se tanto os que marcham quanto os que seguem ao encontro destes para salvá-los. Bem, isso não quer dizer que o caminho tenha sido fácil e menos complexo. Por quê? Porque essa medida é a possibilidade de reconhecer que ambos estão um para o outro. Isso confirma a narrativa que a experiência deles não se encerra em si mesmos, embora confirme que o humanitarista tem mais necessidade do itinerante para que a sua experiência-tenha-sentido conforme respondido por Mary:

*Mary, e como você volta para casa com essas histórias? (ela coloca a mão esquerda na face e mira o horizonte com os olhos lagrimados e com risos, e minha mão direita assume a mesma posição da dela no meu rosto. Enquanto eu continuo olhando-a, e ela o infinito respondeu). Aprendendo assim, aprendendo* (MARY, 2021, p. grivo nosso).

Essa dinâmica da aprendizagem é o que melhor expressa o que pode ser fruto de uma boa caminhada. Essa aprendizagem que só pode surgir depois de uma forte experiência, pois, o que está proposto segundo Bondía é “que exploremos juntos outra possibilidade, digamos que mais existencial (sem ser existencialista) e mais estética (sem ser esteticista), a saber, pensar a [...] (aprendizagem) a partir do par *experiência/sentido*” (LARROSA, 2019, p. 16). “a experiência e o saber” isto é “o que nos permite (experiência) apropriar-nos de nossa própria vida (sentido)” (LARROSA, 2019, p. 33). Simples e inegável. Se algo me permite sentir que posso estar levando a vida na direção do sonho (KRENAK, 2019) é verdade que outra apropriação realize a partir desse terreno humanitário. De uma maneira tão efetiva que os relatos

das notas-experienciais de Carmem e Mary vão muito além dos aspectos de uma informação, de um comunicado ou da fórmula de um dado de pesquisa. Poderia então a palavra aprendizagem reunir toda a experiência-sentido?

O que ocorre é que quando a experiência-sentido não aparece como aprendizagem, o que fica mais evidente é esse ressentimento-neutralidade, fazendo uma inflexão ao que disse Bondía, o ressentimento é o que não permite e neutraliza qualquer possibilidade de apropriar-se da vida. Segundo Sheller:

O “humanitarismo” brotou desde o ressentimento [...] (numa) *duplicidade* de sentidos: primeiramente, enquanto uma forma de manifestar uma contraposição interior e uma aversão contra o respectivo círculo associativo mais *próximo*, bem como contra *seu* conteúdo valorativo interno; a “associação”, a partir da qual o homem (mulheres) se expande em sentido corporal e espiritual (SCHELER, 2012, p. 130).

Com o ressentimento a experiência se esvai. O que fica é apenas uma ingerência de sentido, e este impulso direto aos sentidos se converte num caminho pavimento de boas intenções humanitárias. Dessa do humanitarismo em si mesmo e dos humanitários no altruísmo humanista que “em última instância, o moderno humanitarismo, à medida que se baseia no ressentimento, também pode ser demonstrado por meio de sua determinação enquanto ‘altruísmo’” (SCHELER, 2012, p. 131). Esse altruísmo do humanitarismo moderno que na via esse ato gozoso humanista confiante:

se rebaixa a si mesmo e se transforma em mero valor técnico para o bem-estar universal, sua avaliação vem a ser de fato uma “falsificação” inaudita “das tábuas dos valores”, pois ele subordina realmente com isso o valor preponderante e a “bem-aventurança” ligada a seu ato a qualquer prazer sensível – e isto independentemente do valor da pessoa que saboreia este prazer (SCHELER, 2012, p. 134).

Entre um prazer e outro os humanitaristas fincam seu fazer em princípios, já se sabe. Todavia entre eles contradizer aos demais uma vez que todos argumentam em favor do prazer altruísta humanitário, elegeu-se o da neutralidade nesse acercamento ressentimento-neutralidade que é contrário à experiência-sentido. Segundo os pesquisadores e professores sobre Humanitarismo Francisco Rey e Victor Currea-Lugo:

La ex Comisaria Bonino, persona sin duda representativa del acercamiento político a lo humanitario, planteaba el tema de una forma bastante elocuente: “Sabemos que la misión de la ayuda humanitaria no consiste en solucionar las crisis ni en encontrar los medios para resolverlas, pero está claro que sin nuestro testimonio, sin la presencia de trabajadores humanitarios en los lugares de los hechos (lo mismo puede decirse de los media) resultaría mucho más difícil comprender el origen del conflicto, restablecer un mínimo de justicia y dar con las claves para salir de la crisis”. Por lo menos algún

político entiende que el fin de lo humanitario, como llevamos décadas proclamando las ONG, no es resolver los conflictos sino salvar vidas humanas en condiciones de dignidad mínimas. Ahí está su grandeza, pero al mismo tiempo sus límites (MARCOS e CURREA-LUGO, 2001, p. 23).

Veja: ao mesmo tempo em que traz para mim, se assinala como devem-se se permanecer distantes do ato político do humanitário. Chegar com algo à compreensão não é o mesmo que ser no final do processo aprendizagens. Os humanitaristas servem ao propósito de relatar os fatos, os acontecimentos, em comunicar e a informar sobre um conflito e quiçá salvar as vidas. Essa neutralidade sufoca e pode matar a experiência-sentido. Este ressentimento-neutralidade face a face com os descolados quando ocorre distância e depõe a experiência-sentido. Os relatos da Carmem e da Mary são uma manifestação dessa experiência-sentido, mesmo dita com mesclas de ressentimento-neutralidade do humanitarismo.

Esse ressentimento-neutralidade também aparece na forma de tensão. Segundo Fassin (2011, p. 135) “é a tensão entre humanidade e segurança, entre compaixão e repressão, como se manifesta em torno da questão dos refugiados e, mais amplamente, da imigração (...). Esta tensão é atualmente um fator importante na gestão de estrangeiros”, essa tensão que é resultante dos papéis na resposta humanitária entre Estado, os humanitaristas e descolados. Os descolados são os assaltados de sua experiência-sentido, conforme Ailton (2019, p. 21) “enquanto a humanidade vai sendo descolada de uma maneira tão absoluta desse organismo que é a terra. Os únicos núcleos que ainda consideram que precisam ficar agarrados nessa terra são aqueles que ficaram meio esquecidos pelas bordas do planeta”. Incluem-se nesses núcleos os imigrantes, os caminhantes, os marchantes, as pessoas deslocadas, aquelas pessoas que perdem inclusive seu não lugar (AUGÉ, 2012). O humanitarismo abriria um espaço praticável (CERTEAU, 1998) até que o descolado possa pregar-se à terra nova para a qual marchou forçosamente?

Quando eu faço reuniões com elas eu sempre falo. Porque se tem uma coisa que foi feita para gente é de três em três meses parar para descansar. Precisa. Quando você vai chegando nos 85 dias tu já está... na última reunião que eu tive com elas, meu Deus do céu se eu não tivesse me controlado eu tinha me acabado de chorar. *Porque é muita coisa... com a pandemia os cursos reduziram, a documentação, um ora vai sair (algum caminhante do abrigo) todo mundo chora porque vai sair, e daqui a pouco não vai sair mais e todo mundo chora porque aquela esperança foi cortada de novo...* (MARY, 2021, p. grivo nosso).

Quando Mary se expressa ela ressoa um outro que fala de fora, mas para dentro dela mesmo. É a condescendência com o bem do humanista. Esse movimento em celebrar a saída para o enraizamento de novo, e intrépido é negado novamente. Essa devolução – enraizar – face

a face com o arrancar – descolado produz outros cortes profundos, e aos humanitaristas. O ressentimento-neutralidade tem o rosto no dizer de Maria Rita Kehl da injustiça e do individualismo<sup>55</sup>. Na injustiça ocorre também a produção de um modo de ser, de um *ethos* moderno. Segundo a autora (KEHL, 2015, p. 281) “o ressentimento é uma constelação afetiva que serve aos conflitos característicos dos indivíduos e dos grupos sociais”.

[...] o ressentimento deve se encontrar mais desenvolvido em sociedades como a nossa, onde os direitos políticos, razoavelmente uniformes, ou seja, uma igualdade social exterior oficialmente reconhecida coexistem ao lado de diferenças muito consideráveis de fato quanto ao poder, à riqueza, à cultura, etc. Sociedades na qual cada um tem o “direito” de se julgar igual ao outro, mas não é de fato capaz disso. Eis aí, independente das características e dos sentimentos individuais, por onde se garante a existência de uma importante carga de ressentimento presente na própria estrutura de uma sociedade (SCHELLER, 1958, p. 22; KEHL, 2015, p. 281-282).

Como se pode notar, o ressentimento adquire uma dimensão maior que aquela do agir humanitário. Essa forma local da resposta, a sua relação como o modelo social é que se pode precisar a utilidade dos deslocados para o humanitarismo; para Kehl “a insatisfação transforma-se em ressentimento coletivo contar aqueles que representam, ao mesmo tempo, tanto os opressores quanto aos ideais com os quais os de baixo se identificam” (KEHL, 2015, p. 291). Precisamos melhor isso quando falamos dessa relação dos de baixo e dos de cima em Gonçalves no capítulo 2 (GONÇALVES, 2001).

A atuação humanitária reserva também um lugar à injustiça, portanto, não está desprovida da manifestação dessa insatisfação entre estes e aqueles, ou seja, entre os opressores com os que querem ajuda, asilo, abrigo, proteção e assistência nos termos humanitários. Por isso que no campo humanitário está aberto ao utilitarismo dos Estados:

Se a elite dominante ocupa o lugar do ideal (nota-se a virada), os membros das classes subalternas interpretam sua própria miséria como fracasso, nessa lógica, é mais fácil culpar os companheiros da mesma condição social (descolados x descolados), vistos como concorrentes, do que questionar as regras do jogo (KEHL, 2015, p. 291).

Enquanto o humanitarismo continua sua faceta ressentida-neural, os descolados vão assumindo os conflitos entre estes de um pedaço de pão para o café até “*una cama por uma noche*” (BRECHT, 1965, p. 59). Essa é a nota-experiencial mais profunda e mais radical, porque é de milhões e milhões de pessoas em todo o mundo deslocadas, e que está sendo protegida e assistida pela ação humanitária global. E desse modo:

---

<sup>55</sup> Em referência a obra *Ressentimento* da escritora, poeta, autora e psicanalista Maria Rita Kehl.

“os injustiçados veem-se como privados de algumas garantias às quais teriam, antecipadamente, direito. Mas é preciso diferenciar os casos em que os injustiçados não foram coniventes com as causas da injustiça que sofreram, nem deixaram prejudicar passivamente” (KEHL, 2015, p. 296).

Isto colocado é possível questionar: como o humanitarismo pode seguir-se outorgando a neutralidade se é da sua natureza ser para injustiçados? O que imediatamente apela para a perspectiva da indiferença, e que já foi mais bem explorada em relação ao mundo da produção da indiferença via a burocracia (HERZFELD, 2016). E a indiferença é expressa por Maria Rita no individualismo, por isso, de maneira breve, se optou por apresentar como a autora entende o ressentimento e o individualismo, e como este está para o humanitarismo.

Na confluência entre a usurpação da experiência-sentido pelo ressentimento-neutralidade esse aparecimento da injustiça tem sua força ainda maior no individualismo, mesmo que os profissionais como Carmem e Mary afirmam que todas as vidas importam, porque elas mesmas disseram que alguns dos pares não são tão humanistas assim, pois “a suposta individualidade dos membros das sociedades modernas assenta-se sobre a pretensão de uma autonomia individual inalcançável para qualquer ser humano” (KEHL, 2015, p. 300). Os profissionais humanitários ao realizar a salvação de um indivíduo operam de fato para os ajustes necessários de um ambiente sem igualdade. Vale recordar a fala de Mary quando disse que ela é imparcial em tudo porque todos merecem o mesmo tratamento. Todavia aos que colaboram mais, ela assume que estes terão mais oportunidades. Essa relação não fecha quando:

A igualdade política que garante a todos os mesmos direitos e oportunidades situa os indivíduos, simbolicamente, em um mesmo patamar e partir do qual cada um se vê como competidor em relação a seus iguais. O pressuposto de uma igualdade simbólica que não faz acompanhar de igualdade de direitos garantidos de fato, aliado à identificação dos mais pobres com os valores das classes abastadas, corroi os laços de solidariedade – única forma de amparo coletivo do indivíduo isolado no seio das grandes massas [...] neste ponto torna-se necessário questionar também a função de amparo identitário de todas as formas de organização de massas – partidos, igrejas, sindicatos (organizações humanitárias) – independente de seu objetivo político manifesto, dito de esquerda ou de direita (KEHL, 2015, p. 301).

A produção das oportunidades segue paralela a da indiferença, mas, em menor escala. E no fundo essa igualdade que deveria garantir direitos e que zela o humanitarismo, encontra um lugar e não se ajusta porque os descolados e sua abjetivação não rompem com essa estrutura da indiferença, mesmo que entidades amparadoras concedam suas pílulas de igualdade assistencial e proteção. Assim, o ressentimento expresso no individualismo tem seu apogeu e num nível melhor nas entidades e pessoas que se organizam humanitariamente com seus

profissionais humanitários, para garantir que essa abjetivação dos deslocados seja contida e sanada só a medida do possível.

Para um desfecho dessa nota-experiencial dos deslocados pareceu justo dizer que dado o percurso do amadurecimento dos princípios humanitários estes estão em permanente avaliação, embora pouco alterado substancialmente. E possam continuar promovendo não obstante a sociedade do risco (BECK, 2010) seja humanística e não esperar que a política humanitária será mais humanada (FASSIN, 2011; RIEFF, 2019) indo mais além da proteção e assistência humanitária que voga entre ser incondicional mais na via altruísta, ou da condicional da estratificação apenas do direito.

## 5.2 PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA DA CONSIDERAÇÃO

Ao considerar a abjetivação da hospitalidade ela apareceu como um ato, como aquele movimento em direção à abertura e à disposição, no mesmo sentido da experiência dos sujeitos deslocados e descolados. É a abertura a disposição que permite a consideração que leva à hospitalidade. Essa como diz Agier (2018), naquele gesto que diz ao outro; você não é meu inimigo.

E tudo, por quê?

Por eu ser judeu. Os judeus não têm olhos? Os judeus não têm mãos, órgãos, dimensões, sentidos, inclinações, paixões? Não ingerem os mesmos alimentos, não se ferem com as mesmas armas, não estão sujeitos às mesmas doenças, não se curam com os mesmos remédios, não se aquecem e refrescam com o mesmo verão e o mesmo inverno que aquecem e refrescam os cristãos? Se nos espartardes, não sangramos? Se não fizerdes cócegas, não rimos? Se nos derdes veneno, não morremos? E se nos ofenderdes, não devemos vingar-nos? Se em tudo o mais somos iguais a vós, teremos de ser iguais também a esse respeito. Se um judeu ofende um cristão, qual é a humildade deste? Vingança. Se um cristão ofender a um judeu, qual deve ser a paciência deste, de acordo com o exemplo cristão? Ora, vingança. Hei de pôr em prática a maldade que me ensinastes, sendo de censurar se eu não fizer melhor do que a encomenda (SHAKESPEARE, 2000, p. 73)

O ato da hospitalidade está unido à possibilidade concreta de reconhecer o outro como alguém que pode ser o meu Outro de mim. Se se perde esta experiência-sentido originária se perde, pois, essa capacidade de hospital. Para além da vingança a cura. Toda hospitalidade é um pouco de hospital. Acaso haveria um ferido que não quisesse ser tratado com benevolência e caridade? O descolado, desenraizado não quer um pouco de segurança e cuidado? Os humanitaristas não esperam cumprir integralmente seu ofício? Essas questões têm um por quê. Elas reafirmam esse desfecho que corre para toda proteção e assistência, e é concreta naqueles

profissionais que tornam o impossível possível. Que tornam a hospitalidade nem condicional ou incondicional encarnadas.

O conceito de *hospitalidade*, diz Derrida, é o que melhor articula o paradoxo da relação entre ética e política. Derrida tem um pé em Kant e outro em Lévinas quando afirmar que a *hospitalidade* é uma espécie de encruzilhada entre uma *Lei incondicional* e as *leis condicionais*. Por Lei incondicional deseja-se entender o comando de uma ordem absoluta, que seria responsável por um estado de abertura prévio, anterior ao nosso controle, a nossa escolha, a nossa liberdade e autonomia. A Lei incondicional não está escrita, mas ela se deixa descrever pela trama da heteronímia, a relação assimétrica de cada um com os seus outros (FARIAS, 2018, p. 123).

Por isso, a escolha do critério da abjetivação da hospitalidade trata-se de uma maturidade social e política em fazer heteronômicos ao horror no terreno humanitário, até mudar as faces desse mesmo horror em iniciativas de consideração. A abjetivação da hospitalidade é entender que existem saídas ao abjeto, não menos desconfortável diante da desgraça, senão porque respeita o outro, dá condições para novos espaços (simbólicos) e conforta porque é um fazer da consideração. Considera o outro e ele considerará a si mesmo. Caminha com ele, experiencia com um ato de consideração. Não autoriza nem deslegitima sua penúria, deixa que ele se expresse. Constituiu o que melhor seria no contexto do lugar e faz espaços de consideração.

Considerar de fato é olhar atentamente, ser delicado, prestar atenção, levar em conta, tratar com cuidado antes de agir e para agir; é a palavra para “tomar em estima”, “fazer caso de”, mas também para o juízo, o direito, o peso, o escrutínio. Ela designa essa disposição em que se conjugam o olhar (o exame, pelos olhos ou pelo pensamento) e o respeito, o escrúpulo, o acolhimento sério daquilo que devemos fazer esforço para manter sob os olhos (MACÉ, 2018, p. 29-30).

A única medida que se pode sobressaltar entre o perfil de um profissional que este sendo lapidado na carne bruta, e que está entre a abjeção e abjetivação carnal dos descolados é a corroboração de que se está considerando outras formas de vida tanto para um como para outro. De fato, a hospitalidade aos estrangeiros, aos deslocados, aos cansados foi gradualmente substituída pelo direito de asilo, de refúgio, de vistos humanitários, de modalidades de residência e vários status, inclusa a sua adjetivação regular se essa pessoa é migrante ou refugiada, sendo estas duas as que melhor respaldam as políticas de controle de fronteiras e, inclui-se nisto a forma de proteção e assistência humanitária.

Mas tudo isso acima faz contraste com o que está no âmbito de uma política-doméstico, do lar, da casa, do singular, do ato de acolher os itinerantes que batem à porta, que

estão nas fronteiras, que são manifestações fronteiriças e importam a hospitalidade da consideração. Tudo bem se nem a condicional ou incondicional sejam um pouco mais ou um pouco menos factível, o que se espera incluso do direito, das políticas públicas, e começando pelos humanitaristas tenha-se aquela boa consideração.

Dessa maneira, tudo quanto já foi descrito do processo da pesquisa, se posto em termos de um contraste humanístico faz jus a acolhida institucional que se alinha às respostas institucionalizadas aos migrantes e refugiados, mas por pouco tempo. Talvez até que em outro lugar do mundo surja novos fluxos humanos buscando consideração sem o interesse institucionalizante do humanitário e seu ressentimento neutral. E será desviada aquela ausência que confere a indiferença, o individualismo a preterição. É considerando que se poderá ampliar essa hospitalidade que considera.

Nos momentos de espera por solidariedade institucional, ainda que seja transitando sob o calor forte de uma assistência à outra em Roraima, encontra-se alento num copo de água oferecido pelo outro ou no prato de comida, ou na noite de chuva uma cama limpa num quarto nos fundos, na cura da saúde física ou da autoestima pela escuta, por meio do apoio concreto material ou afeto. Torna-se ainda hospitaleiro o gesto visível e sensível da sandália para apoiar os pés já machucados pelas longas caminhadas. Essa atuação baseada na consideração não é apenas pessoal, senão humano. É verdade que acontece, mas geralmente a caridade afugenta a consideração. O direito legal separa uns dos outros, e o pior é que sem a consideração apenas emite o juízo de um em detrimento do outro. Os humanitaristas assumem um lugar do herói egóico, ele faz mudanças profundas desde seu altruísmo apenas para salvando alguns, o humanitarismo ser ainda um forte apelo público.

Os espaços onde atuam estes profissionais humanitários são espaços para ou de hospitalidade? Mesmo os institucionalizados ou os abrigos espontâneos, eles desafiam a abjetivação dos itinerantes forçados? O que se sabe pela pesquisa é que a hospitalidade requer essa empatia dolorosa, do outro e do Outro. Assim a hospitalidade é um imperativo volátil em cidades de territórios de *fronteras glocais*, ela é ainda mais exigente que nos grandes centros urbanos ou líneas de fronteira que todos podem parecer apenas mais um. Desse modo, existe aí uma equivalência antropológica, social e política, expressa no que é hospitaleiro e não age com consideração. Essa ambivalência deveria ressaltar as diferenças como um valor da medida em que se possui mais ou menos fator de consideração. No canal do Youtube da editora Tabla, o professor Elhajji ao referir-se à hospitalidade entende que:

os povos que ainda são marcados pela tradição, que ainda são marcados por um comportamento mais agregário, comunitário, onde as pessoas se realizam e produzem um tipo de subjetividade mais coletiva do que individual, esses povos com certeza ainda valorizam mais a hospitalidade, o acolhimento do outro que as sociedades marcadas pelo individualismo, egocentrismo e o consumo material. Porque o consumo material reduz nossa capacidade ou nossa margem de manobra com a alteridade (ELHAJJI, 2020).

O que está em evidência, tratando-se do *não lugar* terreno humanitário para ser praticado por humanitarista, e não apenas para eles para os deslocados, os lavradores-originários, instituições nacionais e internacionais é o desafio da aprendizagem da hospitalidade. Que só foi possível por esse ímã dos deslocamentos de deslocados, e cenário para a experimentação e a experiência. Isso porque os humanos uma hospitalidade da consideração é simples e cheia de complexidades assim como viver. Ao passo que um simples desenho com uma inscrição, e aparentemente sem muito valor pode adquirir significado. Como expressa o relato da professora Caterine de um momento de etnografia humanitária (AGIER, 2011) com base no método dos itinerários:

Cheguei no Refúgio /abrigo no sábado dia 5 de outubro, acompanhada com duas professoras da UFRR. Na entrada tinha um rapaz com computador que filtrava as entradas e checava as carteiras dos refugiados. Foi possível ver o procedimento na saída de um rapaz. Observamos um lugar de estacionamento de bicicletas perto da porta de entrada do refúgio. As casas, tipo contêiner, todas iguais, com teto cinza e paredes bege e o chão de pedrinhas – caminho de cascalho – oferecem, no primeiro olhar, uma paisagem monótona e desértica, quando de repente surge a pequena silhueta de uma criança... Mais tarde, finalizando a visita, reparei um jovem de aproximadamente 16/17 anos que media e desenhavam letras na parede. Me aproximei e falei com ele e os pais dele que estavam olhando o filho trabalhando. Pedi para fotografar e filmar o trabalho dele. Voltei no abrigo dois dias depois e a obra estava terminada (REGINENSI, 2019, p. não paginado).

O que se pode notar é uma reviravolta do olhar. Mas de quê mesmo? O relato acima está cheio de verbos importantes tais como; ver, olhar, falar, aproximar, oferecer, voltar e terminar. A hospitalidade da consideração tem seus verbos. Isto quer dizer que ela está penetrada de movimento. Confira a pintura do jovem.

Figura 21 - O pintor desenha a inscrição: “Brasil um coração que acolhe”



Fonte: (REGINENSI, LEMOS, *et al.*, 2020, p. 337, Boa Vista)

O jovem considerou e esse “ir ver ali, levar em conta os vivos, suas vidas efetivas, [...] levar em conta suas práticas, seus dias” (MACÉ, 2018, p. 28) vai surgindo do inusitado ao comum, do ofício manual à sua expressão mais vital. É essa a reviravolta do olhar humanitário da abjeção que, por sua vez, é absorvida no instante mesmo por outro objetivo, segundo Macé:

Na verdade, o objetivo (será chocante?) não é singularizar cada vida perdida. É quase o contrário: experimentá-la como semelhante, isto é, também dessemelhante. E experimentar-nos como semelhantes-dessemelhantes. Contemporâneos, interdependentes, iguais, devendo sê-lo. Se *toda vida é insubstituível* (e ela é), não exatamente porque é única (mesmo que evidentemente o seja), *é porque é igual e deveria sempre ser tida como tal* (MACÉ, 2018, p. 31. grivo nosso).

Assim a proteção e a assistência humanitária chegam na sua estupenda expressão que é de uma abjetivação avassaladora “é uma ressurreição que passou pela morte (do ego). É uma alquimia que transforma a pulsão da morte em um início de vida, de nova significância”<sup>56</sup> (KRISTEVA, 1982, p. 15). Essa nova significância que pode ser dita segundo Macé:

As vidas vividas sob condições de imensa indigência, imensa destruição, imensa precariedade, têm, sob essas condições de imensa indigência, imensa destruição e imensa precariedade, de ser vividas, cada uma delas é atravessada em primeira pessoa, e todas devem encontrar os recursos e as possibilidades de reformar um cotidiano: de preservar, experimentar, erguer, melhorar, tentar, chorar, sonhar *até* um cotidiano: essa vida, esse vivo que se arrisca na situação política que lhe é imposta (MACÉ, 2018, p. 32).

<sup>56</sup> “*Abjection is a resurrection that has gone through death (of the ego). It is an alchemy that transforms death drive into a start of life, of new signifiante*” (KRISTEVA, 1982, p. 15).

Neste caso, não se trata de exaltar a desgraça para depois vir surgir a significada e com valia vida, tão pouco “resignar a elas – e a porta estreita, pois se deve dizer que nesses assuntos às vezes há muita complacência, algo como um turismo humanitário” (MACÉ, 2018, p. 60) nem o jovem e menos ainda a professora assume uma postura de turistas do horror, que por sua vez, teriam nos humanitaristas os roteiristas e guias da desgraça. A assistência e proteção humanitária baseadas na consideração vão além, e está ainda em construção do mesmo e permanente o profissional humanitário, pois ele está diante dessas multiplicidades de vidas descoladas, e até que se consiga na trilha do humanitarismo ampliar essas subjetividades coletivas da consideração (ELHAJJI, 2020), muito esforço e colaboração serão necessárias enquanto perdura em maior escala a emergência, aquele sempre imediato e do socorro das respostas humanitárias.

## 6. CONSIDERAÇÕES SOBRE O DESFECHO DESTE ITINERÁRIO

Para desfecho deste itinerário, fez-se sob três marcos. O primeiro em relação aos desvios no caminho, isso significa que merecem um cuidado e atenção em futuros projetos de pesquisa. O segundo, sobre a experiência sentido no percurso com base na nossa própria vivência, com o entendimento que o bom trato aos desafios da pesquisa é uma valia. E terceiro, os propositivos na condição de recomendações acerca dos resultantes desse percurso. Essa opção se dá em especial ao fato que ao final de cada capítulo forma sendo feito aportes, considerações ao modo de pré resultados sempre abrindo para o seguinte.

Entre os desvios mais significativos e que tudo abarca e afeta foi (está sendo ainda em abril de 2021) a pandemia da COVID 19 no Brasil e no mundo. Ela não apenas inferiu nos desdobramentos que implicou um limite na atividade de campo, senão em todos os âmbitos, como o contato com as pessoas a serem entrevistadas, a dinâmica da vida acadêmica, o tempo emocional e intelectual dividido entre o que deveria ser feito enquanto mergulhado nessa hecatombe viral que, no Brasil, sua pior faceta deve-se a falta de uma articulação coordenada, facilitada pelo Governo Federal que não a fez até momento com a seriedade devida. Inúmeras vezes, o desafio da elaboração do texto, da escuta de pessoas sobre sua atividade humanitária foi possível perceber que já existe um humanitarista e experiências antes e depois da COVID 19.

A COVID 19 inferiu um desvio inesperado, ora, diretamente aos sujeitos da pesquisa, ora com o pesquisador. Os vários casos familiares, o mais expressivo deles com meu irmão no final de março de abril de 2021, exatamente quanto este trabalho já deveria ter sido finalizado. Não é possível distanciar-se a ponto que é como se a doença estivesse lá, bem distante, alguém de todos e tudo. Ao contrário, o mundo configurou-se em outra face, as pesquisas exigiram ajustes no esforço de algum tipo de normalidade. Ainda assim, desvencilhar-se de tudo, não fora possível. Quando pareceu muito acentuado esse desvio foi preciso uma parada, e com ela, os reparos necessários e suficientes – ainda que possam ter causado algum limite aos resultados – para não perder aquele vigor originário para pesquisar e em relação ao objeto deste trabalho.

Entre os elementos desviantes considerou-se a mudança de cidades, uma coisa era a vida diretamente no ambiente do terreno onde está ocorrendo a vida e a resposta humanitarista, no caso Roraima, precisamente em Boa Vista. Mas, por outro lado, a mudança para outro Estado e em meio a pandemia exigiu outros esforços, muitos outros esforços. Antes, estava com a cotidianidade aberta ao tempo do estudo, da leitura e exclusivo a pesquisa; dividir o tempo entre

numa atividade laboral que é de assistência e proteção para pessoas migrantes, solicitantes de refúgio e refugiados não foi uma tarefa das mais fáceis.

Alguns momentos da experiência de investigar causou sofrimento estar entre essas histórias dos dias das pessoas humanitárias e o estudo sobre história do humanitarismo, operar na coordenação de equipes no trabalho e apoiar respostas para ações com pessoas migrantes e refugiadas. Junta-se a isto ter realizado um curso inteiro de 120 horas sobre Humanitarismo e Planejamento para respostas humanitárias, na modalidade remota, e em outra língua. Em algum momento era como se estivesse ao mesmo numa viagem que não terminará, mas também como se tivesse sido uma maneira de aprontar-se melhor para continuá-la.

Merece ser dito o risco de um desvio na eleição do método da escuta dos humanitaristas, está certo de que o método dos itinerários permite certo grau de ajustes, mas ao fato de terem sido realizadas as caminhadas diretamente no campo, é um desvio que fora observado. Mas preferiu-se assumir esse risco acomodando e dando o melhor para que fosse possível uma caminhada com base nas vivências de ambos os participantes, a saber, dos humanitaristas e do pesquisador. Não fora o bom conhecimento e o tempo de vivido nesse campo da resposta teria sido inviável a opção pelo método. Assim que quê muito foi apreendido e os resultados mostram que na gênese do método, o aparecimento do espaço em conforme com os olhos e a vida de quem partilha ficou bem colocado.

No exame de qualificação foram solicitadas entrevistas diretamente com ao menos três pessoas, todavia depois de ter realizada a *caminhada-en-línea* de duas pessoas, no contexto pessoal e coletivo pandêmico não se seguiu para a terceira. Uma pulsação tão extraordinária de vida dos que já tinham sido ouvidos que fora suficiente. Mais que o número das experiências era saber se nelas continuam esse teor de experiência em si. Mas não deixa de ser um desvio, ainda que tenha esse atributo de desvio socioafetivo em relação ao tema da pesquisa. Que por ter assumido, confere uma honestidade pessoal e com o objeto da pesquisa importante, enquanto não ir além do que o tempo pessoal e o calendário dispuseram.

E por fim, considera-se um desvio as quantas vezes foram necessárias acomodar o melhor possível à experiência que é ao mesmo tempo da *práxis e da teoria*. O trabalho no seu todo poderia ter sido apenas um percurso teórico ou um ou dois estudos de caso no melhor dos cenários. Mas realizados, nota-se que mais elementos foram tornando essa acomodação o melhor possível. Se não fora essa exigência latente esse trabalho certamente teria perdido sua característica multidisciplinar, pois, o resultante a essa unidade entre a *práxis* e a teoria é que se precisa ler mais, elaborar mais mapas mentais teóricos e como se adequam nesse contexto da prática e, sobretudo, zelar para que expressem da melhor maneira e não cair num isto ou

aquilo. Cuidados a serem feitos assumidos, o itinerário manteve-se em qualidade epistêmico e prático muito bons.

Antes da vivência da experiência-sentido nossa, invertendo a proposta inicial, se colocará as recomendações que advém do itinerário e dos cuidados já assumidos durante ele. A primeira recomendação é de investir mais tempo sobre novos métodos de pesquisa e em metodologias que permitam trazer à tona o que é relevante, e merece destaque, devida sua força de transformação. Neste caso, o método dos itinerários foi uma descoberta e sem dúvida transformar-se-á numa ferramenta importante para se aprofundar em processos futuros. Isso significa na prática, melhorar os termos inclusive em que ele pode ser utilizado na sua forma virtual, assim como se fez. E quiçá seja aporte para pesquisas novas em termos de uma etnografia humanitária.

Uma segunda recomendação advém do uso de técnicas que se usou qualitativas – método dos itinerários –, e quantitativas – questionário semiestruturado. Sem dúvidas esse esforço realizado requer que se aprofunde essas duas perspectivas, sem que por um lado a amostra recaia num dado que expresse em termos percentuais maior relevância que aos de qualidade, e possam ter ambos uma mesma envergadura para esta e nas pesquisas futuras. Isso é um desafio considerando o fato da nossa formação inicial ser em Filosofia, já que se tende assumir características em pesquisa mais teórico-epistêmicas, no melhor dos casos, que objetáveis. A pesquisa mostrou que é possível continuar esse esforço, se juntando a tantos outros pesquisadores, e tendo aqui um início disto.

Válida recomendação é manter o esforço de estudos interdisciplinares. Desde essa pesquisa realizada espera-se avançar em outras pesquisas sobre o ponto de vista do profissional humanitário, pois ele opera de fato até que se alcance a concretude desse fenômeno da abjetivação da hospitalidade. E não é um perigo dizer que após esse itinerário os humanitaristas podem aportar elementos suficientes à epistemologia da hospitalidade, tanto quanto para a epistemologia das fronteiras, esta que já possui muitos elementos, não seria mal que possa abarcar esse modo de pensar e agir que a todos envolve das fronteiras dos terrenos humanitários. Certamente, esses dois anos de leituras, de descobertas, de escrita e de debates sobre os dois temas, hospitalidade e fronteiras são sustentáveis diante do resultado deste trabalho.

E, por fim, as experiências-sentido nossas!

Não seria mentira dizer que não se tem muito a escrever sobre, porque a pesquisa é uma tarefa tão laboriosa, esgotante que chega à vida total de um pesquisador, e não é por tudo que envolve de método, textos, avaliações, transcrições de dados. Quanto mais o objeto for caro, mais energia se gasta, vida se entrega e para muitos, crítico se deverá ser. A natureza do

que é crítico é que aquilo que merece crítica, muitas vezes tem importância ao que critica. Quer dizer que criticar não é um mal dizer como a muitos parece. A crítica é o que bem melhor mostra o nível de paixão – experiência – entre o objetivo e o pesquisador.

A atividade humanitária é cansativa e está bem-dito isso. Mas a experiência-sentido a quem servirá? Terá alguma utilidade? Mudará alguma coisa? Poderá servir de referência em algum momento? Não. Elas podem se cruzar em linhas de vidas de outras vidas, construir prospectos à mesa diante de várias experiências-sentido de eclodir até mesmo em tratados e políticas de integração, acolhida e quem saber daquela cidadania global. Mas ainda assim não serão uteis por muito tempo, porque unívocas elas precisam de novo serem revisitadas, trazidas à tona as mais recentes e com um olhar no vivido, confiantes do que se vive no presente, e ousar uma prática humanitária da hospitalidade da consideração até o seu mais alto grau, de ser humanizante para todos que dela se aproximarem, algo dela esperarem e ela vivenciarem.

Nossa experiência-sentido só pode ter sua maior expressão neste tripé da política, da ética e da estética que pude ter a honra de ser introduzido neles no Seminário realizado em junho de 2019 na Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, organizado pela embaixada da França, e o programa de pós-graduação em Museu da Casa. Depois desse itinerário a mesma trilogia pode numa pesquisa futura, se desenvolver quiçá numa Etnografia Humanitária da Hospitalidade: entre a política, a ética e estética. Afinal foi desde essa iniciação que essa viagem logrou, no signo de uma experiência-sentido, deixar marcas profundas até o ponto de tornarem-se aprendizagens para toda uma vida.

## REFERÊNCIAS

- ACNUR. **Atuação do ACNUR junto às redes locais em apoio à população indígena Warao no sudeste e sul do Brasil:** boas práticas e lições aprendida. 1ª. ed. São Paulo: [s.n.], 2021. 25 p. Disponível em: <[https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2021/05/210531\\_ACNUR\\_RelatorioWarao.pdf](https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2021/05/210531_ACNUR_RelatorioWarao.pdf)>. Acesso em: 25 jul 2021.
- ACNUR BRASIL. **RESPOSTA À COVID-19.** Agência da ONU para os Refugiados. [S.l.], p. 1-5. 2020.
- ACNUR, B. ACNUR, Brasil. **Site do Alto comissariado das Nações Unidas para Refugiados, 2020.** Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/>>. Acesso em: 7 set 2020.
- AGIER, M. **Gérer les indésibles:** Des camps de réfugiés au gouvernement humanitaire. 1ª. ed. Paris: Flammarion, 2008. 350 p.
- AGIER, M. **Antropologia da cidade:** lugares, situações, movimentos. São Paulo: Terceiro Nome, 2011.
- AGIER, M. L'étranger qui vient. Repenser l'hospitalité. **College de France, 2018.** Disponível em: <<https://www.college-de-france.fr/video/colloque-2016/2016/entretien-agier-colloque-rentree-2016.mp4>>. Acesso em: 04 abr 2021.
- AGIER, M. A. **MANAGING THE UNDESIRABLES. REFUGEE CAMPS AND HUMANITARIAN GOVERNMENT.** Tradução de David Fernbach Fernbach. 1ª. ed. Maiden: [s.n.], 2011. 268 p. Disponível em: <[http://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins\\_textes/divers20-10/010079598.pdf](http://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/divers20-10/010079598.pdf)>. Acesso em: 13 jan 2021.
- ALBUQUERQUE, C. Deutsche Welle. **Deutsche Welle, 14 abr. 2018.** Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/cronologia-da-guerra-na-s%C3%ADria/g-42773141>>. Acesso em: 21 jul 2020.
- ALTURE, M. B. Experiência Migratoria Compartida. In: OLIVEIRA, M. M. D.; DIAS, M. D. G. S. **Coletânea Interfaces da Mobilidade Humana na Fronteira Amazônica.** 1ª. ed. Boa Vista: UFRR, v. 2, 2020. p. 231.
- ANDRADE, M. D. Uma excursão ao Rio Amazonas. In: ANDRADE, M. D. **O Turista Aprendiz.** Brasília: Iphan, 2015. p. 464. Entrevista no Diário Nacional; São Paulo, 20 de agosto, 1927 (Arquivo Mário de Andrade, IEB-USP).
- ANDRADE, M. D. Viagens pelo Amazonas até o Peru, pelo Madeira até a Bolívia e por Marajó até dizer chega - 1927. In: ANDRADE, M. D. **O Turista Aprendiz.** Brasília: Iphan, 2015. p. 464.
- ARENDT, H. **Origens do totalitarismo.** Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- ARENDT, H. **Nós, os refugiados.** Tradução de Ricardo Santos. 1ª. ed. Covilhã: LusoSofia, 2013. 20 p. Disponível em: <[https://hannaharendt.files.wordpress.com/2018/05/20131214-hannah\\_arendt\\_nos\\_os\\_refugiados.pdf](https://hannaharendt.files.wordpress.com/2018/05/20131214-hannah_arendt_nos_os_refugiados.pdf)>. Acesso em: 11 ago 2019.
- ARMIÑO, K. P. **Diccionario de Acción Humanitaria y Cooperación al Desarrollo.** [S.l.]: [s.n.], 2000. Disponível em: <<https://www.dicc.hegoa.ehu.eus/>>. Acesso em: 20 jun 2020.
- AUGÉ, M. **Não lugares:** Introdução a uma antropologia da supermodernidade. Tradução de Maria Lúcia Pereira. 9ª. ed. Campinas: Papirus, 2012. 111 p.

BAUMAN, Z. **Estranhos à Nossa Porta**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2017. 1-119 p.

BECK, U. **Sociedade de Risco**: Rumo a uma outra modernidade. Tradução de Sebastião Nascimento. 1ª. ed. São Paulo : 34, 2010. 384 p.

BENCHIMOL, S. I. **Amazônia**: Formação Social e Cultural. 1ª. ed. Manaus: Valer, 1999. 480 p.

BENJAMIN, W. **Experiência e pobreza**. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. [S.l.]: [s.n.], 1933. 3 p. Disponível em: <<https://bibliotecasocialvirtual.files.wordpress.com/2010/06/walter-benjamin-experiencia-e-pobreza.pdf>>. Ensaio obtido em Walter Benjamin – Obras escolhidas. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura. Prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 114-119.

BETTO, F. Dez conselhos para os militantes de esquerda. **Sindicato dos Bancários de Brasília**, Brasília, 11 nov 2015. Disponível em: <<https://bancariosdf.com.br/portal/frei-betto-dez-conselhos-para-os-militantes-de-esquerda/>>. Acesso em: 08 jan 2021.

BÍBLIA. **Primeira Carta aos Coríntios 3, 9**. Tradução de Paulo Bazaglia. 1ª. ed. São Paulo: Paulus, v. Nova Bíblia Pastoral, 2014. 1543 p.

BÍBLIA, N. P. **Evangelho de Lucas 10, 25-37**. Tradução de Paulo Bazaglia. São Paulo: Paulus, 2014. 1268-1269 p.

BÍBLIA. **Evangelho de São João 15, 1**. Tradução de Pedro Lima Vasconcellos. São Paulo: Paulus, v. Nova Bíblia Pastoral, 2014. 1543 p.

BONDÍA, J. L. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, jan./abr 2002. 20-28. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n19/n19a02.pdf>>. Acesso em: 12 jan 2020. Tradutor, João Wanderley Geraldi.

BOTELHO, A. A viagem de Mário de Andrade à Amazônia: entre raízes e rotas. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, 2013. 15-50. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rieb/n57/02.pdf>>. Acesso em: 15 nov 2019.

BRASIL. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 26, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019. **Imprensa Nacional**, Brasília, 9 dez. 2019. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/web/dou/-/instrucao-normativa-n-26-de-6-de-dezembro-de-2019-232131592>>.

BRECHT, B. **Poemas y canciones**. Tradução de Jesús López Pacheco e Vicente Romano. Frankfurt: Suhrkamp Verlag, 1965. 174 p. Disponível em: <[http://resistir.info/livros/brecht\\_poemas\\_y\\_canciones.pdf](http://resistir.info/livros/brecht_poemas_y_canciones.pdf)>. Acesso em: 18 jan 2021. El libro de bolsillo Literatura Alianza Editorial.

BUTLER, J. **Vida precária**: Os poderes do luto e da violência. Tradução de Andreas Lieber. 1ª. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. 9-185 p.

CAMPOS, C.; PINTO, F.; BARBOSA, R. I. **O Lavrado de Roraima: importância biológica, desenvolvimento e conservação na maior savana do bioma Amazônia**. Ministério da Ciência e Tecnologia Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Boa Vista, p. 7. 2008.

CARDOSO, P.; OLIVEIRA-BORGES. Mapa de Trechos de Frontera Glocal em Roraima. In: MOREIRA, E. S.; REPETTO, M.; TEIXEIRA, S. **DIÁLOGOS CRÍTICOS SOBRE SOCIEDADE E ESTADO**: Reflexões Desde o Projeto de Cooperação Acadêmica na Amazônia. 1ª. ed. Boa Vista: Univesidade Federal de Roraima, v. 1, 2020. p. 318.

CÁRITAS BRASILIERA. **Diretrizes, políticas e procedimentos da Caritas Internationalis**. 1ª. ed. Brasília: Cáritas, 2015.

CARMEM, H. **Carmem e o vigor das lembranças**. Pesquisa Abjetivação da Hospitalidade em Proteção e Assistência Humanitária realizada de outubro de dois mil e vinte a abril de 2021, junto ao Programa de Pós-graduação em Sociedade e Fronteira, da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Boa Vista. 2021. Entrevistada por Lemos, Marcelo Atonio, 11 abr 2021.

CAVALCANTE, M. L. V. D. C. Drama, ritual e performance em Victor Turner. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v.03.06, nov 2013. 411– 440. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sant/v3n6/2238-3875-sant-03-06-0411.pdf>>. Acesso em: 18 dez 2019.

CAVEDON-CAPDEVILLE, F. D. S. Climática e dos Desastres e Crises Humanitárias: as contribuições da Agenda 2030 para a Humanidade como forma de humanitarismo. In: JUBILUT, L. L.; LOPEZ, R. D. O.; GARCEZ, G. S. F. A. P. **Direitos Humanos e Vulnerabilidade e o Direito Humanitário**. Boa Vista: Universidade Federal de Roraima, v. 1º, 2019. p. 1-1051. Disponível em: <<https://ufr.br/editora/index.php/editais?download=421>>. Acesso em: 08 mar 2021.

CERTEAU, M. D. **A Invenção do Cotidiano: 1 Artes de fazer**. Tradução de Ephaim Ferreira Alves. 3ª. ed. Petropolis: Vozes, 1998. 1-313 p.

CHICET, C. Tendencias en La Financiación Humanitaria Internaciona en el contexto de la pandemia generada por la Covid-19. In: CONFLICTOS, I. D. E. S.; FONTERAS, M. S. **La acción humanitaria en 2029-2020: Una agenda condicionada por la pandemia**. Madri: [s.n.], 2020. p. 117. Disponível em: <<https://iecah.org/media/TENDENCIAS.pdf>>. Acesso em: 31 dez 2020.

CLARK, W. **Waging Modern War**. Oxford: Public Affairs, 2002. 421-426 p.

COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA. Sobre o Comitê Internacional da Cruz Vermelha. **Site d0 Comitê Internacional da Cruz Vermelha**, 2017. Disponível em: <<https://www.icrc.org/pt/document/principios-fundamentales-do-movimento-internacional-da-cruz-vermelha-e-do-crescente-vermelho>>. Acesso em: 8 maio 2020.

COMITÉ PERMANENTE ENTRE ORGANISMOS. **Manual de género para acción humanitaria**. 2ª. ed. [S.l.]: [s.n.], 2017. 396 p.

CONNECTAS DIREITOS HUMANOS. Sobre a Empresa: Conectas Direitos Humanos. **Site da Conectas Direitos Humanos**, 2019. Disponível em: <<https://www.conectas.org/noticias/grupo-de-lima-se-reune-na-colombia-para-discutir-acolhida-de-venezuelanos>>. Acesso em: 27 abr 2021.

CORA CORALINA, A. L. D. G. P. B. **Os Meninos Verdes**. 12ª edição. ed. São Paulo : Global Editora, 2007.

CORTINA, A. **Aporofobia, el rechazo al pobre: un desafío para la democracia**. 1ª. ed. Buenos Aires: Paidós, 2017. 200 p.

COSTA, S. Sobre a empresa: Universidade do Vale dos Sinos. **Instituto Humanitas Unisinos**, 18 dez 2019. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/595252-convivialidade-caminhar-em-direcao-a-outros-conhecimentos-outros-mundos-entrevista-especial-com-sergio-costa>>. Acesso em: 5 maio 2021.

COURTINE-DENAMY, S. Arendt e o imperativo de estar presente. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos On-line (IHU)**, São Leopoldo, 06 nov 2006. não paginado. Disponível em: <<http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/624-sylvie-courtine-denamy>>.

DAMATTA, R. **Carnavais, heróis e malandros: para uma sociologia do dilema brasileiro**. 6ª. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. 350 p.

DAVEY, E. D.; BORTON, J.; FOLEY, M. **A history of the humanitarian system Western origins and foundations**. London: Overseas Development Institute, 2013. 49 p.

DAWSEY, J. C. **Victor Turner e antropologia da experiência**. 13. ed. São Paulo: [s.n.], 2005. 163-176 p. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/50264>>. Acesso em: 7 nov 2020.

DERRIDA, J. **O animal que logo sou (A seguir)**. Tradução de Fábio Landa. 2ª. ed. São Paulo: Unesp, 2011.

DERRIDA, J.; DUFOURMANTELLE, A. **Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar da Hospitalidade**. Tradução de Antonio Rotnane. São Paulo: Escuta. 1ª. ed. São Paulo : Escuta , 2003. 135 p.

DOUGLAS, M. **Purity and Danger**. 1ª. ed. London: Henley, 1969. 121 p.

DOUZINAS, C. As muitas faces do humanitarismo. **Direito & Práxis**, Rio de Janeiro, v. 06, n. 11, p. 375-424, 2015. Acesso em: 2021. Versão original: The many faces of Humanitarianism, publicação em PARRHESIA NUMBER 2, 2007, pp 1-28. Tradução para o português Vestena, Carolina Alves; Matos, Helena Ferreira.

DUFOURMANTELLE, A. Convite. In: DERRIDA, J. **Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar Da Hospitalidade**. Tradução de Antonio Romane e Paulo Ottoni. 1ª. ed. São Paulo: Escuta, 2003. p. 144.

ELHAJJI, M. A. Hospitalidade é cultural? Conversa com Mohammed Hajji. **Youtube**, 2020. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?time\\_continue=2&v=2eq5P0OoXKA](https://www.youtube.com/watch?time_continue=2&v=2eq5P0OoXKA)>. Acesso em: 07 abr 2021.

ESCOLA BRITANNICA. Britannica Escola. **Encyclopædia Britannica**, 2013. Disponível em: <<https://escola.britannica.com.br/artigo/Cruz-Vermelha-e-Crescente-Vermelho/482341>>. Acesso em: 8 set. 2020.

FARIAS, A. B. D. **Poéticas da hospitalidade: ensaios para uma filosofia do acolhimento**. 1ª. ed. Porto Alegre: Zouk, 2018. 152 p.

FASSIN, D. **Humanitarian reason: a moral history of the present**. Tradução de Rachel Gomme. 1ª. ed. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, v. 1, 2011.

FASSIN, D. Compaixão e Repressão: A Economia Moral das Políticas de Imigração na França. **OpenEdition Journals**, 30 set 2014. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/pontourbe/2467>>. Acesso em: 12 dez 2020.

FASSIN, D. **Por una repolitización del mundo: Las vidas descartables como desafío del siglo XXI**. 1ª. ed. Buenos Aires: Siglo XXI, 2018. 229 p.

FAUSTO, C. Of enemies and pets: warfare and shamanism in Amazonia. **American Ethnologist**, 26, 1999. 933-956.

FERREIRA, J. T. O Humanitário no Centro das Emoções: uma leitura crítica. **INTERSEÇÕES**, Rio de Janeiro, v. 19, p. 61-76, jun 2017. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intersecoes/article/view/30395/21367>>. Acesso em: 05 abr 2021.

FONSECA, V. Amazônia Real. **Amazônia Real**, 18 dez 2019. Disponível em: <<https://amazoniareal.com.br/o-rastro-de-destruicao-de-belo-monte/>>. Acesso em: 4 jan 2021. Publicação In memoriam.

GOETHE, J. W. V. **Fausto**. Tradução de Tradução António Feliciano de Castilho. [S.l.]: Classicos Jackson, v. Vol. 15, 1956. 358 p.

GOLDENBERG, M. **A arte de Pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. 14ª. ed. Rio de Janeiro: Record LTDA, 2015. 111 p.

GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001. 178 p.

GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA. Governo de Roraima. **http: //www.rr.gov.br/**, 2019. Disponível em: <[HAJE, L. Deputados de Roraima pedem ao governo solução para desenvolvimento do estado. \*\*Correio do Brasil\*\*, Rio de Janeiro , 27 out 2011. 1. Disponível em: <<http://correiodobrasil.com.br/deputados-de-roraima-pedem-ao-governo-solucao-para-desenvolvimento-do-estado/319830/>>. Acesso em: 15 nov 2019.](http://www.rr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=31:governadores-da-amazonia-#:~:text=O%20amarelo%20(na%20estrela)%2C,representa%20o%20estado%20de%20Roraima.></a>>. Acesso em: 14 nov 2020.</p>
</div>
<div data-bbox=)

HAMMOND, L. ' I. O poder de manter o humanitarismo refém e o mito dos princípios de proteção. In: BARNETT, M. E. W. T. G. **Humanitarismo em questão: política, poder, ética**. London: Ithaca: Cornell University Press, 2008. p. 172-195. Disponível em: <<https://eprints.soas.ac.uk/id/eprint/5213>>. Acesso em: 12 jul 2020.

HAN, B.-C. **Sociedade do cansaço**. Tradução de Enio Pualo Giachini. 2ª ampliada. ed. Petrópolis: Vozes, 2017. 128 p.

HEIDEGGER, M. **A questão da técnica**. Tradução de Emmanuel Carneiro Leão; Gilvam Fogel e Márcia de Sá Cavalcante Schuback. Ensaios e conferências. ed. Petrópolis : Vozes, 2012. 269 p.

HERZFELD, M. **Produção Social da Indiferença: Explorando as raízes simbólicas da burocracia ocidental**. 1ª. ed. Petrópolis: Vozes, v. I, 2016. 208 p.

IBGE. Agência IBGE de Notícias. **Agência IBGE de Notícias**, 16 jul 2020. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28285-pnad-educacao-2019-mais-da-metade-das-pessoas-de-25-anos-ou-mais-nao-completaram-o-ensino-medio>>. Acesso em: 04 abr 2021.

IGNATIEFF, M. Empire Lite. **Prospect**, London, fevereiro 2003. 01-13. Disponível em: <<https://www.prospectmagazine.co.uk/magazine/empirelite>>. Acesso em: 04 fev 2021.

INGOLD, T. **Estar Vivo: Ensaios do movimento, conhecimento e descrição**. Tradução de Fábio Creder. 1ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2015. 390 p.

INGOLD, T. **Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição**. Tradução de Fábio Creder. Petrópolis : Editora Vozes Limitada, 2015. 373 p. Parte II.

JAROSCHINSKI SILVA, J. C.; BÓGUS, L. M. M.; SILVA, S. A. G. J. Os fluxos migratórios mistos e os entraves à proteção aos refugiados. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, 34, n. 1, abr 2017. 15-30. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-30982017000100015&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982017000100015&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 14 nov 2020.

KAFKA, F. **O Castelo**. Tradução de Modesto Carone. 1ª. ed. São Paulo : Companhia de Bolso , 2008. 488 p.

KANT, I. **A Paz Perpétua. Um Projecto Filosófico**. Tradução de Artur Morão. Textos Clássicos de Filosofia. ed. [S.l.]: Universidade da Beira Interior, 2008. 52 p. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/kant/1795/mes/paz.pdf>>. Acesso em: 21 nov 2020.

KEHL, M. R. **Ressentimento**. 2ª. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2015. 346 p.

KOBO TOOLBOX, 2020. Disponível em: <<https://kobo.humanitarianresponse.info/accounts/register/#/>>. Acesso em: 9 set. 2020.

KOPENAWA, D.; ALBERT, B. **A queda do céu: Palavras de um xamã yanomami**. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. 1ª. ed. São Paulo : Companhia das Letras, 2015. 729 p.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 1ª. ed. São Paulo, 9ª reimpressã.: Companhia das Letras, 2019. 1-85 p.

KRISTEVA, J. **Powers of Horror: an essay on abjection**. 1ª. ed. Nova York: Columbia University Press, 1982. 229 p.

KRISTEVA, J. **Estrangeiros para nós mesmos**. Tradução de Maria Carlota Carvalho Gomes. 1ª. ed. Rio de Janeiro: [s.n.], 1994. 208 p.

KRISTEVA, J. **Meu alfabeto: Ensaios de literatura, cultura e psicanálise**. Tradução de Adriana Zavaglia. 1ª. ed. São Paulo: Sesc, v. I, 2017. 160 p.

KROEFF, R. F. D. S.; GAVILLON, P. Q. G.; RAMN, L. V. Diário de Campo e a Relação do(a) Pesquisador(a) com o Campo-Tema na Pesquisa-Intervenção. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 2, 2020. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/52579/34210>>. Acesso em: 29 abr 2021.

LARROSA, J. **Tremores: escritos sobre experiência**. Tradução de Cristina Atunes e João Wanderley Geraldi. 1ª. ed. Belo Horizonte: Autêntica , 2019. 175 p.

LÉXICO, P. O. 7Graus. **7Graus**, 2009. Disponível em: <<https://www.lexico.pt/nota/>>. Acesso em: 20 dez 2020.

LIMA, I. B. D. Roraima e a Integração da Amazônia Setentrional: contexto, perspectivas e desafios de um Estado com identidade e papel regional em consolidação. **Territorial - Caderno Eletrônico de Textos**, 2, n. 3, 01 set 2012. Disponível em: <<https://www.cadernoterritorial.com/news/roraima-e-a-integra%C3%A7%C3%A3o-da-amazonia-setentrional%3A-contexto,-perspectivas-e-desafios-de-um-estado-com-identidade-e-papel-regional-em-consolida%C3%A7%C3%A3o-ismar-borges-de-lima/>>. Acesso em: 21 aet 2020.

LIRA, P. S. **Geografia do crime e arquitetura do medo: uma análise dialética da criminalidade violenta e das instâncias urbanas**. 2ª. ed. Rio de Janeiro : Letra Capital, 2017. 183 p.

MACÉ, M. **Siderar, considerar: migrantes, formas de Vida**. Tradução de Marecelo Jacques de Moraes. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2018. 68 p.

MALDONADO-TORRES, N. El arte como territorio de re-existencia: una aproximación decolonial. **Iberoamérica Social: revista-red de estudios sociales VIII**, p. 26 - 28, 12 jul 2017. Disponível em: <<https://iberoamericasocial.com/arte-territorio-re-existencia-una-ap>>. Acesso em: 14 out 2020.

MARCOS, F. R. Instituto de Estudos Sobre Conflito e Ação Humanitária. **Site do IECAH**, 2020. Disponível em: <<https://www.iecah.org/index.php/articulos/3705-accion-humanitaria-enfoque-derechos>>. Acesso em: 31 dez 2020.

MARCOS, F. R.; CURREA-LUGO, V. **Estado actual del debate y de la práctica humanitaria**. Tradução de Nevil Rogers. 1ª. ed. Barcelona: MSF-E, 2001. Disponível em: <[http://www.bivipas.unal.edu.co/bitstream/10720/542/1/PS-213-Rey\\_Francisco-2001-Sep-310.pdf](http://www.bivipas.unal.edu.co/bitstream/10720/542/1/PS-213-Rey_Francisco-2001-Sep-310.pdf)>. Acesso em: 14 nov 2020.

MARTON, S. Friedrich Nietzsche por Scarlett Marton. **Youtube**, 05 set 2016. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=5L2K6HKrEyA&feature=emb\\_logo](https://www.youtube.com/watch?v=5L2K6HKrEyA&feature=emb_logo)>. Acesso em: 06 jan 2021.

MARY, H. **Mary, no mundo como a vida é**. Pesquisa Abjetivação da Hospitalidade em Proteção e Assistência Humanitária realizada de outubro de dois mil e vinte a abril de 2021, junto ao Programa de Pós-graduação em Sociedade e Fronteira, da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Boa Vista. 2021. Entrevistada por Lemos, Marcelo Antonio, 12 abr 2021.

MINISTÉRIO DA SAUDE. Coronavírus Brasil. **Site do Ministério da Saúde do Brasil**, 2020. Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br/>>. Acesso em: 9 ago. 2021.

MOREIRA, P.; PÊGO, B. **Imigração Venezuela-Roraima: Evolução, Impactos e Perspectivas**. Brasília: IPEA Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada, 2021. 58 p. Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio\\_institucional/201101\\_ri\\_213611.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/201101_ri_213611.pdf)>. Acesso em: 12 jan 2021.

OCHA, C. D. A. H. <https://centre.humdata.org/>. **Humdata**, 2020. Disponível em: <<https://centre.humdata.org/>>. Acesso em: 7 set 2020.

OIM, O. I. P. A. M. **Direito Internacional da Migração: Glossário das Migrações**. [S.l.]: Organização Internacional para as Migrações, 2009. Disponível em: <<https://publications.iom.int/system/files/pdf/iml22.pdf>>. Acesso em: 25 jul 2021.

OLIVEIRA, M. M. D. **Dinâmicas Migratórias na Amazônia Contemporânea**. 1ª. ed. São Carlos: Scienza, 2016. 304 p.

OLIVEIRA, M. M. D.; SARMENTO, G.; VALERIO, J. Perfil Migratório Venezuelano e demandas por Políticas Públicas em Boa Vista. In: OLIVEIRA, M. M.; DIAS SANTOS, M. D. G. **Coletânea Interfaces da Mobilidade Humana na Fronteira Amazônica**. Boa Vista : Universidade Federal de Roraima (UFRR), v. I, 2020. p. 156.

OPAS, O. P. A. D. S. OPAS Brasil. **Site da Paho Corporation**, dez 2019. Disponível em: <[https://www.paho.org/bra/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5848:dez-ameacas-a-saude-que-a-oms-combatera-em-2019&Itemid=875](https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5848:dez-ameacas-a-saude-que-a-oms-combatera-em-2019&Itemid=875)>. Acesso em: 12 jul 2020.

OPERAÇÃO ACOLHIDA. Acolhida. **Acolhida**, 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/acolhida/historico/>>. Acesso em: 27 mar 2021.

PAULMANN, J. **Dilemmas of Humanitarian Aid in the Twentieth Century**. Studies of the German Historical Institute. ed. London: Hardcover, 2016. 215-238 p. Disponível em: <<http://humanityjournal.org/wp-content/uploads/2014/06/4.2-Conjunctures-in-the-History-of-International-Humanitarian-Aid-during-the-Twentieth-Century.pdf>>.

PEIRANO, M. G. **Rituais ontem e hoje**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. 61 p.

PETITEAU, J.-Y.; RENOUX, B. Et l'expérience des itinéraires : itinéraires de dockers à Nantes. **Dockers à Nantes - L'expérience des itinéraires**, Paris, set 2017. 132.

PINHO, J. A. G. D. A herança da bandeira Brasileira: problemas de identidade e auto estima para a construção da nação. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 6, n. 15, p. 159-175, aug 1999. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.1590/S1984-92301999000200013>>. Acesso em: 04 out 2020.

PORTAL DE DADOS OPERACIONAIS, A. **Plano de Resposta a Refugiados e Migrantes 2020**. Agências do sistema ONU e organizações da sociedade civil para o ano de 2020. [S.l.], p. 177. 2020.

PORTO-GONÇALVES, C. W.; CECEÑA, A. E. **A reinvenção dos territórios: a experiência latino-americana e caribenha**. Buenos Aires: Clacso, 2000. 151-197 p.

PROFESSIONALS IN HUMANITARIAN ASSISTANCE AND PROTECTION. Sobre a Professionals in Humanitarian Assistance and Protection. **Site da PHAP**, 2019. Disponível em: <[https://phap.org/PHAP/Themes/Humanitarianism\\_principles\\_ethics/Principles\\_and\\_ethics/PHAP/Themes/Principles.aspx?hkey=203bbddb-7f97-48af-8bad-919a2e41c50e](https://phap.org/PHAP/Themes/Humanitarianism_principles_ethics/Principles_and_ethics/PHAP/Themes/Principles.aspx?hkey=203bbddb-7f97-48af-8bad-919a2e41c50e)>. Acesso em: 9 set 2020.

PUC-RIO, I. D. R. I. D. **CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO HASOW: As Políticas de Proteção e o Futuro das Práticas Humanitárias**. Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio. Rio de Janeiro , p. 25. 2016.

R4V. R4V. **Plataforma Resposta a Refugiados e Migrantes Venezuelanos**, 2019. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/painel-interiorizacao/>>. Acesso em: 31 jul 2021.

R4V, P. R. D. C. I. P. R. Y. M. D. V. **Plataforma Regional de Coordinación Interagencial para Refugiados y Migrantes de Venezuela. Site da Plataforma Regional de Coordinación Interagencial para Refugiados y Migrantes de Venezuela**, 2019. Disponível em: <<https://r4v.info/es/situations/platform>>. Acesso em: 05 abr 2021.

RAMOS, A. R. A.; RODRIGUES, F. D. S. O Garimpo Ilícito na Terra Indígena Yanomami entre a Cosmovisão Indígena e Ações Estatais. **Unisul de Fato e de Direito: revista jurídica da Universidade do Sul de Santa Catarina, [S.l.]**, v., Santa Catarina, v. 9, n. 16, p. 25-35, maio 2018. Disponível em: <[http://portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/U\\_Fato\\_Direito/article/view/5743/3737](http://portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/U_Fato_Direito/article/view/5743/3737)>. Acesso em: 6 set 2020.

RAMOS, D. R. “Omnia habemus nihil possidentes”: Percepção afetiva e valores na fenomenologia de Max Scheler. In: KAHLMEYER-MERTENS, R. S.; AL],. [ **STVDIVM: MAX SCHELER: NOVAS RECEPÇÕES**. Toledo: Vivens: Conhecer é Poder!, 2019. p. 412. Disponível em: <<https://humanitasvivens.com.br/livro/5ae821ca3556e7c.pdf>>. Acesso em: 22 jun 2020.

RAMOS, D. R. “Omnia habemus nihil possidentes”: Percepção afetiva e valores na fenomenologia de Max Scheler. In: KAHLMEYER-MERTENS, R. S.; AL],. [ **STVDIVM: MAX SCHELER: NOVAS RECEPÇÕES**. Toledo: Vivens: Conhecer é Poder!, 2019. p. 133-192. Disponível em: <<https://humanitasvivens.com.br/livro/5ae821ca3556e7c.pdf>>. Acesso em: 22 jun 2020.

RANCIÈRE, J. A História em pedaços. **Folha de São Paulo** , São Paulo , 11 nov 2001. 1. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1111200107.htm>>. Acesso em: 9 nov 2020. Tradução de Clara Allain.

REGINENSI, C. **Extrato do Diário de Campo da professora Caterine : visita do abrigo Fraternidade sem fronteiras**. Univesidade Federal do Norte Fluminense (UENF). Boa Vista. 2019. Atividade realizada no dia 5 de out de 2019.

REGINENSI, C. **A caminhada “impossível “com a artista Panmela Castro: do bairro a cidade relatos e retratos da vida de uma ativista na cidade do Rio de Janeiro, em tempo de pandemia**. Texto apresentado na 44º Encontro Anual da ANPOCS-GT01- Arte, Cultura e Ciências Sociais: diferenças, agenciamentos e políticas. [S.l.]: [s.n.]. 2020. p. 19.

REGINENSI, C. et al. “Acolher e ser acolhido”: Migrantes em Roraima e sua intergração às cidades de Boa Vista e Pacaraima. In: MOREIRA, E. S.; REPETTO, M.; TEIXEIRA, S. **Diálogos Críticos sobre Sociedade e Estado: Reflexões desde o Projeto de Cooperação Acadêmica na Amazônia**. 1ª. ed. Boa Vista: Universidade Federal de Roraima, 2020. p. 314-341. Disponível em: <<http://ufr.br/editora/index.php/editais?download=496>>. Acesso em: 01 abr 2021.

RIEFF, D. **Una cama por una noche**. Tradução de Jesús Cuéller e Amado Diéguez. 1ª. ed. Barcelona: Penguin Random House Grupo Editorial, 2019. 417 p.

RODGERS, L.; DESPOINTES, M. H. BBC Brasil. **Copyright © 2020 BBC**, 2018. Disponível em: <[https://www.bbc.com/portuguese/resources/idt-sh/rohingya\\_monsoon\\_brasil](https://www.bbc.com/portuguese/resources/idt-sh/rohingya_monsoon_brasil)>. Acesso em: 05 jan 2020.

RODOGNO, D. Empire of Humanity: A History of Humanitarianism, by Michael Barnett. **Journal of International Organizations Studies**, Berlin, 3, n. 1ª, 2012. 4. Disponível em: <[http://journal-iostudies.org/sites/default/files/2020-01/JIOSfinal\\_8\\_1.pdf](http://journal-iostudies.org/sites/default/files/2020-01/JIOSfinal_8_1.pdf)>. Acesso em: 12 ago 2019.

RODRIGUES, F. D. S. **Nacionalidade no pensamento social brasileiro e venezuelano e o lugar Guayana**. 1ª. ed. Amazonas: Universidade Federal do Amazonas, 2016. 1-289 p.

RODRIGUES, F. S. et al. “Acolher e ser acolhido”: Migrantes em Roraima e sua intergração às cidades de Boa Vista e Pacaraima. In: MOREIRA, E. S.; REPETTO, M.; TEIXEIRA, S. **Diálogos Críticos sobre Sociedade e Estado: Reflexões Desde o Projeto de Cooperação Acadêmica na Amazônia**. 1ª. ed. Boa Vista: Universidade Federal de Roraima, 2020. p. 314-341. Disponível em: <<http://ufr.br/editora/index.php/editais?download=496>>. Acesso em: 1º abr 2021.

RODRÍGUEZ ORTIZ, R. Los límites de la hospitalidad en las fronteras geopolíticas contemporáneas. In: ARTEAGA CONDE, E.; OLIVA RÍOS, M.; RODRÍGUEZ ORTIZ, R. (. **HOSPITALIDAD Y CIUDADANÍA: De Platón a Benhabib**. Ciudad de México: Ítaca, 2016. p. 140-141.

SAID, E. W. **Reflexões sobre Exílio e outros ensaios**. Tradução de Pedro Maio Soares. 1ª. ed. São Paulo : Companhia das Letras , 2003. 352 p.

SARTRE, J.-P. **Que é a Literatura?** Tradução de Carlos Felipe Moisés. 3ª. ed. São Paulo: Ática, 2004. 231 p. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/8289/mod\\_resource/content/2/SARTRE%2C%20Jean-Paul%20-%20Que%20%20C3%A9%20a%20literatura.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/8289/mod_resource/content/2/SARTRE%2C%20Jean-Paul%20-%20Que%20%20C3%A9%20a%20literatura.pdf)>. Acesso em: 17 jun 2020.

SASSEN, S. **Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global**. Tradução de Angélica Freitas. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016. 336 p.

SAÚDE, M. D. Coronavirus. **Site do Ministério da Saúde**, 8 dez 2019. Disponível em: <<https://coronavirus.saude.gov.br/linha-do-tempo/>>. Acesso em: 9 set 2020.

SAUDE, MINISTÉRIO. Coronavírus Brasil. **Site do Ministério da Saúde do Brasil**, 2020. Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br/>>. Acesso em: 9 ago. 2020.

SCHAMA, S. **Paisagem e Memória**. Tradução de Hildegard Feist. 1ª. ed. São Paulo : Companhia das Letras, 1996. 696 p.

SCHULER, M. **Da Reviravolta dos Valores**. Tradução de Marco Antônio dos Santos Casa Nova. 2ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. 182 p.

SHELLER, M. **L'homme du ressentiment**. Paris: Gallimard, 1958.

SCHLEIERMACHER, F. E. D. **Hermenêutica**: arte e técnica da interpretação. 8ª. ed. Petropolis: Vozes, 1990. 102 p.

SHAKESPEARE, W. **O Mercador de Veneza**. Moarais, Ridendo Carigat. ed. [S.l.]: [s.n.], 2000. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/mercador.pdf>>. Acesso em: 14 abr 2020. Versão para eBook.

SIMMEL, G. **Brücke und Tür**: Essays des Philosophen zur Geschichte, Religion, Kunst und Gesellschaft. Estugarda: [s.n.], 1957. 223 p.

SPHERE, S. Sphere. **Sphere Association**, 2018. Disponível em: <<https://spherestandards.org/es/>>. Acesso em: 14 dez 2020.

SWINARSKI, C. **Origen, definición y desarrollo del Derecho Internacional Humanitario**. 1ª. ed. San José: Instituto Interamericano de Derechos Humanos, 1990. 102 p. Disponível em: <<http://www.derechoshumanos.unlp.edu.ar/assets/files/documentos/principales-nociones-e-institutos-del-derecho-internacional-humanitario.pdf>>. Acesso em: 12 out 2020.

VALE, S. Sobre a Empresa: Vale, S&A. Brumadinho. **Site da Vale, S&A**, 2019. Disponível em: <<http://www.vale.com/esg/pt/Paginas/Brumadinho.aspx>>. Acesso em: 9 out 2020.

VALLADARES, G. P. Reflexão sobre a importância e vigência do DIH a 70 anos da adoção das Convenções de Genebra de 12 de agosto de 1949. **Direitos Humanos e vulnerabilidade e o direito humanitário**, Boa Vista, I, 2019. 1051. Disponível em: <<http://ufr.br/editora/index.php/editais?download=421>>. Acesso em: 12 out 2020.

VASCONCELOS, I. D. S. “Desejáveis” e “indesejáveis”: diferencialidades e paradoxos no acolhimento de venezuelanos/as em Roraima e no Amazonas. **Repositório Institucional UFSCAR**, São Carlos, 11 jul 2021. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/14574?show=full>>. Acesso em: 25 jul 2021.

VIVEIROS DE CASTRO, E. **Metafísicas Canibais**: elementos para uma antropologia pós-estrutural. São Paulo: CosacNaify, v. 1, 2015. 288 p.

WALKER, P.; RUSS, C. Fit for purpose: the role of modern professionalism in evolving the humanitarian endeavour. **International Review of the Red Cross**, London, dez 2011. 1193-2210. Disponível em: <<https://international-review.icrc.org/sites/default/files/irrc-884-walter-russ.pdf>>. Acesso em: 04 abr 2021.

WILLIAMS, J. **Pós-estruturalismo**. Tradução de Caio Liudvik. 2ª. ed. Pretrópolis: Vozes, 2013. 256 p.